

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ULYSSES MELO CARVALHO

**O PATRIMÔNIO-TERRITORIAL RURAL-URBANO DE SERRO-MG NO
CONTEXTO DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA**

Porto Alegre, RS
2024

ULYSSES MELO CARVALHO

**O PATRIMÔNIO-TERRITORIAL RURAL-URBANO DE SERRO-MG NO
CONTEXTO DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA**

Tese apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul como parte da exigência do Programa de Pós-Graduação em Geografia para obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros (UFRGS – RS/Brasil)

Coorientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (UnB – DF/Brasil)

Porto Alegre, RS
2024

CIP - Catalogação na Publicação

Carvalho, Ulysses Melo
O PATRIMÔNIO-TERRITORIAL RURAL-URBANO DE SERRO-MG
NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA /
Ulysses Melo Carvalho. -- 2024.
255 f.
Orientador: Rosa Maria Vieira Medeiros.

Coorientador: Everaldo Batista da Costa.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Patrimônio-Territorial. 2. Formação
sócioespacial brasileira. 3. Rural-Urbano. 4. Sujeito.
5. Serro. I. Medeiros, Rosa Maria Vieira, orient. II.
Costa, Everaldo Batista da, coorient. III. Título.

Ulysses Melo Carvalho

O PATRIMÔNIO-TERRITORIAL URBANO-RURAL DE SERRO-MG NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA

Tese apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul como parte da exigência do Programa de Pós-Graduação em Geografia para obtenção do título de Doutor.

Porto Alegre, 11 de outubro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. **Rosa Maria Vieira Medeiros** (Orientadora)
Departamento de Geografia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brasil)

Prof. Dr. **Everaldo Batista da Costa** (Coorientador)
Departamento de Geografia – Universidade de Brasília (Brasília, Brasil)

Prof. Dr. **Andrés Pinassi** (Membro externo)
Universidad Nacional del Sur – UNS, Argentina

Profa. Dra. **Maria Rita Ivo Machado** (Membro externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Prof. Dr. **Guilherme Varajao** (Membro externo)
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

Prof. Dra. **Michele Lindner** (Membro interno)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS



Dedico este trabalho aos **povos que lutaram e continuam lutando por sua existência e por seu lugar no mundo, os sujeitos subalternizados**. Suas histórias de resistência e resiliência são uma fonte inesgotável de inspiração e um lembrete constante da **importância de preservar e valorizar o patrimônio-territorial que nos define e nos une**.

Dedico também **aos meus pais**, pilares da minha educação, resiliência e força. Sem o seu apoio incondicional e os valores que me transmitiram, este trabalho não seria possível. Eles são os alicerces sobre os quais construí minha jornada pessoal e acadêmica.

Dedico também **aos meus professores**, cuja orientação e sabedoria foram fundamentais para meu desenvolvimento ao longo de toda esta jornada. Em especial, **ao Professor Dr. Everaldo**, que me apresentou ao Serro e ao conceito de *patrimônio-territorial*, mostrando-me como é possível dar voz aos ocultados e desvelar a sua riqueza que por muito tempo permaneceu invisível. Sua paixão, dedicação e visão otimista do Brasil e da América Latina foram essenciais para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é algo fundamental na trajetória acadêmica, pois muitos professores, autores, entrevistados, amigos e cidadãos serranos contribuíram para a conclusão desta tese. Ao longo do tempo, venho buscando expressar minha gratidão a todas as pessoas maravilhosas que cruzaram meu caminho. Neste pequeno trecho quero elencar um pouco das pessoas maravilhosas que encontrei e contribuíram para este sonho tornar-se realidade.

Inicio agradecendo aos professores que de alguma forma estiveram presentes na construção desta pesquisa: Profa. Dra. Simoni Scifoni, Prof. Dr. Antônio Paulo Cargnin, Prof. Dra. Tânia Strohaecker, Profa. Dra. Michele Lindner e minha orientadora Profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros, que tanto me afagou em momentos de solidão no início deste caminho no em Porto Alegre - RS.

Agradeço de forma especial à minha primeira orientadora, ainda na monografia, a Profa. Dra. Juleusa Maria Theodoro Turra, pesquisadora que acreditou na minha pesquisa e nos meus sonhos. Também agradeço as professoras Damares Puga de Moraes, Vera Plácido, Larissa Bombardi e Lucas Melgaço.

Aos amigos do Rio Grande do Sul e do NEAG, Josiane Ramos Ribeiro, Alex Amaral, Alexandre Rosa, Vagner Machado, Felipe Brustulin, Lenize Ferreira e Nola Gamalho, que foram imprescindíveis desde o incentivo ao doutorado até o acolhimento e a permanência em dias de tensão em Porto Alegre. De forma especial, ao amigo Ramon Coelho, que auxiliou tanto na construção da cartografia desta tese.

Aos agentes da cidade de Serro, expresso minha profunda gratidão pela valiosa colaboração na construção desta tese. Agradeço à Secretaria de Turismo, ao Museu Casa dos Ottoni e à Paróquia do Serro, cujos esforços e apoio foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço também a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram, compartilhando suas histórias, conhecimentos e experiências, enriquecendo significativamente esta pesquisa e ajudando a preservar e valorizar o município do Serro. Minha gratidão especial vai para Pedro Simões, não apenas um benzedor, mas um contador de histórias com um sorriso especial, cuja sabedoria e generosidade iluminaram este caminho.

Aos companheiros do Serro, pessoas que abriram não somente suas casas, mas também seus corações para falar e apresentar essa cidade mágica. Agradeço imensamente a Samantha Sayonara Silva Reis e Joyce Emanuelle Costa Pinto que

sempre estavam de prontidão para as indagações e busca por entender cada pedacinho deste município. Agradeço também aos serranos Edivan Igor, Marcelo Tibães, Yan Victor, Grizelle Campos, Letícia Simões, Zara Simões, Simone Cardoso, Maria Thereza Almeida e Patrícia Nunes.

Aos amigos de Caldas, minha terra natal, expresso minha sincera gratidão por toda a ajuda e contribuição ao longo desta jornada. Especialmente a Rafael Ferreira, um sagitariano nato, cuja energia e entusiasmo foram inspiradores. Ao meu amigo Hans Born, por seu apoio constante, e em memória de Tomiko Born, cuja presença e influência continuam a ser sentidos profundamente, minha eterna gratidão. Cada um de vocês teve um papel essencial na conclusão desta tese, e sou imensamente grato por tê-los em minha vida. Obrigado meus amigos Elias, Dona Maria e Paulinho por tanto rezarem e colocarem meu nome em suas orações.

Agradeço à minha companheira (namorada) Maitê Risseto, que me incentivou de forma contundente neste término de tese. Suas palavras de afago e, muitas vezes, de firmeza foram essenciais para me manter focado e motivado. Sua presença constante e apoio inabalável foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Agradeço aos diretores e coordenadores das escolas onde trabalhei, que suportaram com paciência e compreensão tantas discussões sobre patrimônio, decolonialidade e também as ausências ocasionais no trabalho (Elaine Ruiz, Suzana Mesquita, Marlene Desidério, Rosana de Pieri, João Ferreira, Tathiana Muricy, Adriana Zequim e Simone Riva). Sua flexibilidade e apoio foram fundamentais para que eu pudesse dedicar o tempo necessário a esta pesquisa. Sou grato pela compreensão e colaboração de todos vocês durante este período. Aos meus alunos que sempre trouxeram palavras amigas em momentos de nervosismo.

Ao meu amigo Vinícius Gomes que tanto incentivou este meu caminho, perguntando e trazendo palavras de carinho e entusiasmo nessa jornada. Aos amigos Vitor Lumertz e a sua família que tornaram-se minha família também na temporada em Porto Alegre.

Agradeço de coração aos meus pais, Benedito e Adenize, pelo amor incondicional e pelo apoio constante em cada etapa desta jornada. Minha gratidão também vai para minha irmã, Uynne Carvalho, cuja presença e incentivo foram fontes de força e motivação. A todos os meus familiares, principalmente aos meus avós, vô Joãozinho e vô Udi, sou eternamente grato pelo carinho e pelas bases que me proporcionaram.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão aos amigos e parceiros do GeCIPA, que desempenharam um papel crucial na construção desta tese. Destaco e agradeço a Rúbia Rubio-Schrage e seu companheiro Thomas, que não apenas abriram as portas de seu lar, mas também trouxeram um olhar mais amadurecido e enriquecedor da academia.

Também agradeço aos companheiros e amigos que o Brasil e a América Latina trouxeram por meio de disciplinas e congressos: Iliá Alvarado-Sizzo, José Omar Moncada, Adriana Dennise Rodríguez Blanco, Adriano Bittencourt Andrade, Rafael Fabrício de Oliveira e Vitor João Alves. Suas contribuições e trocas de experiências foram enriquecedoras para a conclusão deste trabalho.

Agradeço ao Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho, pois, graças àquela discussão em 2019 em Quito, no Equador, e às suas valiosas dicas, foi possível conhecer pessoas tão incríveis e estar aqui neste momento.

Agradeço profundamente ao professor coorientador, que tornou-se um amigo e quase psicólogo Everaldo Batista da Costa. Desde 2019, com a disciplina concentrada que ofertou na UnB, você não apenas me ajudou a compreender a essência do ser humano e do *patrimônio-territorial*, mas também me proporcionou uma nova perspectiva sobre a vida. Sua orientação e apoio contínuos foram cruciais na construção de cada palavra desta tese, e sou imensamente grato por sua dedicação e amizade ao longo deste percurso.



Soy... Soy lo que dejaron
Soy toda la sobra de lo que se robaron
Un pueblo escondido en la cima
Mi piel es de cuero, por eso aguanta cualquier
clima

Soy una fábrica de humo
Mano de obra campesina para tu consumo
Frente de frío en el medio del verano
¡El amor en los tiempos del cólera, mi hermano!

Soy el sol que nace y el día que muere
Con los mejores atardeceres
Soy el desarrollo en carne viva
Un discurso político sin saliva
Las caras más bonitas que he conocido
Soy la fotografía de un desaparecido
La sangre dentro de tus venas

Soy un pedazo de tierra que vale la pena
Una canasta con frijoles
Soy Maradona contra Inglaterra
Anotándote dos goles
Soy lo que sostiene mi bandera
La espina dorsal del planeta es mi cordillera

Soy lo que me enseñó mi padre
El que no quiere a su patria, no quiere a su madre
Soy América Latina
Un pueblo sin piernas, pero que camina

(CALLE 13 – Latinoamérica)

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Esquema de compreensão da relação rural-urbana na América Latina.	37
Imagem 2 - Esquema de compreensão do conceito de patrimônio-territorial	40
Imagem 3 - Centro comercial do Serro (Largo da Purificação)	46
Imagem 4 - Esquema de Formação Econômica e a sua relação com a Formação Socioespacial	52
Imagem 5 - O 'anfiteatro' do Serro em 1940.....	72
Imagem 6 - O 'anfiteatro' do Serro em 2019.....	72
Imagem 7 - Vista panorâmica do centro do Serro a partir da Igreja de Santa Rita....	77
Imagem 8 - 'Antiga rodoviária' da cidade.....	78
Imagem 9 - Centro Comercial do Serro	78
Imagem 10 - Praça Central do Serro	79
Imagem 11 - Conjunto arquitetônico preservado no centro do Serro.....	80
Imagem 12 - Casarão/ Atual Prefeitura e Câmara Municipal do Serro	80
Imagem 13 - Capela Nossa Senhora do Rosário – Milho Verde.....	81
Imagem 14 - Antiga Casa do Barão do Serro/ Atual sede da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária	81
Imagem 15 - Sr. 'Pedrinho Macumbeiro', o mais antigo benzedor do Serro.....	82
Imagem 16 - Nomes de ruas que foram modificados ao longo do tempo.....	84
Imagem 17 - Procissão de Nossa Senhora da Purificação, em frente à Igreja do mesmo nome.....	85
Imagem 18 - Local onde se situava a Igreja da Purificação. Hoje, estacionamento e Centro de Informações Turísticas	86
Imagem 19 - Rua Antônio H. Pires	88
Imagem 20 - Venda local de artesanias no Serro.....	88
Imagem 21 - Venda local de artesanias no Serro.....	89
Imagem 22 - Venda local de artesanias no Serro.....	89
Imagem 23 - Planta da cidade do Serro com seus bens tombados.....	102
Imagem 24 - Vista frontal da Chácara do Barão do Serro.....	106
Imagem 25 - Antiga senzala nos "porões" da Chácara do Barão	107
Imagem 26 - Centro do Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras	114
Imagem 27 - Distrito de Mato Grosso (Serra da Caroula)	114
Imagem 28 - Rua Minas Gerais (entrada da cidade do Serro).....	116

Imagem 29 - Avenida Dom André (centro do Serro)	116
Imagem 30 - Distrito de Capivari.....	117
Imagem 31 - Igreja Matriz do Serro (saída da missa do domingo)	119
Imagem 32 - Missa na Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Matriz do Serro) ..	120
Imagem 33 - Mercado público do Serro (denominada antiga rodoviária)	120
Imagem 34 - Estandartes de santos para festas religiosas.....	121
Imagem 35 - Casa com presépio no período do advento no Serro.....	121
Imagem 36 - Os catopés da Festa de Nossa Senhora do Rosário	122
Imagem 37 - Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	123
Imagem 38 - “Vila Fantasma” na Serra da Caroula	124
Imagem 39 - “Vila Fantasma” na Serra da Caroula – Distrito de Mato Grosso.....	125
Imagem 40 - Tradicional Queijo do Serro (Trem Ruá)	126
Imagem 41 - Caminhos e assentamentos na região diamantina entre 1729 e 1734	139
Imagem 42 - Tipos de setores censitários e suas definições - Brasil – 2018	147
Imagem 43 - Comunidade do Mato Grosso – Serro	149
Imagem 44 - Distrito de Três Barras - Serro.....	150
Imagem 45 - Centro da cidade do Serro.....	150
Imagem 46 - Bairro Nossa Senhora do Rosário - Serro.....	151
Imagem 47 - Produção do Queijo do Serro – Fazenda Bom Sucesso.....	157
Imagem 48 - Festa do Rosário dos Pretos em Serro	160
Imagem 49 - Centro do Serro – venda de frutas	161
Imagem 50 - Comércio local de produtos agrícolas	162
Imagem 51 - Comércio popular no centro do Serro	162
Imagem 52 - Centro do Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras – Serro	163
Imagem 53 - Distrito de Capivari – Serro.....	163
Imagem 54 - Pintura de Jacinta da Siqueira com a Igreja da Purificação.....	165
Imagem 55 - Oratório na estrada em direção ao Distrito de Pedro Lessa – Serro ..	166
Imagem 56 - Quitandeiras do Serro ao forno de barro.....	167
Imagem 57 - Produção de bordados pelos Bordados da Barra - Serro	168
Imagem 58 - Produção artesanal de forro de taquara.....	169
Imagem 59 - Igrejas e Irmandades do Serro (cidade)	182
Imagem 60 - Localização das primeiras minas em Serro.....	185
Imagem 61 - Patrimônio rural-urbano do Serro	186

Imagem 62 - Sociedade Comercial Serrana.....	188
Imagem 63 - Artesania de Couro Cru (cidade do Serro)	198
Imagem 64 - Artesanias na cidade do Serro – MG.....	202
Imagem 65 - Quitandas no município do Serro - MG	203
Imagem 66 - O patrimônio-territorial no cotidiano do Serro.....	206
Imagem 67 - Feira do Quilombo do Ausente (Distrito de Milho Verde).....	208
Imagem 68 - Fragmentos do livro “Memórias Culinárias do Ausente Feliz”	210
Imagem 69 - Protesto contra a mineração nas terras do Quilombo do Baú em Serro	214
Imagem 70 - Produção de rapadura no Quilombo do Ausente	215
Imagem 71 - O patrimônio-territorial no cotidiano do Serro.....	219

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização e distritos do Serro – MG.....	34
Mapa 2 - Formação Espacial Colonial–Escravista do Brasil – Séc. XVIII.....	62
Mapa 3 - Urbanização em Minas Gerais no período áureo da mineração Séc. XVII e início do Séc. XVIII.....	68
Mapa 4 - Estrada Real.....	69
Mapa 5 - Via federal no município do Serro.....	73
Mapa 6 - Mesorregiões de Minas Gerais.....	75
Mapa 7 - Evolução das comarcas da Capitania de Minas Gerais entre 1714 e 1815.D.....	140
Mapa 8 - Áreas urbanizadas do Brasil – IBGE/2019.....	144
Mapa 9 - Bens patrimonializados e igrejas e capelas na cidade do Serro.....	180
Mapa 10 - Bens patrimonializados e igrejas e capelas no município do Serro.....	181
Mapa 11 - Benzedores na cidade do Serro - MG.....	194
Mapa 12 - Benzedores no município do Serro – MG.....	195
Mapa 13 - Artesanias na cidade do Serro - MG.....	200
Mapa 14 - Artesanias no município do Serro - MG.....	201
Mapa 15 - Quitandeiras na cidade do Serro – MG.....	204
Mapa 16 - Quitandeiras no município do Serro - MG.....	205
Mapa 17 - Quilombos no município do Serro - MG.....	212
Mapa 18 - Quilombos na cidade do Serro - MG.....	213

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 - Exportações da Colônia – 1650 a 1800.....	61
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - A produção de ouro no Brasil no século XIII	65
Tabela 2 - Vilas e Cidades até 1720 – Brasil Colônia	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

ONU - Organização das Nações Unidas

GECIPA - Grupo de Pesquisa de Cidade e Patrimonialização na América Latina

NEAG – Núcleo de Estudos Agrários

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UnB - Universidade de Brasília

RESUMO

Compreender o patrimônio pela ciência geográfica é essencial para o entendimento dos sujeitos e de seus lugares de vivência. Uma chave inédita para tal compreensão é o conceito de patrimônio-territorial (de matriz decolonial e geoexistencial), que vai além do patrimônio "pedra e cal" ou o declarado pelos órgãos preservacionistas, ao trazer à luz os "sujeitos subalternizados" que resistem ao poder hegemônico e guardam a memória das lutas e das opressões na América Latina. Assim, esta tese tem o objetivo de identificar e analisar o patrimônio-territorial no município do Serro (Minas Gerais - Brasil), signo da formação socioespacial brasileira, que afirma que o Brasil dito urbano é, na realidade, uma extensão do rural. Desta forma, o patrimônio-territorial proposto originalmente por Everaldo Costa dialoga com a categoria proposta por Milton Santos, a formação socioespacial, a qual apresenta o todo a partir das particularidades, afinal, do local pode-se compreender a ordem internacional. Ou seja, a partir das particularidades locais-nacionais é possível se aproximar da totalidade. A tese parte de uma análise qualitativa desde o empírico, buscando as relações entre os fatos e os fenômenos através da observação de campo, e, sobretudo, mergulhando além do material, permeando os elementos subjetivos da realidade cultural histórica e situada de Serro-MG. Desta forma, há a realização de entrevistas e a base para uma produção cartográfica original do patrimônio-territorial. Diante deste entendimento, é possível compreender a ativação popular do patrimônio-territorial, assim como a sua práxis.

Palavras-chave: Patrimônio-territorial. Formação socioespacial brasileira. Rural-urbano. Sujeito. Serro.

RESUMEN

Comprender el patrimonio desde la ciencia geográfica es esencial para entender a los sujetos y a sus lugares de vivencia. Una clave inédita para tal es el concepto "patrimonio-territorial" - de matriz decolonial y geoexistencial-, que va más allá del "patrimonio piedra y cal" o el que declaran los órganos preservacionistas, al traer a la luz los "sujetos subalternizados", quienes resisten al poder hegemónico y guardan la memoria de las luchas y opresiones en América Latina. Esta tesis tiene visas a identificar y analizar el patrimonio-territorial en el municipio de Serro (Minas Gerais - Brasil), signo de la formación socioespacial brasileña, la cual señala que el Brasil llamado urbano es, en verdad, una extensión de lo rural. De esta forma, el patrimonio-territorial propuesto originalmente por Everaldo Costa dialoga con la categoría propuesta por Milton Santos - la formación socioespacial - la cual presenta el todo desde las particularidades, ya que, de lo local se puede comprender el orden internacional. Es decir, a partir de las particularidades locales-nacionales es posible acercarse a la totalidad. La tesis parte de un análisis cualitativo empírico, buscando relaciones entre los hechos y los fenómenos a través de la observación de campo, y, sobre todo, sumergiéndose más allá de lo material al permear los elementos subjetivos de la realidad cultural histórica y situada de Serro-MG. De esta forma, se hacen entrevistas y se establece la base para una producción cartográfica original del patrimonio-territorial. Frente a esto, puede comprenderse la activación popular del patrimonio-territorial, bien como su praxis.

Palabras clave: Patrimonio-territorial. Formación socioespacial brasileña. Rural-urbano. Sujeto. Serro.

ABSTRACT

Understanding heritage through geographical science is essential for comprehending subjects and their living spaces. A novel key to such comprehension is the concept of territorial-heritage (of decolonial and geoexistential origin), which goes beyond "brick and mortar" heritage or that declared by preservationist bodies, by bringing to light the "subalternized subjects" who resist hegemonic power and preserve the memory of struggles and oppressions in Latin America. Thus, this thesis aims to identify and analyze territorial-heritage in the municipality of Serro (Minas Gerais - Brazil), a symbol of Brazilian socio-spatial formation, which asserts that the so-called urban Brazil is, in reality, an extension of the rural. In this way, the concept of territorial-heritage originally proposed by Everaldo Costa dialogues with the category proposed by Milton Santos, the socio-spatial formation, which presents the whole from the particularities, as from the local one can understand the international order. That is, from local-national particularities, it is possible to approach the totality. The thesis is based on a qualitative analysis from the empirical, seeking the relationships between facts and phenomena through field observation, and, above all, delving beyond the material, permeating the subjective elements of the historical and situated cultural reality of Serro-MG. In this way, interviews are conducted, and the basis for an original cartographic production of territorial-heritage is established. With this understanding, it is possible to comprehend the popular activation of territorial-heritage, as well as its praxis.

Keywords: Territorial-heritage. Brazilian socio-spatial formation. Rural-urban. Subject. Serro.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO – COMO CHEGUEI ATÉ AQUI.....	22
INTRODUÇÃO	31
PARTE I	
1. FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA – A CIDADE COLONIAL COMO SUA EXPRESSÃO	46
1.1. Formação socioespacial como categoria analítica	49
1.2. A Formação Socioespacial do Brasil: a mineração colonial	54
1.3. Serro, Minas Gerais: cidade mineira, expressão da formação socioespacial.....	70
PARTE II	
2. DA PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL AO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL: SINGULARIDADE DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA	92
2.1 A patrimonialização no Brasil e em Serro (MG), busca do rural-urbano.....	95
2.2 O patrimônio-territorial como signo de resistência rural-urbana e da formação socioespacial brasileira	115
PARTE III	
3. EXISTÊNCIAS COMO RESISTÊNCIA RURAL-URBANO, O <i>PATRIMÔNIO-TERRITORIAL</i> EM SERRO – MG	129
3.1 O rural-urbano no Brasil do século XVIII	134
3.2 “O Brasil não é tão urbano quanto parece”	143
3.3 Fricção, Tensão e Simbiose do Rural-Urbano, o <i>patrimônio-territorial</i> em Serro.....	154
PARTE IV	
4. SERRO COMO <i>DEVIR</i> DA <i>FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA</i>	174
4.1 Serro, <i>patrimônio-territorial</i> e expressão da <i>formação socioespacial brasileira</i>	178
4.2 Cartografias do <i>patrimônio-territorial</i> em Serro: expressão da formação socioespacial brasileira.....	190
4.2.1 Benzedores e a prática do Rezo como expressões de Patrimônio-Territorial	192
4.2.2 O Papel das Artesanias na Construção do Patrimônio-Territorial do Serro.....	197
4.2.3 Culinária do Serro: Um Reflexo do Patrimônio-Territorial	203

4.2.4 O patrimônio-territorial do Quilombo do Ausente: resistência e continuidade	207
4.2.5 O Patrimônio-Territorial ativado: Reflexões Finais sobre o Serro ..	216

PARTE V

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	223
REFERÊNCIAS.....	229
ANEXO 01: ORAÇÃO	250
APÊNDICE 01	253
APÊNDICE 02.....	255

A black and white photograph of a dilapidated window. The window frame is made of wood and is surrounded by peeling paint and crumbling plaster. The window is open, revealing a view of a hilly landscape with some buildings and trees under a cloudy sky. The overall mood is one of decay and abandonment.

APRESENTAÇÃO

COMO CHEGUEI ATÉ AQUI

**"ESU MATOU UM PÁSSARO ONTEM, COM A PEDRA QUE ARREMESSOU
HOJE".**

DITADO IORUBÁ

“Iroko Olúwére, Ògìyán Èèìjù”¹
Saudação a Irôko em Iorubá²

A beleza da assertiva iorubá, que nos lembra que as batalhas atuais são desdobramentos de lutas que começaram há muito tempo e que *Esu* está presente em cada uma dessas batalhas, reflete uma compreensão profunda das dinâmicas temporais. Ela nos convida a ver o passado, o presente e o futuro como uma janela interligada, onde cada luta travada no presente é uma continuação e um reflexo das batalhas anteriores, e onde as lutas atuais são preparativas para desafios futuros. Esta visão integradora é essencial para compreender como a *formação socioespacial* (SANTOS, 1977) e o *patrimônio-territorial* (COSTA, 2016a) são moldados por uma história contínua de resistência e adaptação. Ao examinar a tese, perceberemos como o patrimônio e as identidades das comunidades são construídos e reconstruídos através dessa linha temporal, refletindo a força e a resiliência herdadas das lutas passadas e projetadas para o futuro.

A citação é feita para lembrar que, desde o início da colonização, nosso território tem sido palco de intensas e sangrentas batalhas. A história das comunidades investigadas nesta tese está imersa em um processo contínuo de resistência e reivindicação que transcende o tempo, ecoando as lutas que começaram há muito tempo e continuam a reverberar nas dinâmicas atuais de valorização e preservação do patrimônio.

A busca pelo entendimento e preservação do patrimônio pelos sujeitos foi ganhando forma a partir do contato do autor com o conceito de *patrimônio-territorial*. Nesta seção, a trajetória do autor, natural do estado de Minas Gerais, será contada

¹ Irôko é um orixá de grande importância e antiguidade nas tradições africanas e afro-brasileiras. Ele é considerado a primeira árvore plantada no mundo e é fundamental na mitologia iorubá como o ponto de origem para todos os outros orixás que desceram à Terra. Irôko é simbolicamente associado à dimensão do Tempo e é visto como o comandante de todas as árvores sagradas. Em sua função primordial, Irôko representa a estabilidade e a continuidade das forças naturais e espirituais. No candomblé, Irôko é cultuado principalmente na nação Ketu e na nação Jeje, onde é conhecido como Loko. Ele corresponde ao Inquice Tempo nas tradições da nação Angola ou Congo. Como Iggi Olórun, a árvore do Senhor do Céu, Irôko é respeitado e reverenciado por seu papel central na ordem cósmica e na conexão entre o céu e a Terra. Sua autoridade sobre as árvores sagradas é tal que todos os outros Orixás e entidades relacionadas às árvores devem-lhe obediência. A importância de Irôko vai além da sua função simbólica como a árvore primordial. Ele é visto como um guardião da história e das tradições, refletindo a interconexão entre passado, presente e futuro na cultura iorubá.

² A introdução do ditado iorubá de Esu quanto a saudação a Iroko serve como uma maneira de apresentar o autor desta tese, cuja construção foi guiada pela fé nos orixás e no Pai Maior. Esu e Iroko, orixás do candomblé, não apenas simbolizam o autor, mas também representam o povo subalternizado, que permanece presente e resiliente, mesmo diante das tentativas de ocultamento.

de forma sintética, mostrando como suas experiências pessoais e acadêmicas moldaram sua compreensão e abordagem sobre o tema.

Desta forma, a pesquisa sempre tem uma relação muito próxima do autor e com sua origem e a história desta não é diferente. Afinal, falar de Minas Gerais sempre é algo que mescla a experiência e o simbolismo de um passado e presente que sempre estão dialogando. Conforme Woodward (2006, pág. 16):

[...] é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar.

Assim, a vivência e nossa relação com o objeto estudado é imprescindível para a construção da tese. Ser mineiro, como afirma Oliveira Viana (1942, p. 52), vai muito além da tradição e do “ser do interior”:

Os mineiros, bem o sei, não se sentem muito lisonjeados quando enalteçemos o seu tradicionalismo: é como se o julgássemos atrasados ou rotineiros. Esquecem que – a grandeza de um povo está na força de persistência dessas tradições familiares e domésticas, que são a expressão mais típica do seu caráter nacional. Mantê-las tanto quanto possível dentro da fatalidade evolutiva da civilização – eis o ideal de um povo consciente da sua personalidade e orgulhoso do seu espírito.

Conforme o autor, a tal “mineiridade” está nessa premissa do diálogo dos tempos e que conjura na expressão da cultura mineira que reverbera no seu povo e na relação rural-urbano e do patrimônio.

A trajetória desta pesquisa está calcada em Serro, município localizado ao norte de Minas Gerais com mais de 320 anos de história e que ainda é possível perceber a convergência dos tempos. Como afirma Santos (1985, pág. 21), “o espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade”.

Conforme já dito, o “ser mineiro” é algo muito forte mesmo morando fora do seu estado de origem e poder de alguma forma contribuir para a compreensão não somente do estado, mas do país a partir de uma totalidade-singularidade no município do Serro.

A identificação do autor com o patrimônio surgiu a partir da leitura de um texto do professor Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes (2012), onde ele cita uma charge

que retrata uma cena cotidiana na França, mas que poderia ocorrer em qualquer igreja de alguma cidade histórica brasileira:

No interior hierático, solene e penumbroso de uma catedral gótica (Chartres), aparece uma velhinha encarquilhada, de joelhos diante do altar-mor, profundamente imersa em oração. Em torno dela, a contemplá-la interrogativamente, dispõe-se um magote de orientais (...). A presença de um guia francês nos permite considerar que se trata de turistas em visita à catedral. O guia toca os ombros da anciã e lhe diz: “Minha senhora, a senhora está perturbando a visitação”. Eis um retrato impressionante da perversidade de certa noção de patrimônio cultural entre nós (p. 26).

Assim, há o ingresso no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no ano de 2019, sob a orientação da Profa. Dra. Rosa Maria Vieira de Medeiros que tem uma ligação com a geografia cultural e o patrimônio vitivinícola.

É importante ressaltar a importância que a geografia tem por colocar o homem e a cultura em primeiro plano. Claval (1999) afirma que:

Por mais originais que sejam os desenvolvimentos contemporâneos, não poderiam ser compreendidos sem uma reflexão geral sobre a transmissão de geração a geração das aquisições técnicas e das concepções do mundo. As singularidades de nossa época não são absolutas: inscrevem-se na história complexa das relações entre espaço e sistemas estruturados de informações (CLAVAL, 1999, p. 421).

Estas transformações que ocorrem no espaço são parte de um processo contínuo, combinando tanto rupturas quanto adaptações. Cada era traz consigo novas tecnologias, ideias e modos de vida que, ao se sobreporem às camadas anteriores, criam um mosaico de elementos históricos e culturais. Assim, o espaço que habitamos é uma síntese dinâmica da evolução da sociedade, refletindo tanto as mudanças abruptas quanto as adaptações graduais que definem nossa experiência contemporânea.

Inicialmente, a pesquisa tinha como objetivo compreender o território de Ouro Preto – MG e a complexa relação entre a população local e o turismo. No entanto, à medida que a investigação avançava, ficou claro que essa análise não poderia se limitar a uma perspectiva estática ou isolada. Assim, após apresentar os objetivos do projeto de pesquisa no Encontro de Geógrafos da América Latina em Quito - Equador (2019), houve uma discussão acalorada e o entendimento que seria necessário alterações no caminho da pesquisa.

Nada é por acaso. Essa verdade se confirmou de maneira marcante ao longo da trajetória desta pesquisa. O diálogo com o Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho,

da UnB, provocou uma transformação significativa na abordagem da pesquisa. Foi através desse encontro com aquele professor, que houve o contato com o Grupo de Pesquisa GeCIPA, coordenado pelo Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa na UnB, indicado pelo professor Araújo Sobrinho. Essa nova conexão trouxe uma perspectiva renovada, modificando o foco da pesquisa e permitindo uma compreensão mais profunda e enriquecedora do tema.

Esse encontro com o professor Araújo Sobrinho foi seguido, por sincronicidade, pela participação disciplinar proferida pelo Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa nomeada “Cidades e Patrimonialização Global”, em 2019, em Brasília, dentro de um novo contexto acadêmico, o qual permitiu a integração de novas abordagens e conceitos na pesquisa, principalmente no entendimento do patrimônio através do *patrimônio-territorial* e da relação rural-urbana no Brasil e América Latina. Perspectiva que não corresponde ao patrimônio instituído ou institucional.

Esses eventos demonstram como conexões e oportunidades inesperadas podem redirecionar e enriquecer a trajetória acadêmica, mostrando que, muitas vezes, os caminhos mais significativos são traçados por circunstâncias aparentemente fortuitas.

Na aproximação com o Grupo de Pesquisa Cidades e Patrimonialização (GECIPA/UnB/CNPq) dirigido pelo prof. Everaldo, foi possível uma nova forma de encarar o chamado patrimônio, muito além da “pedra e cal”, ou seja, observando os sujeitos que são invisibilizados historicamente dentro da sociedade brasileira.

Após uma semana intensa de leituras, seminários e diálogos na disciplina concentrada de Brasília, um novo projeto de pesquisa começou a ser moldado a partir de uma base distinta do que havia sido explorado até então. Esse período de imersão revelou que o foco da pesquisa estava mais alinhado com a realidade dos sujeitos envolvidos, proporcionando uma compreensão mais profunda e direcionada para as experiências e perspectivas dos indivíduos diretamente impactados. Essa reorientação permitiu que a pesquisa se aproximasse mais das realidades vividas pelos sujeitos, transformando a abordagem e os objetivos da investigação de maneira significativa. Essa nova perspectiva fez com que a pesquisa se voltasse para a compreensão dos sujeitos invisibilizados historicamente, em vez de se limitar às estruturas físicas e ao turismo.

Inspirado pela bibliografia do curso na UnB e o diálogo com o prof. Everaldo Costa, me aproximei das filosofias de Martin Heidegger e Jean-Paul Sartre (que estão

na base dos estudos e publicações do Gecipa/CNPq/UnB e do professor), a pesquisa passou a explorar a essência do ser humano e sua relação com o patrimônio de maneira mais profunda. Heidegger, com sua ênfase na compreensão do ser e na relação do indivíduo com o espaço, e Sartre, com sua visão existencialista sobre a liberdade e a construção da identidade, forneceram um arcabouço teórico que permitiu uma nova forma de encarar o patrimônio. Em vez de enxergar o patrimônio apenas como um conjunto de "pedras e cal", a pesquisa passou a considerar como os indivíduos e comunidades atribuem significado a esses espaços e como esses significados são construídos ao longo do tempo.

Esse redirecionamento filosófico e teórico inspirado no debate de Brasília possibilitou uma análise mais rica e contextualizada, alinhando a pesquisa com os objetivos do GeCIPA e proporcionando uma compreensão mais integrada e humana de um outro patrimônio (teorizado) e do território (geograficamente). Ao questionar a visão tradicional e técnica do patrimônio, a pesquisa agora busca refletir sobre como as realidades vividas pelos sujeitos moldam e são moldadas pelo patrimônio-territorial, criando um diálogo mais autêntico e significativo entre o passado e o presente.

Posteriormente, ainda em 2019, houve a participação no II Colóquio Latinoamericano sobre Urbanização e Patrimonialização (CLUP) em Brasília, também dirigido pelo professor Everaldo Costa e os integrantes do GECIPA (doutores, mestres formados no grupo e atuais orientandos). Assim, o projeto de pesquisa passou por um importante processo de amadurecimento e definição, já em diálogo com o professor Everaldo Costa, que me sugeriu trabalhar com a cidade de Serro, Minas Gerais, numa conversa informal. A imersão nas discussões intensivas e os diálogos com alunos e pesquisadores daquele evento ampliaram significativamente a compreensão e a abordagem da pesquisa.

Dessa forma, surgiu a oportunidade de coorientação com o professor Everaldo, que se desenvolveu inicialmente através de longos diálogos com seus orientandos e, posteriormente, diretamente com ele, resultando no pedido formal. Assim, o pré-projeto de doutorado passa por uma grande transformação, com a preocupação com os sujeitos se tornando primordial. A trajetória típica e desafiadora dos orientandos do GECIPA, que começa com uma síntese de pesquisa de apenas três páginas e posteriormente evolui até a construção do pré-projeto e projeto e a própria tese.

O CLUP proporcionou um espaço de troca intelectual frutífera, permitindo que o projeto fosse enriquecido com novas perspectivas. As conversas com

pesquisadores da América Latina contribuíram para a solidificação da abordagem teórica, alinhando-a com as discussões sobre urbanização e patrimonialização. As contribuições dos participantes do congresso ajudaram a refinar o foco da pesquisa, enfatizando a importância de uma análise mais integrada e crítica do patrimônio e seu impacto nas comunidades.

A participação no CLUP e os diálogos subsequentes com alunos e pesquisadores foram determinantes para a formulação final do projeto. A pesquisa trouxe um entendimento mais robusto e totalizador da ideia de patrimônio, alinhado com as discussões contemporâneas e os desafios enfrentados pelos sujeitos. A pesquisa, inicialmente orientada e enriquecida por diálogos e interações com o grupo do GeCIPA avançava até que a pandemia de COVID-19 surgiu e trouxe desafios inesperados. O cenário global de crise sanitária impôs uma lentidão significativa ao progresso do trabalho, afetando tanto a realização de pesquisas de campo quanto a continuidade dos debates acadêmicos, além do desafio pessoal de enfrentar essa nova conjuntura.

Com as restrições de mobilidade e o distanciamento social, os diálogos e debates essenciais para a coleta de dados e para o aprofundamento da pesquisa foram suspensos. Os trabalhos de campo, orientações e a participação em eventos acadêmicos tiveram que ser adiados ou transformados em formatos virtuais. Esse novo contexto exigiu uma adaptação rápida e a reestruturação das abordagens metodológicas e dos planos de trabalho.

Apesar das dificuldades, a pandemia também ofereceu uma oportunidade para refletir sobre os novos desafios na pesquisa e até mesmo na vida pessoal. O contato virtual com colegas tornou-se uma ferramenta crucial, permitindo a continuidade das discussões e o compartilhamento de conhecimento em um ambiente virtual. Por exemplo, seminários virtuais de discussão na UnB foram importantes para o caminhar da pesquisa.

A qualificação da pesquisa ocorreu em outubro de 2022 de forma virtual, e foi extremamente enriquecedora para o aprofundamento do projeto. Permitindo uma revisão detalhada dos objetivos e metodologias, além de proporcionar uma visão mais clara dos caminhos a serem seguidos. A interação com a banca e a discussão dos pontos levantados foram cruciais para refinar o entendimento do projeto e ajustar a abordagem às novas direções sugeridas.

Após a qualificação, surgiram questões pessoais que poderiam ter desviado o foco da pesquisa. No entanto, os constantes diálogos durante as orientações e as mensagens de apoio, como “Você está bem?” e “Conte comigo!”, foram fundamentais para manter o projeto no caminho certo. O incentivo recebido foi crucial para superar os desafios e para alcançar a tese finalizada, reafirmando a importância da rede de apoio no desenvolvimento deste trabalho.

Este apoio provém tanto dos orientadores quanto da colaboração dos amigos do Serro. As interações e os campos no município (2019, 2020, 2021, 2022 e 2023) sempre foram extremamente enriquecedores para a pesquisa. A dedicação e a contribuição dos moradores locais têm sido fundamentais, proporcionando uma compreensão mais profunda e genuína do patrimônio e da dinâmica social do Serro, e fortalecendo o desenvolvimento contínuo e a finalização da tese.

Em 2022, a participação no III CLUP em Guadalajara, no México, também dirigido pelo professor Everaldo Costa e o GECIPA como um todo, foi um crucial na trajetória da pesquisa. Atuando como membro organizador e apresentando parte da pesquisa, essa experiência foi fundamental para o avanço da tese. O evento proporcionou valiosos intercâmbios acadêmicos e que foram essenciais para o desenvolvimento e conclusão do projeto, consolidando as ideias e fortalecendo a estrutura da pesquisa. Estar ao lado de pessoas que acreditam no seu esforço e seu trabalho são fundamentais para o engajamento e feitura.

Em 2023 e 2024, o trabalho na pesquisa se intensificou consideravelmente, mesmo com a carga pesada de responsabilidades profissionais (atuando como professor de ensino regular em São Paulo), e a ausência de bolsa de apoio em pesquisa. Apesar dos desafios e das exigências constantes, que muitas vezes se manifestaram em “puxões de orelha” essenciais para o progresso, a dedicação e o esforço contínuos foram fundamentais. A tese, então, transformou-se em uma realidade concreta, fruto de persistência, compromisso e suporte contínuo.

Assim, ao relacionar o ditado iorubá citado no início desta seção, que sugere que as batalhas atuais são o desdobramento de lutas antigas e que Esu está presente em cada uma delas. Ele ressoa com a ideia de que o *patrimônio-territorial* e as lutas pela preservação da identidade e da memória são processos que não começaram recentemente, mas que têm raízes profundas na história da colonização e nas contínuas lutas de resistência das comunidades.

Ao explorar a *formação socioespacial* e o *patrimônio-territorial*, a tese reconhece que as dinâmicas atuais de valorização e resistência são fruto de um legado histórico de conflitos e reivindicações. Os sujeitos, como os do Serro, enfrentaram e continuam enfrentando desafios que são parte de uma luta mais ampla e prolongada, refletida nas suas práticas culturais e na preservação de suas histórias, identidades e no seu próprio existir.

Iroko, Iroko Olúwére, Ògìyán Èèjù, Senhor da Boa Sorte, Grande e Eterno, nos lembra da permanência e da força duradoura que nos sustenta através das gerações. Assim como Iroko oferece sua proteção constante, o ditado iorubá de Exu nos lembra que as lutas de hoje são parte de uma longa história de resistência e perseverança. Ambas as figuras, em sua sabedoria e poder, ensinam que cada batalha travada é uma continuação de uma história maior, onde a resiliência e a adaptação são cruciais.

Portanto, ao estudarmos o patrimônio-territorial e as lutas que definem nossos espaços, podemos ver Iroko como o símbolo da estabilidade e continuidade que nos dá força, enquanto o ditado de Esu nos inspira a reconhecer e enfrentar os desafios contínuos. Essa compreensão nos permite valorizar nosso passado e presente, destacando a importância de ambas as figuras no fortalecimento da nossa identidade e na busca por justiça e reconhecimento histórico.

Dessa forma, a tese explora como as comunidades enfrentam suas batalhas e preservam suas identidades, inspiradas pela força duradoura de Iroko e pela sabedoria de Esu, na luta contínua por reconhecimento e valorização do *patrimônio-territorial*. A construção e finalização desta tese e sua leitura busca compreender em profundidade como elementos culturais e históricos moldam a luta das comunidades e a preservação de suas histórias e identidades.

INTRODUÇÃO



“NÃO PODEM REPRESENTAR A SI MESMOS, DEVEM SER REPRESENTADOS”.

(MARX, 2017, P. 101).

“Os homens fazem sua própria história, mas não de modo arbitrário, em circunstâncias escolhidas por eles mesmos, e sim naquelas que encontram imediatamente diante de si, dadas e transmitidas pelos antepassados. A tradição de todas as gerações mortas pesa como um fardo no cérebro dos vivos”
(MARX, 2017, p. 07)

As citações nada sutis de Marx que introduz esta tese tem o papel de trazer à luz a problemática do patrimônio: como podemos nos deixar ser representados apenas por casarões, igrejas e construções que trazem consigo um padrão que não representa os subalternizados dentro das cidades? Como não trazer este passado e compreendê-lo a fim de elucidar os sujeitos que realmente construíram a história do território? Esta problematização é central também em Costa (2016a, 2017, 2018, 2021, 2024).

A obra que Marx (2017) “O 18 de Brumário de Luis Bonaparte” traz consigo todo o processo da construção da Revolução Francesa e seus acontecimentos que levaram não somente o golpe de estado, mas as lutas de classes e a própria revolução operária. Nela a discussão da “história se repetir”, muitas vezes como “tragédia” e outras como “farsa”. Marx escreve sobre a conjuntura do período com um desfecho antes dele acontecer, ou seja, “a queda da monarquia”. Desta forma, quando Marx traz que “os homens fazem a sua história” não é apenas uma citação, mas uma paráfrase onde estes “autores” da história muitas vezes são também “atores” da mesma. Quando há o entendimento do papel dos povos na construção da história há também a compreensão dos fatores que levam ao desenlace histórico, econômico e principalmente social.

A citação da capa também está presente no livro de Edward Said, “Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente”, que se tornou um manifesto contra o “ocidente³” e sua visão deturpada e estereotipada do “oriente”. Nele, o autor traz ao debate como a cultura europeia adquiriu força e poder e tornou-se um padrão e as culturas não ocidentais tornaram-se clandestinas e subterrâneas e deveriam ser substituídas.

Este debate pode ser transferido para a América Latina, afinal, o continente latino-americano é marcado por tantas violências em seu território e no seu povo e ainda caminha resiliente e resistente às forças que continuam, de formas diferentes, presentes e pressionando o território. Este patrimônio não é o “pedra e cal”, mas o

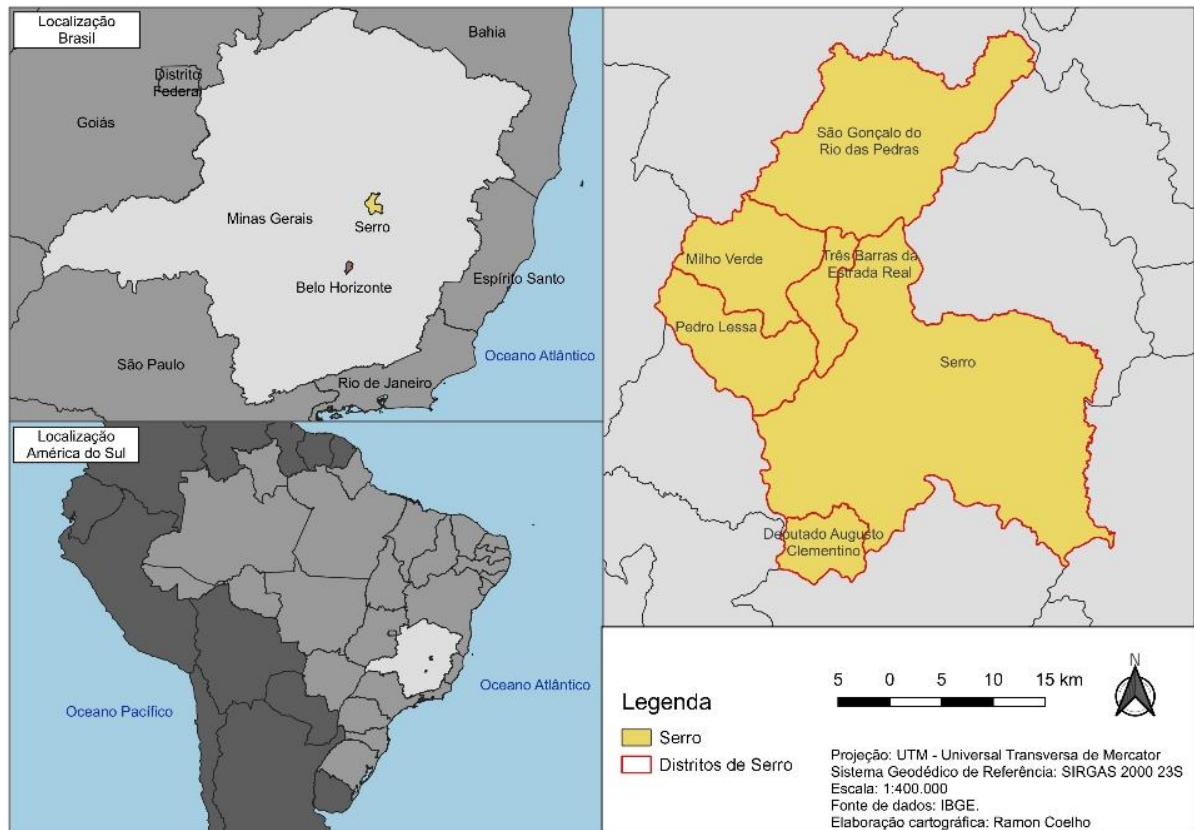
³ Na visão de Edward Said, o Ocidente é compreendido por Europa e Estados Unidos e o Oriente é todo o restante que, de alguma forma, sofreu ou ainda sofre as violências da colonização, neocolonização, colonialidade e exploração econômica das potências europeias e dos estadunidenses.

patrimônio dos subalternizados, o que Costa (2016a, 2017, 2018, 2021, 2024) trata por *patrimônio-territorial*.

O *patrimônio-territorial* vai além do “pedra e cal”, muito menos aquilo que se define pelos órgãos de preservação ou os intelectuais. Ele pode ser assimilado por “elementos singulares na história registrada em símbolos territoriais resistentes à colonialidade do poder” (COSTA, 2017, p. 56). No entanto, os saberes, as histórias de vida e, principalmente, tais sujeitos podem ser evidenciados, considerando que a história oficial os negligencia no processo de constituição dos territórios. O *patrimônio-territorial* é a resistência à colonialidade, uma alternativa para a valoração dos subalternizados e a elucidação das contradições do próprio território (COSTA, 2017).

Uma forma de observar estas questões é indo no caminho dos questionamentos proferidos no primeiro parágrafo desta introdução, onde o patrimônio torna-se a chave da dialética da história oficial do território e a história ocultada dos subalternizados do território (e a biografia do sujeito e a história do território são guias analíticos apresentados por Costa, 2016a, 2017, 2018, 2021, 2024). Nesta pesquisa, o empírico são as cidades coloniais de origem mineratória em Minas Gerais, principalmente Serro (mapa 01), um pequeno município na metade norte de Minas, uma expressão da *formação socioespacial brasileira*.

Mapa 1 - Localização e distritos do Serro – MG



Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por Ramon Coelho

A *formação socioespacial brasileira* é interpretada como uma totalidade (SANTOS, 1977) e o *patrimônio-territorial* como uma expressão de singularidade-universalidade que invoca a formação socioespacial, onde ele é síntese dialética e resistência duradoura (COSTA, 2016a; COSTA, 2021; COSTA, 2024). Desta maneira, a geografia tem muito a explicar e colaborar. Ela pode revelar a história do território que vai muito além da história oficial.

Nesta perspectiva, as cidades coloniais que tiveram origem com a mineração são fundamentais ao nosso entendimento. Estas cidades adquiriram um “status” com os modernistas, representando a identidade nacional que traz consigo a própria colonização. Elas são a representação do rural e da ruralidade, híbrido de luta pelo controle territorial e referência à continuidade social (ALVARADO e COSTA, 2019); as cidades mineiras podem ser analisadas no contexto da *formação socioespacial brasileira*, a partir de Milton Santos (1977), caminho metódico também adotado por Costa (2010; 2011; 2015) e Alves (2020). Assim, a partir desta categoria, é possível

compreender a sociedade brasileira dentro de um desenvolvimento histórico e global, ou seja, uma análise geográfica da totalidade social.

O passado, *formação socioespacial*, e o presente, onde se inserem objetos atuais e pretéritos com novas funções sociais, são revelados também no município do Serro, recorte espacial da tese, localizado ao centro norte de Minas Gerais, com mais de trezentos e vinte anos de história, onde ainda é perceptível a convergência de diversos tempos em seu território. Um lugar que ainda guarda elementos genuínos, ou seja, o *patrimônio-territorial*, que promovem a existência e a resistência. Conforme Costa (2015, p. 52): “o patrimônio urbano está situado em um tempo aparential, em uma vida material e imaterial, no passado e no presente, com perspectivas de um futuro, isto é, de um devenir universal-particular.”

O poder e os próprios ideais da elite colonial estão presentes nas cidades desde o passado. Assim, fica possível compreender como está a utilização e o apoderamento do território ainda hoje. Ou seja, uma perpetuação do mesmo poder. Como afirma Costa (2015, p. 52), “é a expressão singular da universalidade impressa por essa classe”. Desta maneira, é possível a compreensão do próprio uso e apoderamento do território.

Mas, não podemos ficar presos a um passado áureo e venerável, conforme Lima (2018, p. 37): “para o desvendamento desta suposta condição de esquecimento que propomos tratar, faz-se necessário uma análise histórica como caminho para pensar a dialética entre o antigo e o atual, a estagnação e o desenvolvimento, o atraso e o progresso”. Atenção especial deve ser dada à relação entre o poder hegemônico e os subalternizados.

Desta maneira, é preciso compreender a ‘alma do lugar’ (YÁZIGI, 2019) viva no seu povo, em sua própria existência. O município apresenta elementos representativos da *formação socioespacial brasileira* de ‘raízes rurais’ (HOLANDA, 2014), do perene poder patriarcal (FREYRE, 2006) e expõe uma outra relação rural-urbano (ALVARADO e COSTA, 2019) ao qual o seu território permanece com o encobrimento de lutas e de povos⁴ (MORAES, 1991). Por isso, é necessária a

⁴ Por exemplo, a luta do povo quilombola que ainda hoje busca o seu reconhecimento dentro do território serrano (além de sofrerem pressões pelo seu território por empresas mineradoras). Nos trabalhos de campo de 2019/ 2020/ 2022 foi possível assistir a manifestações do remanescente quilombola contra a instalação da mineradora Anglo American ao lado da sua localidade, extirpando toda a história e memória de um povo que já sofre uma pressão e uma tentativa de apagamento.

compreensão da dialética do antigo e do atual, da história oficial e popular, do *patrimônio-territorial* e patrimônio institucionalizado ou “pedra e cal”.

A escolha deste recorte de estudo procede de sua particularidade: um município que é tão antigo quanto outras cidades coloniais mineiras, mas resguarda o tradicionalismo, os sujeitos e os seus bens culturais. Um local capaz de explicar, de forma clara, o *patrimônio-territorial* anunciado e a fricção, tensão e simbiose rural-urbano, como definem ou trabalham Alvarado e Costa (2019).

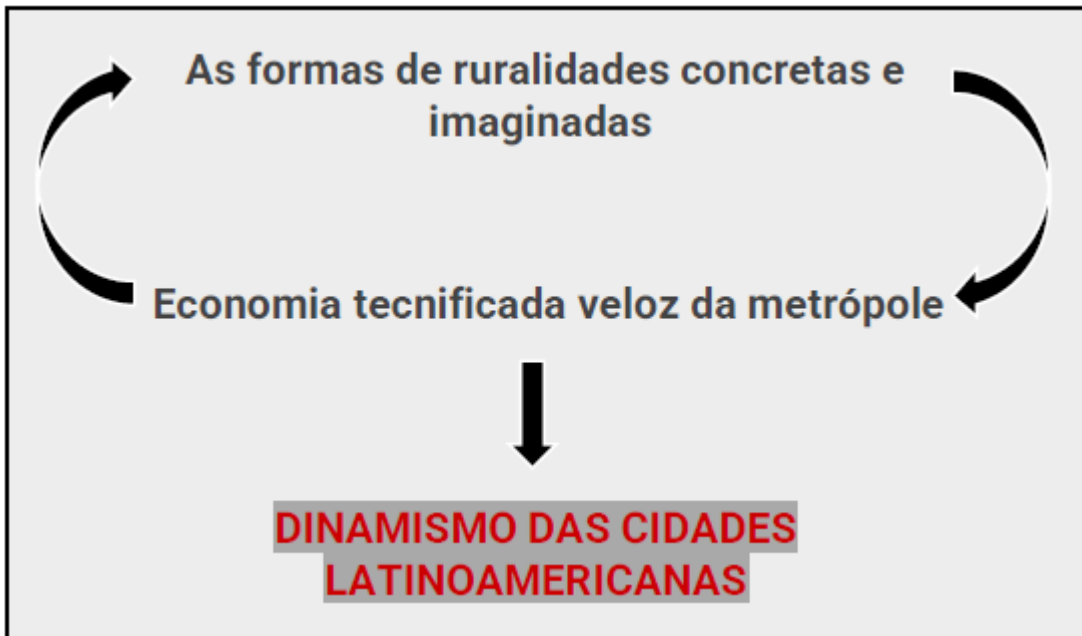
Esta tríade *fricção, tensão e simbiose rural-urbano* (ALVARADO e COSTA, 2019), vem da necessidade de acusar a dicotomia entre rural x urbano e a própria banalização destas ideias, como criticam os autores. A Geografia não pode ser uma ciência que fragmenta: ela estimula a compreensão do todo, ou seja, aproximar-se da totalidade.

Para os autores, a fricção rural-urbana ocorre a partir das imagens e mensagens produzidas da estética do lugar e que são reproduzidas de alguma forma nas maiores cidades ou nas metrópoles, sempre trazendo a associação entre a pequena cidade com o campo e a própria natureza. Segundo Alvarado e Costa (2019, p. 12):

La fricción urbano-rural “ocurre en el plano de mensajes producidos por las imágenes y la estética lugareña, que son captadas y reproducidas en la metrópolis, la cual genera la asociación de la pequeña ciudad con la “naturaleza” y el campo. La tensión urbano-rural ocurre en la dimensión de la virtualidad o de la simulación de esa relación, en el ámbito del lugar de destino, la cual el turista lleva y proyecta. La simbiosis urbano-rural es la propia realidad del lugar, es la esencia y la interacción que el turista puede ver, apropiarse o aproximarse poco.

Por esse motivo a importância de considerar a totalidade de cada momento histórico, afinal, eles estão sempre vinculados (Imagem 1). O rural e urbano são um fato de uma interação duradoura, em suma: “el territorio aglutina la historia sin rupturas plenas” (ALVARADO e COSTA, 2019, p. 24).

Imagem 1 - Esquema de compreensão da relação rural-urbana na América Latina



Fonte: elaboração própria (baseado em Alvarado e Costa, 2019).

Esta tese tem a contribuir para a ciência geográfica, pois questiona as dicotomias rural x urbano e sociedade x natureza, buscando trazer o sujeito de forma a protagonizar a discussão do *patrimônio-territorial* ou de um patrimônio popular que não é o patrimônio cultural instituído. A geografia precisa compreender a realidade, pois abarcar o espaço fragmentado não é o seu papel, é preciso a compreensão da sua totalidade (COSTA e SCARLATO, 2019).

O **objetivo geral** da tese é identificar e analisar o *patrimônio-territorial* do Serro (vinculado à simbiose rural-urbano) significativa da *formação socioespacial brasileira*, onde o urbano apresenta-se como prolongamento do mundo rural e das raízes coloniais brasileiras.

A construção do objetivo geral e por conseguinte dos objetivos específicos vem da compreensão da fronteira entre o rural–urbano que não é fixa e muito menos fechada. O seu perímetro é totalmente móvel e poroso e, por esta razão, é necessário vislumbrar o espaço e até mesmo as pesquisas além da dicotomia rural x urbana.

Nesta perspectiva, a escolha do Município do Serro como o empírico desta tese, é relacionada ao seu relevante processo histórico de formação. O município está localizado no sul do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais (fundada há 310⁵ anos

⁵ Fundação em 29 de janeiro de 1714 (categoria de Vila).

pela descoberta do ouro, quando adquiriu grande importância⁶ na região). Após a decadência aurífera, perdeu o protagonismo e se isolou; pois a ligação ferroviária só chegou até o município vizinho, Diamantina, a cerca de 90 quilômetros.

Serro é um importante palco para a discussão da *fricção, tensão e simbiose rural-urbano*, assim como da compreensão do *patrimônio-territorial* preservado e ativado pela população serrana que vive na cidade: este sujeito que tem, na sua essência, o existir, o habitar e o viver. Desta maneira, foram definidos **os objetivos específicos**: **(I)** Elucidar a *formação socioespacial brasileira*, contextualizando-a com o surgimento e desenvolvimento do Município do Serro (MG) no período da mineração do século XVIII e posteriormente; **(II)** Analisar a gênese do rural-urbano no Brasil do século XVIII a partir das cidades da mineração no Brasil e, em especial, do Serro; **(III)** Compreender o *patrimônio-territorial* como conceito da análise das variantes representativas do rural-urbano no Brasil; **(IV)** Analisar os elementos inerentes ao *patrimônio-territorial* e, por conseguinte, da *fricção, tensão e simbiose do rural-urbano*, aplicados ao município.

Abreu (2014) afirma que para se desvendar as múltiplas dimensões do presente é preciso investigar todo o processo histórico originário. Assim, “nessa busca pelo passado, entretanto, não devemos nos ater apenas aos vestígios concretos que ele deixou, isto é, às formas materiais que ainda subsistem na paisagem. As formas não materiais também precisam ser investigadas” (ABREU, 2014. p. 294).

A interpretação do território brasileiro é fundamental ao entendimento de sua diversidade, pois “representa a soma e a síntese das histórias de suas regiões” (ALVES, 2020, p. 152).

Evidenciam-se nas cidades os “tempos subalternos diferenciados, marcados por dominações específicas” (SANTOS, 2014. p.118). Neste contexto, é cabível discorrer que pode haver uma “revanche da cultura popular sobre a cultura de massa.” (SANTOS, 2005, p. 143). Ou seja, uma heterogeneidade existente da resistência e, até mesmo, a resignificação da cultura popular. Deste modo, o *patrimônio-territorial* se dá como fato e conceito de uma “resistência popular” que coloca os invisibilizados no centro do debate (COSTA, 2016a) e se diferencia totalmente da discussão patrimonial tradicional que se debruça sobre os objetos e fazeres para serem

⁶ De acordo com Bergard (1999), o Serro possuía em 1776 aproximadamente 18% de toda a população de Minas, ou seja, era um dos maiores núcleos povoadores na época.

institucionalizados (ótica do Estado-mercado), perdendo a oportunidade de potencializar os sujeito-patrimônio definido por Costa (2017)⁷.

Desta forma, Costa (2021) afirma que o *patrimônio-territorial* “totaliza y enfatiza el territorio como guardián de la memoria de resistencias sociales a las múltiples violencias urbano-rural modernas, que conduce los sujetos a una situación espacial duradera en el continente” (COSTA, 2021, p. 118). O conceito é a junção entre substantivo e adjetivo que “totaliza o território abrigo, o território de todos, território que não se faz sem o sujeito (sem ele, o território é mero recurso econômico, maior dos males que enfrenta nossa sociedade, essa visão mercantil-dicotomizante do território; perspectiva esta dialogada com Milton Santos). Logo, para E. Costa, os centros históricos não são as únicas referências da memória: o sujeito e as periferias carregam muito destas reminiscências (Imagem 2).

⁷ “A ideia de ‘sujeito-patrimônio’ remete a todos os viventes no sítio, pois são os responsáveis diretos pela manutenção do lugar e da vida. Ele representa a possibilidade mais real da preservação, da luta ou da resistência no sítio de pertencimento” (COSTA, 2017, p. 71).

Imagem 2 - Esquema de compreensão do conceito de patrimônio-territorial



Fonte: elaboração própria a partir de Costa (2016, 2017, 2018, 2021, 2024).

Para a realização desta tese foi fundamental o diálogo direto entre o trabalho de campo e a teoria. Isso é importante, afinal, na própria história da Geografia, visto que até a década de 1960 ela era muito mais descritiva que analítica. Conforme Costa e Scarlato (2019, p. 648), “o trabalho de campo é começo, meio, fim e reinício da investigação geográfica”.

A empiria tem este papel: captar o movimento, rever, analisar e interpretar a realidade e, se possível, favorecer a criação de uma proposta teórica, mesmo pequena, para abordar a realidade em suas diferentes dimensões (COSTA e SCARLATO, 2019). A natureza desta pesquisa é aplicada numa abordagem qualitativa, pois visa compreender o fenômeno no real, buscando a análise de múltiplas fontes e relacionando sempre com a teoria (CRESWELL e CLARK, 2013).

Assim, a tese tem como conceitos condutores: a *formação socioespacial brasileira* (SANTOS, 1977); o *patrimônio-territorial* (COSTA, 2016; 2017; 2018; 2021,

2024); a tríade *fricção, tensão e simbiose rural urbano* (ALVARADO e COSTA, 2019). Na dimensão histórica do debate sobre o rural-urbano, serão considerados os autores Abreu (2002), Corrêa (2000), Costa e Scarlato (2009), Moreira (2020), Santos (1965, 2010), Saquet (2014), Rua (2005) e Vasconcelos (2009). Diante destes conceitos e noções, os métodos de pesquisa são aplicados de acordo com Santos (1977) sobre a *formação socioespacial brasileira* que tem como base a Geografia Crítica e o método dialético. A dialética tem em seu alicerce a tese, a antítese e a transcendência até encontrar a síntese; ou seja, mais do que interpretar a realidade, reflete-se sobre ela (HEGEL, 2008).

A discussão patrimonial anverso à urbanização numa visão crítica, “demanda matizes do ponto de vista existencial e propositivo” (COSTA, 2016b, p. 02). Assim, *patrimônio-territorial* e a relação rural-urbano devem ser pensados a partir dos sujeitos que são as chaves do processo, comandam as “[...] situações, sentidos e representações contemporâneas: do urbano, de urbanidades, de identidades e de imagens realçadas pelos sujeitos ouvidos” (COSTA, 2016b, p. 02).

Neste sentido, a pesquisa segue o fundamento de método já desenvolvido por Costa (2016, 2021), ou seja, o método dialético e existencialista, que conformam juntos a epistemologia geográfica da existência (base miltoniana), bem como o enfoque decolonial (latinoamericano), que são inerentes ao conceito *patrimônio-territorial*. Costa (2016a) afirma que o *patrimônio-territorial* adquire um caráter de revelação ou mesmo acusação dos territórios que foram e continuam a ser invadidos por lógicas hegemônicas que tendem a dismantelar a rede comunitária local. Desta forma o *patrimônio-territorial* é essa força ativada ou que ativa os sujeitos contra a transgressão capitalista. Não obstante, a dialética está pautada na compreensão do *patrimônio-territorial* do Serro (MG), síntese da particularidade e da totalidade da *formação socioespacial brasileira*.

No plano teórico-conceitual, destacam-se os autores: Everaldo Batista da Costa, Ilia Alvarado-Sizzo, Horácio Capel, Maurício Abreu, J. S. Martins, Alfredo Bosi, Carlos Rodrigues Brandão, Maria José Carneiro, Antônio Carlos Robert Moraes, Maria Nazareth Baudel Wanderley, Paul Claval, Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Gilberto Freyre e Amália Ines Geraiges Lemos.

Houve, também, a busca e a leitura de dissertações e teses no repositório da UnB (principalmente as vinculadas ao GECIPA), como também foram utilizados os repositórios da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de

Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade Autônoma do México (UNAM). Por fim, houve o contato direto com as revistas latino-americanas que apresentam artigos sobre o patrimônio a partir dos sujeitos subalternizados.

Da mesma forma, realizou-se a pesquisa na biblioteca do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no Serro (MG) e em Belo Horizonte (MG); busca dos livros do tomo dos monumentos da cidade; consulta ao Acervo Histórico do município, na Secretaria Municipal de Turismo e Museu Casa dos Otonni; investigação das séries históricas e estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): números populacionais e economia.

No que se refere ao empírico da pesquisa, cabe destacar os campos exploratórios feitos em 2019, 2020, 2022 e 2023 com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde houve o entendimento da cidade do Serro e a vivência das entrevistas (mais como um diálogo para o entendimento da realidade dos moradores⁸). Houve, igualmente, encontros documentados com moradores e representantes da governança local⁹. Um trabalho de campo mais estruturado para a tese com a finalidade de promover um maior entendimento do objeto e baseando-se na premissa que a “empíria deve captar a vida em movimento.” (COSTA e SCARLATO, 2019, p. 659). Ou seja, revisar os conceitos espaciais, interpretar as representações do espaço e explicar a situação espacial em sua totalidade.

Deste modo, o campo para Serro (MG) favoreceu a compreensão da transescalaridade e a transtemporalidade (SAQUET, 2008) deste território que abriga não somente conjuntos arquitetônicos seculares, mas sujeitos que carregam em si o próprio patrimônio. Assim, o campo feito adentrou o endógeno do município, catalogando os saberes-fazer¹⁰ (GPS), fotografando locais que exemplifiquem a relação rural-urbana e o próprio *patrimônio-territorial*, entrevistando (entrevistas estruturadas e não-estruturadas) as pessoas que vivem naquele local e a governança atual (associações de bairro, guardiões do Rosário, comunidades quilombolas etc.),

⁸ Destaca-se o auxílio da moradora, guia turística e poeta da cidade: Joyce Costa. Também o apoio incondicional de Samantha Reis, Maria Thereza Almeida e Simone Cardoso.

⁹ Entrevistas documentadas pelo autor (anexo 01 e 02).

¹⁰ O município é marcado por benzedores, quituteiras e artesãos. Assim, houve entrevistas e tiragem de fotos para a construção deste trabalho, além da marcação da localização geográfica para a cartografia.

visitando os quilombos locais, as festas religiosas, os centros comunitários de produção de queijos e artesanatos.

As fotografias têm um papel de destaque nesta tese, pois conseguem trazer um pouco das abstrações e realidades do campo, afinal a imagem é relacional e traz consigo um pouco do próprio pesquisador em campo, ou seja, a fotografia não é passiva. A fotografia é também memória, conforme Costa (2014, p. 81) “as imagens espaciais guardam um papel singular na memória individual e coletiva”.

Desta forma, a “paisagem-memória é um elemento contrastivo para se enxergar mais nitidamente o presente, as transformações, os embates históricos da formação cidadã” (COSTA 2014, p. 84). Assim, a fotografia também faz parte da metodologia desta pesquisa, pois está vinculada aos sentidos dos próprios sujeitos e quiçá do *patrimônio-territorial*.

Assim, foi possível a produção de mapas e acervo de imagens como arcabouço da realidade serrana para a tese, num movimento de “abordagem da realidade a luz dos métodos” (SCARLATO e COSTA, 2019). Diante de toda a coleta de dados, entrevistas e questionários, foi possível a construção de toda a estrutura da tese, além de todo o apoio crítico das avaliações de qualificação e orientação.

A tese está estruturada em quatro capítulos, o primeiro traz a *formação socioespacial brasileira* e a cidade colonial como sua expressão. Neste capítulo há uma passagem pela construção desta categoria analítica cunhada por Milton Santos e como ela é aplicada para a compreensão do Brasil, das cidades coloniais de origem mineratória e Serro.

No segundo capítulo, há um resgate da “patrimonialização global” ao conceito de “patrimônio-territorial” e como ele é a expressão da singularidade da *formação socioespacial brasileira*. O capítulo também traz a patrimonialização no Brasil e sua exterioridade na relação rural-urbana no município do Serro.

O terceiro capítulo é dedicado a discussão do rural-urbano no Brasil, como o discurso de um Brasil urbano pode ser contrastado a partir do conceito de “Fricção, Tensão e Simbiose do Rural-Urbano” e este como o próprio *patrimônio-territorial* em Serro.

O quarto e último capítulo é Serro como o próprio *devir* da *formação socioespacial brasileira*. Ou seja, Serro é a expressão da categoria desenvolvida por Milton Santos. Este município traz o *patrimônio-territorial* como a *fricção, tensão e*

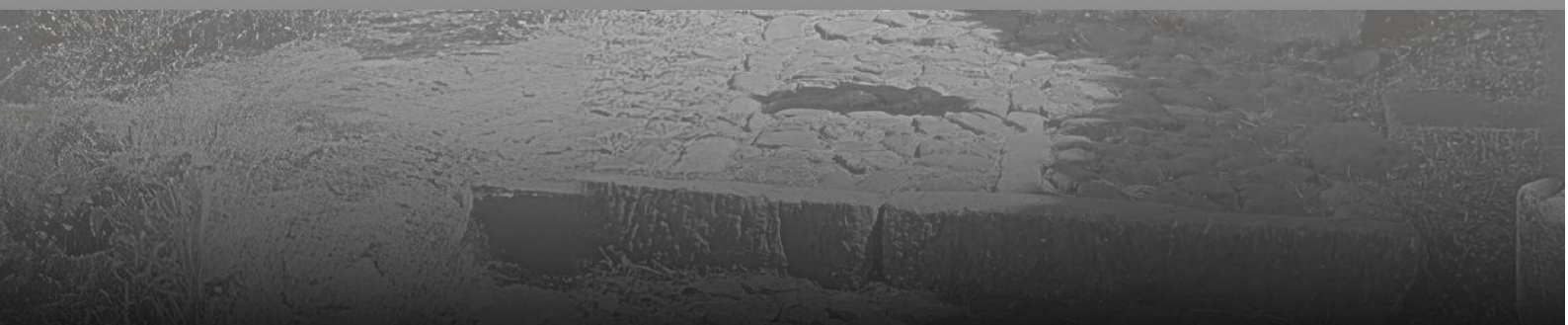
simbiose do rural-urbano e estes são a significação da formação socioespacial brasileira.

PARTE I



NAS MARGENS DO CÓRREGO BATEAVA O OURO DE ALUVIÃO...
ENCONTROU A PRIMEIRA PEPITA DO SERRO,
AQUI DESCOBRIU O OURO, DEU ORIGEM À EXPLORAÇÃO...
MAIS TARDE O CÓRREGO RECEBEU,
ENTÃO O NOME DE QUATRO VINTÉNS
VALOR DA PRIMEIRA PEPITA QUE SE RECONHECEU...
(COSTA, 2020 - POETA SERRANA.)

(COSTA, 2020 - Poeta serrana.)



1. FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA – A CIDADE COLONIAL COMO SUA EXPRESSÃO

“Proponerse no recordar es como proponerse no percibir un olor, porque el recuerdo, como el olor, asalta, incluso cuando no es convocado.”
(SARLO, 2017, p. 9)

A categoria espacial tem a premissa de que o “espaço é a acumulação desigual de tempos” (SANTOS, 2009, p. 13). Ou seja, nos diferentes momentos da história ocorrem eventos e fenômenos que modificam o próprio espaço. Desta forma, não há dissociação entre tempo e espaço. Na imagem 3, por exemplo, como podemos fragmentar um local onde passado e presente e seus sujeitos estão tão imbricados? Como compreender este espaço sem olhar o seu passado e sua relação dialética com o presente? A partir do *patrimônio-territorial* é possível desvelar a totalidade de um território como este. E a categoria *formação socioespacial brasileira* é um meio para este desvelar.

Imagem 3 - Centro comercial do Serro (Largo da Purificação)



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2020.

O *patrimônio-territorial* representa uma forma de resistência à persistência dos padrões de poder colonial que, historicamente, influenciam as dinâmicas sociais, políticas e econômicas. Essa resistência ocorre através da ativação, preservação e valorização deste patrimônio dos subalternizados. Ao trazer à luz o valor desses lugares, os subalternizados podem desafiar as narrativas dominantes impostas pelo poder colonial e afirmar sua própria identidade e autonomia (COSTA, 2016a, 2017).

Ao reconhecer e preservar o *patrimônio-territorial*, as comunidades não apenas resistem à colonialidade do poder, mas também reivindicam seu direito à autodeterminação e à construção de narrativas próprias sobre sua história e identidade. Essa conexão entre *patrimônio-territorial* e *formação socioespacial* destaca a importância de compreender estes locais e povos como forma de luta política, cultural e social.

Desta forma, compreender que *formação socioespacial* a partir do *patrimônio-territorial* é entender que a noção de singularidade-totalidade não é concebida como uma dicotomia que obstrui a compreensão abrangente, mas sim como uma interação dinâmica que permite a interpretação do território brasileiro tanto de forma geral quanto singular, ou seja, em sua totalidade (COSTA, 2017).

Presente e passado coexistem, o passado não se esvai e o presente desenrola-se pelo momento imediato. E muitas vezes é preciso recorrer ao passado para a compreensão do momento presente. De acordo com Abreu (2014, p. 265), “o peso da história ainda se faz sentir bastante no Brasil”, uma vez que as formas do passado se relacionam com o hoje e são importantes para sua compreensão, por exemplo, as cidades coloniais mineiras. Conforme Lowenthal (1998, p. 62):

Na verdade, temos consciência do passado como um âmbito que coexiste com o presente ao mesmo tempo que se distingue dele. O que os une é nossa percepção amplamente inconsciente da vida orgânica; o que os separa é a nossa autoconsciência – o pensar sobre nossas memórias, sobre história, sobre a idade das coisas que nos rodeiam. A reflexão frequentemente distingue o aqui e o agora – tarefas sendo feitas, ideias sendo formadas, passos sendo dados – de coisas, pensamentos e acontecimentos passados. Mas união e separação estão em contínua tensão; o passado precisa ser sentido tanto como parte do presente quanto separados dele.

Deste modo, quando observamos uma cidade não vemos apenas o momento presente, já que dentro daquela paisagem há memórias, pensamentos, histórias, lutas e reverberações que permanecem intrincadas no agora. Para Capel (2009), “ellos nos interesan porque ayudan a entender las raíces del presente.” Por isso, a importância

dos patrimônios – eles podem revelar mais do que apenas os tipos de edificações, mas as lutas e os seus sujeitos.

Assim, o território apresenta diversas formas de apreensão em caráter político, econômico e social. Sua extensão e sua ocupação são variáveis de acordo com o uso do poder e, até mesmo, pelas relações sociais diante do modo de produção dominante e de seus antecessores. Ele é o uso, a construção e a desconstrução pela ação dos sujeitos ao longo do tempo (SANTOS, 2014).

Santos (1977) aproxima o território do conceito marxista de formação socioeconômica, onde há correspondência entre o modo de produção e as relações sociais em diferentes escalas. Assim, espaço e formação socioeconômica definem a *formação socioespacial*, totalidade das esferas econômica, social, política e cultural de uma sociedade.

Logo, a concepção do território brasileiro a partir da *categoria formação socioespacial brasileira*, proposta por Santos (1977), é indispensável por sua ótica totalizante. Ela traz à luz, desde sua gênese colonial, os processos sociais e as consequentes alterações provenientes do uso do território, o que possibilita desvelar suas contradições, promover reflexões e/ou cooperar para as resistências: não apenas para o discurso histórico, mas para todos os contrassensos presentes. De acordo com Walter Benjamin, é preciso compreender “os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos” (BENJAMIN, 1987, p. 223). Logo, é preciso interpretar todo o processo da formação¹¹ do espaço brasileiro abarcando os pequenos e grandes acontecimentos e todos os sujeitos, em outras palavras interpretar em sua totalidade.

Este capítulo discute esta categoria analítica desenvolvida por Milton Santos em 1977; e a emprega na análise das cidades coloniais mineiras, principalmente no município do Serro, em Minas Gerais. Desta forma, a disposição do capítulo se prosta a partir de uma síntese da formulação da categoria *formação socioespacial* desde Marx até a concepção de Milton Santos.

¹¹ Importante compreender o sentido de formação “o registro de formação é a história propriamente dita, aí incluídas suas representações, sejam aquelas que conhecem o processo histórico, sejam as que o ocultam (isto é, as ideologias)”. (CHAUÍ, 151, p. 151). Essa formação não se prende ao passado e determinações econômicas, sociais e políticas, mas “[...] pensam em transformação e, portanto, na continuidade ou descontinuidade dos acontecimentos percebidos como processos temporais”. (CHAUÍ, 151, p. 151).

Em suma, como ele é aplicado na análise da formação destas cidades em sua totalidade, por ser lente teórica poderosa para entender as complexas dinâmicas que moldam as cidades brasileiras, incluindo Serro, e para como este município, *patrimônio-territorial*, é uma expressão da *formação socioespacial brasileira*.

1.1. Formação socioespacial como categoria analítica

A *formação socioespacial brasileira* é uma análise da totalidade social sob um “invólucro histórico determinado”, ou seja, “cada sociedade veste a roupa do seu tempo” (SANTOS, 1979, p. 12). Assim, o todo está sendo reproduzido nas particularidades, nas cisões que totalizam, bem como as partes que compreendem uma porção do conjunto (SANTOS, 1979). A continuidade e a descontinuidade são evidenciadas pela *formação socioespacial*. Esta é, nas palavras de Santos (1977, p. 84), uma “teoria das mediações” entre o escopo social e o próprio espaço. Desta maneira, a *formação socioespacial* permite “o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução”.

Ao contrário do pensamento da Geografia antes da década de 1970, que se preocupava mais com a forma do que pela função, a concepção de Milton Santos na década de 1970 é uma grande revolução que traz o espaço, *em movimento*, em destaque para a ciência que tem ele como o seu grande objeto de estudo. Santos afirma: “a Geografia se interessou mais pela forma das coisas do que pela sua formação” (SANTOS, 1977, p. 81). Desta maneira o autor traz à luz este espaço geográfico, não estático que a geografia vinha trazendo, mas algo vivo e dinâmico, ou seja, ativo e em movimento.

Esta categoria vem do resgate em Marx do conceito de *formação social*, onde ele busca apreender as sociedades concretas, isto significa trazer as sociedades como uma totalidade fragmentada que é percebida pela discrepância dos fenômenos no seu processo de formação e não por suas similaridades, uma dialética. Segundo Marx (2003, p. 248), a “unidade da diversidade”¹².

¹² Na obra “O 18 Brumário de Luís Bonaparte Marx (2017) traz esta discussão, abarcando as esferas das estratégias políticas, militares, sociais e até mesmo ideológicas da sociedade francesa capaz de promover uma “tragédia” em prol de uma “farsa” contra o proletariado.

Desta maneira, fica clara a influência de Marx, que proporcionou um diálogo necessário para uma Geografia mais crítica do espaço que até aquele momento era inócua. Moraes (2013, p. 33) afirma que o texto “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método” publicado em 1977 é “o diálogo mais explícito de Milton Santos com a metodologia marxista”. Santos traz desta forma uma ferramenta, uma “categoria” e “conceito” capazes de interpretar a realidade brasileira em sua totalidade.

Inicialmente, Karl Marx traz o conceito de *Formação Econômica e Social* (FES) para estudos da sociedade, na dialética da totalidade e suas partes. Na sua construção ocorre um processo de ruptura do uso do conceito “forma” para um conceito mais ativo “formação”. Sereni (2013) destaca o uso inicial deste conceito, ainda de forma pouco profunda, na obra “A Ideologia Alemã” e posteriormente na “Introdução à contribuição à crítica da Economia Política”, onde surge o termo completo *formação econômico-social* que vai sendo aprimorado ao longo das suas obras até se tornar uma categoria primordial do materialismo histórico-dialético.

Nessa perspectiva, Sereni (2013, p. 313) destaca a importância em Marx para esta categoria:

Diferentemente de outras como aquelas, por exemplo, de “relações ou de modo de produção”, de “estrutura econômica de base” ou de “superestrutura jurídico-política” ou “ideológica”, entre outras – esta categoria expressa a unidade (e, agregaremos, a totalidade) das diferentes esferas: econômica, social, política e cultura da vida de uma sociedade; e a expressa, além disso, na continuidade e ao mesmo na descontinuidade de seu desenvolvimento histórico.

Sereni (2013, p. 321), na mesma obra, apresenta:

À unidade e à totalidade do processo histórico – e, *por isto mesmo*, o recurso continua numa categoria como a de “formação econômico-social” – assume, ainda mais que em Engels, o significado não somente de uma correção das simplificações e deformações, positivistas ou de outro tipo, da concepção marxiana da história, mas também o de uma explicitação e aprofundamento de um de seus temas centrais, que agora toma novamente todo o poder irresistível das mais vigorosas formulações de Marx. Se nas últimas cartas de Engels já citadas, a polêmica contra as simplificações e deformações da concepção materialista da história é encarada essencialmente sublinhando que as relações entre estrutura e superestrutura não podem ser reduzidas à relação entre causa e efeito e que, ao contrário, devem ser referidas à categoria de “ação recíproca” (...) o que agora aflora, melhor dizendo, aflora *pela primeira vez* (em forma explícita, pelo menos) é justo a noção da *unidade e da totalidade do processo histórico*. E quando Lênin nos quis explicar as razões do enorme êxito e da grande influência histórica de *O Capital*, enfatiza no fato de que Marx logra com isso mostrar ao leitor “[...] toda a formação social capitalista como uma coisa viva [...]”; (...), refutando a “interpretação econômica da história”, fala-nos, ao contrário, da história como “da *totalidade e da unidade* da vida social.

Desta forma, torna-se claro que a categoria *formação social* é de suma importância, pois desvela a lógica estrutural de uma sociedade. Ou seja, vai muito além da ideia de modo de produção¹³. Afinal, modo de produção, formação social e espaço são interdependentes, de acordo com Santos (1979). Ou seja, “todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social” (SANTOS, 1979, p. 86). O autor completa dizendo: “os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço”. (SANTOS. 1979, p. 88).

Nesta perspectiva há uma aproximação entre a Geografia e a História, numa dimensão totalizadora. É possível ver uma mutualidade entre as dimensões da História e da Geografia, mas de forma sempre complementar e não dualista¹⁴. Sempre numa perspectiva dialética.

A totalidade que está presente nesta discussão é uma totalidade dialética como afirma Kosik (1976, p. 42) “as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação com as partes”. Kosik ainda traz que a “realidade é um todo dialético e estruturado” e também “a realidade é a totalidade concreta” (1976, p. 43). Isto posto, é possível concluir que a totalização das partes não faz o todo, mas a própria totalidade é a criação do todo (KOSIK, 1976).

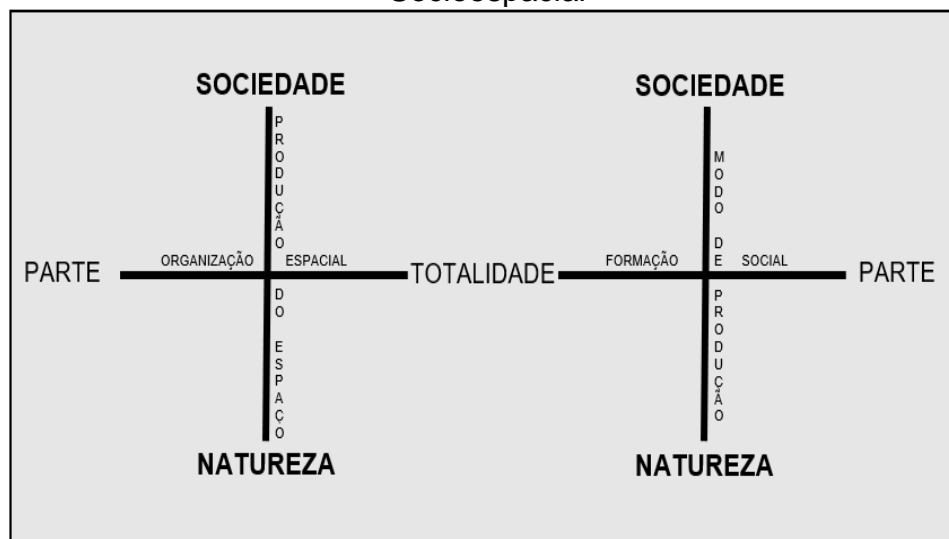
Nesta lógica Kosik (1976, p. 41) destaca “o objeto do estudo científico [...] nunca é a totalidade de todos os fenômenos observáveis em um determinado instante e lugar, mas sempre apenas determinados aspectos que dela são abstraídos”. Assim, partimos nesta pesquisa com o município do Serro em Minas Gerais, cidade mineradora e também expressão da *formação socioespacial brasileira*, ou seja, a parte para compreensão do todo. Desta maneira é passível de compreensão “a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional”. (SANTOS, 1979, p 87).

¹³ De acordo com Santos (2014, p. 26), numa perspectiva comparada a ciências naturais, o modo de produção seria como “gênero” cujas formações sociais seriam as “espécies”; o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização e somente a FES seria a possibilidade realizada”.

¹⁴ A discussão sobre dualismos e dicotomias serão abordados *a posteriori* no texto.

Esta é a base na qual Milton Santos constrói o conceito de *formação socioespacial*, capaz de compreender o espaço, que é o resultado da relação da Sociedade com a Natureza. O autor cita Aristóteles na epígrafe do trabalho que dá origem ao conceito “O que não está em nenhum lugar não existe” (SANTOS, 1977, p. 81), ele traduz a importância do espaço e como ele é social, afinal não existe espaço sem sociedade. Santos afirma que a “Formação Econômica e Social parece-nos mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço”, ou seja, “a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1977, p. 81). No esquema abaixo fica claro a interpretação da Formação Econômica e sua relação com a *Formação Socioespacial*.

Imagem 4 - Esquema de Formação Econômica e a sua relação com a Formação Socioespacial



Fonte: Adaptado de Machado (2016).

É preciso destacar que Milton Santos traz uma questão crucial para tratar a Formação Econômica, Social e Espacial, onde ele trata natureza e espaço como sinônimos. Esta natureza é aquela transformada ou como Marx traz, a “segunda natureza”. É uma dialética entre o universal e o singular. Isto significa que não é possível compreender apenas um local desprendido do restante do espaço, mesmo com suas peculiaridades ele faz parte do todo, logo só é possível a partir de uma visão totalizadora.

O autor traz uma indagação que ajuda a entender todo o atraso da ciência geográfica e da própria concepção de pesquisas que apenas separam e/ou

dicotomizam. Nas palavras de Santos (1977, p. 93), “como podemos esquecer por tanto tempo esta inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e de espaço inerentes à categoria de formação social?”.

O autor traz a questão que precisamos sair das dualidades, das dicotomias e de uma visão geral de uma sociedade, afinal não há sociedade em geral. Isto é, as sociedades não são iguais, mesmo partilhando do mesmo processo histórico. Cada uma existe a partir do seu “invólucro histórico determinado”, os lugares são diferentes graças ao arranjo espacial dos modos de produção¹⁵ que agem de forma particular sobre os territórios (SANTOS, 1979).

“Não se pode falar de uma lei separada da evolução das formações espaciais” (COSTA, 2015, p. 79). Desta maneira, nesta pesquisa o município do Serro é compreendido como uma singularidade da *formação socioespacial brasileira*, assim como propõe Costa (2011), em sua tese de doutoramento, para as cidades coloniais brasileiras.

O conceito de *formação socioespacial* torna-se a essência no entendimento do território brasileiro¹⁶, pois ele traz as suas contradições com as violências do território e também as resistências nele existentes. Assim, seu uso é imprescindível na busca da apreensão do *patrimônio-territorial* rural-urbano de Serro, Minas Gerais.

A categoria *formação socioespacial* é a base desta pesquisa por ser capaz de trazer a compreensão de todos os processos socioespaciais no Brasil, mas principalmente, por trazer as contradições deste território e suas resistências, como o próprio *patrimônio-territorial*. Esta categoria é a única capaz de trazer todos estes processos. Nas palavras de Silveira (2011, p 157):

A formação socioespacial é totalidade que explica os processos, daí que a escala que ela representa mais do que uma delimitação é um imprescindível partido de método. Como é uma mediação entre possibilidades do período histórico e as existências nos lugares, permitir-nos-ia transformar um discurso geral sobre o presente numa análise concreta de um país e suas regiões sem, por isso, cair numa mera descrição dos lugares a modo de inventário.

Nesta lógica, as próximas duas sessões se desenvolvem tendo como mote inicial o processo histórico da formação territorial do Brasil com destaque para a mineração no final da década do século XVII e o século XVIII. A formação das cidades

¹⁵ O modo de produção são a expressão da interação entre o novo e o velho. O novo sempre como protagonista (SANTOS, 1979).

¹⁶ Mamigonian (1996) afirma que o texto de Milton Santos é uma referência ao aprimoramento da Geografia. O autor ainda destaca a importância do marxismo dentro da teoria da Geografia.

mineradoras e, em seguida, a compreensão do município do Serro como a própria expressão do *patrimônio-territorial*. Ou seja, se desvela como resistência às violências que ocorreram e ainda ocorrem dentro do território bem como a relação rural-urbano, onde o rural impera, mesmo de forma idílica também é uma resistência. Assim, será possível interpretar a *formação socioespacial brasileira* na ótica do município em tela.

1.2. A Formação Socioespacial do Brasil: a mineração colonial

A colonização traz consigo um capitalismo voraz que não apenas busca mercadorias no “Novo Mundo” para impulsionar o mercantilismo, mas carrega práticas arcaicas de relações sociais desde o assassinato em massa à escravidão. Marx (2017, p. 868) afirma que:

O descobrimento das jazidas de ouro e prata da América, a cruzada de extermínio, escravidão e sepultamento nas minas da população aborígine e o saqueio das Índias Ocidentais, a conversão do continente africano em zona de caça de escravos negros, são todos fatos que assinalam os albores da era de produção capitalista. Estes processos idílicos representam outros tantos fatores fundamentais no movimento de acumulação originária. Atrás deles, pisando em suas pegadas, vem a guerra comercial das nações europeias, cujo cenário foi o planeta inteiro.

A colonização no Brasil, como na América Latina em si, trouxe violência, morte e escravização. A expansão territorial necessária para as metrópoles europeias produziu além da exploração a dizimação de vários povos originários, num primeiro momento pelas armas e também pelo microbiano (sarampo, varíola, tifo etc.). *E a posteriori* num processo de destruição em massa não somente do ser humano indígena, mas também por outras violências, como a imposição religiosa, cultural e escravização. A população foi o primeiro objeto de dominação, ressignificando uma visão de mundo onde traz uma figura dominante, desta forma há uma disposição clara da elite e dos subalternizados (MORAES, 1991).

Ela, a colonização, é um processo contraditório nas palavras de Alfredo Bosi (1992, p. 21) “[...] a expansão moderna do capital comercial, assanhada com a oportunidade de ganhar novos espaços, brutaliza e faz retroceder às formas cruentas o cotidiano vivido pelos dominados”. Há ao mesmo tempo uma expansão territorial num discurso civilizatório, mas há violências constantes sob os sujeitos subalternizados.

Bosi (1992) descreve o Brasil-colônia como uma formação econômico-social com algumas características:

- Latifúndio (mercantilismo europeu e seus interesses) e o tráfico de escravizados;
- Força de trabalho: trabalho escravizado, “escravismo colonial o nosso sistema econômico”. (BOSI, 1992, p. 23);
- Alternativa para a escravidão¹⁷: a fuga para os quilombos, não a liberdade e trabalho assalariado. Neste ponto há a correlação entre o passado e o presente, onde “[...] ser negro livre era sinônimo de dependência.” (BOSI, 1992, p. 24), ou seja, as mazelas sociais ainda permanecem em sua maioria com o povo negro¹⁸;
- Uma estrutura política restrita e pouco inclusiva: os senhores rurais como detentores do poder;
- A cidadania para todos é limitada, há um restrito número de pessoas que defende seus interesses e não da maioria;
- O clero comprimido entre os senhores de terra e a Coroa;
- O papel das ordens religiosas (principalmente jesuítas) que num primeiro momento exerce um poder de cumprimento de missões sob os indígenas que aos poucos se esvai com a pressão de bandeirantes e exército imperial;
- A cultura letrada é estamental e muito exclusiva. Nas palavras do autor “O domínio do alfabeto, reservado a poucos, serve como divisor de águas entre a cultura oficial e a vida popular. O cotidiano colonial-popular se organizou e se reproduziu sob o limiar da escrita” (BOSI, 1992, p. 25);
- A criação/ cultura popular: a criação popularesca tem seu papel de ser um grito pela falta de condições, isto significa, espaços isolados no território e o pouco contato com a cultura mais populares e pouco eruditas. Doravante, a formação colonial se conectou a um capitalismo baseado a um discurso mais erudito e excludente.

A formação colonial vinculou-se no viés econômico ligado aos interesses financeiros, seja de qual ciclo econômico for: açúcar, algodão e ouro. Esta é a construção do Brasil que se baseou num “ideário conservador” tendo como

¹⁷ É preciso ver a escravidão como uma “instituição nacional” (FAUSTO, 2018) que foi capaz de penetrar toda a sociedade condicionando seu modo de agir e de pensar.

¹⁸ Vide os dados do IBGE 2023.

sustentação a “propriedade privada” e “mão de obra escravizada”, tendo como seqüela uma “crise perpétua” (BOSI, 1992).

Desta forma, já é possível deduzir que o passado colonial ainda está presente em nosso cotidiano “[...] ainda está, e bem saliente, em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 11), “Aquele passado que parece longínquo, mas que ainda cerca de todos os lados” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 13).

A compreensão do território brasileiro a partir da categoria *formação socioespacial* tem como ponto de partida a obra “O Brasil: território e sociedade no início do século XXI” onde Milton Santos e Maria Laura Silveira operacionalizam a categoria criada por Santos em 1977. Desta maneira, Silveira e Santos (2010) afirma:

Desse modo, entendido como formação socioespacial, um país revela, ao mesmo tempo, o movimento do todo que é o modo em que o território se utiliza a partir de elementos comuns como o direito positivo, a política econômica e a língua para mencionar alguns, e o movimento das partes, que são as regiões dinâmicas, com suas singularidades, em copresença. A unidade desse conjunto de processos e estruturas não existiria sem o Estado.

Assim, é perceptível como é importante analisar o território brasileiro com esta categoria de análise trazendo sempre a dialética do todo e as partes. Para sua operacionalização é preciso pensar o Brasil em sua totalidade fazendo a mediação com a sua formação e seus processos. Todas as desigualdades e resistências dentro desta “mediação” vão sendo reveladas numa “diversidade na unidade”¹⁹ (CORRÊA, 2000, p. 126).

Desta maneira a chave para a aplicação deste método é a forma de trabalhar a totalidade brasileira “a escala de análise utilizada que, para algumas perspectivas, pode parecer demasiadamente ambiciosa e resultar na impossibilidade de trabalhar com o país como totalidade, é, na realidade, uma das chaves do método” (SILVEIRA., 2011, p. 157).

Neste trabalho, as totalidades operacionalizadas são o território brasileiro, empiricizado pelo seu processo de formação territorial, com enfoque na região das minas, com as cidades coloniais mineiras, fruto das descobertas de ouro e outras pedras preciosas e o município do Serro, um local que, em uma outra escala de

¹⁹ De acordo com Corrêa (2000, p. 126) “uma formação espacial fundada na grande propriedade rural, outra na pequena propriedade rural dos imigrantes europeus e, finalmente, uma terceira que é a formação espacial da fronteira. Fundamentais, como são, estruturam os tipos básicos de rede urbana”.

análise, traz consigo lutas, a relação rural-urbano, o desvelar do *patrimônio-territorial*, e os sujeitos que dão significado e significância ao território. Um povo subalternizado que carrega consigo uma memória de luta e resistência. Estas totalidades trazem consigo a história de luta e resiliência do Brasil e principalmente podem ressignificar o sentido da relação rural-urbano, ou seja, um Brasil que não é tão rural assim quanto parece. O *patrimônio-territorial*, capaz de ser identificado e ativado e proporcionar um empoderamento e protagonismo dos subalternizados (COSTA, 2016a).

Compreender o processo de formação do Brasil em sua totalidade é compreender também ele hoje, afinal as normas instituídas no passado ainda estão presentes (ABREU, 2014).

Conforme o autor, “o peso da história ainda se faz sentir bastante no Brasil [...] A organização territorial é um campo fértil para a descoberta dessas heranças do passado” (ABREU, 2014, p. 265).

Moraes (2001) traz para o entendimento da formação territorial do Brasil três dimensões importantes, a construção bélica/militar (a apropriação e controle do território pelos colonizadores); a construção jurídica (a organização espacial e estatal) e a construção ideológica (constituição identitária). Ou seja, dimensões trazem à luz a construção do território. Esta visão do espaço é capaz de “detectar quais leituras do espaço se hegemonizaram, num país quais influíram nas representações coletivas de uma nação, quais orientaram diretamente a produção deste território” (MORAES, 2001, p. 93).

Podemos, a partir desta escala de análise, na perspectiva desta pesquisa, indicar a primeira dimensão como a construção do território e a formação do Brasil no período colonial. A segunda dimensão na organização e estruturação do território com a descoberta do ouro e o surgimento de cidades e redes urbanas. E a terceira dimensão na ideologia²⁰ da relação rural-urbana em Serro e todas as suas implicações.

Desta forma, é possível ter uma visão clara das várias camadas que compõem o território ao longo do tempo (econômico, social, político e cultural) num “processo de materialização da realidade brasileira, expressa pelos eventos sociais ocorridos historicamente” (ALVES, 2019, p. 47).

²⁰ “As ideologias geográficas têm uma importância central nos países de capitalismo atrasado e, principalmente, de capitalismo retardatário ou hipertardio”. (MORAES, 2005, p. 95).

Santos e Silveira (2010) discorrem sobre como é ímpar o território brasileiro em seu processo histórico. Nas palavras dos autores, “a história do território brasileiro é, a um só tempo, una e diversa, pois é também a soma e a síntese das histórias de suas regiões (...) Trata-se de encontrar e desenvolver nexos horizontais e verticais” (2010, p. 23). Isto posto, a periodização a ser trabalhada e discutida nesta pesquisa de forma mais aguçada é pela mineração no território brasileiro desde o final do século XVII.

As cidades coloniais brasileiras trazem consigo uma relação histórica entre território e poder na colônia num novo patamar, suas construções são híbridos da luta pelo controle territorial (COSTA, SUZUKI, 2012). Estes locais vão sendo concebidos por um âmbito totalmente espacial onde o povo, os subalternizados principalmente, são deixados de lado pela história oficial.

Conforme Costa e Suzuki (2012, p. 06):

[...] todas as cidades e sua arte são produtos das fortunas e dos infortúnios de suas civilizações. E se as cidades coloniais brasileiras são resultado do processo civilizatório aqui implantado, com todas as suas contradições, mandos, sacrifícios e ambições, elas não poderiam ser resgatadas enquanto memória nacional (ou do Estado-nação) apenas pelo viés das fortunas de seu surgimento.

É preciso focar numa ótica que se aproxime dos verdadeiros protagonistas destes locais: os sujeitos subalternizados. Afinal, a base da formação do Brasil é o “escravismo” e a “servidão contínua” (RIBEIRO, 2015). E esta população é o produto real do processo de colonização.

Toda esta forma de dominação é o que Bautista (2014, p. 18) denomina de “subjetividade dominadora” que traz consigo este modo de produção voraz não somente no tangível, mas também, no intangível. Uma forma de dominação que vai muito além do lucro da terra, todavia da exploração e lucro de seres humanos, num discurso dominador. De acordo com Bautista (2014, p. 18):

[...] La transferencia creciente de riqueza em todos los sentidos, desde el vegetal hasta el mineral, pero, sobre todo, la transferencia de acumulación superlativa de trabajo impago, será la auténtica “acumulación primitiva” que ya supone el capitalismo. Es decir, la sangre y la muerte de millones de seres humanos, de indios y, posteriormente, negros (del literal no-pago de su trabajo), será el fundamento de la riqueza moderna e del capitalismo; riqueza que, constantemente, debe volver a producir genocídios semejantes para desplegar nuevos procesos de acumulación de capital. [...] El trabajo impago de indios y negros, objetivado en la riqueza transferida, contiene el tiempo de vida, la existencia y la humanidad de estos, pero de modo negado; la riqueza entonces es usurpación de vida, la economía que administra aquello nace encubriendo essa constancia. Se trata de una transferencia sistemática de

valorización unilateral, de vaciamento sistemático de la humanidad de las víctimas; de esse modo se llena, se reconstituye y se completa una subjetividad dominadora, de todo lo que le vacía a sus dominados.

O mesmo autor continua discorrendo sobre essa *dominação subjetiva*:

La dominación se ha naturalizado. Esto quiere decir que, hasta en las propias estructuras mentales, en los prejuicios, los hábitos y las costumbres, la concepción del mundo y de la vida, la conciencia de uno mismo, se halla atravesada por el factum de la dominación, contaminada por la visión del dominador. Esto es lo que quiere decir colonización de la subjetividad. (BAUTISTA. 2014, p. 108)

Sendo assim, é preciso este olhar sobre a totalidade e dar lugar aos subalternizados que foram por tanto tempo ocultados, mas são os detentores da construção do território brasileiro. De acordo com o ensaísta uruguaio Achugar (1992, p. 52):

El testimonio latinoamericano contemporáneo denuncia y celebra, pues su deseo es la verdad. Narra en paralelo no para identificar sino para confrontar, distingue y no asimila. Su deseo es desmontar una historia hegemónica, a la vez que desea construir otra historia que llegue a ser hegemónica.

Esta totalidade mencionada neste texto favorece desvelar o território e tirar as amarras de um discurso hegemônico que não traz as vozes e os sujeitos que construíram o território brasileiro. Nas palavras de Walsh (2005, p. 16) “sujetos cuya existencia y producción intelectual han sido negadas o limitadas al frente de los patrones del poder establecidos por este mismo orden moderno-colonial.

Ou como Quijano (2005, p. 121)) afirma “concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento”. Desta forma pensar o território brasileiro no final do século XVII, período de emergência do território minerador no país, é pensar num Brasil que tem como base uma economia agrário-exportadora, mão de obra escravizada, uma igreja presente e dominante e a colônia sob este controle estrito da metrópole.

Moraes (2000, p. 264) confirma este momento afirmando que “[...] qualquer colônia é o resultado de uma conquista territorial. É na capacidade de se apropriar dos lugares e moldá-los conforme seus interesses, que se avalia o êxito ou fracasso dos empreendimentos coloniais”. E quando há a descoberta do ouro nas regiões das minas todos os olhares de Portugal se voltam totalmente para a colônia.

A colônia portuguesa foi explorada desde a ocupação a partir da terra, a exploração do Pau-Brasil, a agricultura da cana-de-açúcar e a pecuária. E este foi um

fator importante para o êxito da empresa colonizadora agrícola portuguesa em detrimento da espanhola. Como afirma Furtado (2007, p. 41) “a decadência mesma da economia espanhola, a qual se deveu principalmente à descoberta precoce dos metais preciosos”²¹ forçando-o a explorar as terras com a agricultura e pecuária na maior parcela do período que dominou o Brasil.

Porém, naquele momento a metrópole estava em crise devido a um rearranjo da produção de açúcar; e apenas com o ouro houve uma modificação radical nas relações com o território e até mesmo nas relações de trabalho (senhor e escravizado²²) (FURTADO, 2007).

Apenas com a descoberta do ouro que houve uma imposição de ordem na colônia por Portugal, desta forma, Holanda afirma que (2014, p. 123) “[...] ordem mantida com artifício pela tirania dos que se interessavam em ter mobilizadas todas as forças econômicas do país para lhe desfrutarem, sem maior trabalho, os benefícios”.

A descoberta do ouro ocorreu a partir das entradas e bandeiras, paulistas principalmente que desbravaram o interior brasileiro, mesmo que tenha havido obstáculos como grandes serras (Serra da Mantiqueira, Serra do Espinhaço, Serra do Cipó²³ etc.) e rios (Rio Doce, Rio das Mortes, Rio das Velhas, Rio São Francisco etc.) (LATIF, 1960).

O principal local da economia mineradora estava situado no interior, principalmente entre a “Serra da Mantiqueira, no atual estado de Minas Gerais, e a região de Cuiabá, no Mato Grosso, passando por Goiás” (FURTADO, 2007, p. 124). O apogeu²⁴ da exploração ocorreu no “decênio compreendido entre 1750 e 1760 e, a

²¹ É interessante destacar como a descoberta do ouro nas Minas foi anunciada ao rei de Portugal “E ainda que contra a opinião de muitos ponho grandes dificuldades a se acharem facilmente estes tesouros anima-me podermos presumir em certo modo que quando os não haja os criava Deus de novo a Vossa Majestade porque [...] para um Rei fidelíssimo ao qual reservou a misericórdia divina a restauração de Pernambuco se deve também guardar o descobrimento das Minas. Não pareça lisonja o que eu tenho, como por Fé. (Anais da Biblioteca Nacional, 1937, p. 159). Observa-se a relação intrínseca com o divino e como Portugal com seu rei fiel e justo também precisa usufruir da riqueza sacrossanta.

²² Destaca-se que em alguns poucos casos havia a compra da liberdade conforme Furtado (2007). O município de Serro teve como a primeira pessoa a encontrar ouro uma mulher negra, alforriada e detentora de muitas posses, Jacinta da Siqueira (testamento, de 1751, que se encontra nos cartórios do Serro – pesquisa de campo realizada em 2023).

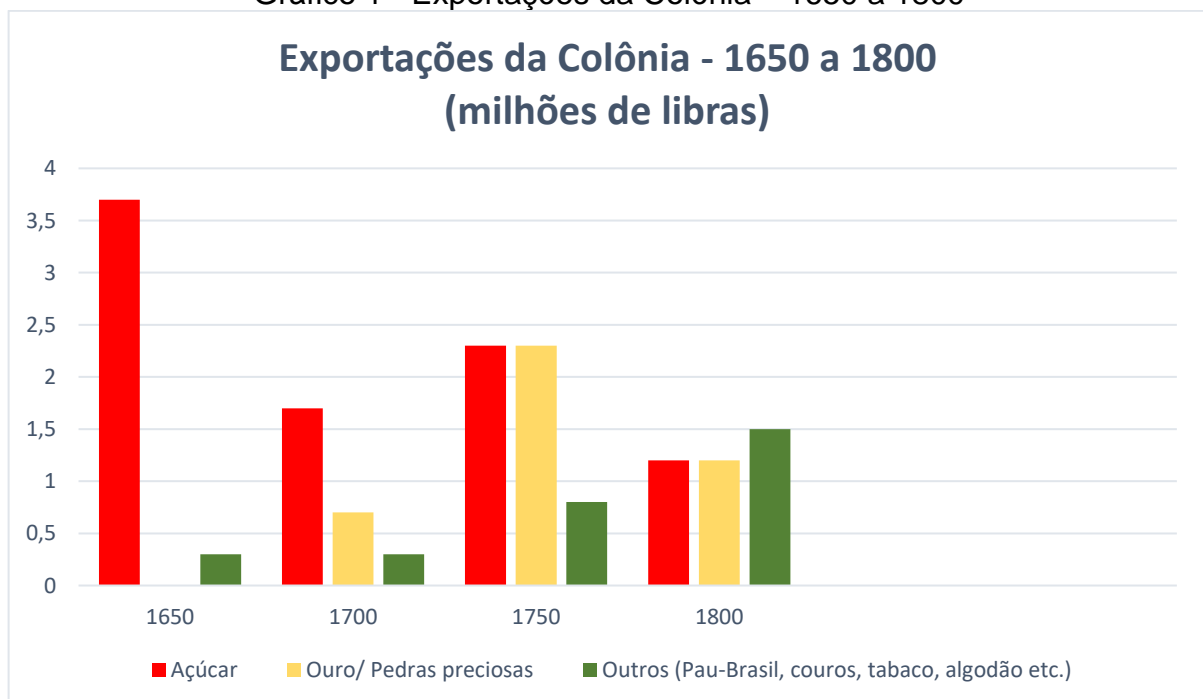
²³ Serra que é a porta de entrada para a chegada no Vale do Jequitinhonha onde situa-se o município do Serro.

²⁴ Segundo Furtado (2007) em 1760 a produção chegou a atingir cerca de 2,5 milhões de libras.

exportação se manteve então em torno de 2 milhões de libras”. (FURTADO, 2007, p.125).

Em suas andanças pelos sertões, os paulistas afinal realizariam um velho sonho dos colonizadores portugueses. Em 1695, no rio das Velhas, próximo às atuais Sabará e Caeté, no estado de Minas Gerais, ocorreram as primeiras descobertas significativas de ouro. [...] Durante os quarenta anos seguintes foi encontrado ouro em Minas Gerais, na Bahia, em Goiás e em Mato Grosso. Ao lado do ouro surgiram os diamantes, cuja importância econômica foi menor, descobertos no Serro Frio²⁵, norte de Minas, por volta de 1730”. (FAUSTO, 2018. p. 52).

Gráfico 1 - Exportações da Colônia – 1650 a 1800



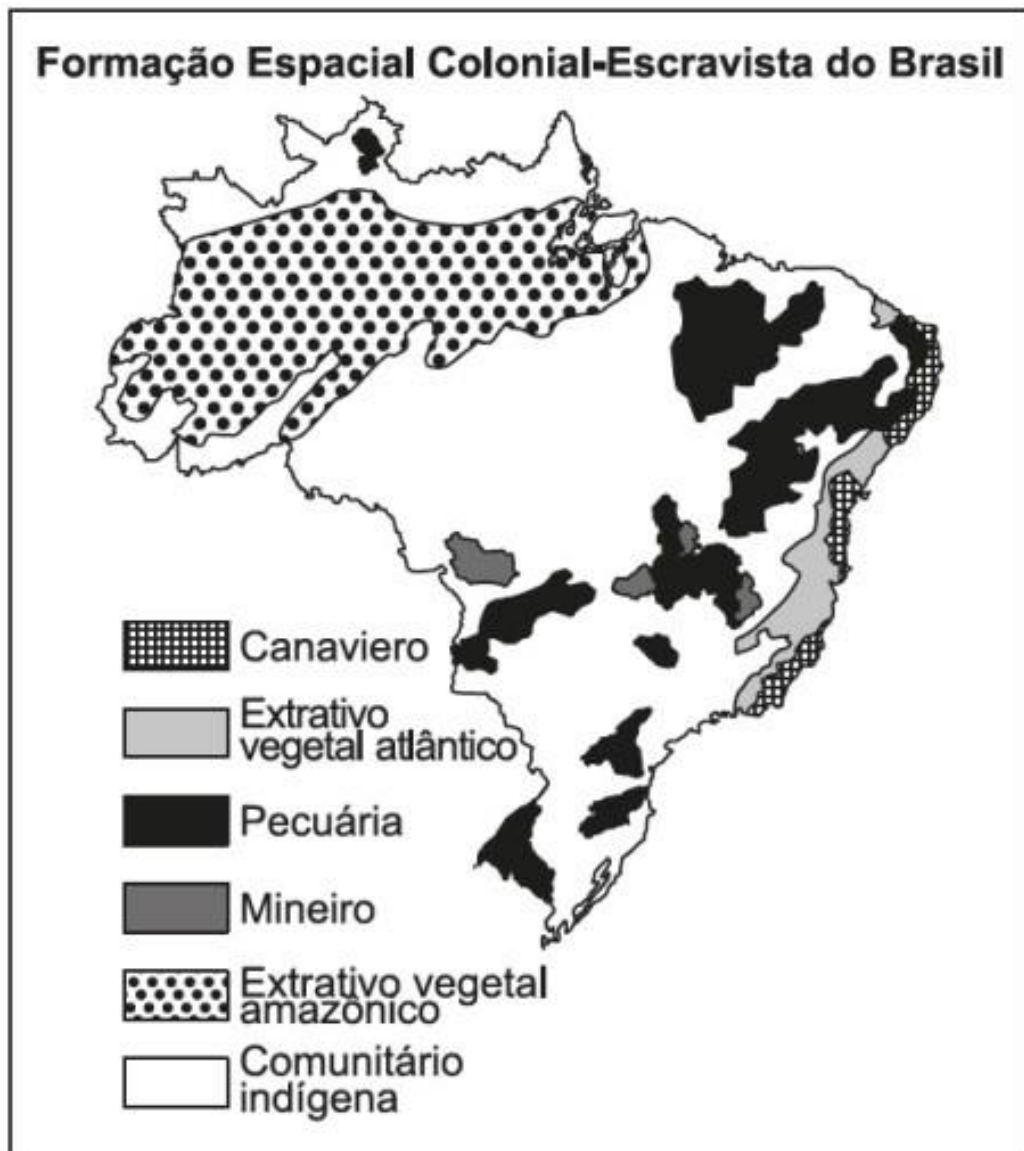
Fonte: IstoÉ Brasil 500 anos (FGV – CPDOC), 1998, p. 18.

Neste Brasil minerador há uma grande mudança no território, pois a agricultura fica num segundo plano, mas muito presente e a colônia ainda dependente desta economia agrário-exportadora. Quando se observa o Gráfico 1 e o mapa 2 é notório ver que o “domínio” do ouro perdurou pouco tempo, destaco a palavra domínio principalmente porque os olhares²⁶ da metrópole para este produto eram ao seu alto valor agregado, mas seu apogeu foi curto.

²⁵ Serro Frio atual Serro (empírico desta pesquisa).

²⁶ D. João IV afirmava que a colônia portuguesa na América era “sua vaca de leite”. (BOXER apud. MONTE-MÓR, 2001, s.p.).

Mapa 2 - Formação Espacial Colonial-Escravista do Brasil – Séc. XVIII



Fonte: MOREIRA, 1990, p. 13.

Também há o surgimento de cidades e uma rede que interligava estes núcleos, principalmente para o abastecimento e escoamento da produção. Qualquer local onde havia a descoberta de jazidas levava à criação destes núcleos e por consequência levava ao avanço da pecuária.

Assim, Moraes (2001, p. 112) destaca:

Na última década do século XVII, ocorreu um fenômeno que foi fundamental para o processo da formação territorial, porque levou a uma interiorização maior da colonização: a descoberta do ouro. A mineração foi também uma atividade essencialmente urbanizadora; em qualquer lugar onde ela ocorria criava cidades. Em consequência, gerou a primeira rede de cidades do Brasil. A produção aurífera gerou um setor dominante para a economia colonial brasileira. A partir daí, a colônia, como um todo, trabalhou para a região mineradora. [...] A demanda mineira foi responsável pelo avanço da pecuária [...].

Esta última década do século XVII havia uma mudança dentro da forma de uso do território colonial, pois além da descoberta do ouro no interior da colônia portuguesa, havia neste momento um declínio da atividade açucareira na região da Bahia devido principalmente a novos polos de produção de outros países europeus como a Inglaterra e a França (SODRÉ, 1962).

Outra mudança que a exploração de ouro traz na região das minas é o fluxo populacional, ao contrário da zona açucareira que houve um crescimento quase nulo, a mineração proporcionou um crescimento muito elevado e por consequência as cidades crescem (SODRÉ, 1962).

Há o surgimento de grandes fluxos de imigrantes e por consequência o controle colonial também (FAUSTO, 2018). Moraes (2011) afirma que até mesmo órgãos e a administração da colônia se instalaram em núcleos urbanos e proporciona “maior importância no processo de ocupação e gestão do território brasileiro” (MORAES, 2011, p. 404).

Os próprios caminhos que escoavam ouro também foram sendo ocupados pela agricultura para abastecer a região das minas, logo é importante destacar como a agricultura teve sua importância não apenas para o sustento da região, mas também como uma alternativa econômica de sobrevivência destas cidades após o declínio da mineração.

Neste olhar totalizante que estamos utilizando é preciso observar o surgimento dos núcleos urbanos não como pontos isolados, mas como um caminho em formação. Como afirma Costa (2015, p. 101):

Devemos entender globalmente as primeiras formações urbanas em Minas Gerais a partir dos caminhos de penetração que as geraram, e aos quais estão subordinadas. [...] o caminho de penetração do território, a partir do sul (Santa Bárbara, Itabira, Ouro Preto) chegava ao final, em Serro do Frio (Vila do Príncipe).

A *formação socioespacial* ligada à mineração no Serro representa uma unidade integrada das diversas esferas da vida, expressando tanto continuidade quanto

descontinuidade no desenvolvimento histórico da região. Essa dinâmica complexa é visível nas formas-conteúdo que compõem a paisagem e a cultura local, oferecendo uma compreensão profunda do passado e do presente da sociedade mineradora (COSTA, 2015).

Os caminhos de penetração foram uma das principais portas de entrada para o interior. Estes núcleos permanecem pujantes até o fim da mineração que por sua vez traz consigo uma grande estagnação. Os núcleos urbanos que possuíam uma maior produção agrícola acabaram sofrendo menos com a crise do ouro (MONTE-MÓR, 2001).

Neste ponto cabe ressaltar que mesmo com a importância da mineração e toda a riqueza que ela trazia para a coroa, a agropecuária sempre teve seu papel preponderante na região, afinal, ela era a responsável pela articulação dos núcleos urbanos.

Martins (2004) traz em sua tese que mesmo com a crise da mineração a situação de penúria que normalmente a história traz da região das Minas é algo que cai por terra. Pois, na maioria dos núcleos há uma rede de abastecimento forte que difere do fluxo de pedras preciosas. Uma economia que nada tem de secundária e, que traz consigo a agricultura e a pecuária e um grande dinamismo econômico. O autor traz o termo “fluxo circular” da economia regional, onde o capital da mineração é investido em atividades tradicionais e acumulando “riqueza antiga” (MELLO, 1990) (venda de escravizados, produção agrícola e criação de animais, além de outros investimentos).

Outro autor que também traz essa questão econômica é Carrara (2000, p. 147) onde ele aponta que “[...] o funcionamento da economia de Minas no período considerado não estava tão estreitamente vinculado à atividade mineradora”. Ele ainda acentua a discussão:

[...] tanto a produção aurífera, quanto a produção agrícola ou pecuária escravistas encontravam-se maximamente concentradas no que respeita à riqueza gerada, e que se destinava em sua maior parte à sustentação e reprodução do próprio setor, isto é, às compras de escravos, fazenda seca, ferragem, gêneros alimentícios [...]. (CARRARA, 2000, p. 153).

Quando observamos toda esta dinâmica econômica e social no espaço percebemos o movimento, ou também podemos dizer, uma evolução do uso e ocupação deste espaço. Desta maneira, as formas-conteúdo, dialética das formas

espaciais e relações sociais, se moldam com os modos de produção e se realizam pelas formações sociais.

A mineração no Brasil ocorreu de forma rápida e tardia em relação à América espanhola. Isto promoveu um grande surto de migração e, por consequência, a ocupação populacional na região das minas e uma produção aurífera que cresceu tão rápido quanto decaiu (tabela 01). Assim, houve mudanças socioespaciais profundas na colônia, por exemplo, como o povoamento desigual no território de Minas Gerais (PRADO JÚNIOR, 1976).

Tabela 1 - A produção de ouro no Brasil no século XIII

PERÍODO	PRODUÇÃO (KG)
1700 – 1710	5.880
1711 – 1720	13.000
1721 – 1729	16.100
1730 – 1739	23.137
1740 – 1749	28.959
1750 – 1759	28.376
1760 - 1769	20.258
1770 – 1779	16.897
1780 – 1789	11.195
1790 - 1799	8.909

Adaptado de PINTO, 1979. p. 114.

Essa ocupação foi muito significativa, principalmente no início do século XVIII, período pelo qual houve a maior quantidade de extração de ouro e ao mesmo tempo em que a notícia se espalhava pela colônia. De acordo com Lima Júnior (1978, p. 32) “os anos de 1701 e 1702 caracterizam-se na história do povoamento, pelas mais audazes aventuras de deslocamentos humanos de que se há memória”. Mas, no período de 1740 a 1760 o crescimento foi o mais expressivo, afinal, observando o gráfico anterior, foi a fase principal de produção aurífera. Mól (2004) ainda destaca que na primeira metade do século XVIII Minas Gerais cresce 623%, um número singular e que remonta também as condições das vilas e núcleos urbanos do período.

Porém, no final do século XVIII e início do século XIX há uma inversão neste crescimento, pois há um decréscimo considerável.

Outro ponto importante a destacar é a composição desta população que é composta majoritariamente por homens negros e pardos (escravizados e livres). O número pode chegar a aproximadamente 74% (ROCHA, 1995).

Assim, apesar de toda esta dinâmica no uso do território e da população é possível considerar que “a empresa mineira não permitia a ligação direta à terra, como ocorreu nas regiões açucareiras. Sendo a duração da lavra incerta, o capital fixo tornava-se reduzido e a atividade organizava-se, assim, de forma a poder se deslocar em tempo relativamente curto” (COSTA, SCARLATO, 2009, p. 09). Ou de acordo com Prado Júnior (2004) a mineração foi apenas uma causalidade passageira.

Ouro e outras pedras preciosas tornam-se a priori um dos maiores simbolismos da conquista territorial portuguesa na América e também foi uma das grandes causas de mudanças profundas no território e na dinâmica socioespacial. Moraes (2005, p. 31) afirma a respeito deste período que “a conquista espacial emerge aí como determinação fundante dessas sociedades, como pecado original das colônias, na medida em que a expansão territorial e o domínio de espaços se inscrevem como móveis básicos de sua própria objetivação”.

A mineração teve grande valia para a ocupação de áreas do território brasileiro que ainda estavam desocupadas e propiciou a articulação de locais de diferentes pontos da colônia. Além de ter promovido o surgimento de uma rede urbana ainda inexistente.

Tabela 2 - Vilas e Cidades até 1720 – Brasil Colônia

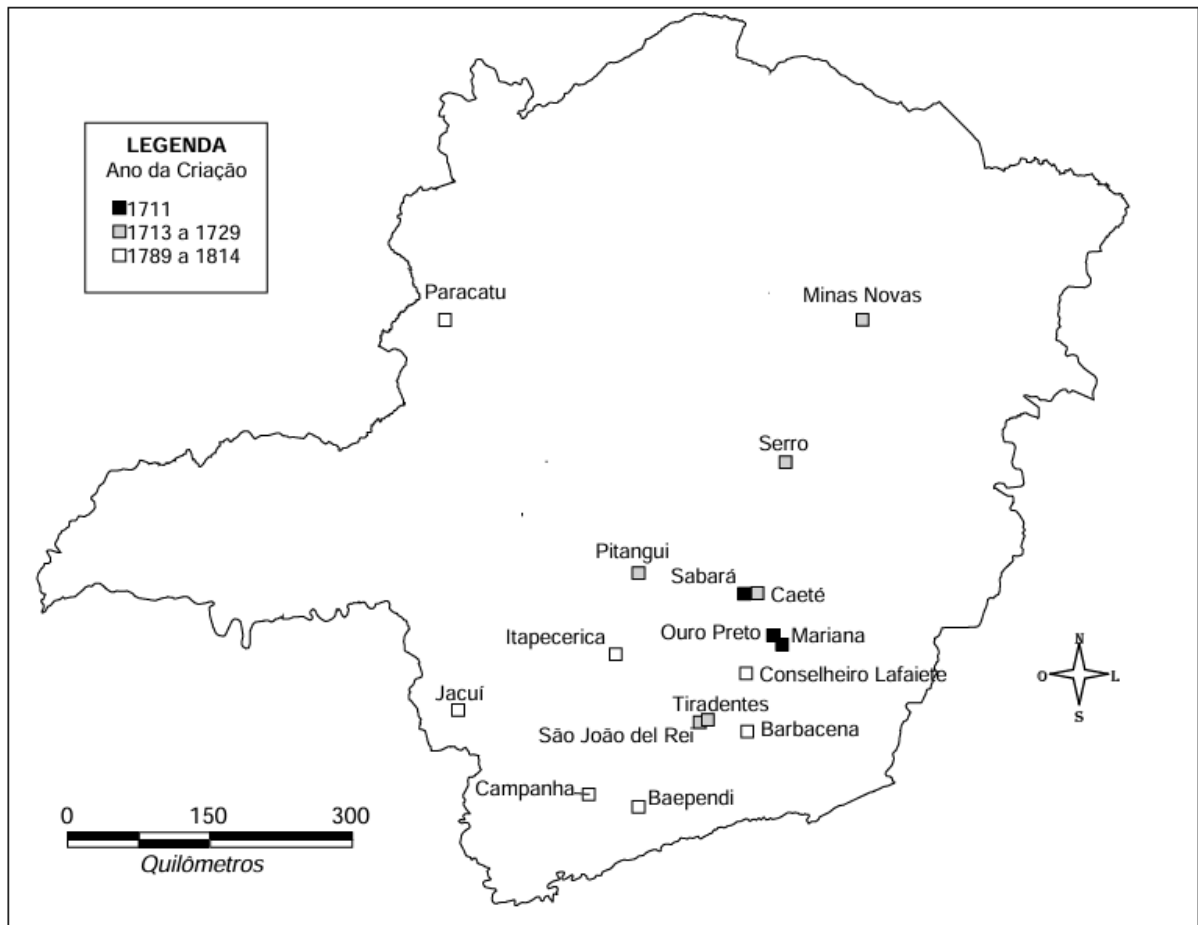
	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII até 1720
Rio Grande do Norte	1		
Paraíba	1		
Pernambuco	2	1	1
Sergipe	1	2	
Bahia	4	5	1
Espírito Santo	2	1	
Rio de Janeiro	1	6	
São Paulo	6	10	1
Pará		4	
Maranhão		2	1
Alagoas		3	
Paraná		2	
Santa Catarina		1	1
Piauí			1
Ceará			1
Minas Gerais			8

Fonte: REIS, Filho. 1968 (apud. SANTOS, 2009, p. 21)

Na tabela é perceptível como Minas Gerais em um curto espaço de tempo houve o surgimento de oito vilas, colocando inclusive São Paulo para trás (REIS FILHO, 1968).

E examinando todo o século XVIII em Minas Gerais, entre 1711 e 1730, surgem as nove vilas e sete vilas são criadas entre o período de 1789 e 1814 (CHAVES, 2012). Isto evidencia a concentração urbana e de atividades expressivas nesta região (mapa 3).

Mapa 3 - Urbanização em Minas Gerais no período áureo da mineração Séc. XVII e início do Séc. XVIII



Fonte: CHAVES, 2012, p. 02.

Conectando os dados populacionais e urbanos podemos concluir que o século XVIII proporcionou um grande avanço para a região, graças a empresa mineradora. Apesar do tempo escasso que perdurou, suas marcas foram imprescindíveis para o processo de desenvolvimento urbano no Brasil.

Neste mesmo século, em 1714 surge a Vila do Príncipe, atual Serro. Quinta vila criada em Minas, na sequência:

- 1711 - Vila Real de Nossa Senhora do Carmo (Mariana);
- 1711 – Vila Real de Sabará (Sabará);
- 1711 – Vila Rica (Ouro Preto);
- 1712 – Vila de São José Del Rei (São João Del Rei).

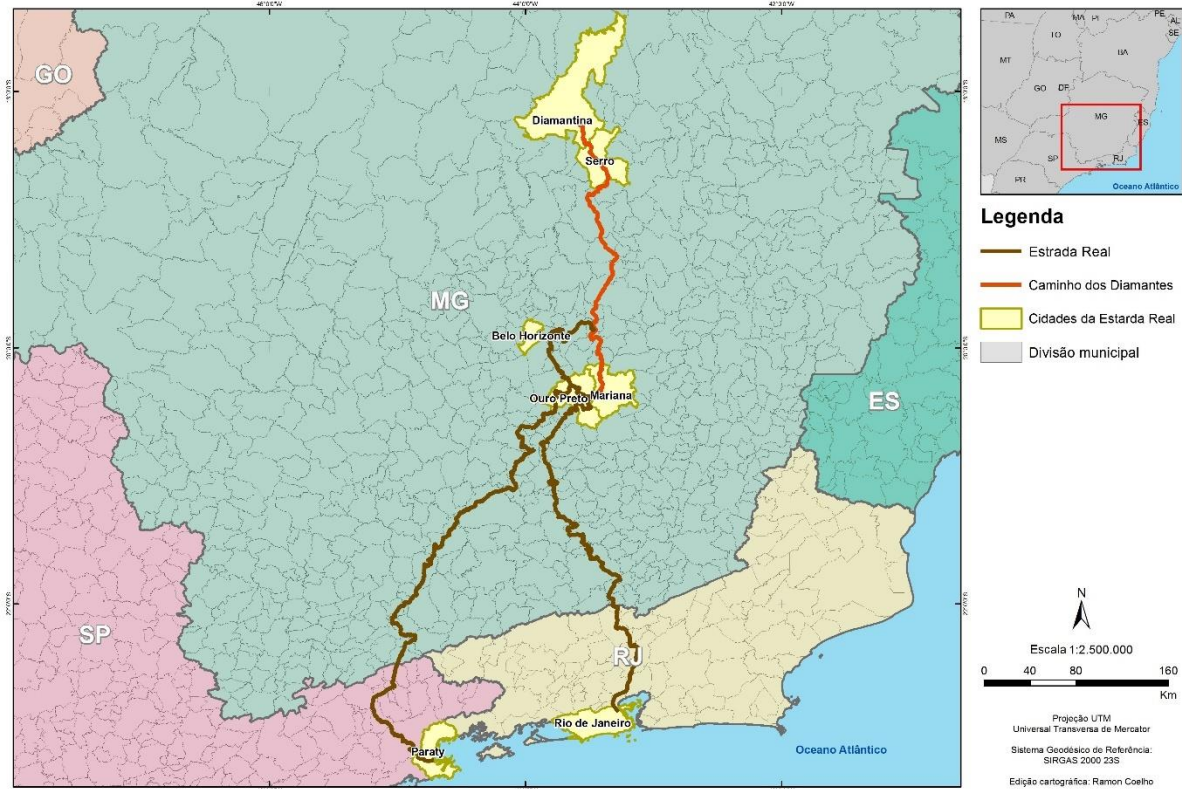
Mas há relatos de Serro desde 1702 como Arraial do Ribeirão das Minas de Santo Antônio do Bom Retiro do Serro do Frio. Ou relatos não oficiais de chamar-se

Arraial das Lavras Velhas. Mas originalmente chamava-se Ivituruí²⁷ pelos indígenas que ocupavam a região (BRISKIEVICZ, 2017).

As cidades coloniais mineiras vão se moldando com as transformações econômico-sociais. Não como um palco neutro de relações, mas numa relação dialética da totalidade social e do espaço. Por exemplo, vamos perceber vários exemplos de cidades que após o período do ouro entraram em decadência e a *posteriori* tornam-se “cidades históricas” de caráter turístico ou se readequaram na economia com a pecuária e a agricultura.

Neste contexto surge o nome “Estrada Real” (mapa 4), que carrega um roteiro turístico importante para Minas Gerais. A sua história surge em meados do século XVIII, quando a Coroa Portuguesa decidiu oficializar os caminhos para o trânsito de ouro e diamantes de Minas Gerais até os portos do Rio de Janeiro. As trilhas que foram delegadas pela realeza ganharam o nome de Estrada Real.

Mapa 4 - Estrada Real



Fonte: Adaptado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por Coelho (2021).

²⁷ Na língua tupi-guaraní: ivi = vento, turi = morro e huí = frio (Museu Casa dos Ottoni – campo 2019)

O município do Serro, por outro lado, não se abala tanto neste momento de crise e caminha para uma economia mais ligada à produção agropecuária e está muito aquém de uma linha turística. Nas palavras de Rofman (*apud.* SILVA, 2009, s. p.) “[...] *as regiones de um sistema nacional constituyen un conjunto articulado de formaciones Sociales, em donde se producen fenômenos internos y externos que determinan diferencias entre ellas*”.

Diante do apresentado, podemos dizer que a partir do município de Serro é possível compreender a relação rural-urbano contemporânea no Brasil. Sendo ele um mediador da *formação socioespacial*. Como afirma Costa (2009, p. 191) “[...] o lugar aparece como fragmento do espaço, onde se pode apreender o mundo atual”.

Serro traz vários diferenciais dentro da dinâmica da *formação socioespacial brasileira* e que serão desdobrados na próxima sessão deste capítulo e nos capítulos subsequentes, conforme disposição apresentada na introdução.

O município, como será demonstrado de maneira mais detalhada, possui características que o tornam singular na *formação socioespacial brasileira*. Um *patrimônio-territorial* resistente as forças hegemônicas que perduram desde o século XVIII com a transição da economia principal da mineração para a agropecuária e que se expressa relação rural-urbana.

1.3. Serro, Minas Gerais: cidade mineira, expressão da formação socioespacial

Conforme foi apresentado nas sessões anteriores, o final do século XVII foi marcado pela descoberta do ouro e do surgimento de núcleos urbanos em Minas Gerais como Mariana (anteriormente Vila Real de Nossa Senhora do Carmo), Sabará (anteriormente Vila Real de Sabará), Ouro Preto (anteriormente Vila Rica), São João Del Rei (anteriormente Vila de São João Del Rei) e Serro (anteriormente Vila do Príncipe). O nascimento destes núcleos propiciou o surgimento de uma amostra do que viria a ser uma “rede urbana de um tempo lento” (COSTA e SCARLATO, 2009). De acordo com Rúbio-Schrage (2019, p. 182):

Onde a mineração estabelece um urbanismo em torno de seu elemento principal e atividades subsidiárias, favorecedoras da empresa colonial. E estas ainda perduram, no destaque das manchas de concessões mais intensas desde o quadrilátero ferrífero, expandindo-se à região sudeste, centro-sul e nordeste e ao estado Goiás. Esta mancha descreve o movimento

da Espacialidade Mineratória que forja fixos urbanos no fluxo do capital minerador.

É importante destacar que a urbanização na região das Minas foi muito diferente do restante do país, pois havia uma dialética do *lócus* da produção e o *lócus* do poder. Monte-Mór (2001, s. p.) afirma:

[...] historicamente a economia mineradora gerou uma outra cidade expressivamente diferente da tradicional cidade política que mais amplamente conhecemos como sede de controle de um espaço de produção externo, rural e regional, não apenas na história brasileira, mas na própria origem e desenvolvimento da cidade no mundo. A cidade nascida da atividade mineradora questiona na base a compreensão amplamente difundida e aceita de que as cidades necessariamente surgiram dos avanços tecnológicos no campo – na agricultura – dando origem ao excedente (alimentar) coletivo que permitiu liberar uma parcela da população das atividades imediatamente ligada à reprodução, transformada assim em classe dominante em controle do mais-produto coletivo. É no confronto dessas duas formas de se perceber a cidade que melhor se pode compreender a especificidade da cidade colonial mineira e seu impacto na urbanização e formação do espaço brasileiro.

Estes núcleos urbanos eram muito heterogêneos e ímpares em seus processos (CARRARA, 2000). Observar estes núcleos urbanos de forma diferenciada é importante para a compreensão do dinamismo daquele período e vê-los pela *formação socioespacial brasileira* é a única forma da compreensão da totalidade. Como afirma Costa e Scarlato (2009, p. 10):

A conquista que acarreta na formação do território induz práticas sociais e relações humanas que se corporificaram na estruturação do próprio espaço, dando forma específica ao processo de assentamento da sociedade na zona do ouro e dos diamantes, caracterizando-a singularmente.

O naturalista Saint-Hilaire²⁸, em sua passagem pelo Serro, descreveu que “esta vila está edificada sobre as encostas de um morro alongado, suas casas dispostas em anfiteatro, os jardins que entre elas se veem, suas igrejas disseminadas formam um conjunto de aspecto muito agradável, visto das elevações próximas.” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 145). É neste anfiteatro que tange a vida dos sujeitos que mantêm pulsante a existência da cidade, com suas tradições, lutas, ocupações etc. Nas imagens 5 e 6 é possível compreender esta descrição.

²⁸ Augustin François César Provençal de Saint-Hilaire (1779 - 1853) foi um botânico, naturalista e viajante francês. Percorreu o Brasil e o descreveu em detalhes. Sua primeira obra foi resultado de uma viagem entre o Rio e Minas Gerais chamada Do litoral ao distrito Diamantino. 1833.

Imagem 5 - O 'anfiteatro' do Serro em 1940



Fonte: Queiroz, 2010.

Imagem 6 - O 'anfiteatro' do Serro em 2019



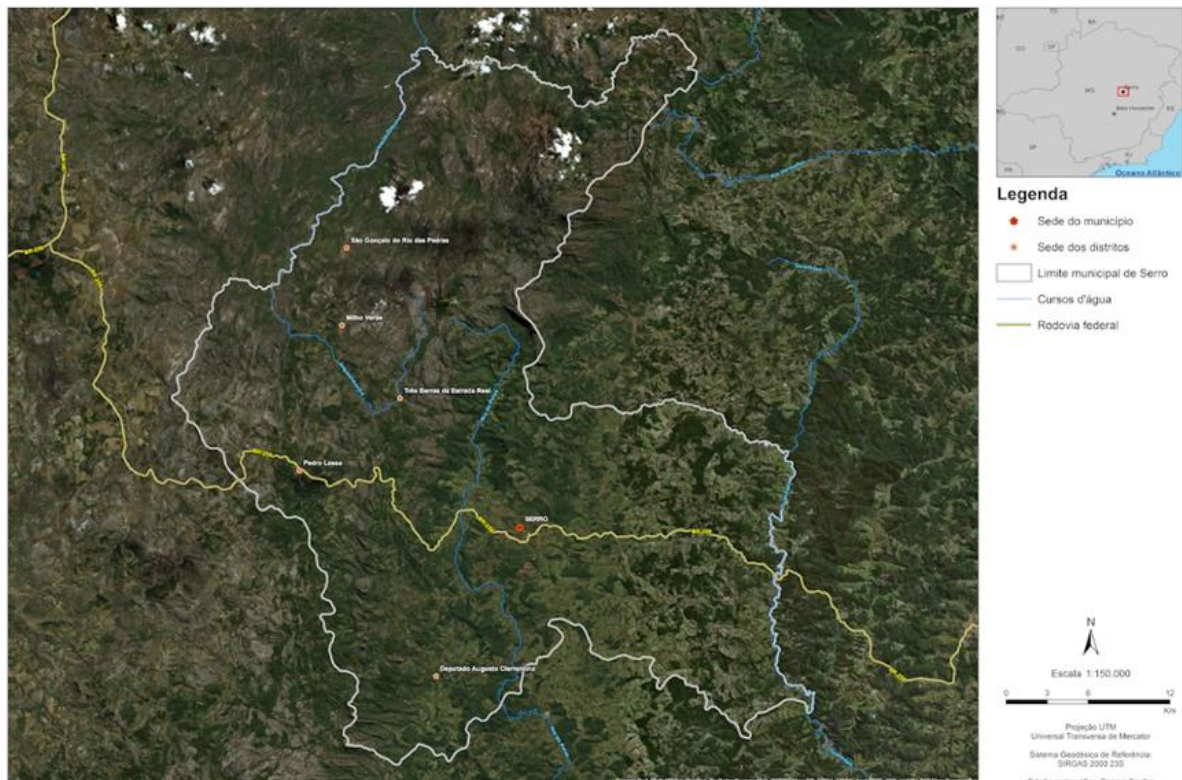
Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2019. Trabalho de campo.

Assim, o empírico desta pesquisa, o município do Serro tem como gênese as bandeiras, como a maioria das cidades coloniais de origem mineratória. O bandeirante

Fernão Dias Pais Leme sai da província de São Paulo na procura de pedras preciosas e em 1702, junto com um outro bandeirante, Antônio Soares Ferreira, descobrem ouro na região. Essa área era conhecida pelos indígenas de hivituruí (Grande Serro do Frio) como passou a ser denominada. A *posteriori* vieram outras denominações como Arraial das Lavras Velhas do Hivituruí, Vila do Príncipe até chegar no nome atual Serro (IPHAN, 2014).

Serro, ao contrário de outros núcleos urbanos como Sabará e Vila Rica, nasce relativamente isolado, tendo como barreira a Serra do Cipó. E está situado a uma altitude de mil metros que traz consigo um clima mais ameno. Até os dias atuais o município encontra-se de certa forma mais isolado, mesmo que haja uma rodovia federal, a BR-259, que cruza o município, conforme o mapa 5. Além da rodovia federal há uma rodovia estadual, a MG-010, que liga o município a Conceição do Mato Dentro²⁹.

Mapa 5 - Via federal no município do Serro



Fonte: Adaptado do IBGE por Ramon Coelho.

²⁹ Conforme dados do campo de 2023 (julho e dezembro).

Serro torna-se vila em 1714³⁰ e comarca em 1720, quando inclusive adquire um poder hierárquico maior na região (MAIA, 1979). Porém, o Arraial do Tijuco (atual Diamantina), que surge em 1713 acaba tornando-se mais desenvolvido e adquire mais notoriedade ao longo do tempo.

Neste período confunde a história do Serro com a de Jacinta da Siqueira, uma baiana alforriada com seus escravos que chega à região como uma espécie de bandeira em busca da exploração do ouro e inclusive se instala na região e produz grande riqueza (BRISKIEVICZ, 2021).

O ouro foi explorado principalmente em dois córregos do município, o Lucas e o Quatro Vinténs³¹. Também foi encontrado em suas terras diamantes, principalmente no atual distrito de Milho verde e São Gonçalo do Rio das Pedras. Em 1725, é criada a Casa de Fundição para o controle, exploração e exportação do ouro da região. (MAIA, 1979).

O município está localizado no sul do Vale do Jequitinhonha³² (Mapa 5), em Minas Gerais (fundada há 320 anos pela descoberta do ouro, quando adquiriu grande importância³³). Após a decadência aurífera, perdeu o protagonismo e se isolou; pois a ligação ferroviária só chegou até o município vizinho, Diamantina, a cerca de 90 quilômetros.

³⁰ Data da instalação do primeiro forno de fundição de ouro em Serro.

³¹ De acordo com BRISKIEVICZ (2021) Jacinta da Siqueira foi uma das pioneiras na exploração do ouro no Córrego Quatro Vinténs, embora haja poucos relatos dos primeiros exploradores deste córrego.

³² O Estado de Minas Gerais é dividido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em doze mesorregiões, subdivididas em 66 microrregiões.

³³ De acordo com Bergard (1999), o Serro possuía em 1776 aproximadamente 18% de toda a população de Minas, ou seja, era um dos maiores núcleos povoadores na época.

Mapa 6 - Mesorregiões de Minas Gerais



Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por Ramon Coelho.

Levaram-se anos até que as estradas começassem a cruzar o território de Serro para haver integração³⁴. O que ocasionou a perda da notoriedade da cidade, mas sobreviveu como outras cidades de mesma origem, graças ao rural (agricultura e pecuária). Seu conjunto arquitetônico foi preservado e tornou-se um dos primeiros a serem tombados pelo Serviço de Proteção Histórico Artístico Nacional (SPHAN)³⁵, em 1938.

Serro, segundo os dados do IBGE (2022), tem como principal base da economia a produção de gado leiteiro e lavouras temporárias (milho, mandioca e cana-de-açúcar). A produção de queijos na cidade é notória, principalmente pelo “queijo do Serro”³⁶, uma iguaria que vem de séculos. Queijo maturado que surgiu no

³⁴ Iniciaram a pavimentação da principal rodovia que corta o município, a MG – 010 apenas em 2019 pelo programa Linha Verde, rodovia que liga a cidade diretamente a Conceição do Mato Dentro e Belo Horizonte, porém sua pavimentação asfáltica ocorreu apenas em 2023.

³⁵ Serviço de Proteção Histórico Artístico Nacional (SPHAN), atualmente do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

³⁶ Produzido através de um saber transmitido há várias gerações, com leite de vaca cru integral, coalho, pingo e sal, com a massa crua prensada à mão artesanalmente, posteriormente o Queijo da Região do Serro passa por um processo de maturação. Faz parte do processo de produção: a lavagem e a

período do ouro e tornou-se parte também do comércio na região e continua ainda presente. Inclusive hoje é reconhecido como Patrimônio Imaterial de Minas Gerais e do Brasil, desde 2008. Também está candidato a Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade³⁷.

A população serrana é de 21.952 habitantes (IBGE, 2022) dividida entre cinco distritos³⁸ (São Gonçalo do Rio das Pedras, Milho Verde, Três Barras da Estrada Real, Pedro Lessa e Deputado Augusto Clementino).

Serro é uma cidade singular em relação às outras cidades por abrigar ainda uma essência rural, mesmo que seja no idílico dos seus habitantes. Seus sujeitos vivem num território que apesar das violências³⁹, ou a colonialidade⁴⁰ ainda presente, trazem sua essência e são guardiões da memória de outros tempos. Estes sujeitos são o que Costa (2016) denomina de “sujeitos-patrimônio”, pois estes são os grandes responsáveis por guardar a memória do território, afinal eles são os viventes deste local. De acordo com Costa (2016, p. 22):

A ideia de sujeito-patrimônio remete a todos os viventes no sítio. São os responsáveis diretos pela manutenção do lugar e da vida. O sujeito-patrimônio representa a possibilidade mais real da preservação, da luta ou da resistência no sítio de pertencimento. Em situação no mundo, o sujeito-patrimônio adquire consciência sobre problemas e alternativas à mudança radical dos seus desígnios espaciais. É capaz de reivindicar e operar, pela mobilização popular, a igualdade territorial junto aos órgãos competentes e à sociedade como um todo. O sujeito-patrimônio é o principal bem cultural do lugar, em situação permanente. E mais, o sujeito-patrimônio é todo aquele que se move pelo bem comum da preservação incontestemente, antes de tudo, da vida de relações. Em uma dimensão sartreana, o sujeito-patrimônio parte de sua responsabilidade individual, mas não se atém a sua irrestrita individualidade, sendo responsável por todos os homens [existimos ao mesmo tempo em que construímos nossa imagem, que é válida para todos e para nossa época, para a humanidade, assegura Jean-Paul Sartre].

escovação da casca, feita a cada três dias e que é chamada de ralação ou grossagem (Prefeitura Municipal do Serro, 2023).

³⁷ Em 2022 foi solicitado ao IPHAN e aprovado por seu Conselho Consultivo a apresentação da candidatura dos Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal à Unesco Prefeitura Municipal do Serro, 2023).

³⁸ Os distritos são compostos por várias comunidades rurais menores que os compõem.

³⁹ É o que Mészáros (1930, p. 982) traz ao dizer que na expansão capitalista o controle social se dá pela transferência do “corpo social” para o “próprio capital”. Ou seja, “que adquiriu assim o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, segundo o critério de maior ou menor participação no controle da produção e da distribuição”.

⁴⁰ Para Mignolo (2007, p. 36) a colonialidade se expressa em quatro domínios da experiência humana: “(1) económico: apropiación de la tierra, explotación de la mano de obra y control de las finanzas; (2) político: control de la autoridad; (3) social: control del género y la sexualidad, y (4): epistémico y subjetivo/personal: control del conocimiento y la subjetividad”.

Essa totalidade reflete o fato de que este sujeito é, de fato, o protagonista do território. Desta forma, é preciso uma “práxis patrimonial alternativa” capaz de olhar estes sujeitos a partir da sua própria existência (COSTA, 2018). Assim, este trabalho volta seu olhar para os subalternizados do Serro, da história oculta, das violências do território e principalmente da relação rural-urbana, muito mais intrínseca do que se denota.

Observando algumas imagens do Serro (imagens 7, 8 e 9) é possível entender como há relações ímpares dentro deste território, e como o *patrimônio-territorial* é a chave para a compreensão e elucidação deste território e da relação rural-urbana a partir da *formação socioespacial brasileira*.

Imagem 7 - Vista panorâmica do centro do Serro a partir da Igreja de Santa Rita



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2019.

Imagem 8 - 'Antiga rodoviária'⁴¹ da cidade



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2019.

Imagem 9 - Centro Comercial do Serro



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2019.

⁴¹ A chamada 'antiga rodoviária' é um local de resistência, pois mesmo com a construção da nova, os moradores ficam alocados nessa até próximo ao horário dos ônibus, apenas na iminência deslocam-se para a nova rodoviária. Este local também é utilizado como feira.

Na cidade, o que mais é evidenciado como “patrimônio” são políticos rememorados em bustos e logradouros, igrejas e casarões, assim como uma concentração do comércio central por famílias que mantêm o poder⁴². Desta forma, o patrimônio “pedra e cal” ou instituído, preservado pelo IPHAN reforça a história oficial sendo preservada (imagens 10, 11, 12, 13 e 14), pois a colonialidade do saber e do ser continuam presentes (BALLESTRIN, 2013).

Como afirma Canclini (2012, p. 12) sobre o patrimônio, “as atividades destinadas a defini-lo, preservá-lo e difundi-lo, amparadas pelo prestígio histórico e simbólico de certos bens, quase sempre intercorrem em uma simulação”.

Imagem 10 - Praça Central do Serro



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2021.

⁴² Conforme pesquisa de campo realizada em 2019, 2020 e 2021 e na análise de dados da Associação de Comércio local.

Imagem 11 - Conjunto arquitetônico preservado no centro do Serro



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2022.

Imagem 12 - Casarão/ Atual Prefeitura e Câmara Municipal do Serro



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2020.

Imagem 13 - Capela Nossa Senhora do Rosário – Milho Verde



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2020.

Imagem 14 - Antiga Casa do Barão do Serro/ Atual sede da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2021.

Estas fotos de alguns bens tombados ou mesmo do conjunto urbanístico instituído de Serro revelam o patrimônio “pedra e cal”, o patrimônio hegemônico, os

quais não configuram ou representam a maioria que construiu a cidade e sua história. Logo, onde estão os sujeitos subalternizados nesta patrimonialização? Onde estão as lutas intrincadas neste território? Desta forma, percebemos nessas imagens o território “ainda marcado pela colonialidade do poder e do saber, pela modernidade e modernização seletivas no território” (COSTA, 2016a, p. 28). Por isso, a emergência de um outro olhar para os sujeitos, a emergência do *patrimônio-territorial* como alternativa analítica à histórica do território, à memória e aos sujeitos violentados desde a invasão portuguesa, no século XVI, neste espaço que se define, na longa duração, como Brasil.

Elas existem e se revelam pelo patrimônio-territorial, resistências do espaço como: os benzedores⁴³ (Imagem 15), a Festa do Rosário, os oratórios nas estradas e a essência dos locais e dos sujeitos que ainda guardam o passado e o presente de luta e de sangue. A foto abaixo é do senhor Pedro⁴⁴ Simões, o benzedor mais velho de Serro, que ainda atende em sua residência.

Imagem 15 - Sr. ‘Pedrinho Macumbeiro’, o mais antigo benzedor do Serro



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2019.

O *patrimônio-territorial* evidencia o que parece estar oculto e resiste. Desvela-se o índio, o negro, a escravidão, a cultura desprestigiada (não europeia), a misoginia e/ou, como diz Costa (2016, p. 07) pautado em uma gama de autores decoloniais, a

⁴³ Benzedores são pessoas que adquiriram um saber popular, em diferentes versões e rituais, e seu objetivo é curar doenças e afastar más energias, ou seja, levar o bem através de sussurradas e milagrosas palavras (Anexo 01).

⁴⁴ Na entrevista feita com o Sr. Pedro Simões foi assinado um termo de autorização de imagem, conforme legislação.

“face oculta da modernidade” (COSTA, 2016b, p. 07). Nas imagens 17 e 18 podemos ver novamente esta “invisibilidade” — a Igreja de Nossa Senhora da Purificação era uma das mais antigas e belas igrejas da cidade, construída por uma negra (MIRANDA, 1972), mas, foi derrubada, e hoje dá lugar a um estacionamento e à Secretaria Municipal de Turismo.

Há na cidade também várias tentativas de apagamento de lugares em relação a nome de ruas ou derrubadas de monumentos, por exemplo, no mosaico de imagens a seguir (imagem 16).

Imagem 16 - Nomes de ruas que foram modificados ao longo do tempo



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2023.

Imagem 17 - Procissão de Nossa Senhora da Purificação, em frente à Igreja do mesmo nome



Fonte: QUEIROZ (2010).

Imagem 18 - Local onde se situava a Igreja da Purificação. Hoje, estacionamento e Centro de Informações Turísticas



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2021

O conceito de “mordaças sonoras”, como colocado por Sartre, sugere que estas mudanças têm o efeito de silenciar as vozes e as memórias dos subalternizados. Quando ruas são renomeadas, construções históricas são demolidas ou povos são de alguma forma ocultados, a identidade e o próprio existir destas podem ser esquecidos. Isso é prejudicial para aqueles cujas histórias e contribuições foram historicamente marginalizados e ocultados.

Portanto, é importante considerar como as forças que agem sob o território podem afetar diferentes grupos de pessoas e como isso pode moldar a narrativa cultural de um lugar.

Os subalternizados resistem a essas mudanças, buscando preservar sua história e memória através do *patrimônio-territorial*. Desta forma, ao reconhecer o valor do existir destes grupos, podemos ativar este patrimônio que não apenas

preserva a história e a identidade cultural de uma região, mas também traz benefícios econômicos e sociais.

A Revolta Escrava de 1864, por exemplo, é um dos casos que poucas pessoas sabem da sua existência e que não figura nos livros de história. Denominada apenas por “Revolta de 1864” que adquiriu um mote de preocupação do império e mobilizou as forças imperiais do Rio de Janeiro ao Serro em 1864. Porém, mesmo com tamanha expressividade é ocultada da história oficial e não há nenhuma menção dela no Serro. (MOTA, 2006).

O *patrimônio-territorial* tem essa premissa, não apenas apresentar estes ocultamentos, mas tonificar a voz dos subalternos no processo histórico de domínio espacial, dar-lhes reconhecimento e preeminência. Desta forma, Serro não é apenas um território ermo dentro das várias cidades de origem mineratória no Brasil, é um lugar que também traz consigo a essência dos sujeitos. Não é um grande destino turístico, inclusive há poucas pousadas, e seu povo vive de forma simples e singela (Imagens 19, 20, 21 e 22). Apresenta poucas pousadas⁴⁵ e restaurantes (o que é um termômetro do rarefeito turismo local), nos finais de semana a população se desloca principalmente para os distritos rurais. É um local onde o âmago popular do passado encontra-se muito preservado e que precisa ser compreendido, desvelado (pois a princípio já é ativado), para trazer nas mãos dos povos subalternizados a mudança.

⁴⁵ De acordo com a Associação Comercial e com dados obtidos pelos trabalhos de campo (2019, 2020 e 2022) Serro apresenta em sua sede cerca de apenas 4 pousadas. Dentro do município há um número aproximado de 15 pousadas/ casas de aluguel para temporada. Não há números concretos nem mesmo dentro da prefeitura. Estes dados foram obtidos em campo e também na plataforma TripAdvisor (2024).

Imagem 19 - Rua Antônio H. Pires



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2023.

Imagem 20 - Venda local de artesanias no Serro



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2023.

Imagem 21 - Venda local de artesanias no Serro



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2023.

Imagem 22 - Venda local de artesanias no Serro



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2023.

Serro, é a terra de nascimento de Chica da Silva⁴⁶, cidade ‘mãe’ de Diamantina, berço de uma das principais revoltas escravas do Brasil Império, e que ainda preserva características que extrapolam a arquitetura colonial de suas edificações, como a relação rural-urbano que perdura de forma não dicotômica e reflete um país ainda resguardado num ideário totalmente urbanocêntrico (WANDERLEY, 2001). É um local que guarda a memória e a tradição dos “de baixo”, é um lugar dos “homens lentos”⁴⁷ (SANTOS, 2013).

Um lugar onde a cultura não visa o turismo e que pode caminhar pelo patrimônio mais importante que são as próprias pessoas, os sujeitos, os serranos, matriz do *patrimônio-territorial*.

Os próximos capítulos trazem uma discussão mais apurada sobre o *patrimônio-territorial* e sua dialética com a patrimonialização global e a relação rural-urbana como expressão de duração dos mesmos.

⁴⁶ De acordo com Furtado (2003) Chica da Silva nasceu no distrito do Serro de Milho Verde onde inclusive foi batizada na Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres.

⁴⁷ De acordo com Santos (2013, p. 79) “O tempo se dá pelos homens. O tempo concreto dos homens é a temporalização prática, movimento do Mundo dentro de cada qual e, por isso, interpretação particular do Tempo por cada grupo, cada classe social, cada indivíduo”. O autor caracteriza estes sujeitos como o homem pobre, da periferia e que resiste às forças.



PARTE II

"A EUROPA TORNOU AS OUTRAS CULTURAS, MUNDOS, PESSOAS EM OBJETO: LANÇADO (-JACERE) DIANTE (OB-) DE SEUS OLHOS. O "COBERTO" FOI "DES-COBERTO": EGO COGITO COGITATUM, EUROPEIZADO, MAS IMEDIATAMENTE 'EN-COBERTO' COMO OUTRO. O OUTRO CONSTITUÍDO COMO O SI-MESMO. O EGO MODERNO "NASCE" NESTA AUTOCONSTITUIÇÃO PERANTE AS OUTRAS REGIÕES DOMINADAS".

(DUSSEL, 1993, P. 36).



2. DA PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL AO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL: SINGULARIDADE DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA

“Qual a memória dos pobres? Este será, certamente, um dos grandes obstáculos a serem vencidos na contraposição que, necessariamente precisará ser feita, à história desses pobres e lentos do planeta, que hoje tem a responsabilidade de conduzir a história do mundo, à partir dos seus lugares, incluindo-os nas preocupações dos processos de preservação do patrimônio cultural de interesse público. Não como folclore, mas como realidade histórica” (SOUZA, 2019, p. 11).

O capítulo anterior traz um panorama geral da *formação socioespacial brasileira* e como é urgente fazer um processo de desvelamento da história para trazê-la em sua totalidade. Neste contexto, o início deste capítulo começa com Enrique Dussel, que divaga sobre a objetificação que a Europa fez e ainda faz (como vamos dialogar neste capítulo) com o “Novo Mundo”.

Dussel traz a discussão do ego que situa a periferia e os subalternizados num patamar muito inferior ao ponto de trazer a pergunta: “[...] os índios são homens?” (DUSSEL, 1993, p. 09). Na mesma página ele traz a resposta que traduz bem essa colonialidade do ser que ainda permanece, ou seja, “[...] são apenas a mão-de-obra e não racionais, são incultos”. Aí está uma ontologia que traz a dominação de homens e de mundos, que cria uma hierarquia do ser absurda, e que ainda é muito presente.

Partindo desta perspectiva, na citação introdutória deste capítulo Maria Adélia de Souza traz também uma pergunta que debate com Enrique Dussel: “Qual a memória dos pobres?” (SOUZA, 2019, p. 11). Se voltarmos à discussão apresentada no final do capítulo 1, quando é apresentado exemplos de nomes de ruas que foram modificados (imagem 16) ou a eliminação de parte da memória negra no território do Serro, a pergunta apresentada é respondida. Ou seja, pela história oficial apenas parte da população tem a narrativa.

Desta forma, trazer à luz o *patrimônio-territorial* não é apenas importante, mas necessário para evidenciar os subalternizados que são realmente os homens responsáveis pela construção do território brasileiro, como tem defendido Costa (2016, 2017, 2018, 2021) para os demais países latinoamericanos.

Por isso, é fundamental analisar a história em toda a sua complexidade e contradições para compreender melhor, não apenas a luta dos subalternizados, mas também seus saberes e o próprio ato de resistência. Essa análise revela as dinâmicas de poder e exclusão que moldaram suas experiências, permitindo uma valorização

das estratégias de sobrevivência e resistência que emergem desses contextos. Ao entender as histórias e os conhecimentos dos subalternizados, podemos reconhecer a profundidade e a riqueza de suas contribuições culturais e sociais, além de promover uma visão mais inclusiva e crítica dos próprios sujeitos e do patrimônio. Nesta perspectiva, a tese benjaminiana de “escovar a história a contrapelo” torna-se importante:

Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 1996, p. 225).

Na mesma perspectiva de Walter Benjamin, é necessário ressaltar a *categoria da formação socioespacial* brasileira, que busca sempre esta totalidade da história, numa dialética de passado e presente que convergem em nossa realidade atual. Essa concepção dialética e totalizadora é difícil, mas necessária para elucidarmos os subalternos e até mesmo denunciarmos as barbáries e outras violências no território. Konder (2014, p. 165) divaga a respeito desta temática:

A grande dificuldade do pensamento dialético é promover a reestruturação permanente e radical do todo, que não é uma operação simples, nem é uma operação agradável. É uma operação delicada, difícil. Para tanto, tem que haver uma revisão de convicções enraizadas, coisas construídas com esforço, que foram assimiladas com paixão. Então, na visão benjaminiana, inclui-se uma ação importante, que é a revalorização da totalidade.

Logo, essa sociedade que acaba impondo consciência coletiva e moldando o processo do próprio existir precisa ser exposta e modificada para promover a clareza da existência dos homens e de suas lutas e posicioná-los numa outra categoria dentro da sociedade.

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um determinado grau de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem as formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. Não é a

consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. (MARX, 2008, p. 47)

Assim, este capítulo busca compreender Serro como singularidade do *patrimônio-territorial*, signo de resistência da *formação socioespacial*. Um patrimônio cuja a “[...] história registrada em símbolos territoriais resistentes à colonialidade do poder: arte, religião, saberes, fazeres, modos de vida, assentamentos de grupos subalternos urbanos e rurais” (COSTA, 2016a, p. 02). Muito além de uma patrimonialização global compreendida como:

[...] brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovido pela dialética Estado-mercado sobre a base das técnicas, da ciência e da informação; em síntese, é um processo de ressignificação dos lugares, da cultura e da natureza em escala planetária. (COSTA, 2015, p. 35).

Serro vai além de ser apenas um patrimônio tombado; guarda um *patrimônio-territorial* que mantém não apenas estruturas físicas, mas as narrativas e identidades dos sujeitos que habitam esse espaço ao longo do tempo. É um lugar onde os fatos e os sujeitos históricos permanecem, resistindo às mudanças e conservando sua relevância e significado dentro da paisagem local e a relação rural-urbana como um aspecto fundamental da *formação socioespacial*. Relação de interdependência entre esses dois espaços, onde a cidade e o campo não podem ser entendidos isoladamente, mas sim como partes integrantes de um mesmo sistema (COSTA, 2016a; ALVARADO e COSTA, 2019).

Lá ainda resistem os *sujeitos em situação espacial duradoura*. Como afirma Costa (2016a, p. 09), são “fatos e sujeitos históricos que resistem nos lugares: indígenas, negros, mulheres, empobrecidos urbanos que atestam a diversidade das memórias nacionais”.

Este capítulo vai trazer à discussão o processo de patrimonialização global (processo e conceito analisados por Costa (2011) em seu doutorado) no Brasil e como ele carrega um viés europeu. Aliás, nas palavras de Edward Said, um orientalismo enraizado. Ou também como é citado no início do capítulo 1: “Não podem representar a si mesmos, devem ser representados” (MARX, 2017, p. 101). Num segundo momento, haverá o debate sobre o *patrimônio-territorial* capaz de proporcionar o destaque e o protagonismo aos que foram ocultados e mais do que nunca ser a contradição da citação de Marx, onde os subalternizados podem sim representar-se, contar e preservar sua história e seu legado.

2.1 A patrimonialização no Brasil e em Serro (MG), busca do rural-urbano

Choay (2017), aponta que o monumento na sua origem é algo simples, construído deliberadamente para rememorar e celebrar, enquanto o patrimônio é o espólio que traz consigo uma legislação e transmuta uma herança carregada de influência. O conceito popular que temos hoje de uma edificação com características grandiosas e normalmente celebrativo e belo vem de um processo histórico, normalmente verticalizado, elitista e europeu.

O patrimônio que normalmente nos deparamos em nosso cotidiano é o patrimônio “pedra e cal”, patrimônio de origem europeia que abarca monumentos, prédios relevantes, documentos ou objetos. Nas palavras de Lima (2014, p. 06),

Diante de um cenário inicial de preservação patrimonial em que somente edificações e monumentos de origem europeia eram valorizados, as justificativas para a não inserção de elementos indígenas ou afro-brasileiros originaram-se no discurso de ausência de vestígios materiais relacionadas a outras matrizes culturais.

Quando observamos como se deu a política patrimonial no Brasil, principalmente as das chamadas cidades históricas, podemos aprender que essa ligação da estética europeia está muito presente, o que proporciona uma visão muito deturpada e elitista do cotidiano brasileiro e do próprio sujeito subalternizado que, apesar de sua ocultação na história, existe e resiste dentro do espaço urbano.

As cidades históricas de origem mineratória são um exemplo claro desta lógica, o barroco é apresentado como a expressão da arte histórica e se torna o atrativo, mas de forma muito rasa diante da sua relevância ou papel na história do lugar. Costa (2015, p. 111) afirma que a cidade histórica brasileira “é uma criação do início do Século XX, produto da necessidade moderna de afirmação de identidade pelo território, na forja do Estado-nacional”.

Assim, ao nos depararmos com o barroco mineiro, nós observamos “como um dos elementos simbólicos das nacionalidades latino-americanas: dos sujeitos históricos (incorporados ou não em suas representações) ao estado (enquanto superestrutura social absoluta)” (COSTA, 2016a, p. 70).

Desta forma, o barroco mineiro é:

[...] produto da difusão da economia-mundo europeia transformada em economia mundial, onde o Estado e a Igreja – por meio das mãos dos negros e sujeitos artistas – aparecem como produtores dessa arte e do urbanismo que podem ser entendidos pela paisagem que ainda vigora. (COSTA, 2015, p. 68).

Quando observamos as paisagens das cidades barrocas, estamos também vislumbrando as técnicas envolvidas e as relações de poder ainda imbricadas em suas ruas e construções e que, de forma variada, ainda reverbera nas relações atuais do território. A cidade barroca “é um termo que guarda uma descrição política e social do período moderno e não mera referência arquitetônica-estética” (COSTA, 2016a, p. 73).

Ele é um condutor da “memória estética nacional” que busca a imposição de uma identidade colonizadora, que nas palavras de Costa (2016b, p. 70), é relacionado a “[...] memória estética, Estado e identidade decorre da constituição burguesa dos Estados modernos”.

Essas problemáticas estão impressas nas cidades barrocas brasileiras e também nas cidades da América Latina, onde o passado exploratório, escravocrata e colonizador foram semelhantes. Essa similaridade existente na América Latina é denominada por Galeano (2019, p. 17) de “comarca do mundo” tendo sempre como função ser “serviçal”, ou seja, continuar existindo para apenas satisfazer necessidades.

Assim, quando nos deparamos com patrimônios tombados, precisamos pensar que eles são “[...] lugar da hegemonia cultural que se constroem representações de uma identidade nacional” (FONSECA, 2001, p. 111). Estes patrimônios são vistos de cima para baixo sempre trazendo consigo sempre uma dominação colonial e, em contrapartida, estratégias decoloniais ou de práxis popular, como tratam Costa e Moncada (2021) e Costa, Tirapeli e Moncada (2022).

Sobre as principais políticas patrimoniais no Brasil, podemos sintetizar que as propostas originais são quase sempre inspiradas em cartas internacionais e realidades que não são as brasileiras, refletindo o ideário europeu monumentalista e colonizador. Esse padrão é evidente nas políticas que priorizam a preservação de monumentos e edificações históricas de estilo europeu, muitas vezes em detrimento das manifestações culturais e patrimoniais locais e indígenas. A influência das cartas

internacionais, como a Carta de Veneza⁴⁸ (1964) e a Carta de Atenas⁴⁹ (1931), é notória na orientação dessas políticas, o que reforça a predominância de uma visão eurocêntrica no campo do patrimônio (FUNARI e PELEGRINI, 2010; MINTO, 2014).

Ou seja, a patrimonialização no Brasil reverbera a “patrimonialização global” (COSTA, 2015), que tende ao apagamento de sujeitos populares protagonistas da sua própria vida, porém são deixados de lado em benefício de processos que se constroem e se reconstroem de maneira indefinida o território (ZUSMAN, 1998).

Desta forma, as políticas patrimoniais no Brasil foram influenciadas por uma perspectiva eurocêntrica. Assim, a decolonialidade questiona essa visão e busca valorizar igualmente as culturas e histórias das populações indígenas, afro-brasileiras e outras comunidades subalternizadas. De acordo com Quijano (2005, p. 118):

A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial.

Dessa forma, a perspectiva eurocêntrica e a ideia de raça moldaram a forma como o patrimônio cultural foi valorizado e preservado no Brasil, resultando na marginalização de práticas e patrimônios de origem não europeia. Para promover uma patrimonialização mais inclusiva e justa, é essencial revisar os critérios e processos existentes, reconhecer e valorizar o patrimônio dos subalternizados e garantir uma participação equitativa desses sujeitos. Isso permitirá uma abordagem que reflita

⁴⁸ A Carta de Veneza, formalmente conhecida como Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos, é um dos documentos fundamentais para a conservação patrimonial. Foi elaborada durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza em 1964, e adotada pelo ICOMOS, UNESCO e diversas outras entidades oficiais em muitos países.

⁴⁹ A Carta de Atenas é um manifesto urbanístico elaborado durante o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Atenas em 1933.

verdadeiramente a diversidade cultural e histórica do Brasil. Afinal, como afirma Costa e Moncada (2021, p. 07):

Entender la decolonialidad originaria, desde América Latina, demanda un ejercicio ontológico sobre el “ser” y la “duración” indígena en el continente, pues ella irrumpe em el nativo como praxis estética en el proceso colonizador; significa toda práctica, expresión, objeto y conocimiento revolucionarios, que demarcaron resistencia u objeción, desde dentro, a las violencias coloniales, aunque para eso se valgan de mecanismos de la conquista, como la iglesia, el barroquismo y los mitos.

Buscar esta compreensão se faz necessário para uma resposta epistêmica aos ocultados na história e no processo de patrimonialização, afinal eles “buscaron salvarse de la naciente e impetuosa máquina capitalista de aniquilación de individuos y apoderamiento espacial, produciendo valores que, en esencia, eran contravalores resultantes del drama de la propia existência” (COSTA e MONCADA, 2021, p. 21).

Dessa forma, é crucial examinar os momentos das políticas patrimoniais no Brasil e analisar como elas frequentemente refletem a lógica do Estado-mercado. As políticas patrimoniais, muitas vezes, são moldadas por interesses estatais e mercadológicos que muitas vezes ignoram as contribuições e resistências dos grupos subalternizados.

Assim, vamos apresentar alguns momentos do processo das políticas patrimoniais do Brasil. Ou seja, uma patrimonialização que atua como um mecanismo socioeconômico e cultural que transforma territórios de identidade e cria lugares de memória, sendo impulsionada tanto pelo Estado quanto por órgãos nacionais e também pelo mercado (agências multilaterais como o Banco Mundial, FMI, BID e outras) (COSTA, 2015). Conforme Costa (2014, p. 244):

A patrimonialização global é produto e representante da transformação da própria história dos lugares em história mundial, não de uma história mundial metafísica, mas de ações materiais que rebatem sobre territórios que foram conquistados, dominados e revalorados ao longo do tempo, formando cidades classificadas pelas atividades destinadas ao exterior. Esses territórios - as cidades e seu entorno - são verificados empiricamente, inseridos em um novo contexto do capitalismo: o da economia urbana calcada na dinamização do capital financeiro e da prestação de serviços nas maiores e mais dinâmicas cidades do planeta postas em redes globais (de entretenimento, publicidade, produção midiática, artes, etc.), que agregam, nessa dinâmica, cidades singulares de diferentes escalas.

A questão da memória no Brasil e sua preservação surgem de maneira singela com a chegada da Família Real, em 1808, onde se fez necessário, naquele momento, criar “lugares de memória” para uma elite que se firmava ainda mais (RODRIGUES, 2009). Assim, por exemplo, surgem a Biblioteca e o Museu Nacional. Após a

independência brasileira, estes locais e outros tantos mais tornam-se signos de uma suposta nacionalidade e patriotismo. Inclusive com a criação, em 1838, do Instituto Histórico Nacional na busca pela preservação.

Nas décadas seguintes, a cultura brasileira passa a ter um foco na valorização de objetos de arte sacra e a própria valorização da cultura colonial. Surgem inclusive iniciativas para a criação de órgãos de preservação nacional e estaduais, por exemplo, as inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais na Bahia e Pernambuco, ambos na década de 1920 (RODRIGUES, 2009).

Somente na década de 1930, especificamente em 1934, no Artigo 10 da Constituição é que o patrimônio começa a ser mencionado na legislação nacional. De acordo com a Carta Magna da época: “Compete concorrentemente à União e aos Estados: III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico [...]” (BRASIL, 1934).

Já na Constituição de 1937, no seu artigo 134, há uma melhor definição de proteção e dos locais a serem preservados:

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional (BRASIL, 1937).

A regulamentação do artigo 134 da Constituição ocorreu apenas três anos depois, com o Decreto-lei nº 25 de 1937. A compreensão do patrimônio a ser preservado era composto por bens móveis e imóveis do país, sujeita a conservação e sendo de interesse público pela sua “vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937). Neste decreto-lei é explicitado no segundo parágrafo:

Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (BRASIL, 1937a).

O órgão responsável pela gestão patrimonial foi criado na década de 1930, sendo denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Naquele momento há a gênese dos primeiros tombamentos de conjuntos urbanísticos, onde destacam-se: Ouro Preto, Diamantina, Mariana, São João Del Rei, Serro e Tiradentes (todas em Minas Gerais)⁵⁰.

A cidade de Serro foi tombada⁵¹ em 1937. O seu tombamento é justificado pela homogeneidade em relação ao conjunto arquitetônico e por ainda conservar o traçado urbano básico que remonta à metade do Século XVIII. De acordo com a imagem 23, retirada da publicação do Programa Monumenta (2010), é possível claramente observar o que é taxado como patrimônio desde o seu tombamento na década de 1930. Ora, destaca-se apenas igrejas, capelas, casas de barões e de outros políticos. Onde está a memória do povo em sua totalidade?

Conforme Costa (2015, p. 249):

A dialética do Estado-mercado fica explícita na prática institucional do governo brasileiro na área cultural, na década de 1990, representando o paradigma neoliberal como hegemonia da mentalidade política do país. Há uma alteração do quadro de financiamento da cultura a partir da inserção da iniciativa privada como gestora dos recursos de fomento, o que demonstra uma transformação radical no papel do Estado na cultural [...].

A década de 1990 no Brasil exemplifica como o paradigma neoliberal influenciou a gestão cultural. A dialética entre Estado e mercado revela um conflito de interesses e uma negociação constante sobre o papel de cada um na promoção e preservação da cultura. O Estado, ao delegar parte da responsabilidade ao mercado, enfrenta a necessidade de equilibrar interesses comerciais com o objetivo de garantir o acesso e a diversidade cultural para a população.

Como já foi afirmado no início deste capítulo, a pergunta de Enrique Dussel e Maria Adélia de Souza são respondidos facilmente pelos documentos oficiais e patrimônios tombados do Brasil, afinal os sujeitos são deixados de lado.

Inclusive, no início de uma publicação da época sobre o tombamento do Serro, fica explícito o objetivo da preservação, onde:

Este quarto volume apresenta uma série de fotos antigas do Serro, cidade histórica brasileira em que arquitetura, urbanismo e paisagem formam seu excepcional patrimônio. [...] Nossa intenção é resgatar a memória das antigas feições da cidade e buscar a permanência do que ainda existe delas (QUEIROZ, 2010, p. 05).

⁵⁰ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3576/>>. - Acesso: 20/02/2020.

⁵¹ Disponível no livro de Tombo no IPHAN, Decreto - Lei n.25 de 1937, processo nº 65-T-38, inscrição nº 25 do Livro de Belas-Artes, v. 1, p. 6

Em toda a publicação não há menção ao povo e outros bens que deveriam fazer parte da preocupação com sua preservação, há apenas igrejas e casarões da porção mais abastada da cidade (imagem 23). A falta de inclusão dos sujeitos subalternizados na patrimonialização reflete uma visão limitada do próprio patrimônio. Em um município com mais de 320 anos de história, é preocupante que o patrimônio reconhecido se restrinja a apenas igrejas e casarões.

A ausência de uma delimitação precisa do conjunto tombado continua a ser um problema relevante. Os documentos de tombamento empregam o termo genérico “até onde a vista alcança”, o que cria ambiguidades e dificulta a gestão e proteção⁵² do patrimônio. Essa falta de definição clara não apenas compromete a conservação efetiva dos bens, mas também reflete uma limitação mais ampla nas políticas patrimoniais, que também não consideram os sujeitos. A justificativa para essa “delimitação” total é por possuir uma economia estagnada, sem a necessidade de delimitação⁵³. O que é errado, pois o município, desde o fim da mineração, tem outras bases de fomento econômico, principalmente a agropecuária, conforme a apresentação do empírico no capítulo 1.

Em 1946, uma nova Constituição é promulgada e no Artigo 175 novamente há alguma menção ao patrimônio e mais uma vez de forma vaga: “As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do poder público” (BRASIL, 1946).

Na década de 1960, diante da mudança política nacional, outra Constituição é anunciada e o patrimônio é mais uma vez pouco mencionado. No seu Artigo 172, parágrafo único: “Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas” (BRASIL, 1967).

Observando todos estes artigos das constituições brasileiras até a década de 1970, uma conclusão rápida é que não há uma clara definição de patrimônio, mas muito simplista e de caráter hegemônico. Como afirma Zusman (2013, p. 54) “los vestigios dejados por sociedades anteriores em el paisaje sean valorizados selectiva y jerárquicamente”.

Uma mudança ocorrida nesta época foi a criação do Decreto nº73.030 que desmembra a proteção da cultura e da natureza, de certa maneira repetindo o que estava ocorrendo nos organismos internacionais de proteção. A divisão propôs a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, que viria a proteger e

⁵² Há várias tentativas de mineração em locais próximos a mancha urbana da sede do município e o pleiteante e os contrários a esta atividade econômica utilizam-se do mesmo discurso, por exemplo, o debate à respeito da implantação de mais uma lavra de minérios próxima ao centro.

⁵³ No artigo 18 do Decreto-lei 25/1937 estabelece “Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes [...]” (BRASIL, 1937a).

administrar os recursos naturais e o IPHAN permaneceu, mas com a incumbência de proteger e conduzir o patrimônio.

A grande mudança ocorre na década de 1980, pois há o retorno de uma política nacional que começa a adquirir novamente liberdade e democracia. Os movimentos sociais adquirem alguma força e a área patrimonial conquista a sustentação, embora esteja muito longe do ideal. E assim é promulgada a Constituição Federal de 1988, e no seu artigo 216 estabelece o que é patrimônio e suas deliberações:

Constituem patrimônio cultural brasileiro **os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira**, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; **V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.** §1º **O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.** §2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. (Vide Lei nº 12.527, de 2011). §3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais. §4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei. §5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (BRASIL, 1988, *grifos nossos*).

A partir da Carta Magna que vigora até o momento, mesmo com algumas emendas, há uma grande mudança no entendimento de patrimônio. Ele é visto não apenas de forma material, mas também na sua imaterialidade, a referência clara a respeito da identidade e da memória, valorizando algo que até então não era apreciado⁵⁴.

Embora os tombamentos estejam presentes na lei e são colocados como importantes para todos, existe sim uma grande desigualdade no seu tratamento a partir das políticas públicas que agem sobre ele, perpetuando a colonialidade. Ou seja, o estético e o proveniente de uma história oficial continuam presentes.

Canclini (2012, p. 71) afirma que:

⁵⁴ Ulpiano Bezerra de Menezes (2003) aborda que a Constituição Federal de 1988 trouxe uma mudança mais significativa que vai além da inclusão de bens intangíveis, mas sim o deslocamento de sua matriz. Assim, refletindo numa transição onde a comunidade passa a ter um papel mais ativo na escolha dos bens a serem patrimonializados, em vez do Estado. Porém, é preciso indagar se essa participação “popular” é equilibrada diante das forças dominantes dentro do território.

As políticas estatais pressupõem que determinada pirâmide ou centro histórico sejam valores compartilhados por todos os membros de uma nação, mas a rigor o patrimônio cultural expressa uma série de coincidências de alguns grupos na valorização de bens e práticas que os identificam. Costuma-se dizer, por isso, que se trata de um lugar de cumplicidade social. As atividades destinadas a defini-lo, preservá-lo e difundi-lo, amparadas pelo prestígio histórico e simbólico de certos bens, quase sempre intercorrem em uma simulação: fingem que a sociedade não está dividida em classes, gêneros, etnias e regiões, ou sugerem que essas fraturas não têm importância diante da grandiosidade e respeito ostentados pelas obras patrimonializadas.

Mesmo com os avanços promovidos pela Assembleia Nacional Constituinte na democracia brasileira, é crucial manter uma postura crítica ao observar o art. 216, que trata do patrimônio, sua preservação e proteção. Este artigo reflete uma conciliação entre os diversos entes envolvidos, considerando de forma diferenciada a demanda pelo reconhecimento das culturas, identidades e grupos sociais na sociedade, com a perspectiva econômica desempenhando um papel nessa ótica. É o Estado que manipula essa rede de interesses, trazendo consigo “consequências jurídicas e políticas” (LUCAS, 2003, p. 54).

Campos (2015, p. 81) afirma que “a produção do passado se apresenta como legitimador das políticas públicas apresentadas pelo Estado”. A identidade aliada ao patrimônio, num período em que impera o poder do capital e também a globalização, forma um mecanismo para a reprodução do próprio capital e para a legitimação do Estado, ou seja, a lei é utilizada para a construção ou reconstrução da história dos sujeitos e suas memórias. Como afirma o autor, “o patrimônio manipula as identidades, que são, como produtos da modernidade, alcançadas e não mais atribuídas” (CAMPOS, 2015, p. 82).

Isso nos remete ao que Costa e Moncada (2021, p. 19) chama de “mentalidade fundadora”:

La mentalidad fundadora fue responsable de agrupar a los indígenas hacia una nueva modalidad de vida urbana, la cual los reducía (para su “civilización salvacionista”) y, concomitantemente, promovía el tipo más peculiar, duradero, violento y vigente de la urbanización latinoamericana: una “urbanización segregadora estatal secular o segregación originaria”, resultante del condicionamiento barroco del territorio latinoamericano, que perdura hasta el presente en nuestras ciudades; formas modélicas históricas de la subalternización hegemónica y de la transgresión resistida; segregación transtemporal y transescalar, singularidad del confrontamiento del *ethos* barroco y el *ethos* realista, o sea, incorpora dominio avasallador y resistencia, teatralización y estetización desmesurada de la vida cotidiana, ruptura de la percepción de la rutina y las contradicciones territoriales.

Essa “segregación originaria” tratada por Costa e Moncada (2021) está presente nas cidades, mas também nas políticas patrimoniais latino-americanas, desarticulando e invisibilizando os subalternizados. Em Serro, por exemplo, é encontrada apenas uma senzala (imagens 24 e 25) dentro da Casa do Barão do Serro, mas totalmente desfigurada e sem nenhuma menção a seu respeito, há apenas relatos dos guias locais. Conforme Costa (2014, p. 252):

Os lugares patrimonializados enquanto símbolos de formação territorial e urbana e representantes de um urbanismo característico de uma conformação arquitetônica do espaço, ao entrarem no turbilhão da cultura da economia, do culturalismo de mercado, tendem a perder sua aura.

Imagem 24 - Vista frontal da Chácara do Barão do Serro



Fonte: CARVALHO, Ulysses, 2019.

Imagem 25 - Antiga senzala nos “porões” da Chácara do Barão



Fonte: CARVALHO, Ulysses, 2019.

Podemos, desta maneira, observar que a maioria dos tombamentos ocorridos, de outrora aos dias atuais, está arraigado numa visão europeia, com uma ótica de monumentalidade e estética elitista, logo o cotidiano, a cultura local e/ou regional são na maioria das vezes deixados de lado. Conforme Chuva (2003, p. 324):

A preocupação central estava voltada para a valorização do passado colonial, representando as origens da nação, conferindo-lhe uma ancestralidade que deveria referenciar-se numa matriz portuguesa, mas que, a partir dela, configuraria um universo tipicamente brasileiro.

A preservação do patrimônio urbano é uma preocupação ainda recente no país, assim:

Surge em meados da década de 1970 e pode ser considerado resultado do esforço de atualização empreendido pelo então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em finais da década de 1960. À época, este órgão de proteção buscava se instrumentalizar de forma a definir uma política capaz de fazer frente à problemática de sítios históricos que começavam a ser alvo do avanço urbano industrial. (ZANCHETTI et al, 1995, p. 1).

Então, diante da preocupação com o patrimônio urbano surge, em 1972, o Programa Cidades Históricas (PCH). Inicialmente, seu objetivo era apenas a reconstrução de cidades históricas da Região Nordeste para a utilização em fins turísticos. Este programa se mantinha por meio de uma contrapartida financeira dos

estados de no mínimo 20% para serem aplicados em obras de infraestrutura, estudos e projetos (CORRÊA, 2015). O PCH foi instituído diante da solicitação de auxílio feita a Unesco, que enviou ao país o arquiteto Michel Parent⁵⁵. Assim, estabeleceu uma nova forma de preservar as cidades históricas, principalmente com uma visão voltada ao turismo e revitalização.

Porém, uma grande crítica a este programa é a falta da visão de totalidade, pois havia apenas a preocupação com monumentos fragmentados, sem vislumbrar o seu entorno. De acordo com Motta (2003, p. 127):

[...] o acervo selecionado como patrimônio nacional com base no valor estético-estilístico, durante todo o período inicial do IPHAN, de 1937 até a década de 70, resultou não somente na construção e vinculação do “patrimônio histórico e artístico nacional”, mas também fez com que esse patrimônio fosse incorporado à memória social, circunscrevendo as ações dos períodos subsequentes, mesmo quando baseados em propostas diferentes. Virou senso comum a ideia de que o patrimônio das cidades relaciona-se apenas com o valor artístico, segundo padrões de arquitetos. Esses profissionais foram legitimados como especialistas na seleção do patrimônio, considerando a qualidade da arquitetura e a uniformidade estilística dos imóveis que compõem os sítios históricos.

Em 1979, houve uma nova reestruturação e o Programa Cidades Históricas que se incorporou ao IPHAN⁵⁶, que ganha novos atributos, principalmente em aspectos conceituais e de gestão já trabalhados ao final da década de 1960 pelo próprio IPHAN e a Unesco (CORRÊA, 2015). Porém, o PCH acabou tendo muitas dificuldades na década de 1980 diante da crise que se acrescia no país, impedindo a execução do programa, que foi retomado apenas em 2013 como o chamado PAC – Cidades Históricas/IPHAN.

No Serro, este programa apresentava seus objetivos para a cidade a partir da “Requalificação dos eixos Matriz/ Matosinhos e Córregos Lucas/Quatro Vinténs, restauração de igrejas, monumentos, Mercado e Museu” (PAC2 Cidades históricas, s. a.; s. p.).

O Programa Monumenta⁵⁷ inicia sua trajetória no período intenso do neoliberalismo brasileiro. A busca pela eficiência é o objetivo principal, não o bem-

⁵⁵ Inspetor dos monumentos históricos franceses.

⁵⁶ Sendo transformado em SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e também no mesmo período foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória (FnpM) a partir do Decreto nº 84.198/1979.

⁵⁷ O Programa Monumenta foi implantado nas cidades: Alcântara (MA), Belém (PA), Cachoeira, Lençóis e Salvador (BA), Congonhas, Diamantina, Ouro Preto, **Serro** e Mariana (MG), Corumbá (MS), Goiás (GO), Icó (CE), São Cristóvão e Laranjeiras (SE), Manaus (AM), Natividade (TO), Oieiras (PI), Olinda e Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Pelotas e Porto Alegre (RS), Penedo (AL), São Francisco do Sul (SC) e São Paulo (SP) (PROGRAMA MONUMENTA, 2010).

estar da população ou políticas mais democráticas aos cidadãos. O chamado “capital simbólico” (HARVEY, 2003) adquire mais corpo no espaço, auxiliando o período econômico vigente, a globalização e a conseqüente mundialização dos lugares, pós-1990.

O Monumenta propõe a instrumentalização do patrimônio para a tríade: comunidade, iniciativa privada e Estado. Diante de um Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural:

A descoberta do patrimônio cultural como fonte de conhecimento e de rentabilidade financeira vem transformando essas áreas em pólos culturais, incentivando a economia por meio do incremento do turismo cultural e geração de empregos. O Programa conta com apoio dos estados e municípios, de forma que suas intervenções afetem, direta e indiretamente, a economia, a educação e a cultura local, e facilitem, assim, a inclusão cultural, social e econômica da população. (PROGRAMA MONUMENTA, 2010).

É um processo da cultura como mercadoria aliado ao turismo, cujo sistema financeiro se alia à proposta e, inclusive, há o estabelecimento de empréstimos com o BID⁵⁸. Com o intuito de converter a cultura em mercadoria para exportação, o programa tem como metas principais, em prazos estendidos:

Preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal; b) aumentar a conscientização da população brasileira acerca desse patrimônio; c) aperfeiçoar a gestão desse patrimônio e o estabelecimento de critérios para implementação de prioridades de conservação. O objetivo de curto prazo do Programa é aumentar a utilização econômica, cultural e social das Áreas de Projeto (PROGRAMA MONUMENTA, 2005, p. 06).

O Programa pode ser definido por uma forma de “recuperação sustentável”, gerando receitas para garantir os patrimônios. Conforme Costa (2010, p. 210), ele está sustentado em três conceitos básicos: “participação privada, atratividade e acessibilidade. Conceitos que, na prática, favorecem a acumulação e a reprodução do capital (não fugindo de sua lógica contraditória) nas localidades selecionadas pelo Programa”.

Se observarmos mais a fundo este programa, fica evidente sua busca pela mercantilização do patrimônio e uma cenarização dos centros históricos; os investimentos são voltados aos turistas, melhorando as condições de fragmentos do espaço urbano; deixando a população subalternizada à parte das benesses da patrimonialização. Desta forma, o patrimônio é concebido como mercadoria se

⁵⁸ Banco Interamericano de Desenvolvimento Econômico.

equivalendo a produtos de consumo e, conseqüentemente, pouco beneficiando os moradores locais (COSTA, 2010).

A questão do patrimônio como recurso acaba tornando-se mais importante dentro das políticas patrimoniais funcionalizando a história e as identidades. De acordo com Hiernaux (2010, p.41), que faz um estudo sobre a questão no México:

Debemos ubicar el sentido mismo del conflicto, es decir, cuáles son las llaves para entenderlo. Por una parte, parece que detrás de estas posturas está el sentido mismo de la historia: historia-recurso para los emprendedores versus historia-patrimonial para los otros. La apuesta no es menor ya que es el sentido mismo de la historia de las naciones, de los pueblos, la que está en juego. ¿Podemos permitir que la historia se vuelva un elemento más de la búsqueda exacerbada de ganancias, con el riesgo de destruir los fundamentos de la identidad? ¿Es más importante, en esta fase en la cual nos encontramos, pensar em patrimonio histórico o em história “comodificada”?

Podemos desta forma concluir que os patrimônios deveriam ser pensados como “patrimônio vivo” (Hiernaux, 2010), pois eles são responsáveis para dar sentido à vida social, principalmente dos pobres, dos negros e dos indígenas. Quando nos debruçamos sobre estas leis que foram sendo criadas ao longo do tempo, percebemos claramente que nenhuma olha estes subalternizados como protagonistas ou até mesmo como coadjuvantes, mas meros figurantes.

O próprio Estatuto da Cidade, um marco na história urbanística brasileira, estabelece no artigo 2º e na diretriz XII as responsabilidades dos municípios no que diz respeito ao patrimônio. Essas diretrizes orientam a gestão e a preservação do patrimônio urbano, reforçando o papel crucial das administrações locais na proteção e valorização dos bens culturais e históricos, ou seja, de acordo com o artigo é responsabilidade da cidade a “XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico” (BRASIL, 2001).

A preservação e o tombamento são mais uma vez delegados, mas não há clareza sobre como esses processos serão implementados, quais recursos serão utilizados e como serão selecionados. É urgente adotar uma abordagem mais democrática para a gestão do patrimônio, pois leis por si só não serão suficientes para resolver essas questões e, especialmente, para destacar os sujeitos subalternizados.

Conforme Marcelo Lopes de Souza (2003, p. 313), “o compromisso com a maior democratização [...] significa desmistificá-los, tirando-os de seu pedestal e

entendendo-os como temas em que um tipo de saber técnico-científico deve desempenhar um papel, sim, mas cuja natureza, em última análise, é política”.

Desta forma, buscando compreender estes trechos de leis, fica claro que embora haja uma política patrimonial no Brasil, ela traz consigo sempre o conceito de patrimônio numa perspectiva da colonialidade. E a preservação, ao mesmo tempo que é tratada como necessária, não há relevância com a totalidade e com os sujeitos totais.

Quando pensamos nas políticas patrimoniais brasileiras, constatamos que há muito mais referências a documentos da realidade internacional que a do próprio país ou mesmo a latino-americana. Ou seja, parte das políticas patrimoniais latino-americanas tendem, em sua maioria, a relacionar o passado colonial a um presente tradicional (HARTOG, 2014). Desta maneira sempre há uma tentativa nas esferas mais altas da hierarquia de “pacificar o passado” (FERNANDES, 2014).

Outra questão é a falta de uma ótica ao rural dentro da patrimonialização, afinal pouco se fala de patrimônios além de centros históricos urbanos. De acordo com Carvalho (2003, p. 192), “o património [rural] é estruturante da memória, imagem e identidade dos territórios, constituindo um recurso importante para a afirmação deles e para a auto estimadas populações, enfim, para o desenvolvimento local”.

O rural faz parte da totalidade, portanto é preciso também voltar a uma visão capaz de trazer à tona estes locais em conjunto com o urbano, afinal eles se conectam. De acordo com Ferreira (2010, p. 25), “as paisagens rurais, enquanto um dos principais responsáveis pela formação do território das nações, sobretudo para o Brasil se torna um patrimônio importante a ser preservado, devido ao forte caráter agrário presente desde o início da sua colonização”.

Mas, é importante deixar claro que quando apresentamos que é necessário este olhar para o rural, não é para uma política preservacionista de casarões de barões, mas do rural em seu âmago, ou seja, dos oratórios presentes nas estradas, do idílico que perdura na população (mesmo urbana), nos saberes etc.

É preciso compreender o rural-urbano em toda a sua complexidade e totalidade, ou seja, “não deve ser entendida ou contemplada apenas pelo centro histórico ou o núcleo urbano tombado, restrita a um perímetro de tombamento; essa deve ser a contribuição do olhar geográfico sobre as cidades antigas brasileiras” (COSTA, 2010).

Concebê-las em sua totalidade é imprescindível para desvelar o oculto, e proporcionar novas perspectivas dos *sujeitos em situação espacial duradoura*, como entende Costa (2016, 2021). Logo, entender o patrimônio a partir do sujeito é primordial, afinal ele é o responsável pela significância do espaço. Como afirma Santos (1977, p. 42), uma visão sem as pessoas envolvidas é “doente, perversa e prejudicial”.

O patrimônio na perspectiva “pedra e cal” não trouxe o sujeito, seu protagonismo e história original. Evidenciá-los é essencial a valorização e significância do patrimônio, da história e dos próprios sujeitos.

O patrimônio deve ir além do aclamado, celebrativo ou estético, é preciso extravasar o senso comum. Devemos ir além da chamada “patrimonialização global” compreendida como um caminho único da ordem patrimonial universal (COSTA, 2015). É preciso também olhar por uma outra ótica onde o existir, o viver e o apropriar no território também devem ser apreciados, afinal, graças às pessoas que há sentido e movimento no território.

Essas cidades logo têm a possibilidade do empoderamento dos bens materiais e simbólicos pela população. Assim, é o sentido do conceito de *patrimônio-territorial*:

O patrimônio-territorial é uma chave, uma reação e uma resposta à “patrimonialização global”; possibilita, por meio de uma concepção espacial mais totalizante da cultura, dismantelar, pelas periferias, os efeitos da modernização e da colonialidade no continente: valora homens, mulheres e crianças humilhadas por preconceito de origem econômica, racial, étnica e tópico-espacial. (COSTA, 2017, p. 73).

O *patrimônio-territorial* a partir do saber local e o saber fazer deve ser o mecanismo de sua ativação, sendo uma luta popular e não necessariamente institucional. Embora sejam importantes os órgãos de preservação, é necessário ter este apelo popular para ativar este patrimônio e a própria luta da população pelo seu lugar.

Desta forma, o conceito do *patrimônio-territorial* representa muito mais que estruturas arquitetônicas, é singularidade da história formativa do território e aterrissa na “defesa da vida dos sujeitos periferizados e subalternizados” (COSTA, 2016a, p. 29), indo muito além da história oficial e da valoração de áreas tombadas; há uma relação entre a *formação socioespacial* brasileira e o *patrimônio-territorial* como sua singularidade, por meio do sujeito. Ele é resistência e desvela o passado sendo o signo para a luta dos subalternizados no presente (COSTA, 2016a). Frente a uma

patrimonialização global fragmentária e excludente que apenas são apropriadas e consumidas pelo capital.

Partindo desta premissa, a própria dicotomia rural-urbana deve ser superada (COSTA, 2021), pois, ela evidencia e é amparada pelas memórias rurais-urbanas. Há ruralidades no urbano: vida rural e urbana podem se misturar, sejam por laços familiares ou hábitos rurais (CAPEL, 1975).

Desta forma, podemos concluir que o rural constituído pelos sujeitos, pelos seus modos de vida e suas histórias também é memória e precisa ser preservada, pois está atrelada ao próprio presente. De acordo com Santos (1982, p. 29):

O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; estas formas-objetos, tempo passado são igualmente tempo presente enquanto formas que abrigam uma essência. Por isso o tempo passado está morto como “tempo”, não porém como “espaço”, o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social.

Nesta perspectiva, “el campo sobrevive con o sin las ciudades, las ciudades nacen con el campo y no perdurarían sin él” (ALVARADO e COSTA, 2019, p. 07). Conforme o capítulo 1, Serro e outros municípios de origem mineratória continuaram seu processo de permanência com a economia rural que já era forte e presente, mesmo com a mineração de pedras preciosas.

Desta maneira, quando se observa o Serro (MG), fica evidente a mescla rural-urbano, (imagens 26 e 27) que são o próprio *patrimônio-territorial* e fazem parte da *formação socioespacial brasileira*.

Imagem 26 - Centro do Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2022. Praça central do Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras durante a semana,

Imagem 27 - Distrito de Mato Grosso (Serra da Caroula)



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2022. Festa religiosa montada durante um mês na Serra da Caroula (Distrito de Mato Grosso). Os moradores montam barracas de comidas típicas e mantem casas que serão utilizadas uma vez ao ano durante as comemorações de Nossa Senhora das Dores.

Costa (2021, p. 118) afirma que o *patrimônio-territorial* “totaliza y enfatiza el territorio como guardián de la memoria de resistencias sociales a las múltiples violencias urbano-rural modernas, que conduce los sujetos a una situación espacial duradera en el continente”. O conceito é a junção entre substantivo e adjetivo que

“totalizam e enfatizam o território como guardião da memória” (COSTA, 2021), um território abrigo, um território de todos, um território que não se faz sem o sujeito (sem ele, o território é mero recurso econômico, maior dos males que enfrenta nossa sociedade, essa visão mercantil-dicotomizante do território).

Logo, os centros históricos não são as únicas referências da memória: o sujeito, as periferias e a relação rural-urbana também carregam muito destas reminiscências. Numa visão sartreana e decolonial, Costa (2016a) traz o sujeito como responsável pela manutenção do patrimônio próprio, aquele relativo à própria vida, à sua duração diante mesmo dos aparatos colonialistas e imperialistas de dominação dos grupos sociais, que atravessam também os séculos XX e XXI.

2.2 O patrimônio-territorial como signo de resistência rural-urbana e da formação socioespacial brasileira

Conforme já mencionado, os sujeitos são os guardiões da memória, os únicos capazes de trazer a emancipação do poder hegemônico dentro dos centros históricos, de cidades e também de municípios (MESQUITA, 2020). Desta maneira, estes locais não são isolados, possuem uma rede de comunicação: são fragmentos do município, mas não ele todo. Assim, as cidades de origem mineratória são muito mais que conjuntos arquitetônicos, elas guardam a memória do passado, mesmo com uma paisagem produzida para o controle territorial.

Assim, a própria relação rural-urbana no Brasil é uma forma de resistência, está fora de uma dicotomia que apenas prejudica o entendimento do todo. Costa (2021) afirma que os ‘fatos cidades-campo’ e os ‘fenômenos urbano-rurais’ são híbridos e apresentam as universalidades-singularidades do território, denunciando também a colonialidade.

Segundo Alvarado e Costa (2019), não se pode caracterizar o que é rural e urbano apenas por formas visíveis e concretas; há uma interação campo-cidade, um imaginário cultural e idílico que se virtualiza em ruralidades concretas. Cidades apresentam características da inovação e das técnicas, mas abrigam também o tradicional, que são de origem rural (imagens 28, 29 e 30). As cidades são uma extensão do próprio campo (ALVARADO e COSTA, 2019).

Imagem 28 - Rua Minas Gerais (entrada da cidade do Serro)



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2022. Venda de tapetes de retalhos, costume tradicional de uso no Serro.

Imagem 29 – Centro do Serro



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2022. Dia de feira na “antiga rodoviária”.

Imagem 30 - Distrito de Capivari



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2022. Área central do Distrito de Capivari demonstrando a simplicidade a mescla do rural no território.

O rural e a ruralidade são os “devenires ressignificantes e ressignificados do fato cidade e do fenômeno urbano”, conforme Alvarado e Costa (2019, p. 02). Desta maneira, quando partimos para Serro (MG) podemos perceber como se dá a relação campo-cidade de forma muito clara. O município é um símbolo da *formação socioespacial brasileira*, um símbolo da própria *fricção, tensão e simbiose do rural-urbano* categorizados por Alvarado e Costa (2019). É um *patrimônio-territorial* que, quando ativado, pode ser capaz de estimular a luta e denunciar a opressão através dos próprios sujeitos. Para Alvarado e Costa (2019), a fricção rural-urbana ocorre a partir das imagens e mensagens produzidas da estética do lugar e que são reproduzidas de alguma forma nas maiores cidades ou nas metrópoles, sempre trazendo a associação entre a pequena cidade com o campo e a natureza. Para eles:

La fricción urbano-rural “ocurre en el plano de mensajes producidos por las imágenes y la estética lugareña, que son captadas y reproducidas en la metrópolis, la cual genera la asociación de la pequeña ciudad con la “naturaleza” y el campo. La tensión urbano-rural ocurre en la dimensión de la virtualidad o de la simulación de esa relación, en el ámbito del lugar de destino, la cual el turista lleva y proyecta. La simbiosis urbano-rural es la propia realidad del lugar, es la esencia y la interacción que el turista puede ver, apropiarse o aproximarse poco. (ALVARADO e COSTA, 2019, p. 12).

Desta forma, é preciso olhar para os sujeitos na sua experiência de vida, pois, os próprios indivíduos são parte integrante do patrimônio. Como afirma Souza (2019, p. 14):

[...] preservação lida com a totalidade em movimento – o espaço banal – onde não pode deixar de ser considerada também as histórias e culturas dos homens pobres e lentos, quantas vezes tumultuados por processo de preservação infinitos e atrapalhados por normas, memórias seletivas que usurpam o espaço do cidadão e seu direito, também, ao espaço banal. E, esse conceito implica também no respeito às histórias da natureza, arrasadas pela volúpia dos usos do território.

O *patrimônio-territorial* do Serro traz elementos centrais da *formação socioespacial brasileira*, como a relação rural-urbana. Ele representa a totalidade desta dimensão de raiz rural-urbana baseada na tríade: colonização, escravidão e agricultura. Tais fatores ainda estão presentes no território brasileiro com suas continuidades e (des)continuidades de formação e desenvolvimento das cidades. A *formação socioespacial brasileira* não pode ser compreendida com a negação do que definem Alvarado e Costa (2019) como simbiose rural-urbano, variante do *patrimônio-territorial*, o qual remete à história do território e dos sujeitos.

Elementos da relação campo-cidade, tradições culturais e artísticas e o próprio cotidiano rural-urbano local não se perderam diante das estratégias da patrimonialização moderna. Ora, a patrimonialização global ligada à padronização, falta de representatividade e equilíbrio entre preservação e interesses econômicos não contempla a Igreja de Nossa Senhora da Conceição para além de sua estrutura física e seus objetos de valor (imagens 31 e 32). Não compreende o papel da “antiga rodoviária” para o cotidiano serrano, afinal o local é palco desde apresentações musicais a protestos (imagem 33). E a religiosidade não se fixa em monumentos, mas em práticas de produção de estandartes de santos e/ ou produção de presépios pelas ruas que, apesar de não serem entendidas como patrimônio institucional, são a expressão viva de um povo em sua essência, que vive e resiste às lutas (imagens 34 a 37).

Ainda hoje, é possível ouvir o soar dos sinos das igrejas que anunciam a morte de algum cidadão, oratórios são mantidos ou construídos à beira das estradas vicinais, as festas religiosas preenchem quase todo o calendário anual da Secretaria de Turismo⁵⁹ (eventos que têm, em sua maioria, os moradores locais como público-alvo).

⁵⁹ Conforme dados obtidos em entrevista na Secretaria de Turismo do Serro e na Secretaria da Paróquia do Serro (campo de 2022).

Imagem 31 - Igreja Matriz do Serro⁶⁰ (saída da missa do domingo)



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2022.

⁶⁰ Igreja datada de 1713, sendo a mais antiga em taipa de pilão do Brasil (SILVA, 1928). Esta técnica utiliza a terra como matéria-prima para a construção das paredes. O seu nome é decorrente da ferramenta principal: o pilão, onde a terra é socada numa estrutura de madeira que se chama taipal.

Imagem 32 - Missa na Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Matriz do Serro)



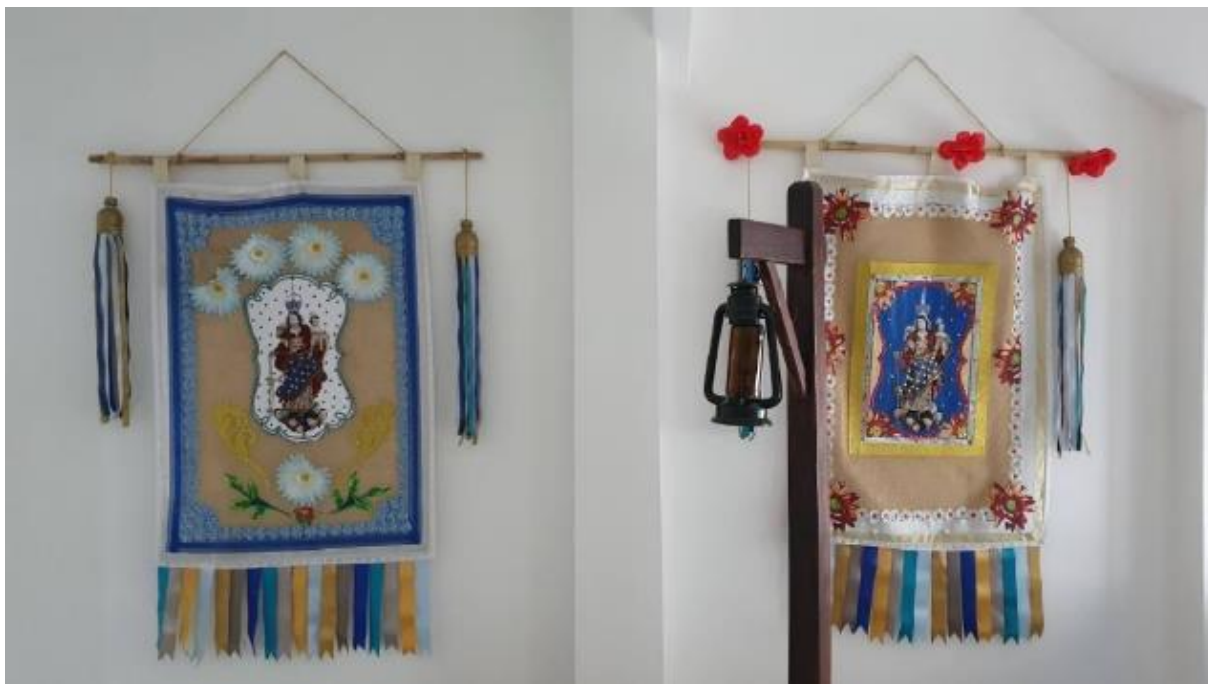
Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2022.

Imagem 33 - Mercado público do Serro (denominada antiga rodoviária)



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2022. A antiga rodoviária, palco de feiras de produtos diversos, de manifestações políticas e sociais e apresentações culturais. É um local de encontro dentro da cidade durante a semana.

Imagem 34 - Estandartes de santos para festas religiosas



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2019.

Imagem 35 - Casa com presépio no período do advento no Serro



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2021.

O sincretismo religioso, presente em celebrações como a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (imagem 36), é farto; mesmo com a lógica de a história negra na cidade ser muitas vezes ocultada.

Imagem 36 - Os catopés da Festa de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2021.

Imagem 37 - Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos



Fonte: Joyce Costa, 2023.

Este patrimônio dos sujeitos expresso nestas imagens ao refletir e preservar os valores, tradições e práticas, contribui para a sua afirmação e resistência no território. Ao mesmo tempo, a sua própria identidade molda a forma como o patrimônio é valorizado e interpretado, criando um ciclo em que cada um reforça e define o outro. Ou seja, essa identidade e resistência “[...] se conserva isso porque nos reconhecemos no patrimônio e a consciência de reconhecer-se historicamente em seu próprio entorno, físico e social, cria um caráter ativo da identidade cultural pela ação de conservação que isso gera” (ARJONA *apud* ARAÚJO SOBRINHO e SILVA, 2018, p. 63).

Assim, festas religiosas, saberes e outras expressões são parte da própria essência e existência dos subalternizados. Por exemplo, de acordo com a paróquia de Nossa Senhora da Conceição, em Serro são dez capelas e igrejas em todo o município e doze comunidades rurais que comemoram seus santos padroeiros ao longo do ano. Um exemplo muito destacado é a comunidade de Pedro Lessa, que uma vez ao ano ocupa por um mês a chamada Serra da Caroula para festejar a padroeira Nossa Senhora das Dores. Assim, todos os moradores possuem pequenas casas neste morro e apenas são ocupadas durante um (esse) mês, prática e estratégia popular ainda comum nas zonas rurais que orbitam as cidades históricas de Minas Gerais. Inclusive, esta área adquiriu o nome de “vila fantasma” por passar onze meses sem nenhum habitante.

Imagem 38 - “Vila Fantasma” na Serra da Caroula



Fonte: Carvalho, Ulysses. 2022.

Imagem 39 - “Vila Fantasma” na Serra da Caroula – Distrito de Mato Grosso



Fonte: Carvalho, Ulysses. 2022.

O queijo do Serro⁶¹, que conquistou notoriedade internacional e tornou-se símbolo da região, é patrimônio e orgulho serrano antes mesmo de ser patrimônio institucionalizado (imagem 40).

⁶¹ Produzido através de um saber transmitido há várias gerações, com leite de vaca cru integral, coalho, pinga e sal, com a massa crua prensada à mão artesanalmente, posteriormente o Queijo da Região do Serro passa por um processo de maturação. Faz parte do processo de produção: a lavagem e a escovação da casca, feita a cada três dias. Primeiro patrimônio imaterial do Brasil. Disponível em: <<https://www.serro.mg.gov.br/portal/turismo/0/9/758/queijo-do-serro>>. Acesso em: 04 jul. 2021.

Imagem 40 - Tradicional Queijo do Serro (Trem Ruá)⁶²

Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2022.

O conceito tradicional de patrimônio muitas vezes reflete uma visão parcial, elitista e até preconceituosa da realidade, privilegiando determinadas narrativas e ignorando outras, apagando grupos e comunidades subalternizados na história do território. No entanto, um caminho de análise que busca reconhecer e valorizar a diversidade cultural e histórica, promovendo uma abordagem totalizante do patrimônio, se dá pelo conceito de *patrimônio-territorial*.

Este caminho nos desafia a repensar nossas noções de patrimônio, a ampliar horizontes e a reconhecer a riqueza das múltiplas perspectivas que contribuem para a construção e reconhecimento da história e da identidade de uma sociedade ocultada, para além das narrativas oficiais. Ao adotarmos essa abordagem, podemos transformar o patrimônio em uma ferramenta poderosa para promover a justiça social,

⁶² Queijaria de propriedade de Tulio Madureira.

a reconciliação e a compreensão mútua, construindo um legado mais inclusivo e representativo para este povo.

Assim, é preciso pensar numa práxis patrimonial no Brasil capaz de ir além do patrimônio “pedra e cal” e trazer os sujeitos para uma apropriação coletiva do território e fazer com que o patrimônio possa ser uma alternativa para outra forma de realidade e de vida dos sujeitos que são o movimento da resistência (COSTA, 2018; LIMA, 2018). É necessário um movimento endógeno que proporcione a visibilidade dos sujeitos e apresente as histórias originais do território e uma alternativa à realidade subalternizada local. E que principalmente traga consigo as ruralidades, mesmo que seja no seu idílico.

Além disso, é crucial destacar a importância da relação rural-urbana dentro do contexto do *patrimônio-territorial*, afinal é signo da *formação socioespacial brasileira*, uma totalidade que necessita ser contemplada, compreendida em benefício da população local e não tendo o turismo ou a patrimonialização como *a priori* da prática.

Muitas vezes, a relação rural-urbana é subestimada ou até mesmo esquecida nas políticas patrimoniais, apesar de abrigarem uma riqueza incomensurável de tradições, práticas culturais e paisagens que moldaram e continuam a moldar a identidade de uma nação. Ignorar o patrimônio rural ou a dimensão rural das cidades é negligenciar uma parte significativa da história e da cultura de um país, além de desconsiderar as contribuições fundamentais do rural para a sociedade como um todo. Portanto, ao adotarmos abordagens mais inclusivas e sensíveis aos sujeitos subalternizados, devemos garantir, através do *patrimônio-territorial*, que estas vozes e os valores sejam devidamente reconhecidos e valorizados, enriquecendo assim a ideia do patrimônio dos sujeitos em toda a sua complexidade.

A partir desta discussão da patrimonialização global e de uma alternativa a ela que é o *patrimônio-territorial*, vamos abordar no próximo capítulo com mais profundidade como se dá a existência e, principalmente, as resistências do rural-urbano através do *patrimônio-territorial*. Em outras palavras, explorar um Brasil que não é tão urbano quanto parece ser e entender a *fricção, tensão e simbiose* do rural-urbano a partir de Serro. Relação simbiótica que agrega não somente o “físico”, mas o “social” e o “mental”, ou seja, a totalidade que é o espaço geográfico (ALVARADO e COSTA, 2019; SANTOS, 1982).

PARTE III



"SOBRE ESSA TERRA' JÁ DIZ, NO ENTANTO, 'SOB O CÉU'. AMBOS SUPÕEM CONJUNTAMENTE 'PERMANECER DIANTE DOS DEUSES' E ISSO 'PERTENCENDO À COMUNIDADE DOS HOMENS'. OS QUATROS: TERRA E CÉU, OS DIVINOS E OS MORTAIS, PERTENCEM UM A OUTRO NUMA UNIDADE ORIGINÁRIA".

(HEIDEGGER, 2006, P.127).

3. EXISTÊNCIAS COMO RESISTÊNCIA RURAL-URBANO, O PATRIMÔNIO-TERRITORIAL EM SERRO – MG

“O urbano guarda a dialética sujeito natural / sujeito histórico social; representa, pela cidade, as necessidades básicas desse sujeito histórico - comer, vestir, habitar, e o desejo grandioso da conquista. A sociedade urbana - movida pelo trabalho e pelo construir, mesmo antes da indústria - tem no homem urbano aquele dilema existencial sartreano: ele está condenado a ser livre; mas, esta condenação demanda estar sempre à frente das opções existenciais - alienar-se ou engajar-se, quando o destino do sujeito é viver o seu ser. Isso denota uma subjetividade no nível social lançada em uma subjetividade urbana” (SCARLATO e COSTA, 2017, p. 06).

Quando observamos os índices de urbanização no Brasil e no mundo nos deparamos com números como 57% planeta é urbano e com perspectivas de chegar a 68% em 2050, de acordo com a ONU-Habitat⁶³ (2022) como também do Our World in Data⁶⁴ e World Population Review⁶⁵. Já na América Latina, a Cepal (2022) afirma que mais de 80% da população vive em cidades, ou seja, uma das regiões mais urbanizadas do mundo. Mas estes números demonstram exatamente a essência do urbano?

Lefebvre (1978) nos traz a ideia de “sociedade urbana” para contrapor a chamada “sociedade industrial” que é imprecisa de acordo com o autor. Afinal, a industrialização é uma forma de indução e a cidade antecede a própria indústria. Mas e o campo? Conforme o autor, é uma indagação difícil de interpretar devido a cidade concentrar simultaneamente a riqueza do próprio campo que a circunda.

Conforme Alvarado-Sizzo e Costa (2019), as cidades latino-americanas trazem consigo a inovação e a técnica que traduzem a economia tecnificada, mas também trazem consigo as populações que imaginam e conhecem hábitos, saberes e festas de origem rurais advindos de um passado constituído pela essência de indígenas, negros e também brancos. Essas conformam formas de ruralidade concretas e imaginadas.

La densidad cultural y de flujos de las grandes ciudades mexicanas, brasileñas, peruanas y argentinas son prueba cabal de ese patrón. Por un lado, los mega-aglomerados latinoamericanos estimulan el imaginario de las innovaciones y son matrices de la producción en la sociedad del consumo dirigido, y, por otro lado, aún abrigan poblaciones que imaginan, conocen o

⁶³ Disponível em: <[⁶⁴ Disponível em: <\[⁶⁵ Disponível em: <\]\(https://ourworldindata.org/grapher/urban-population-share-2050/>.></p>
</div>
<div data-bbox=\)](https://brasil.un.org/pt-br/188520-onu-habitat-popula%C3%A7%C3%A3o-mundial-ser%C3%A1-68-urbana-at%C3%A9-2050#:~:text=No%20ritmo%20atual%2C%20a%20estimativa,crescer%20para%2068%25%20at%C3%A9%202050/>.></p>
</div>
<div data-bbox=)

poseen hábitos residenciales, fiestas y lo cotidiano de origen rural [...] (ALVARADO-SIZZO e COSTA, 2019, p. 05)

Para Alvarado-Sizzo e Costa (2019), a partir desses dois aspectos das metrópoles latinoamericanas, ou seja, a economia espacial segregadora e a mestiçagem étnico-cultural, imaginários e inovações e também conhecimentos dos hábitos e cotidianos rurais, pequenas cidades latinoamericanas apresentam uma dialética de influenciar e também serem influenciadas. Ou seja, “La interacción mutua entre i) la economía tecnificada veloz de la metrópolis y ii) las formas de ruralidades concretas e imaginadas, consolida un nuevo dinamismo en pequeñas ciudades latinoamericanas” (ALVARADO-SIZZO e COSTA, 2019, p. 05).

Scarlatto e Costa (2017) trazem essa discussão quando propõem problematizar a natureza do urbano pela fenomenologia e o materialismo histórico-dialético, também com o existencialismo de Sartre. Desta forma, a percepção, a essência e a existência são o próprio âmago do ser humano. Para os autores, existir é, conseqüentemente, ter consciência do mundo.

A cidade e o urbano ou a aparência e a essência do fenômeno constituem um todo dialético fundado no ser social construtivo, habitacional e emocional. A essência do urbano guarda a singularidade contraditória do fenômeno aqui tratado pela síntese dos métodos dialético e fenomenológico, buscando a historicidade da existência e as experiências emocionais. [...] Tudo isso se dá no plano espacial e habitacional, pelo permanecer, pela preservação e pelo resguardo ativo das coisas materiais e emocionais do mundo, por mais que o resguardar demande transformar. (SCARLATO e COSTA, 2017, p. 07)

Se tomarmos como base a publicação do IBGE (2022, p. 06) “Áreas urbanizadas do Brasil: 2019, a urbanização e seu processo” são caracterizados na:

A identificação das áreas urbanizadas neste mapeamento é balizada pela presença de um espaço vivido de relações que são conformadas por formas espaciais típicas do fenômeno urbano, como vias de trânsito e de circulação de pessoas, edificações, adensamento e proximidade, ou seja, áreas construídas dentro de padrões de edificação e distribuição que permitem relações diárias de vizinhança e possibilitam que o relacionamento das pessoas ali presentes caracterize um modo de vida urbano.

Mas, é pouco plausível nos basearmos apenas no que o próprio IBGE chama de “espaço vivido de relações que são conformadas por formas espaciais típicas do fenômeno urbano”. Afinal, se aprofundarmos e observarmos as virtualidades, as ruralidades são os motivos de conexão entre as grandes e pequenas cidades (ALVARADO-SIZZO e COSTA, 2019). Afinal, conforme os autores:

[...] através do imaginário individual y colectivo gestado em la metrópolis, las cuales viralizan las ruralidades concretas de pequeñas ciudades latino-

americanas. Lo rural y la ruralidad inherentes a la pequeña ciudad son tomados em la metrópolis por um imaginário idílico de la cultura y de la “naturaleza”, por el cual el contexto urbano peculiar aglutina la vida del campo y la efectiva posibilidad de fugarse de los distúrbios metropolitanos (ALVARADO-SIZZO e COSTA, 2019, p. 05).

Os autores propõem o conceito de “*Fricção, tensão e simbiose do rural-urbano*”.

Ou seja:

La fricción urbano-rural ocurre en la dimensión de mensajes producidos por las imágenes y la estética lugareña, que son capturadas y reproducidas en la metrópolis, la cual genera la asociación de la pequeña ciudad con la “naturaleza” y el campo. La tensión urbano-rural se da en la dimensión de la virtualidad o de la simulación de esa relación, en el ámbito del lugar de destino, la cual el turista comporta y proyecta. La simbiosis urbano-rural es la propia realidad del lugar, es la esencia y la interacción (ALVARADO-SIZZO e COSTA, 2019, p. 12).

Baseados nos trechos da capa deste capítulo e em sua epígrafe observamos sempre a necessidade de entendimento da essência do ser humano, ou seja, o existir, o habitar e o resguardar⁶⁶. Conforme Scarlato e Costa (2017), a essência e a aparência, como aspectos da existência, influenciam tanto o ato de construir quanto o de habitar, protegendo o cerne das relações espaciais: a liberdade de escolha sobre nossa maneira de ser e existir no mundo, em termos de produção e emoção. Cidade e urbano, como fato e fenômeno respectivamente, são sínteses que incorporam a dualidade heideggeriana entre terra e céu, divino e mortal, unidos em uma origem comum (SCARLATO e COSTA, 2017).

Desta forma, o campo se manifesta nas cidades, nos mercados, nas feiras de produtos rurais e artesanais, nas festas religiosas e nos saberes e práticas cotidianas⁶⁷ que também tem sua origem rurais. A essência do campo e das ruralidades são a conexão entre o rural-urbano. Ou seja, “Enquadra-se a cultura urbana ou a nova sociedade urbana, aquela que, gradualmente, se distancia do trabalho do campo, mas necessita dele para sobreviver” (SCARLATO e COSTA, 2017, p. 06).

Dessa forma, entendemos como a ruralidade:

Como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo implica um movimento em dupla direção no qual identificamos, de um lado, a reapropriação de elementos da cultura local a partir de uma

⁶⁶ A inspiração para a busca de Heidegger se baseia no trabalho de SCARLATO e COSTA, 2017.

⁶⁷ Entende-se por vida cotidiana de acordo com Lefebvre (1978, p. 85) como algo que “Nos rodeia e nos cerca; no mesmo tempo e no mesmo espaço, está em nós e nós nela e estamos fora dela, tratando sem cessar de bani-la para lançarmos a ficção e o imaginário, nunca seguros de sairmos dela, ainda em um delírio ou sonho”.

releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, no sentido inverso, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz necessariamente pela destruição da cultura local mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos com a localidade (CARNEIRO, 1998, p. 61).

Assim, quando nos voltamos para o empírico desta tese, ou seja, o Serro, podemos perceber essa dialética no território de uma forma muito clara, e isso é essência do ser humano realmente, inclusive não dicotomizando o divino e mortal e até mesmo o rural e o urbano, por exemplo. As festas religiosas como a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos⁶⁸, que ocorre no primeiro final de semana de julho, é uma forma clara de perceber não somente a ruralidade, mas também a ancestralidade que ajudou a construir o povo brasileiro. Nesta festa há a mistura do catolicismo (representada na festa pelos Marujos), dos indígenas (representados pelos caboclos) e dos negros (representados pelos catopés). Também há na festa a utilização de instrumentos e nomenclaturas de referências africanas.

Segundo Souza (2002), as festas no Brasil desempenharam um papel crucial na formação e na expressão das identidades das comunidades afrodescendentes. Essas festas não apenas preservaram elementos culturais e religiosos trazidos da África, mas também foram espaços onde novas formas de identidade afro-brasileira foram moldadas e afirmadas. De acordo com a autora:

A penetração das festas entre muitas comunidades negras do Brasil, principalmente do final do século XVIII a meados do XIX, deu-se devido a uma combinação de fatores que fizeram com que as comemorações em torno de um rei congo tivessem significados importantes tanto para a comunidade negra como para o grupo senhorial, que detinha o poder de permitir ou reprimir as manifestações dos negros (SOUZA, 2002, p. 127).

Essas celebrações não se limitaram a simples reproduções das tradições africanas, mas foram reinventadas e adaptadas ao contexto brasileiro, incorporando influências indígenas e europeias. Dessa forma, as festas serviram como locais de

⁶⁸ Patrimônio cultural imaterial municipal desde 2016. Ela é datada desde 1.728, registro da criação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e a marca da primeira festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Inspirada por rituais específicos, a Festa do Rosário tem origem na lenda que narra o milagroso aparecimento de Nossa Senhora do Rosário sobre as águas do mar. Segundo a narrativa, os portugueses, simbolizados pelos Marujos, pediram à Senhora do Rosário para acompanhá-los à terra firme, porém não foram atendidos. Posteriormente, os índios, representados pelos caboclos, também solicitaram sua presença, igualmente sem sucesso. Somente quando os negros, personificados pelos catopés, tocaram seus instrumentos, dançaram e rezaram, a Virgem do Rosário consentiu em ser conduzida para terra. Por ter acompanhado os negros, Nossa Senhora do Rosário passou a ser venerada como a protetora dos negros, sendo então chamada de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (resumo trazido a partir de entrevistas no trabalho de campo em 2019 e 2020).

resistência cultural, onde as comunidades negras puderam afirmar sua identidade e manter suas práticas espirituais e culturais em meio ao contexto da diáspora e à pressão da cultura dominante.

Essa essência exemplificada nesta festa, por exemplo, poderia ser citada também em muitas outras expressões dentro do território serrano, e isso é o *patrimônio-territorial* que exprime a *formação socioespacial brasileira*.

Pelo *patrimônio-territorial* é possível trazer à luz a interação/duração campo-cidade, expressão da *formação socioespacial*. Diante dele compreendemos a relação rural-urbano no Brasil, mas sem o discurso hegemônico e dicotômico urbano, como afirma o IBGE⁶⁹. A presença do rural e da ruralidade em nosso cotidiano é marcada pela resistência nos costumes, na gastronomia, nas festas ou na relação com o sagrado e na memória (BRANDÃO, 2017), vicissitudes que são o *patrimônio-territorial*, símbolo da própria sobrevivência e da superação das dicotomias da existência na América Latina (COSTA, 2021).

O rural é uma categoria histórica em transformação (WANDERLEY, 2013). Ou seja, extrapola o entendimento de ser somente agrícola ou que tudo o que não é urbano torna-se necessariamente rural – ou o contrário. Uma visão dualista que nada contribui para a compreensão do todo (MARAFON, 2014).

Assim, a partir de um olhar das relações sociais, numa escala local é possível identificar que há muito do rural⁷⁰ e das ruralidades no urbano e contribui para romper este devir urbanocêntrico (KAGEYAMA, 1998; CARNEIRO, 2008; ERAZO SOLARTE, 2023). Portanto, é necessário vislumbrar o espaço e até mesmo as pesquisas além das dicotomias (QUEIROZ, 1978). Elas não se anulam, mas se retroalimentam, se estimulam e se redefinem a partir de um imaginário individual e coletivo no que Alvarado-Sizzo; Costa (2019) denominam de *fricção, tensão e simbiose do rural-urbano*.

As cidades são o prolongamento do mundo rural, comprovado na compreensão dos pequenos vilarejos de origem mineradora na América Latina, que nascem pela febre do ouro, mas perduram graças ao rural que as mantém, mesmo quando o ouro se esvai (ALVARADO-SIZZO; COSTA, 2019). Elas tornam-se portadoras da essência

⁶⁹ De acordo com Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015 a maior parte da população brasileira, 84,72%, vive em áreas urbanas. Já 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais.

⁷⁰ Há aqui a permanência das ruralidades, característica muito comum em pequenos municípios e o que faz cair por terra a ideia do continuum, onde o urbano engole o rural, como se todos os locais se desenvolvessem da mesma forma.

da formação brasileira, pois são o espelho da organização local da sociedade e do espaço e reproduzem a ordem internacional.

Este capítulo tem o objetivo de trazer o *patrimônio-territorial* em Serro a partir da relação rural-urbana desde o século XVIII. Assim, demonstrando que apesar de haver números que demonstrem uma urbanização quase completa no Brasil, se olharmos mais profundamente e não apenas na materialidade, mas no idílico vamos perceber que há muito do rural e das ruralidades nas cidades e que dicotomizar apenas fomenta um discurso fragmentário e nada totalizante que perdura, mas que precisa cessar. Por fim, o capítulo traz o conceito de *Fricção, Tensão e Simbiose do Rural-Urbano* como *patrimônio-territorial* em Serro, um *devir* da *formação socioespacial brasileira*.

3.1 O rural-urbano no Brasil do século XVIII

Conforme discutido no capítulo 1, o ouro no Brasil foi encontrado no final do século XVII, porém seu auge se deu ao longo do século XVIII e o seu declínio e desfecho já no início do século XIX. Logo, percebemos que foi um período curto, porém muito intenso nas transformações econômicas e no próprio rearranjo das relações e no próprio território. Prado Júnior (2004) afirma inclusive que a mineração foi apenas uma “aventura” diante da pouca ligação que a atividade teve com a terra.

Sodré (1962, p. 154) caracteriza como “fenômeno do século XVIII”, tendo como efeito inicial um grande movimento migratório. De acordo com Sodré (1962, p. 157):

Em prazo relativamente curto, povoa-se o altiplano mineiro cuja situação interiorana estabelece o vínculo entre a área baiana e pernambucana e a área fluminense e paulista. A colônia adquire uma segunda dimensão, a profundidade, que a pecuária sertaneja apenas esboçara, pela precariedade de suas bases econômicas.

Desta maneira a atração demográfica foi intensa, Sodré (1962, p. 157) afirma que “A mineração concorre para decuplicar a população colonial, cujas estimativas nos apresentam de 100.000 habitantes, no fim do século I; 300.000, no fim do século II; e 3.300.000, no fim do século III”.

Moraes (*apud*. COSTA e SCARLATO, 2009, p. 07) afirma que a “empresa mineradora do século XVIII, que vai dar nova conformação às relações, sobretudo, econômicas, no âmbito do território colonial”. Assim, quando nos deparamos com a

ação da empresa colonizadora sobre o território, estamos na verdade observando um processo de “valorização do espaço”, conforme Moraes (2005).

Conforme aponta Costa e Scarlato (2009, p. 09), “a empresa mineira não permitia a ligação direta à terra, como ocorreu nas regiões açucareiras. Sendo da lavra incerta, o capital fixo tornava-se reduzido e a atividade organizava-se, assim, de forma a poder se deslocar em tempo relativamente curto”. Ou seja, ao vislumbrarmos toda a riqueza produzida pela mineração há poucos vestígios o que salienta a busca única pela exploração da terra. O que restou foram apenas a assolação do território e um conjunto de cidades coloniais.

Isso remete ao que foi introduzido no início deste capítulo quando nos deparamos com a essência do ser humano, afinal a formação do território proporcionou indiferentemente das condições um processo de assentamento da população da zona da mineração no território. Costa e Scarlato (2009, p. 10) afirmam que:

A conquista que acarreta na formação do território induz práticas sociais e relações humanas que se corporificam na estruturação do espaço, dando forma específica ao processo de assentamento da sociedade na zona do ouro e dos diamantes, caracterizando-a singularmente.

Logo, a mineração é um símbolo de uma conquista territorial no período colonial, Moraes (2000, p. 04) diz:

A conquista espacial emerge aí como determinação fundante dessas sociedades, como pecado original das colônias, na medida em que a expansão territorial e o domínio de espaços inscrevem-se como móveis básicos de estruturação de sua vida social. Vale lembrar que conhecer o espaço constitui a primeira forma de sua apropriação, o passo inicial do processo de colonização, que se reitera enquanto existirem frentes pioneiras avançando no território (mesmo após a emancipação política das colônias). Enfim, a colonização – por ser um processo interessando diretamente a relação sociedade-espaço - coloca vários temas tratados pela geografia no centro de interesse da explicação da dinâmica das formações sociais por ela criadas, e esse berço colonial atua como forte determinação de seus desenvolvimentos ulteriores.

A mineração trouxe uma outra natureza de sociedade que até então era estabelecida no Brasil, ou seja, havia uma certa mobilidade social diferentemente da sociedade açucareira totalmente senhorial e patriarcal. Outra diferença é que havia uma itinerância pelos córregos e outras zonas de lavras ao contrário da casa grande e senzala que eram fixas dentro da propriedade agrícola. Isso permite explicar esse “dinamismo urbano superior quando comparado àquele das zonas canavieiras” (SCARLATO, 1996, p. 128).

Essa nova “Sociedade Urbana” conforme Scarlato (1996) era:

A espécie de igualitarismo, que neste caso se estabelece entre elementos de todas as classes e extrações, e, de indivíduos, alheios à empresa mineradora, se deixam para dispor de si mesmo e de seus atos, principalmente na esfera econômica, servirão de reforço, provavelmente, ao cunho democrático assumido pela ocupação do território nas Gerais, comparada à de outras partes do Brasil – quando uma avalanche de imigrantes de toda casta de fato a primeira imigração espontânea em massa que recebera a colônia portuguesa em qualquer de suas partes, se lança sobre aquela terra, na demanda de riqueza fácil (HOLANDA apud. SCARLATO, 1996, p. 129).

Na região das minas, a estrutura social difere das regiões senhoriais. Os senhores possuíam poder advindo da posse da terra, de numerosos escravos e do controle sobre a produção de açúcar. Vivendo na Casa Grande, perpetuavam uma tradição de várias gerações como grandes proprietários. Eles procuravam adotar elementos culturais que os aproximassem da sociedade europeia no Brasil. Nas cidades de origem mineratória o que se via era um lugar de residência para uma nova classe que surgia, ou seja, grupos que com ascensão social ou mesmo decadência. Eram novas formas de relações sociais que o ouro e outras pedras preciosas permitiam produzir. Até mesmo negros escravizados que conseguiam sua alforria e os colocavam dentro de um certo elevado patamar social (SCARLATO, 1996). No Serro há a presença, conforme já relatado de Jacinta da Siqueira⁷¹, de uma escravizada alforriada que se tornara rica e dona de lavras de ouro e diamantes na região.

Não havia grande produção local nas cidades mineradoras, principalmente pelo foco na força de trabalho nas lavras e até mesmo pelas imposições legais da coroa portuguesa com a Inglaterra em relação as manufaturas. Essa é uma das causas da inibição de uma possível industrialização na colônia. Assim, o ouro foi utilizado para a produção de arte religiosa colonial e para amenizar as dívidas contraídas pela coroa portuguesa com a coroa inglesa (SCARLATO, 1996).

Outro aspecto a ser salientado é que, apesar de todas essas complexidades que surgem com a mineração, há também a gênese de uma nova classe dentro deste território, ou seja, artistas e intelectuais vão surgindo e trazendo consigo uma vida própria ao lugar. Scarlato (1996, p. 130) comenta:

⁷¹ Inclusive no livro Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre há algumas passagens sobre essa importante figura do Serro. Jacinta de Siqueira foi uma figura imponente do Serro até seu falecimento em 15 de abril de 1751. É interessante notar que o fim de sua vida marca o início do "reinado" de Chica da Silva, também nascida no Serro, especificamente no distrito de Milho Verde. Uma foi conhecida como a rainha do ouro, enquanto a outra, a rainha do diamante.

Foi no interior deste conjunto de cidades, regionalmente mal estruturadas entre si, que à partir da segunda metade do século XVIII, surgiu no interior desta nova sociedade, um grupo significativo de artistas e intelectuais e uma vida política mais intensa. A complexidade das relações sociais que aí se desenvolveram, criaram um clima de urbanidade jamais vistos até então no Brasil colônia.

É o que Scarlato (1996, p. 130) afirma ao dizer de uma “perspectiva de viver em uma cidade com ‘vida própria’”. As cidades mineradoras tiveram este papel de amadurecerem o sentido da própria vida nas cidades, logo as festas religiosas e até mesmo o cotidiano local adquirem uma nova roupagem. Scarlato e Costa (2017, p. 10) afirmam que essa sociedade deve ser observada de uma forma diferenciada, ou seja, como um processo, ou nas palavras dos autores “a sociedade urbana não se faz em um passe de mágica”.

Quando nos deparamos com essa nova forma de viver as cidades nos voltamos a cultura que traz essa forma mais complexa de interações dentro do território e a própria essência do habitar e resguardar. Heidegger (2012, p. 139) afirma que “a essência de construir é deixar-habitar. A plenitude de essência é o edificar lugares mediante a articulação de seus espaços. Somente em sendo capazes de habitar é que podemos construir.

Portanto, é possível dizer que a sociedade urbana do século XVIII absorveu os conflitos existenciais da época, ligados à forma de habitar e construir como expressões de existência no território. Esses conflitos têm origem dentro da dicotomia sociedade e natureza promovendo um enriquecimento de um discurso complexo das relações da sociedade urbana. É o que Costa, Andrade e Maluly (2021, p. 08) afirmam:

[...] lo que hace que el mundo urbano esté dotado de relaciones complejas: conflictos sociales, luchas por el poder político y económico territorial, a través de símbolos e imágenes inherentes a los *arraiais*, villas y ciudades de Brasil. El esfuerzo de las digresiones en lo urbano colonial hace posible decir que tal fenómeno constituye una de las bases de la formación territorial brasileña.

Essa complexa formação do urbano no Brasil trouxe uma nova forma de vida “urbana”. Conforme Costa, Andrade e Maluly (2021, p. 15) afirmam “considerando la complejidad que caracteriza la formación urbana, la apropiación y los diversos usos del territorio, las formas de vida típicamente urbanas, la zona de oro y diamantes suma una importante experiencia urbana en el Brasil”.

A mineração não é apenas um fator econômico colonial, ela é também territorial, afinal proporcionou uma integração regional rudimentar, mas capaz de

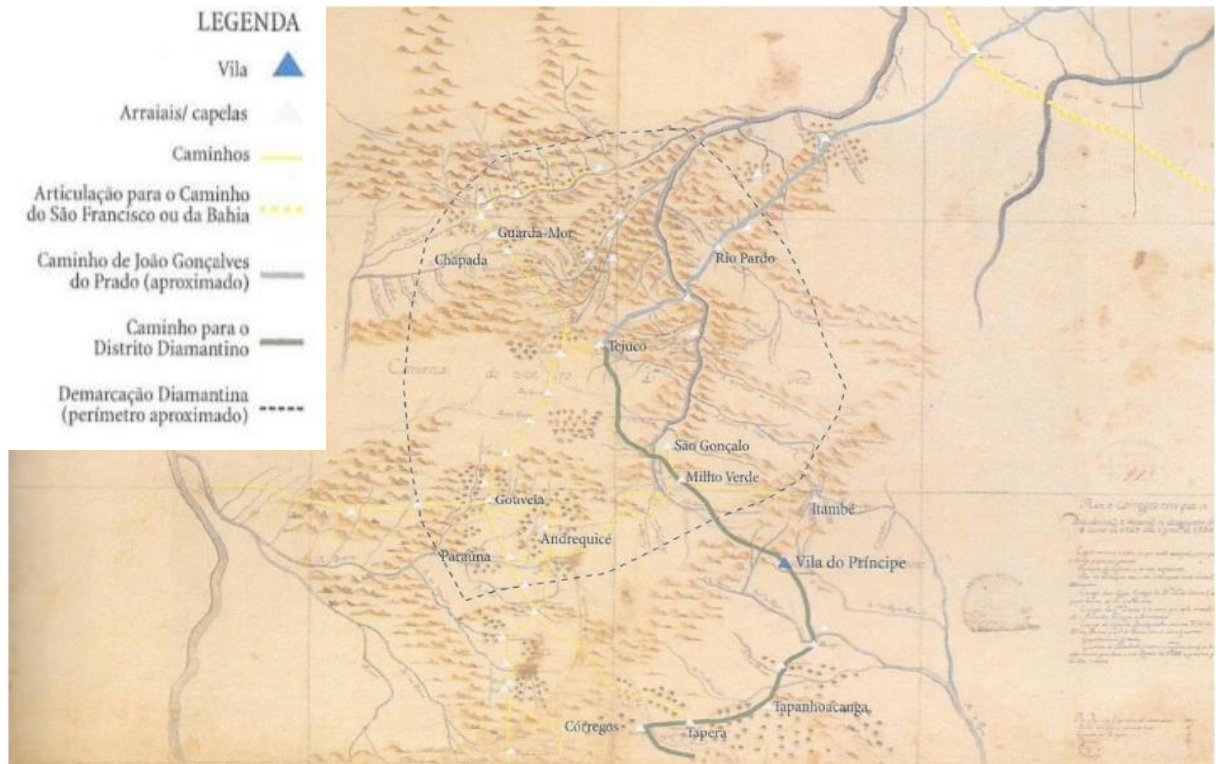
articular várias áreas da colônia num sistema de circulação (STRAFORINI, 2008, p. 31). O autor ainda conclui:

Foi a situação geográfica [...] quando os caminhos utilizados para acessar os sertões auríferos ainda eram as trilhas primitivas de entradas e bandeiras, e encerramento em 1750, quando se iniciou o movimento de retração aurífera, época em que os principais eixos de circulação já estavam estruturados, possibilitando que uma nova economia se instalasse nas Minas Gerais: a economia de abastecimento.

Todo o processo de desenvolvimento de vilas e cidades no Brasil, sobretudo no século XVIII, desencadeou a formação de uma “rede urbana de um tempo lento” (COSTA e SCARLATO, 2009). Assim, quando compreendemos o papel das articulações entre os núcleos urbanos deste período com fluxos não somente de ouro e outras pedras preciosas, mas de produtos alimentícios e o aumento vertiginoso da densidade demográfica das cidades de origem mineratória. Logo, quando há a diminuição da produção aurífera a produção agrícola, que até então era de subsistência, de certa maneira toma o seu lugar, mitigando o impacto da mineração em algumas vilas ou arraiais (FURTADO, 2007; COSTA, 2009).

A imagem 41 ilustra a gênese da rede de caminhos originada pela mineração. No caso específico da região de Serro e Diamantina, observamos como os assentamentos humanos surgiram em resposta à descoberta de ouro e diamantes. Esse achado atraiu uma grande quantidade de pessoas, resultando na formação inicial de acampamentos de mineradores, que gradualmente se transformaram em arraiais e vilas. Com o tempo, essas áreas emergiram como eixos cruciais na formação de cidades e vilas, refletindo o impacto profundo da mineração no desenvolvimento regional e na configuração do território.

Imagem 41 - Caminhos e assentamentos na região diamantina entre 1729 e 1734

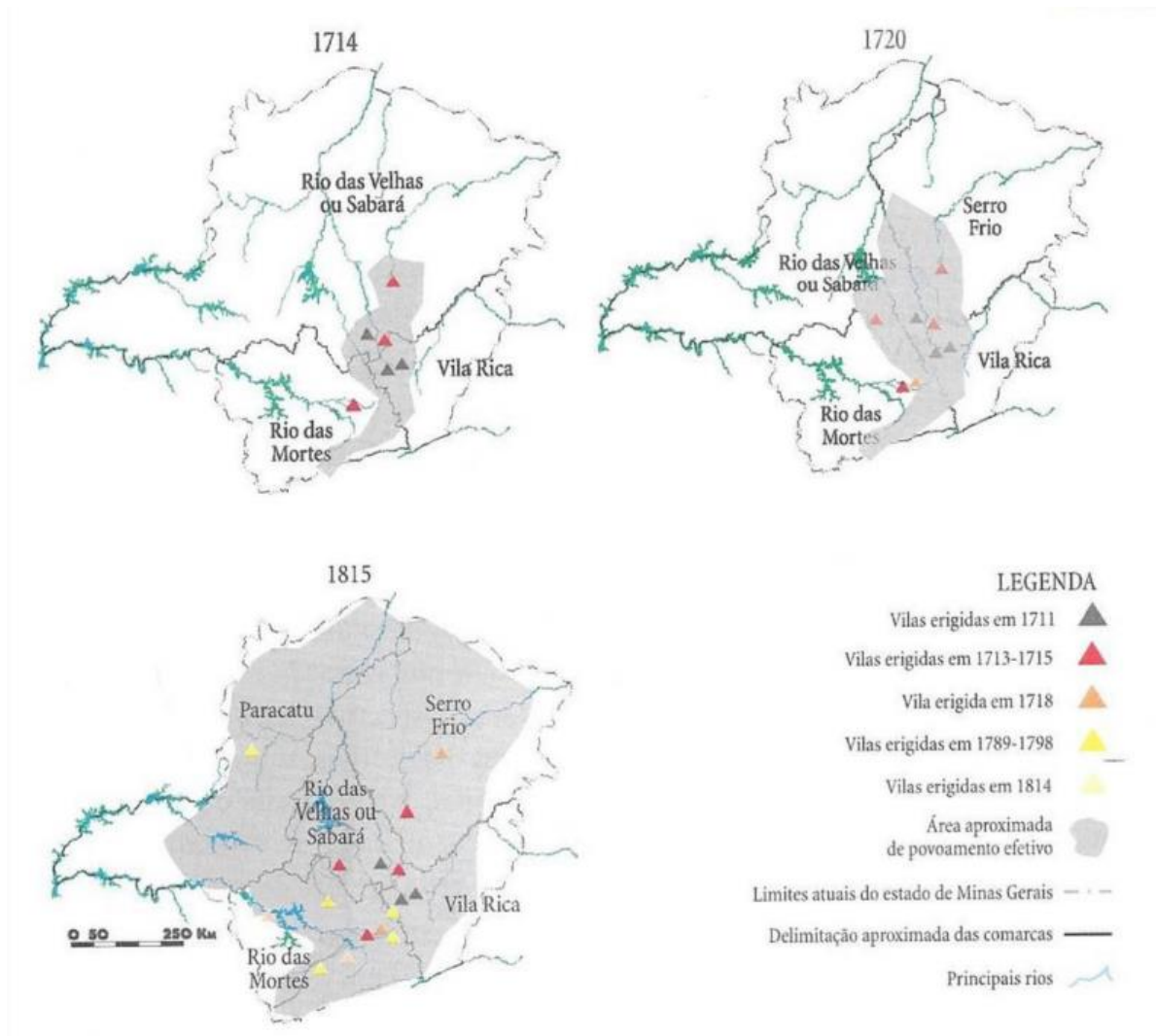


Fonte: MORAES, 2007. p. 69.

Com o crescimento populacional e o aumento da atividade mineradora, a Metrópole Portuguesa tomou medidas para controlar a exploração dos metais preciosos, visando combater o contrabando e garantir seus próprios lucros. Em 1720, foi criada a Capitania de Minas Gerais, dotada de um governador e de toda uma estrutura administrativa, judiciária e militar, com o objetivo de consolidar a presença da Coroa Portuguesa na região e estabelecer ordem.

Além disso, a criação das comarcas (mapa 7), como Rio das Velhas ou Sabará, Rio das Mortes e Vila Rica, remontando ao ano de 1714, teve a mesma finalidade de expandir a jurisdição judicial para as áreas que constituíam importantes centros de mineração, onde a população era significativa (MORAES, 2007, p. 78).

Mapa 7 - Evolução das comarcas da Capitania de Minas Gerais entre 1714 e 1815.D



Fonte: MORAES, 2007. p. 77.

Em 1720, a Comarca do Serro Frio foi criada no nordeste da Capitania de Minas Gerais com a finalidade de supervisionar a extração de recursos minerais na região, especialmente os diamantes, cuja descoberta inicial ocorreu nas proximidades do arraial do Tejuco (Diamantina) pouco antes da década de 1720. Contudo, foi somente em 1734 que foi estabelecida a Demarcação Diamantina, ou seja, o Distrito Diamantino. O arraial do Tejuco foi designado como sede tanto do distrito quanto da intendência, embora estivesse administrativamente subordinado à Câmara e à Ouvidoria da Vila do Príncipe (atual Serro), mesmo com sua população sendo numericamente superior (FURTADO, 2007).

O aparelho jurídico no território modificou-se totalmente com a descoberta do ouro, pois a economia portuguesa de certa forma estava enfraquecida e adquire um ônus capaz de aumentar muito os tributos da Coroa. Conforme Scarlato (1996, p. 125), “somente durante o período de 1740-1750 foi de 16.000 Kg, por ano, 1/5 da produção destinada aos tributos”.

Desta forma, o ouro promove uma política de fundação de vilas e cidades que, com o advento da política pombalina para Portugal, teve de seguir diretrizes impostas pela coroa. Essa política visava garantir um controle rígido desde a fundação a consolidação de vilas e cidades. Assim, com o ouro essa política pombalina traz uma “sólida política urbanizadora” (SCARLATO, 1996, p. 126).

Como afirma Costa (2015, p. 94) “os arraiais mineiros, mais do que os de outra zona econômica brasileira, cresceram à sombra da Igreja e à proteção dos santos, pela necessidade de controle social, frente a fluidez das pedras preciosas”.

Do ponto de vista da organização territorial, a política pombalina se destacou por diversas iniciativas estratégicas. Primeiramente, fortaleceu o poder da Coroa Portuguesa em detrimento dos interesses da Companhia de Jesus e da nobreza, expulsando os jesuítas dos domínios portugueses e extinguindo o sistema de donatarias. Além disso, a política pombalina estabeleceu e consolidou as fronteiras do Brasil através da ocupação planejada do interior, com a fundação de vilas e cidades (SCARLATO, 1996). Esse esforço visava não só garantir o controle territorial, mas também integrar de forma mais eficaz o Brasil ao sistema colonial português (REIS, 2001 e 2013). Conforme Bellotto (2007, p. 313) a política se baseava:

[...] às diretrizes estabelecidas por Pombal – marca comum em toda a sua política ultramarina – D. Luís Antonio teria juntado, com objetividade, a sua intuição e sua inclinação dinâmica por realizar, na capitania que lhe cabia restaurar, um governo progressista. “Acrescentar as povoações, estender os domínios, fertilizar os campos, estabelecer fábricas, idear novos caminhos, penetrar sertões incógnitos, descobrir ouro, fortificar Praças, armar o Exército e fazer observar as leis” foram os propósitos que se dispôs a cumprir, em simbiose com a determinação máxima da metrópole de combater o inimigo espanhol.

Outra medida de grande importância foi a transferência do Governo Geral do Brasil de Salvador para São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1763. Essa mudança teve impactos administrativos e estratégicos significativos, centralizando o controle político e econômico da colônia em uma região considerada mais estratégica e segura na época. Assim, a política pombalina não apenas reforçou o domínio da Coroa sobre

o Brasil, mas também promoveu uma reorganização territorial da colônia (MATTOS, 2003).

Desta maneira, podemos até mesmo interpretar como a política do controle da colônia teve grande influência dentro da formação de vilas e cidades no Brasil, afinal “a cidade tornar-se-á a condição concreta de intervenção política e econômica na sociedade” (GODOY, 2011, p. 13).

Porém, é importante salientar que antes mesmo do controle da coroa, a urbanização na região das Minas se dará principalmente por sua produção “industrial” tornando-se o lócus de produção e poder, conforme Monte-Mór (2001). O autor ainda afirma:

A natureza exclusivamente extrativa da economia urbana mineradora implica, de um lado, no surgimento de núcleos marcados pela concentração e centralização das atividades de produção, reprodução/consumo, circulação/distribuição e gestão num mesmo espaço (urbano), acelerando assim a formação de uma cultura (urbana) onde a concentração do excedente coletivo, a base de organização social comunitária, a ordem legal e o poder constituídos e o lócus da festa se encontram no espaço/obra coletiva. De outro lado, implica no fortalecimento de uma região complementar, tão vasta quanto a intensidade da economia urbana que a gerou, oriunda do aprofundamento da divisão sócio-espacial do trabalho implícita ao necessário abastecimento daquela forte e setorizada economia (s. p.)

Essa economia fortaleceu uma vasta região complementar, necessária para sustentar a intensa atividade econômica urbana, promovendo uma profunda divisão socioespacial do trabalho. As cidades mineiras não apenas lideraram uma economia e cultura urbanas significativas, mas também desempenharam um papel crucial na integração territorial do Brasil (ALVARENGA, 2005).

A economia baseada na mineração nas cidades mineiras do século XVIII não apenas impulsionou uma intensa atividade econômica urbana, mas também teve um impacto na *formação socioespacial*. Este período é caracterizado por uma divisão socioespacial do trabalho bastante pronunciada, onde as atividades urbanas concentradas nas cidades mineradoras dependiam fortemente do rural para sustentar suas necessidades.

Essa divisão era evidente na dependência das cidades em relação ao fornecimento de alimentos, mão-de-obra e outros recursos vindos das áreas rurais circundantes. Carrara (2012) afirma, inclusive, que em meados do século XVIII a capitania de Minas Gerais já tinha circuitos internos de abastecimento organizados em conjunto com os núcleos mineradores que já se encontravam consolidados.

Dessa forma, se olharmos as cidades mineradoras do século XVIII no Brasil, com a perspectiva heideggeriana do “habitar”, as cidades não apenas se desenvolveram como centros de intensa atividade econômica e cultural, mas são em princípio palco da relação dos sujeitos com seu espaço, que é único; o ato de resguardar e habitar esses lugares continua a ser a essência de sua identidade.

Nesse sentido, as cidades mineradoras do século XVIII representam não apenas aglomerações de atividades econômicas, mas também espaços onde diferentes aspectos da vida humana se manifestavam de maneira intensa e interligada. Essas cidades eram mais do que centros econômicos, eram espaços onde a vida humana se manifestava de maneira intensa e interligada.

3.2 “O Brasil não é tão urbano quanto parece”

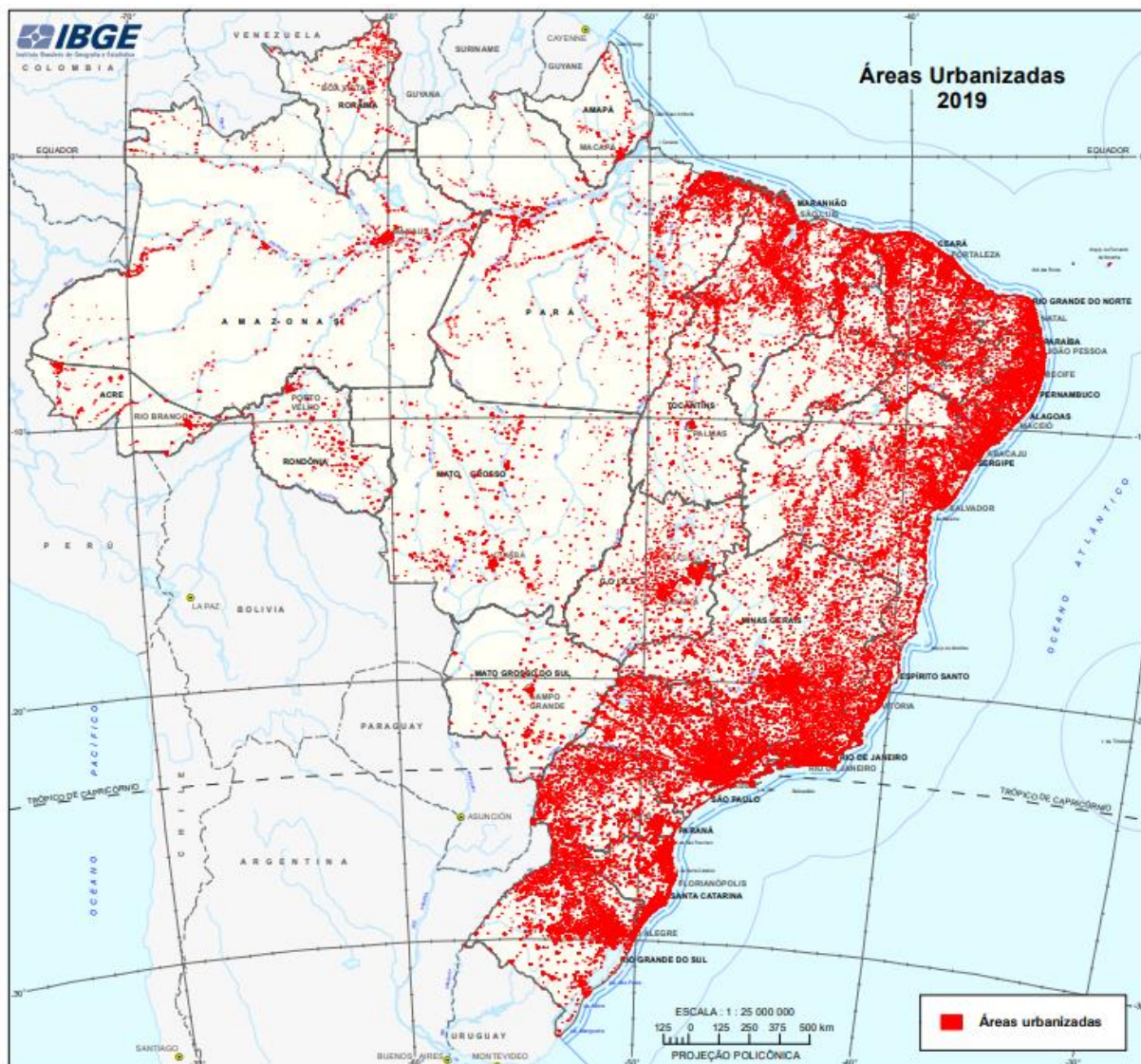
Este subtítulo é inspirado no livro "Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula" de José Eli da Veiga (2002). Um texto que revela uma leitura que aborda a relação cidade-campo, uma divisão socioespacial do trabalho que reproduz hierarquias entre espaços dominados e dominantes, tanto internacionalmente quanto internamente. A metrópole de São Paulo exemplifica essa dinâmica ao concentrar acumulação de capital, conhecimento, decisões, riqueza e informação, além de articular grande parte da produção agrícola brasileira.

A questão central reside no conteúdo do processo de urbanização atual e nas estratégias que sustentam a reprodução contínua da cidade e do campo nos planos econômico, político e social. Por um lado, a gestação da sociedade urbana promove novos padrões influenciados pela sociedade de consumo globalizada. Por outro lado, essa realidade produzida é profundamente desigual, indicando a dialética entre globalização e localização. Assim, Veiga (2002) enfoca as complexas interações entre metrópoles, áreas rurais e a influência global na configuração socioeconômica do Brasil, destacando a necessidade de compreender e abordar essas dinâmicas de forma integrada e crítica.

O Brasil, de acordo com os dados prévios do Censo de 2022, apresentados pelo IBGE (2023), caminha para aproximar ao número de 90% da população vivendo nas cidades, ou seja, de acordo com o censo, uma população majoritariamente urbana.

O mapa 8 a seguir apresenta as áreas urbanizadas do Brasil no ano de 2019, onde traz 45.945 km² de áreas urbanizadas, o equivalente a 0,54% da área total do país. Onde mais de um terço (36,5%) delas se concentram na região Sudeste, com destaque para as áreas litorâneas.

Mapa 8 - Áreas urbanizadas do Brasil – IBGE/2019



Fonte: Áreas urbanizadas do Brasil, IBGE, 2019.

Porém, este número representa mesmo uma realidade urbanizada tão intensa no território brasileiro? O que sugere, realmente?

Observando a imagem, fica claro que a questão da colonização que se deu a partir do litoral ainda é presente, pois grande parte das grandes cidades e da própria densidade populacional está próxima às áreas litorâneas. Mas, diante das indagações

proferidas ao longo deste capítulo, em diálogo com a teoria heideggeriana da essência básica do ser humano, fica evidente que o IBGE utiliza outras formas de entender o rural e o urbano no Brasil, trazendo uma urbanização totalizante que não condiz com a realidade do país.

O mapa ou mesmo o IBGE com seus números trazem uma visão quantitativa e dicotomizante do rural-urbano, numa lógica metodológica que difere do país. Deste modo, de forma sintética, vamos compreender estes números dentro do órgão que apresenta estatisticamente o Brasil.

O primeiro documento tem como base o Decreto nº 311 de 02/03/1938, onde o IBGE adotou um conceito político-administrativo para identificar áreas urbanas e rurais no país. Segundo esse decreto, todas as cidades e vilas foram classificadas como urbanas, enquanto a área restante dos municípios foi considerada rural (IBGE 2023). Ou seja, vigorava uma dicotomia totalmente fragmentária do que seria rural e o que seria urbano, sem haver nenhuma relação entre ambas.

A partir de 1940, o IBGE iniciou a divulgação de dados censitários separando a população urbana da rural, como documentado nos volumes "Estatísticas Históricas do Brasil: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1985", publicado em 1987, e no "Anuário Estatístico do Brasil 1996", lançado em 1997. Essa prática sempre esteve alinhada com os preceitos político-administrativos vigentes. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, essa responsabilidade passou para os municípios, continuando a subsidiar a classificação oficial do IBGE até os dias atuais, conforme detalhado no documento interno "Manual da Base Territorial 2014" (IBGE 2023).

No final da década de 1970, o IBGE reconheceu a necessidade de introduzir subcategorias para melhor representar a realidade do país. Como resultado, o conceito urbano foi dividido em Área Urbana e Área Urbana Isolada, enquanto o conceito rural foi subdividido em Área Rural e Aglomerado Rural. Essa classificação foi implementada no Censo Demográfico de 1980, conforme explicado em sua metodologia abaixo⁷²:

- Perímetro urbano: linha divisória dos espaços juridicamente distintos de um município;

⁷² Estas categorias foram retiradas da publicação do IBGE "Proposta metodológica para classificação dos espaços do rural, do urbano e da natureza no Brasil" (2023, p. 45).

- Área urbana: área interna ao perímetro urbano;
- Área rural: área externa ao perímetro urbano;
- Área urbana isolada: área definida por lei e separada da sede distrital por área rural ou por um outro limite legal;
- Aglomerado rural: loteamento, área de distrito industrial ou de projetos em expansão, com características de permanência, ou povoado (localidade sem a categoria de sede de circunscrição administrativa, mas com moradias, geralmente em torno de igrejas ou capelas, pequeno comércio, com seus moradores exercendo atividades econômicas não em função de um só proprietário).

Na década de 1980, foi proposto uma revisão dos conceitos de aglomerados rurais utilizando como base a classificação do Censo Demográfico de 1980. Elas categorizaram os setores censitários em oito classes, sendo que as três primeiras eram classificadas como urbanas conforme a definição legal, enquanto as demais se caracterizavam como rurais. Foram identificadas limitações na caracterização das categorias, destacando que a definição legal de urbano e rural adotada pelo IBGE não diferenciava claramente os aglomerados rurais que possuíam características urbanas (áreas urbanas localizadas fora dos perímetros urbanos definidos por lei) (IBGE 2023).

Atualmente, o IBGE traz como base a “Proposta metodológica para classificação dos espaços do rural, do urbano e da natureza no Brasil” (2023) que define as categorias de rural e urbano a partir da situação, categorias e tipos (imagem 42):

Imagem 42 - Tipos de setores censitários e suas definições - Brasil – 2018

TIPO	DEFINIÇÃO
Zona Urbana	Definição de zonas urbanas legalmente definidas pelo poder público municipal através de planos diretores, macrozoneamentos ou leis do perímetro urbano.
Bairro	Bairros legalmente constituídos pelo poder público municipal.
Conjunto Habitacional	Conjuntos habitacionais fornecidos no âmbito do convênio com o Ministério das Cidades.
Terra Indígena	Terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos costumes e tradição.
Territórios Quilombolas	Terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas e utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social econômica e cultural.
Unidades de Conservação	Espaços territoriais e os seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características ambientais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com o objetivo de conservação e limites definidos, sob regimes especiais de gestão e manejo, aos quais se aplicam garantias adequadas de proteção.
Projeto de Assentamento	Áreas identificadas e delimitadas pelo IBGE, a partir de informações territoriais e registros administrativos de comunidades quilombolas, com finalidade exclusivamente estatística, que servem à focalização de quesitos dos questionários das pesquisas.
Área de Interesse Estatístico Quilombola	Áreas identificadas e delimitadas pelo IBGE, a partir de informações territoriais e registros administrativos de comunidades quilombolas, com finalidade exclusivamente estatística, que servem à focalização de quesitos dos questionários das pesquisas.
Área de Interesse Estatístico Indígena	Áreas identificadas e delimitadas pelo IBGE, a partir de informações territoriais e registros administrativos de populações indígenas, com finalidade exclusivamente estatística, que servem à focalização de quesitos dos questionários das pesquisas.

Fonte: Proposta metodológica para classificação dos espaços do rural, do urbano e da natureza no Brasil, 2023, p. 50

Diante desta última base apresentada, o estudo promovido pelo IBGE caracteriza o urbano como “Áreas com altas densidades de população, construções e arruamentos onde a paisagem é intensamente alterada. Predominantemente, as pessoas estão ocupadas em atividades secundárias e terciárias” (2023, p. 64). E o rural como:

Áreas de baixa densidade populacional caracterizadas, em geral, pela alteração da paisagem devido, principalmente, a atividades antrópicas ligadas à produção agropecuária ou a outras formas de apropriação

econômica. Ademais, em sua composição, o tecido rural pode conter pequenos núcleos urbanizados e/ou fragmentos naturais (IBGE, 2023, p. 73).

Observe que mesmo neste processo de busca por uma definição mais clara do rural e do urbano, não há uma tentativa de integrá-los, sempre predomina a dicotomia e, desta forma, produzindo uma oposição da natureza (primeira natureza, segundo Marx) e do antrópico (urbano ou segunda natureza, segundo o mesmo autor), algo que apenas prejudica a compreensão da lógica da *formação socioespacial brasileira* que não é fragmentária, mas totalizadora.

De acordo com Saraceno (1996), as áreas rurais são definidas residualmente como aquelas localizadas para além dos limites urbanos e são estabelecidas pelas prefeituras municipais. De acordo com a autora, a presença de infraestrutura e serviços básicos são critérios para a definição de uma população urbana. Já o meio rural é entendido como os espaços que não foram abarcados pelo crescimento das cidades, e o processo social de emancipação rural é, de maneira distorcida, interpretado como "urbanização do campo".

A própria ONU traz numa tentativa de identificar o rural e o urbano através da distância de edificações, ou seja, até 100 metros. Mas, isso é totalmente reducionista e pouco claro para demonstrar a realidade de um lugar. É preciso ir além e superar padrões como o IBGE ou a própria ONU utiliza. Ou seja, não adianta justificar a base da Divisão Internacional do Trabalho, pois apesar de ser uma divisão, há sim a complementariedade entre as interações econômicas do mundo (SPOSITO, 2013).

Ora, por que não mudar essa ótica e ao invés de dicotomias apenas observar as diferenças entre o rural-urbano (CAPEL, 2009). Afinal, apesar da população estar urbanizada, a sua essência e *devir* podem estar atreladas ao rural e as ruralidades, mesmo nas grandes metrópoles.

As ruralidades no urbano são presentes e a vida rural e a vida urbana podem sim se misturar, afinal há hábitos rurais, mesmo que seja no idílico, assim como laços familiares que permeiam essas relações e integram o rural-urbano (CAPEL, 1975; ALVARADO-SIZZO e COSTA, 2019). Os autores trazem ao longo dos textos exemplos de estudos que propuseram definir a cidade colocando como característica básica as atividades não agrícolas e a concentração da população, mas e as comunidades com grande concentração de pessoas? E os quintais e hortas que resistem nas cidades?

As imagens 43 a 46 trazem o cotidiano “urbano” do Serro, mas para além do que o IBGE e outros órgãos afirmam, é possível caracterizar claramente estes lugares de urbanos? A ruralidade e a vida em sua essência estão profundamente enraizadas em muitos contextos, não sendo facilmente categorizáveis numa dicotomia. Esses espaços não apenas se interrelacionam, mas também são a expressão *da formação socioespacial brasileira*. O diálogo entre o rural e o urbano revela uma complexa interação que molda a identidade e a organização do território, destacando a importância do rural na configuração e desenvolvimento do território brasileiro centrado no rural.

Imagem 43 - Comunidade do Mato Grosso – Serro



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2022. Trabalho de campo. Festa religiosa que ocorre na Serra da Caroula uma vez ao ano durante o mês de julho

Imagem 44 - Distrito de Três Barras - Serro



Fonte: Trabalho de campo. Ulysses Melo Carvalho, 2022.

Imagem 45 - Centro da cidade do Serro



Fonte: Trabalho de campo. Ulysses Melo Carvalho, 2023.

Imagem 46 - Bairro Nossa Senhora do Rosário - Serro



Fonte: Trabalho de campo. Ulysses Melo Carvalho, 2023.

Desta forma é preciso compreender que o “meio rural não pode nunca ser estudado em si mesmo, mas deve ser encarado como parte de um conjunto social mais amplo, do qual faz parte juntamente com a cidade” (QUEIROZ, 1978, p. 50). Diante do que já foi exposto dentro da *formação socioespacial brasileira*, sua construção, a cana de açúcar, a mineração e a formação de vilas e cidades, não é possível fragmentar campo e cidade, mas sim promover um diálogo. Afinal, eles se integram e se retroalimentam. Queiroz (1978, p. 51) afirma:

Parece partir-se do princípio implícito de que a sociedade é formada de partes interligadas, sim, mas ao mesmo tempo tão independentes que a qualquer momento é possível destacar uma delas e apreendê-la em si mesma, sem tomar-se conhecimento do todo em que está inserida, nem da história progressa, tanto da parcela como do todo.

Conforme afirma Bitoun (et al. 2015, p. 05): “A realidade rural não pode ser concebida de forma isolada ou independente da dinâmica das cidades, pois é crescente a interdependência entre rural e urbano”.

O mesmo autor afirma que “a ruralidade diz respeito à forma como se organiza a vida social” (BITOUN et. al. 2015, p. 05). Ou seja, traz consigo algo que foi tratado no início deste capítulo, a própria essência do ser: existir, o habitar e o resguardar.

Logo, quando o IBGE traz um número de mais de 80% da população brasileira urbana ou uma segmentação de categorias para a definição do rural e do urbano, faz buscarmos uma visão diferente destes números e categorias quando olhamos de forma mais profunda essa população residente nas cidades e assim podemos entender que ela também é de certa forma rural, mesmo indiretamente, no seu idílico.

Assim, a relação entre rural-urbano no Brasil é uma consequência da própria *formação socioespacial*, ou seja, não caminhamos para uma urbanização total como afirma os dados quantitativos do IBGE, tão pouco estamos diante de uma subordinação e superação do campo em relação a cidade como afirma Lefebvre (1978, p. 15):

La relación <<campo-ciudad>>, relación dialéctica, oposición conflictual que tiende a trascenderse cuando en el tejido urbano realizado se reabsorben simultáneamente el antiguo campo y la antigua ciudad. Lo que define la <<sociedad urbana>>va acompañado de una lenta degradación y desaparición del campo, de los campesinos, del pueblo, así como de un estallido, una dispersión, una proliferación desmesurada de lo que antaño fue la ciudad (p. 15).

Milton Santos (2009, p. 75) também critica tal dicotomia, afirmando que “haveria, então, um Brasil urbano e um Brasil agrícola, em que o critério de distinção seria devido muito mais ao tipo de relações realizadas sobre os respectivos subespaços. Não mais se trataria de um Brasil das cidades oposto a um Brasil rural”. O autor ainda traz uma conclusão: “Essa subdivisão do País em um Brasil urbano e um Brasil agrícola somente tem validade como generalização, não prescindindo, desse modo, de análise mais aprofundada, ainda por fazer, das especificidades dos diversos subespaços” (SANTOS, 2009, p. 76).

Também, é fundamental reconhecer que o rural pode existir para além da economia agrícola, representando também uma perspectiva de mundo e até mesmo uma expressão de nostalgia criativa (MARTINS, 2000).

José Graziano da Silva (1997, p. 43) também entra nesta discussão dizendo que o rural “não é somente agrário”. A dicotomia apenas busca representar as próprias classes sociais e assim o urbano representa o novo e o rural o seu contrário. De acordo com Silva (1997), a mudança rural é multidimensional, não podendo ser vista apenas pelo campo econômico e social e até mesmo as novas funções do rural atreladas ao consumo como o turismo, lazer e a preservação. O rural é um espaço de pluriatividade e que vem adquirindo novas formas de ocupação.

Logo, é preciso buscar novas formas de compreender a relação rural-urbana e não engessar e categorizar conceitos que dialogam e não se opõem. Desta forma, o Brasil passa a não ser tão urbano quanto demonstra quantitativamente. Mesmo nas grandes cidades ainda é possível observar festas religiosas tradicionais, festivais com comidas típicas, a busca por áreas de campo e de sossego etc. Como afirmam Alvarado-Sizzo e Costa (2019), existem várias facetas do rural que são moldadas pela imaginação e pela apropriação urbano-metropolitana.

Desta forma, é preciso superar bases internacionais e pensar no rural a partir da realidade do Brasil e latinoamericana (ALVARADO-SIZZO e Costa, 2019), uma *formação socioespacial* ligada ao campo, ao patriarcado, à escravidão e à própria essência do *ser humano*.

Apoiar-se na história das cidades do mundo, onde há relatos da sua existência desde 4000⁷³ a.C. não vão condizer com a realidade brasileira e nem latino-americana, de forma absoluta. Por isso, é de se valorizar uma visão decolonial e capaz de compreender a nossa realidade, que no Brasil, por exemplo, iniciou e permaneceu no rural – daí operar o conceito *patrimônio-territorial* (COSTA, 2016a, 2017, 2018, 2021, 2024) nesta tese, capaz de indicar caminhos à superação desta e outras dicotomias.

Desta forma, é imprescindível compreender a relação rural-urbana de uma forma diferente, porosa, horizontalizada e sem dicotomias, pois o Brasil e a América Latina são complexos, como qualquer território ou continente. Ou seja, há transformações ao longo da *formação socioespacial*, trazendo mudanças nas relações e as formas adquirem novos conteúdos, porém resistências permanecem. É preciso

⁷³ De acordo com Lewis Mumford, a primeira cidade na história foi Ur, uma antiga cidade suméria localizada na Mesopotâmia, região que hoje corresponde ao sul do Iraque. Ur é reconhecida por ter sido uma das primeiras cidades-estado urbanizadas, desenvolvendo-se por volta de 3800 a.C.

pensar que a maioria das mudanças ocorridas no Ocidente vieram do campo (DAMIANI e SEABRA, 2000).

Vale compreender as raízes agrárias que permeiam nosso país. Conforme Moreira (2005, p. 33):

Podemos falar das raízes agrárias do Estado Brasileiro e postular a existência de uma ruralidade autoritária no Estado e na cultura brasileira, presentes em nosso sincretismo cultural, que os processos de industrialização não foram capazes de apagar.

Logo, uma nova proposta para se compreender que este Brasil não é tão urbano como aparenta é a explicação metodológica da *Fricção, Tensão e Simbiose do Rural-Urbano* proposta por Alvarado-Sizzo e Costa (2019), os quais propõem que o rural e as ruralidades adquirem novos significados a partir da premissa da cidade como um fato e o urbano como fenômeno partindo da interação entre pequenas cidades (inclusive mineiras) e metrópoles latino-americanas.

3.3 Fricção, Tensão e Simbiose do Rural-Urbano, o *patrimônio-territorial* em Serro

Fricção, Tensão e Simbiose do Rural-Urbano proposta por Alvarado-Sizzo e Costa (2019) é uma abordagem não dicotômica que integra a ruralidade à urbanidade, correspondendo a um processo intrínseco território, onde campo-cidade são tidos como um espaço complexo, híbrido e incerto dentro de redes trans escalares.

A *Fricção* que corresponde ao contexto dos sinais gerados pelas imagens e pela estética local da pequena cidade, que são capturadas e replicadas na metrópole, associando (imaginariamente) a pequena cidade com rural (dimensão idílica, inclusive, da natureza). A *Tensão* traz consigo a dimensão da virtualidade e da simulação da relação rural-urbana, dentro do contexto do local de destino (a pequena cidade), sempre projetada na consciência como um atributo da natureza. E a *Simbiose* é a realidade do local, com sua essência, o que realmente representa a localidade imaginada desde a metrópole. E o rural-urbano sempre ligados por um hífen, representando a ligação e diálogo entre ambos (ALVARADO-SIZZO e COSTA, 2019). Os autores afirmam:

La tesis defendida aquí es la de la fricción, tensión y simbiosis de lo rural-urbano por el turismo, por ejemplo, através del imaginário individual y colectivo gestado en la metrópolis, las cuales virtualizan las ruralidades

concretas de pequenas cidades latinoamericanas. Lo rural y la ruralidad inherentes a la pequeña ciudad son tomados en la metrópolis por un imaginario idílico de la cultura y de la “naturaleza”, por el cual el contexto urbano peculiar aglutina la vida del campo y la efectiva posibilidad de fugarse de los disturbios metropolitanos (ALVARADO-SIZZO e COSTA, 2019, p. 02).

Assim, quando nos deparamos com a realidade brasileira em relação ao rural-urbano percebemos que o “Brasil siempre fue un país de vocación agropecuaria y latifundista, lo que contribuyó em la formación territorial dictada por esa dimensión de la economía espacial y su esencia social: patriarcalismo, la oligarquía, el clientelismo y la esclavitud” (ALVARADO-SIZZO e COSTA, 2019, p. 06).

Ao proporem a metodologia de análise, dizem os autores que:

[...] a fricción, tensión y simbiosis de lo rural-urbano por el turismo en pequeñas ciudades del continente, a través del imaginario individual y colectivo idílico de la cultura y de la “naturaleza” gestado en la metrópolis, son capaces de virtualizar ruralidades concretas. (ALVARADO-SIZZO e COSTA, 2019, p. 02).

[...] las principales variables de fricción, tensión y simbiosis que conforman la duradera relación campo-cuidad y por las cuales el territorio aglutina la historia sin rupturas plenas. Queda claro que el cambio de las ciudades es acompañado por el cambio campesino, lo que permite hablar de lo real y lo virtual inherentes a la situación geográfica turística catalizada por la immanente ruralidad. (ALVARADO-SIZZO e COSTA, 2019, p. 1).

Assim, é possível entender como a cidade em qualquer momento não deve ser pensada fragmentada do rural e de suas ruralidades, pois elas que constituem a “alma y la cultura dichas urbanas” (ALVARADO-SIZZO e COSTA, 2019, p. 14). Na sua concepção, a tríade *fricção, tensão e simbiose do rural-urbano*⁷⁴ são aplicadas pelos autores a partir da situação geográfica turística, que caracteriza-se por um conjunto de escalas territoriais sobrepostas, revelando a conexão de imagens e experiências, onde o patrimônio rural motiva os fluxos turísticos e demonstra a interação rural-urbana da seguinte maneira: (1) Eixo primário: maior densidade turística e reprodução global do turismo (restaurantes, bares, galerias, suvenires, produtos locais, agências de turismo etc.); (2) Eixo imediato da expansão turística (crescimento de estabelecimentos turísticos x aluguel de residências); (3) Eixo de expansão territorial local (hotéis, restaurantes, cachoeiras, residências em áreas verdes).

⁷⁴ Na análise de pequenas cidades latino-americanas como Pirenópolis (Brasil) e Real Catorce (México), destaca-se a complexa interação entre o rural e o urbano via turismo, influenciada pelo imaginário coletivo e individual das metrópoles – os autores tratam da tríade fricção, tensão e simbiose rural-urbano para entender a situação geográfica estabelecida entre cidades de distintas escalas, sempre intermediadas pelo campo.

A tríade conceitual que envolve a interação *Fricção, Tensão e Simbiose do Rural-Urbano* está, por exemplo, nas festas tradicionais do divino e cavalgadas; cachoeiras, fazendas, áreas verdes (segunda residência), a alimentação típica e o centro histórico de cidades mineiras como Serro. Há, portanto, uma simbiose rural-urbana, ao atrair visitantes em busca de recreação rural e serviços urbanos, num entorno metropolitano repleto de ruralidades. Ou seja, o sujeito da cidade imagina o rural real e realiza o rural virtual, pela essência e pela aparência da pequena cidade. Isso ocorre com Serro e as metrópoles brasileiras, especialmente, Brasília e Belo Horizonte.

Desta forma, a própria relação rural-urbana em si é um *patrimônio-territorial*, pois resiste as forças hegemônicas e mantém a essência do território e seus sujeitos.

Afinal, o rural e a própria ruralidade está nos indivíduos e no seu idílico. Estes indivíduos trazem suas identidades individuais e coletivas que são expressas em seus corpos e mentalidades e isso é a própria existência. Conforme Moreira (2005, p. 19), “[...] o indivíduo só existe na relação social”.

O caso do município de Serro carrega o passado colonial em seu cotidiano: nas festas, nas práticas cotidianas, dos saberes gastronômicos e de artesanias etc. Nesta cidade, ainda hoje, é possível ter conhecimento dos falecimentos pelo tocar dos sinos da igreja matriz, inclusive, diferenciando através do badalar se foi homem ou mulher, civil ou político, de acordo com entrevistas locais.

Outra forma de interpretar este passado colonial e a relação rural-urbana está no Queijo do Serro, mais que um patrimônio registrado pelo IPHAN, conforme já apresentado nos capítulos anteriores. Este produto traz consigo um método de produção que remonta ao período colonial, feito com leite cru de vaca e maturado em condições específicas que contribuem para o seu sabor único.

Este queijo não é apenas uma fonte de renda para exportação, ele é um símbolo do município e consumido pela própria população, o que o traduz como um *patrimônio-territorial* também. Ele desempenha um papel de identidade local e regional, sendo um elemento importante da culinária mineira e brasileira. Sua produção envolve técnicas transmitidas ao longo de gerações, mormente dentro de famílias produtoras que preservam e compartilham seu conhecimento (imagens 47).

Imagem 47 - Produção do Queijo do Serro – Fazenda Bom Sucesso



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2023. A sequência de fotos apresenta o rancho onde se faz a coleta do leite (A e B), o local de maturação do queijo e um representante da produção de queijo ©, Adilson Cirino de Carvalho, o “Chokito” (representante da cooperativa local de produtores de queijo) (D).

Ele também é relevante, pois contribui significativamente para a manutenção econômica de muitas famílias e comunidades urbano-rurais da região.

Os próprios cidadãos serranos compreendem essa relação rural-urbana quando comentam nas entrevistas realizadas para esta pesquisa. Conforme entrevistas realizadas em 2019 comentam sobre este “rural-urbano” do Serro:

[...] pra mim é uma cidade que tem uma certa singularidade, levando em consideração as cidades históricas, mas ela tem uma forma de vivência muito próxima das cidades daqui da região, no sentido de vivência extremamente rural. **A alma da cidade tem uma ruralidade que você encontra com ela 24 horas por dia, inclusive a noite que aí você não encontra ninguém que é a prática da zona rural.** Isso eu fico fascinado, a ausência dessa boemia a noite é a forma que algumas pessoas tem no ambiente rural, a noite é pra dormir. Ou pra contar casos, ou uma vivência muito mais íntima, porque lá fora não tem luz, então vamos usar a parte interna das casas. **Ai vejo Serro assim, a noite é um rural iluminado.** Porém, a prática é uma prática rural, não importa se lá fora tem luz (*grifo nosso*, M. T., 2019).

Serro é um lugar rural e urbano que ao mesmo tempo urbano e rural. Porque a cidade respira isso, aqui nas segundas-feiras a cidade fica cheia de pessoas que vem da roça com seus produtos, que vem na feira, vem trazer o queijo, fazer compras. Eles vem fazer as compras nas segundas-feiras. As segundas-feiras a cidade fica cheia, trazendo as coisas ou fazendo compras. Depois volta pra lá, pra cuidar das suas coisas, cuidar dos animais, fazer o queijo, as produções da roça (E. S. O., 2019).

[...] são muitas comunidades rurais, são 68 comunidades rurais, fora os 5 distritos que são bem numerosos. E não é algo bem isolado, tem algumas comunidades bem isoladas. Mas é o tempo inteiro, tem a feirinha que a pessoa lá do Ausente traz o produto dela, tem o pessoal do queijo. Então tem mesmo essa mistura, não tem muito essa separação (S. F. C., 2019).

De acordo com as entrevistas, fica evidente como a relação rural-urbana é uma essência dentro do município e dos seus sujeitos. Inclusive, vale destacar a passagem do primeiro trecho da entrevista onde é destacado o “rural iluminado”, ou seja, Serro não é vista de forma dicotomizante, mas um rural que também carrega o urbano.

Ao observar a cidade de Serro, por exemplo, vê-se que, apesar da iluminação noturna, a prática e o ritmo da vida noturna ainda carregam características da ruralidade. O fato de que a vida noturna não é marcada por uma agitação social intensa e é mais voltada para atividades privadas e íntimas reflete uma herança rural, onde a tranquilidade da noite é valorizada. Assim, a cidade preserva essa essência rural em seus padrões de vida e comportamento, demonstrando que, apesar da modernização e urbanização, as práticas e tradições rurais estão no urbano.

A festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos é um grande marco para os cidadãos do Serro, a cidade literalmente se silencia para acompanhar todos os

cortejos presentes dentro da festa⁷⁵. A festa traz uma grande mistura de culturas, como pode ser observado nas imagens a seguir.

⁷⁵ De acordo com relatos dos festeiros, a atividade inicia na madrugada de sábado após a Novena, que precede as celebrações em oito dias. Um grupo musical conhecido como "Caixa de Assovio", composto por três flautas de bambu e duas caixas de couro, visita as casas dos festeiros e mordomos. Às 5 horas da manhã, o cortejo se dirige à Igreja do Rosário, batendo à porta várias vezes para solicitar permissão para iniciar a festa. Após as orações na igreja, os fiéis são recebidos na casa dos festeiros com uma variedade de comidas típicas. No sábado, os participantes dos folguedos e os devotos pegam a bandeira de Nossa Senhora na casa do mordomo. A marujada, os caboclos e os catopês desfilam com seus trajes e ritmos distintos. O Boi do Rosário anima as crianças com sua coreografia. À noite, acompanhado pela queima de fogos, realiza-se o hasteamento do Mastro. No domingo, celebra-se a missa de coroação do Rei e da Rainha do Rosário, seguida das encenações da Barca e da Embaixada, que refletem o imaginário de poder da cultura africana, subjugada pelos brancos. Os desfiles começam cedo e continuam até a noite. Primeiro desfilam os marujos, vestidos com uniformes brancos e azuis. Em seguida, desfilam os caboclos, adornados com penas coloridas e flechas que se transformam em instrumentos de percussão, acompanhados por sanfonas, caixas e reco-reco. Os catopês, considerados superiores hierárquicos na festa, desfilam por último. Seu ritmo é mais cadenciado, ao som de flautas que evocam os lamentos dos escravos nas senzalas. No final da tarde, a população e os visitantes participam da procissão e da coroação de Nossa Senhora do Rosário. Durante todo o domingo e na segunda-feira, o Reinado e os grupos de Congado percorrem as ruas, visitam as casas dos Festeiros, celebram, dançam e encantam moradores e visitantes. Na segunda-feira, o novo Reinado é empossado e os desfiles em homenagem a Nossa Senhora são repetidos.

Imagem 48 - Festa do Rosário dos Pretos em Serro



Fonte: Costa, Joyce (2023). Neste mosaico de fotos é possível ver em sequência a Igreja do Rosário dos Pretos junto com o cortejo (A), em seguida a Caixa de Assovios sendo tocada (B), os catopés (C), a realeza (D), a marujada (E) e a cerimônia de violeiros dentro da igreja (F).

Essa festa traduz muito do Brasil fora dos grandes centros urbanos, que preserva suas tradições e sua história. E que, de alguma forma, promove os subalternizados que, em sua maioria, estão ocultados. É uma festa promovida pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, numa igreja afastada do chamado centro histórico da cidade e que evidencia positivamente o povo preto. Pessoas que habitam pouco o centro (valor mais alto das moradias), mas o utilizam devido ao trabalho, comércio e os serviços centrados na área⁷⁶.

Outra forma de expressão do rural-urbano através do *patrimônio-territorial* no município serrano é o próprio cotidiano local marcado por práticas simples que trazem consigo a própria essência do rural e da ruralidade (imagens 49 a 53).

Imagem 49 - Centro do Serro – venda de frutas



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2021.

⁷⁶ De acordo com os trabalhos de campo de 2019, 2021, 2022 e 2023.

Imagem 50 - Comércio local de produtos agrícolas



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2022.

Imagem 51 - Comércio popular no centro do Serro



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2022.

Imagem 52 - Centro do Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras – Serro



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2022.

Imagem 53 - Distrito de Capivari – Serro



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2022.

Quando nos deparamos com essas imagens e percebemos que este é o cotidiano local, não há uma teatralização turística, podemos entender que o *patrimônio-territorial* do Serro, pela relação rural-urbana, é destacado. Afinal, este é o patrimônio não institucional-preservacionista-globalizante (COSTA, 2016a).

Através do *patrimônio-territorial* é possível traduzir algo positivo do:

[...] hecho espacial producido por los grupos subalternizados, en su historia vinculada al territorio. Asimismo, representa fenómenos y objetos de vínculo comunitario, alternativa económica, cultural y memorial real en ejecución, es

una posibilidad latente en la situación espacial dada [...]. El patrimonio-territorial es la propia historia de la comunidad o de los grupos, la cual debe ser valorada por la narrativa del sujeto situado en la resistencia al proceso histórico de violencias resumidas en las diferentes especies de vulnerabilidades producidas por los intereses de grupos hegemónicos (COSTA, 2024, p. 18).

Conforme Costa (2016a), a discussão patrimonial diante da lógica da urbanização na América Latina, numa visão crítica, “demanda matizes do ponto de vista existencial e propositivo.” (COSTA, 2016a, p. 02). Assim, *patrimônio-territorial* e a relação rural-urbano devem ser pensados a partir dos sujeitos que são as chaves. As “[...] situações, sentidos e representações contemporâneas: do urbano, de urbanidades, de identidades e de imagens realçadas pelos sujeitos ouvidos.” (COSTA, 2016b).

Logo, Serro traz essa história dos subalternizados e todo esse vínculo comunitário que resiste aos poderes hegemônicos e às violências. No capítulo 01, foram apresentadas imagens e relatos sobre tentativas de ocultação da história da cidade, seja pela renomeação de ruas e incorporação de bustos de políticos em praças com ligação escravista, a demolição da igreja construída por uma negra e a maioria dos vestígios de um momento dos mais violentos da história do país.

Porém, mesmo com estas tentativas de apagamento, ainda hoje muitos moradores do Serro chamam estas ruas pelo seu nome inicial e o local onde encontrava-se a Igreja da Purificação, construída pela negra alforriada Jacinta da Siqueira, ainda é rememorado até mesmo nos souvenirs da cidade (imagem 54) onde ela torna-se também um símbolo.

Imagem 54 - Pintura de Jacinta da Siqueira com a Igreja da Purificação



Fonte: Purificação/ Acrílico e óleo sobre tela/ 50cm x 70cm/ 2019/ Luana Simões.

Assim, quando nos voltamos a Serro, vemos igrejinhas e oratórios pelas estradas internas do município (imagem 55), a produção e venda de quitandas (bolachas, rosquinhas, roscas, pães e outros quitutes feitos artesanalmente) (imagem 56), produção de bordados que representam o cotidiano por povos de origem quilombola (imagem 57) ou até mesmo a produção de forros de casa feitos com taquara⁷⁷ (imagem 58).

⁷⁷ Taquara refere-se a várias espécies de plantas pertencentes à família das gramíneas (Poaceae), nativas principalmente das Américas. Essas plantas são reconhecidas pelos seus caules ocos e robustos, conhecidos por terem diversos usos culturais e práticos. No Brasil, a taquara pode ser uma referência geral a várias espécies de bambu ou a plantas similares, usadas tradicionalmente para a fabricação de objetos artesanais, como cestos, instrumentos musicais e até mesmo armas.

As ruralidades presentes no território serrano são perceptíveis, o rural-urbano dialogam no seu centro e distritos mais longínquos do município.

Imagem 55 - Oratório na estrada em direção ao Distrito de Pedro Lessa – Serro



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2022. A presença de oratórios ao longo das estradas rurais, principalmente, é algo recorrente. Normalmente estas pequenas construções denotam um local de oração para um santo do qual o sujeito é devoto ou locais onde houve a morte de alguém.

Imagem 56 - Quitadeiras do Serro ao forno de barro.



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2022. Neste mosaico as imagens apresentam a “Dona Geralda”, quituteira e muito conhecida pela produção de pães de abóbora no forno de tabatinga (A, B e C). Na sequência, há “Dona Eva”, que produz uma variedade de quitutes para os moradores da região (D).

Imagem 57 - Produção de bordados pelos Bordados da Barra - Serro



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2022. Nesta sequência da produção dos “Bordados da Barra” podemos observar a produção artesanal dos bordados por mulheres de comunidades locais (A e B) e na sequência os produtos finais com temas que remetem ao cotidiano destes sujeitos (C e D).

Imagem 58 - Produção artesanal de forro de taquara⁷⁸

Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2022. O Sr. Fábio G. R. Neves produzindo forros de casas com taquara de forma artesanal (A, B e C) e o trançado do forro (D).

Logo, apesar de todas as forças de apagamento inerente às lógicas da modernidade globalizada, é possível ver de forma latente a relação rural-urbana, ou seja, o *patrimônio-territorial* presente e imaginado que resiste em Serro. Nas palavras de Costa (2021, p 124) “la fuerza del concepto está en favorecer la activación comunitária del patrimonio-territorial presente o imaginado, a fin de estimular la lucha y denunciar la colonialidad, a través de la cultura y por el espacio”.

Essa colonialidade comentada desde o primeiro capítulo é uma das marcas da colonização, ainda presentes nos territórios de nossas cidades-campo. De acordo

⁷⁸ Na produção de forros o artesão faz uma forma de exploração sustentável, retirando apenas plantas grandes e deixando as menores para garantir o crescimento e consequentemente a produção.

com Costa e Moncada (2021), este colonialismo produziu uma espécie de “decolonialidade originária”, ou seja, houve a imposição da “civilização”, de um “Deus” e uma cultura dominante, a qual gerou a subalternização dos povos que, simultaneamente, resistiram e, de alguma forma, sobreviveram/sobrevivem a múltiplas forças opressoras. Nas palavras dos autores:

El colonialismo produce la decolonialidad originaria americana, con duración vigente en el territorio y el paisaje — como estética de la descolonización y conciencia decolonial—. Si, por un lado, la manera más directa de fundamentar la dominación colonial transoceánica fue mostrar que la cultura dominante otorga a la más atrasada los beneficios de la civilización (europea) y, por un derecho natural, tales gentes (bárbaras) se sometan al imperio de príncipes y naciones más cultas y humanas (Dussel 2011), por otro lado, hay un vasto y rico mundo de los oprimidos que no fueron vencidos: adquirieron consciencia de sus tradiciones y mitos, elaborando una estética para sobrevivir en la nueva sociedad. Entender la decolonialidad originaria, desde América Latina, demanda un ejercicio ontológico sobre el “ser” y la “duración” indígena en el continente, pues ella irrumpe en el nativo como praxis estética en el proceso colonizador; significa toda práctica, expresión, objeto y conocimiento revolucionarios, que demarcaron resistencia u objeción, desde dentro, a las violencias coloniales, aunque para eso se valgan de mecanismos de la conquista, como la iglesia, el barroquismo y los mitos. La decolonialidad originaria —propia del ethos barroco— está relacionada con el “condicionamiento del territorio” relativo a los embriones de ciudades (...) (conventos, presidios y pueblos de indios). Aunque sea posible tratar las dimensiones del barroco a partir de un territorio dado, debe asumirse, como enseña José Antonio Maravall (2009), que este afecta y pertenece al ámbito total de la historia social y de la cultura, tejida en los tránsitos Europa ↔ América y en escalas. (COSTA e MONCADA, 2021, p. 07)

O *ethos* barroco, característico dessa decolonialidade, está ligado ao "condicionamento do território" das primeiras cidades latino-americanas (COSTA e MONCADA, 2021). Essa dinâmica e decolonialidade não se limita a um território específico, mas influencia, inclusive e significativamente, a *formação socioespacial brasileira*, das quais emerge o próprio patrimônio-territorial.

A *fricção, tensão e simbiose do rural-urbano* em Serro mostra a força do *patrimônio-territorial*, ou seja, demonstra como, apesar da colonialidade, há uma força nos sujeitos que continuam buscando resistir e sobreviver.

Logo, o *patrimônio-territorial* é capaz de demonstrar a relação rural-urbana brasileira e a esperança para os sujeitos subalternizados. De acordo com Costa (2024, p. 21):

El sujeto en situación espacial duradera es la existencia que se constituye en una praxis interactiva, donde el ser de la realidad humana es cuestionado y el patrimonio-territorial en territorios de excepción es lo que mantiene viva la esperanza, mismo bajo presión y opresión del sistema capitalista.

Serro resguarda essa resistência dos subalternizados e todos os exemplos aqui trazidos e inúmeros outros que poderiam ser mencionados traduzem o *patrimônio-territorial* e a *fricção, tensão e simbiose do rural-urbano*. Em outras palavras, o *patrimônio-territorial* em Serro é representado por aqueles que praticam o rezo, produzem quitandas e preservam a essência do rural dentro da própria cidade. Esses indivíduos mantêm vivas as tradições e práticas que caracterizam o meio rural, mesmo em um ambiente urbano. Esta discussão, juntamente com uma cartografia detalhada, será abordada no próximo e último capítulo. Assim, devemos entender que “o rural não é definido por oposição e sim nas suas relações com as cidades” (ABRAMOVAY, 2000, p. 20). Isso implica reconhecer as distinções e descontinuidades que surgem das interações solidárias entre campo e cidade, onde ambos trocam seus próprios valores. Dessa forma, o rural e o urbano são considerados como dois tipos ideais de formas territoriais da vida social, cada um com suas particularidades distintas, embora haja uma crescente interação entre esses dois universos.

Ou seja, o rural-urbano em Serro é uma forma de resistência, é um resguardo das formas tradicionais, nos ritos, no preparo do terreno e de formas resguardar, habitar e viver. É preciso olhar o rural como uma alternativa e buscar como afirma Brandão (2017, p. 62):

Um olhar algo mais complexo e interativo sobre os horizontes dos mundos rurais deveria convidar-nos a uma leitura não tanto do que, real ou ilusoriamente, domina espaços e campos de relações rurais, mas do que, em seus intervalos e de maneira bem mais ativa e diferenciada do que podemos imaginar, existe ainda, resiste e se renova, para reocupar espaços e reinventar formas de ser e viver no campo.

Assim, o *patrimônio-territorial* é esta forma de compreensão e entendimento destas relações e modos de vida. Conforme Brandão (2017, p. 44) afirma:

Formas culturais e populares de racionalidades e de sensibilidades que poderiam parecer anti-rationais e ultrapassadas. Sistemas de ideias e estilos de ação fora do tempo e do lugar. No entanto eles podem ser pensados como contra-rationais. Como a defesa de espaços de vida e de trabalho no campo, não apenas postos à margem, mas auto-situados em zonas de fronteira geográfica, social e simbólica de um processo proclamado por seus realizadores como algo inevitável, benéfico e irreversível [...].

O *patrimônio-territorial* do Serro encapsula elementos cruciais da *formação socioespacial brasileira*, percebemos que ele não apenas reflete, mas também molda a complexa interação campo-cidade. Essa interação é profundamente enraizada na tríade histórica de colonização, escravidão e agricultura, que continua a influenciar o

território brasileiro até os dias atuais, com suas características de continuidade e ruptura no desenvolvimento urbano. Negar a simbiose rural-urbana é ignorar uma parte essencial da *formação socioespacial* do país, representada pelo *patrimônio-territorial*, que não apenas guarda a história do território, mas também revela as dinâmicas sociais e econômicas que moldaram os sujeitos ao longo do tempo.

Reconhecer as profundas raízes da urbanização brasileira é essencial para compreender nossa história coletiva, até mesmo para mudar a forma de entendimento do rural-urbano no Brasil através do *patrimônio-territorial*. Interpretá-los e ativá-los é fundamental não apenas para compreender o passado não contado e principalmente trazer à luz os protagonistas do território, os povos subalternizados. Assim, compreender o Serro nos convida a refletir sobre como nossas escolhas e ações contribuem para a preservação e interpretação desses locais como testemunhas de nossa própria identidade coletiva e história compartilhada e para um futuro mais ativo e encorajador para os sujeitos.

PARTE IV



**"A AMÉRICA LATINA É UMA REGIÃO DO MUNDO CONDENADA À HUMILHAÇÃO E À POBREZA? CONDENADA POR QUEM? CULPA DE DEUS, CULPA DA NATUREZA? UM CLIMA OPRESSIVO, AS RAÇAS INFERIORES? A RELIGIÃO, OS COSTUMES? NÃO SERÁ A DESGRAÇA UM PRODUTO DA HISTÓRIA, FEITA PELOS HOMENS E QUE PELOS HOMENS, PORTANTO, PODE SER DESFEITA?".
(GALEANO, 2010, P. 249).**

4. SERRO COMO *DEVIR* DA *FORMAÇÃO* SOCIOESPACIAL BRASILEIRA

“Parte-se do princípio sartreano de que as situações históricas variam: o homem pode nascer escravo numa sociedade pagã, senhor de terras ou proletário. O que não varia é a necessidade para ele de estar no mundo, de lutar, de viver com os outros e de ser mortal; também, não se pode negar a situação, que é o conjunto de condições materiais [culturais] e psicanalíticas que, em uma dada época, definem um conjunto” (COSTA, 2016a, p. 22).

Os capítulos anteriores trouxeram a discussão da *formação socioespacial brasileira* de Milton Santos, categoria que aborda a organização e a evolução do espaço geográfico do Brasil, considerando a interação entre fatores sociais, econômicos, políticos e culturais. Santos (1977, p. 79) traz uma indagação que explica um atraso teórico e metodológico da Geografia, “como podemos esquecer por tanto tempo esta inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e espaço inerentes à categoria de *formação socioespacial*?”.

A compreensão da realidade pelo espaço, em sua totalidade, traz consigo um melhor entendimento da realidade social. Everaldo Costa, em sua tese de doutorado defendida na USP, foi o primeiro a tratar as cidades coloniais brasileiras como expressão de nossa *formação socioespacial*, revendo a categoria à luz do processo constitutivo das cidades da mineração no país:

A formação socioespacial ligada à mineração expressa a unidade e a totalidade das diversas esferas da vida daquela sociedade (econômica, política e cultural), daí a unidade da continuidade e da descontinuidade de seu desenvolvimento histórico representada em suas formas-conteúdo passados. [...] não há uma sociedade em geral, mas uma sociedade existe sob um invólucro histórico específico, caso da sociedade mineradora no Brasil setecentista. A categoria de formação socioespacial, então, permite-nos buscar o conhecimento dessa sociedade na sua totalidade e nas suas particularidades, um conhecimento específico, individual captado num dado momento do processo evolutivo Brasileiro. (COSTA, 2015, p. 81)

A *formação socioespacial* ligada à mineração no Brasil setecentista oferece uma compreensão única da unidade e totalidade das diversas esferas da vida naquela sociedade. Essa abordagem permite captar como a mineração moldou o desenvolvimento histórico e as formas-conteúdo do passado, refletindo a continuidade e a descontinuidade no tempo. Costa (2015, p. 105) afirma que “nessas cidades especiais, o passado é parte sensível e intangível do presente”, simboliza sua universalidade e uma aura de autenticidade efetivas, vinculadas à sua forma-conteúdo.

Nestas cidades, o passado não é apenas preservado como um artefato histórico, pois ele é continuamente vivido e reinterpretado, conferindo ao lugar singularidades profundas e uma conexão universal com a essência do sujeito, como é o caso do Serro com a relação rural-urbana, expressão do *patrimônio-territorial*, da vida e do movimento contraditório da história (COSTA, 2016a).

Assim, compreender essas cidades na sua gênese, sem divagar por apenas um discurso histórico oficial e, principalmente, enaltecer a voz dos sujeitos subalternizados, é de suma importância não apenas para o seu entendimento como cidades, mas aproximar à totalidade, que reflete na compreensão do passado-presente do Brasil.

Desta forma, quando voltamos aos capítulos anteriores que trazem exemplos do empírico em relação a renomeação de ruas, demolição de construções e o abafamento de vozes e memórias dos subalternizados, estamos diante da tentativa de levar ao esquecimento das identidades e da existência não somente dos sujeitos subalternizados como também dos seus grupos. Afinal, de alguma maneira suas histórias já foram marginalizadas e parte pode ter se perdido.

Assim, os sujeitos subalternizados buscam resistir a essa força hegemônica que tenta silenciar e contar apenas um lado da história. Sua resistência e luta pela vida vem do *patrimônio-territorial*, que valoriza a existência destes grupos e pode trazer benesses sociais e até mesmo econômicas para eles.

El patrimonio-territorial favorece un “registro positivo” del hecho espacial producido por los grupos subalternizados, en su historia vinculada al territorio. Asimismo, representa fenómenos e objetos de vínculo comunitario, alternativa económica, cultural o memorial real en ejecución, es una posibilidad latente en la situación espacial dada (Figura 2). El patrimonio-territorial es la propia historia de la comunidad o de los grupos, la cual debe ser valorada por la narrativa del sujeto situado en la resistencia al proceso histórico de violencias resumidas en las diferentes especies de vulnerabilidades producidas por los intereses de grupos hegemónicos (COSTA, 2024, p. 18).

O *patrimônio-territorial* não apenas revela ocultamentos históricos, mas fortalece a voz dos subalternos no processo de domínio espacial, dando-lhes reconhecimento e destaque. Também, traz à luz a relação rural-urbana em sua essência que vai muito além de estatísticas, mas que envolve a essência dos indivíduos, inclusive no seu idílico.

Serro, município de 322 anos, tendo como uma de suas fundadoras a escravizada Jacinta da Siqueira, fora uma das primeiras pessoas a encontrar ouro no

Córrego dos Quatro Vinténs, no fundo do vale onde iniciou a cidade. Local que traz histórias de luta e revolta, que preserva uma relação rural-urbana tão ímpar, onde os moradores encomendam quitandas, fazem forros de casa com taquara e buscam rezo⁷⁹ nos benzedores. Isso é a expressão da *formação socioespacial brasileira* “[...] concepção do espaço que ultrapassa as fronteiras do ecológico e abrange toda a problemática social” (SANTOS, 1977, p. 82). Categoria capaz de compreender o desenvolvimento histórico em sua totalidade e trazer “[...] a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim o todo reproduzindo numa de suas frações” (SANTOS, 1979, p. 812). Essa produção e reprodução do local à ordem internacional é capaz inclusive de reproduzir as crises que o assolam.

A partir desta volta sintética aos capítulos da tese, na compreensão da categoria *formação socioespacial brasileira*, do *patrimônio-territorial* e da relação rural-urbana, voltamos à citação que inicia este quarto capítulo, onde Galeano (2019) traz indagações sobre essa América Latina marcada por tantas violências e que poderia estar fadada a desgraça, mas que, de acordo com Costa (2016), a busca dos sujeitos em “estar no mundo”, de buscar a sua essência a partir da ativação do *patrimônio-territorial* é uma forma de resistir e fazer uma história diferente.

Essa é a importância do *patrimônio-territorial*, ou seja, dar esperança e tonificar a voz dos grupos e sujeitos até ocultados, mas que mantem viva a memória e resistem através do resguardar memorial, cultural e do próprio viver. Essa é a resposta à indagação de Galeano, afinal, através dos sujeitos subalternizados, a desgraça expressa pelas violências no território e nos próprios corpos pode ser desfeita e ativada na expectativa de um futuro diferente. “A esperança está na ação do sujeito, de maneira que a única coisa que o permite viver é o ato [não descolado da subjetividade individual]; o pensamento para a ação conduz, concretamente, a um específico desígnio do existir utópico” (COSTA, 2016a, p. 28).

Remetendo às citações introduzidas em cada seção desta tese, observa-se que desde o início, com Marx (2017), e posteriormente com Dussel (1993), sempre foram levantadas questões sobre o ego e o encobrimento na narrativa histórica oficial. No capítulo três, temos uma discussão breve com Heidegger (2006), buscando a

⁷⁹ É importante destacar a diferença entre "reza", termo mais geral e frequentemente associado ao cristianismo e a orações formais, enquanto que "rezo" é mais específico para práticas de religiosidades afro-brasileiras e pode englobar uma gama de práticas ritualísticas. Nas entrevistas e conversas o termo "rezo" foi mais utilizado, logo ele foi adotado desta maneira na tese.

essência e a unidade originária do ser humano e, agora, neste capítulo 4, Galeano (2019) indaga sobre o que pode ser feito com os subalternizados da América Latina. Ora, a relação entre todas estas citações é que apesar das problemáticas envolvidas na colonialidade, das violências, dos processos de apagamento, pode haver sim esperança de um Brasil diferente e até mesmo de uma América Latina mais unida. O *patrimônio-territorial* é uma das bases para que haja este avanço que vem de dentro e que proporcione um futuro mais libertário e condizente com as lutas dos povos deste continente. De acordo com Souza (2020, p. 231), o “patrimônio-territorial quer construir uma imagem da América Latina em uma história que caiba todas as diferenças de vidas existentes no continente”.

Desta forma, neste quarto e último capítulo, apresentamos Serro como a expressão da *formação socioespacial brasileira, patrimônio-territorial*, devir da América Latina e Brasil demonstrado por imagens⁸⁰ e cartografias como este local através de sua ativação pode conduzir para um caminho mais libertário e esperançoso. Costa (2017, p. 73) afirma:

A ativação do patrimônio-territorial latino-americano é a oportunidade de empoderar indígenas e afrodescendentes sempre tratados por ‘máquinas’ do capitalismo, reconhecendo que a memória tem base espacial, localização produzida e retratada pelos sujeitos, nos territórios de exceção. ‘Memória periférica’ reveladora de uma nova pedagogia e consciência do trabalho [...].

A ativação do *patrimônio-territorial* latino-americano é uma abordagem desenvolvida por E. Costa, que visa empoderar comunidades impostas às diferenças e desigualdades, valorizando suas memórias e lócus de vida ativa. Assim, a *formação socioespacial* é uma categoria capaz de revelar as contradições da totalidade e conseqüentemente o estudado *patrimônio-territorial*.

A *formação socioespacial* representa a interconexão entre as dimensões econômicas, políticas e culturais que moldam a identidade. No Serro, essa interconexão se manifesta claramente na proteção das tradições locais e na resistência cultural, transformando o patrimônio em um elemento vivo e dinâmico. Isso se reflete na luta pelo resguardo da memória coletiva e na constante adaptação às transformações sociais, políticas e econômicas. Exemplificando assim como a

⁸⁰ As fotografias são utilizadas como “fonte e registro factual de informações de trato sociológico (e antropológico) sobre a realidade social” (MARTINS, 2022, p. 09). Importante destacar também o entendimento de Costa (2014, p. 81) que traz a compreensão que “as imagens espaciais guardam um papel singular na memória individual coletiva”, afinal as imagens têm uma “função social” de acordo com o autor.

formação socioespacial pode ser compreendida e valorizada não apenas como uma categoria do passado, mas do presente e de um futuro no qual se mitigue as diferenças, onde os sujeitos subalternizados podem ressurgir na história com um lugar de destaque, assim preservando e fortalecendo suas identidades.

4.1 Serro, *patrimônio-territorial* e expressão da *formação socioespacial brasileira*

Serro é uma cidade que apresenta uma grande quantidade de bens tombados ao longo do século XX. Conforme já foi dito, foi uma das primeiras cidades a serem tombadas pelo antigo SPHAN, em 1938, compreendendo todo o seu conjunto paisagístico⁸¹. De acordo com o IPHAN⁸²:

O acervo de arquitetura colonial do município caracteriza-se pela homogeneidade do conjunto, assegurada pela fidelidade a determinados partidos próprios da região, e a ênfase ornamental conferida à ornamentação interna dos templos, sobretudo à pintura em perspectiva dos forros.

Inclusive o mesmo órgão⁸³ justifica o seu tombamento por seu patrimônio ímpar:

São significativos para a história da arte e da arquitetura brasileira os diversos monumentos da cidade, como a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, a Igreja de Bom Jesus de Matozinhos e a Casa dos Ottoni – Museu Regional. A cidade conserva um traçado básico que remonta, presumivelmente, à metade do século XVIII, quando a então Vila do Príncipe se encontrava urbanisticamente definida, com seus aglomerados de casas ocupando um espaço acidentado entre as margens dos ribeirões auríferos e as encostas de pequenos morros.

Observando estas duas citações do órgão competente para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, em diálogo com o capítulo dois, que trouxe toda uma síntese histórica da preservação patrimonial no Brasil, entendemos a ótica diferenciada que é dada aos sujeitos subalternizados e a toda a sua riqueza cultural e memorial. As citações pouco evidenciam o patrimônio para além de igrejas e casas de políticos e/ou pessoas de grande notoriedade social. Porém, é importante destacar

⁸¹ Igreja Santa Rita, Rancho De Tropas, Prefeitura Municipal, Casa General Carneiros (Iphan), Casa Barão De Diamantina, Capela De São Miguel, Cemitério, Chácara Do Barão, Serra Da Caroula, Capela Santo Antônio, Capela De Nossa Senhora Do Rosário e Capela De São Geraldo

⁸² Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/376/>>.

⁸³ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/376/>>.

que em 2000 o IPHAN começa a reconhecer e inscrever o patrimônio imaterial⁸⁴. Assim, o conceito de *patrimônio-territorial* não é para se confrontar com o patrimônio cultural, mas ser uma alternativa a ele. Conforme Costa (2024, p. 22):

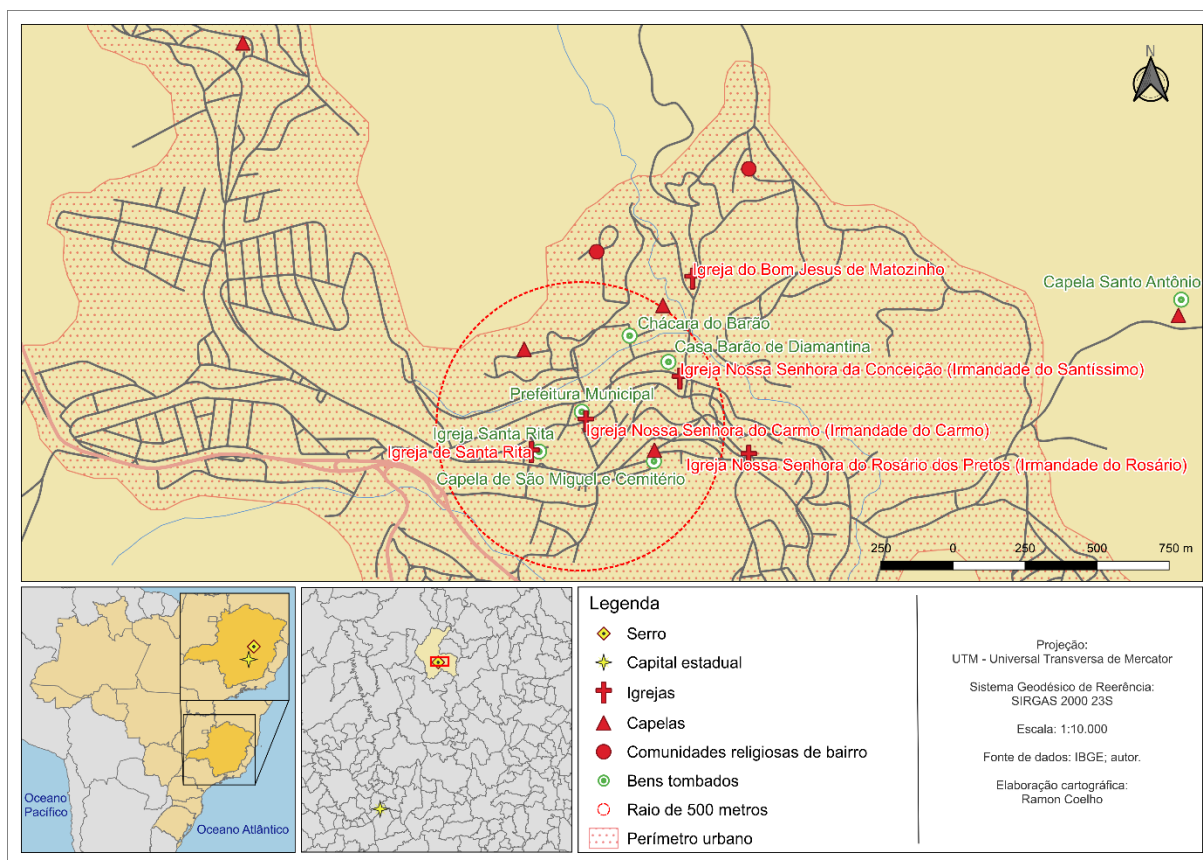
El patrimonio-territorial decolonial-existencial (E. Costa) no se opone, irrestrictamente, al debate de este patrimonio *sistémico* y sus agencias público-privadas, sino les interroga o tensiona, evidenciando sus límites y contradicciones. Busca situarse frente a ellos, se afirmar a través del “sujeto situado”, su productor, conductor e histórico guardián, para decirles “estamos aquí, duramos, podemos y debemos dialogar; seguimos esperanzados y en defensa propia, ¡a pesar de su lógica alucinante!”.

Desta forma, não vamos partir da premissa do IPHAN e seus bens tombados, que trazem sim grande importância, mas não são os únicos detentores da narrativa histórica da *formação socioespacial brasileira*. Afinal, quando nos voltamos a discutir Serro, estamos nos baseando em sua totalidade, desde os casarões e igrejas declaradas aos ocultados na sua história.

Os mapas a seguir apresentam os bens tombados no município do Serro. Enquanto o primeiro apresenta o patrimônio reconhecido pelo IPHAN no perímetro urbano do Serro junto as igrejas e capelas que compõem o centro histórico, o segundo mapa traz uma visão geral no município trazendo também os bens institucionalizados e igrejas e capelas que estão espalhados pelo território.

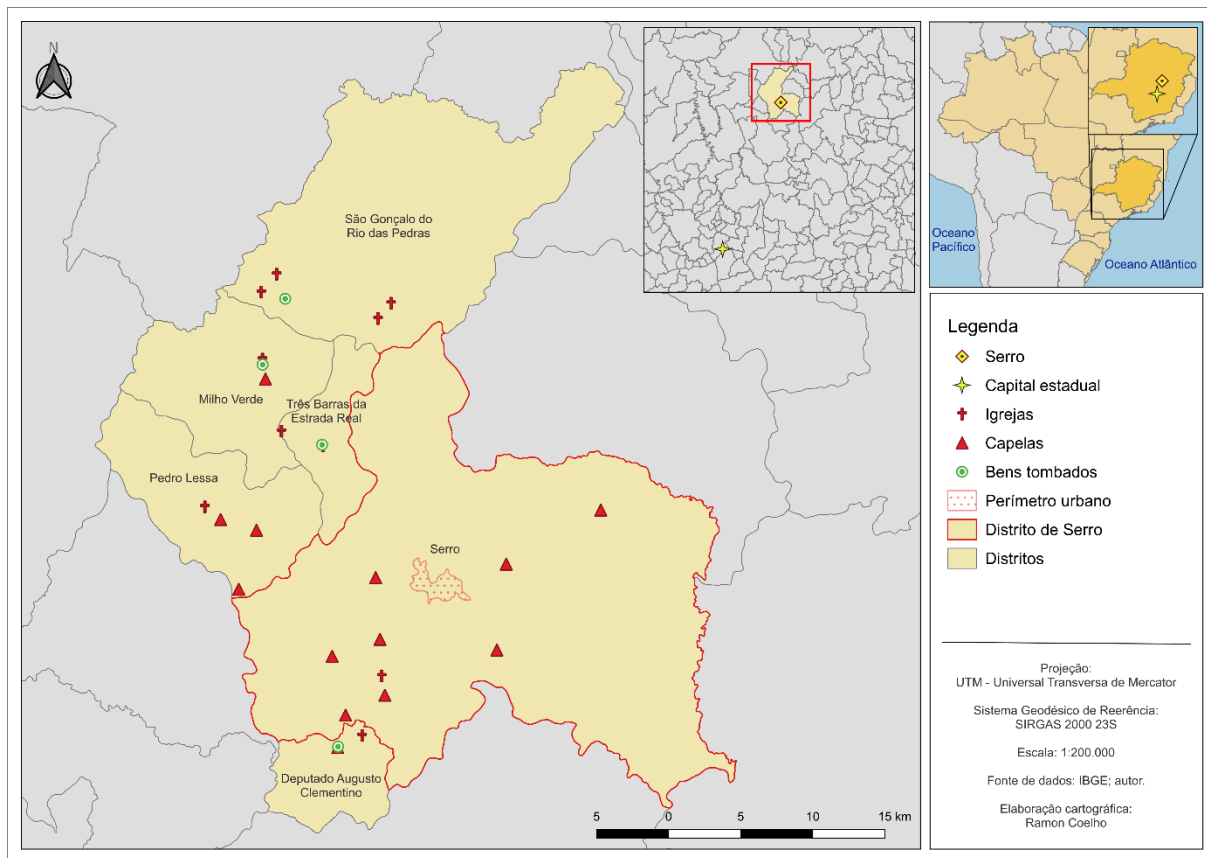
⁸⁴ Para o reconhecimento e a preservação dos bens imateriais, o IPHAN estabeleceu, através do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, além de consolidar o Inventário Nacional de Referências Culturais. Em 2004, foi criada uma política mais estruturada com o Departamento do Patrimônio Imaterial. Em 2010, o Decreto nº 7.387 instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, focado na valorização das línguas como elementos de identidade e memória dos grupos da sociedade brasileira. Disponível em: <<https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial/>>.

Mapa 9 - Bens patrimonializados e igrejas e capelas na cidade do Serro



Fonte: Carvalho, Ulysses (2022) adaptado por Ramon Coelho (2024).

Mapa 10 - Bens patrimonializados e igrejas e capelas no município do Serro



Fonte: Carvalho, Ulysses (2022) adaptado por Ramon Coelho (2024).

Observando os mapas fica claro que a maioria dos bens tombados do Serro se encontram no centro histórico (área circular) junto com as principais igrejas e irmandades da cidade (Irmandade do Carmo – Igreja do Carmo e Irmandade do Santíssimo – Igreja de Nossa Senhora da Conceição “Matriz”). Porém, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos com sua Irmandade de Nossa Senhora do Rosário não se encontra no centro histórico. Mesmo sendo detentora da principal festa e manifestação religiosa da região.

A presença significativa de igrejas e capelas em Serro ilustra exatamente essa complexidade. Essas construções religiosas, legadas da época colonial, são mais do que simples marcos arquitetônicos; elas são testemunhas de uma história de domínio e adaptação cultural. A sua integração e a forma como são vivenciadas pelos habitantes de Serro mostram como elementos históricos e culturais ocultos também fazem parte da narrativa completa da *formação socioespacial* brasileira.

Imagem 59 - Igrejas e Irmandades do Serro (cidade)



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2020. Neste mosaico é possível ver na sequência a Igreja de Nossa Senhora do Carmo que fica defronte a praça principal do Serro (A). A irmandade do Carmo é a mais antiga e abastada da cidade. Na sequência é possível ver pixações e vandalismo em sua fachada (importante destacar que é a única que apresenta tais marcas). Nas imagens C e D está a Igreja Matriz que também abriga a Irmandade do Santíssimo e ao lado a torre que traz consigo o sino que ainda avisa sobre mortes e outros avisos na cidade. Nas imagens E e F está a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e o cemitério da irmandade que encontra-se ao lado. Igreja que abriga a festa mais importante da cidade e que fica afastada do centro histórico.

Murilo Marx (1991) explora como a arquitetura das igrejas coloniais no Brasil refletia as influências europeias e se adaptava às condições locais. Na região de Minas Gerais, onde a mineração era a principal atividade econômica, as igrejas não apenas seguiam as tendências arquitetônicas da época, mas também se tornaram símbolos de poder e de identidade local.

A pesquisa de Murilo Marx ajuda a compreender como essas influências foram aplicadas e adaptadas na construção das igrejas em cidades mineiras como Ouro Preto, Mariana e o Serro. Ainda, nesse mesmo sentido e fazendo um parêntese, é importante dizer que, na Geografia brasileira, a tese de Everaldo Costa é uma das primeiras a tratar dessas cidades como fenômeno barroco situado, de um patrimônio barroco regional, profundamente, à luz do planejamento territorial urbano. Sua pesquisa demonstra como a resignificação histórica do barroco (enquanto arte e filosofia), numa periodização longa, é marcada por eventos que culmina na fragmentação socioterritorial das cidades coloniais mineiras pensadas em sua totalidade, face à totalidade-mundo.

Voltando a nossa tese, outro ponto levantado no mapa 09 são as irmandades e ordens religiosas. São corporações que se firmaram política e socialmente durante o ciclo do ouro e permanecem até os dias atuais. Cada uma delas detinha o direito à propriedade sobre a igreja ou capela a ser construída, além do cemitério, normalmente acoplado, imagens, mobiliário e até mesmo escravizados. As capelas e igrejas também desempenhavam um papel social, contribuindo para o desenvolvimento e poder das comunidades ao seu redor (ÁVILA, 2004).

Segundo Costa e Moncada (2021), o condicionamento moderno da América Latina que, do ponto de vista geográfico, se refere ao controle e dominação do território, está intrinsecamente ligado a práticas jurídicas, teológicas e produtivas implantadas durante o período colonial. A "sacralização do espaço", ou seja, o espaço físico foi carregado de significados religiosos e legais que reforçavam a posse e o controle europeu, perpetuando uma estrutura de poder e "segregação originária" (COSTA e MONCADA, 2021).

Ese condicionamiento moderno desde Latinoamérica—total posesión real e imaginaria del territorio a través de la praxis jurídica, teológica y productiva— fue explicado por la fase de "sacralización del espacio" novohispano (siglo xvi-xvii), debatido en el contexto de la odisea edificante conventual y presidial de la Corona—cartografiada— y por la institución segregadora de los pueblos de indios, generadores de la decolonialidad originaria latinoamericana. (COSTA e MONCADA, 2021, p. 03)

Essas estruturas religiosas não foram apenas um reflexo das influências europeias, mas também um campo de resistência e afirmação para os sujeitos subalternizados. Tais resistências não apenas revelam a singularidade da *formação socioespacial brasileira*, mas também destacam sua importância na proteção dessas narrativas na compreensão desta complexidade no território.

Dessa forma, as resistências existem desde o início da colonização e perduram durante todo o processo de formação do território. Elas podem ser reconhecidas e principalmente serem ativadas como *patrimônio-territorial*. E trazem consigo a singularidade da própria *formação socioespacial brasileira*.

Assim, o *patrimônio-territorial* é essencial para que esses povos, historicamente violentados, possam se valorizar e se tornar protagonistas de sua própria história. De acordo com Costa (2024, p. 18):

El patrimonio-territorial favorece un “registro positivo” del hecho espacial producido por los grupos subalternizados, en su historia vinculada al territorio. Asimismo, representa fenómenos y objetos de vínculo comunitario, alternativa económica, cultural o memorial real en ejecución, es una posibilidad latente en la situación espacial dada [...] El patrimonio-territorial es la propia historia de la comunidad o de los grupos, la cual debe ser valorada por la narrativa del sujeto situado en la resistencia al proceso histórico de violencias resumidas en las diferentes especies de vulnerabilidades producidas por los intereses de grupos hegemónicos.

Serro, além de ter bens tombados pelo IPHAN – conforme apontado no início desta sessão –, possui algo muito mais vivo e da própria essência da formação de seu território, seu povo subalternizado que resiste e vive para manter a natureza histórica do município.

Cidade conhecida por sua relevância durante o período colonial, devido à mineração de ouro e diamantes, ilustra como os processos históricos, econômicos, sociais e culturais moldaram a sociedade local, e que continua resistindo mesmo após a decadência do ouro, seu relativo “isolamento” e perda de relevância econômica na região.

Durante o século XVIII, foi um importante centro de mineração, o que atraiu uma grande população em busca de riquezas. Sua economia girava em torno da extração de ouro e diamantes, o que influenciou a estrutura social e a organização espacial, com uma divisão clara entre a elite mineradora e os trabalhadores escravizados.

A cidade preserva muitos edifícios coloniais, incluindo igrejas, casarões e ruas de pedra, que refletem a riqueza e sua importância durante o período minerador. A

organização do município é típica das cidades de origem mineratória no Brasil, com uma disposição que facilita o acesso às minas e aos recursos naturais (imagem 60) e os casarões e igrejas ao redor das lavras de ouro e diamantes.

Imagem 60 - Localização das primeiras minas em Serro



Fonte: Carvalho, Ulysses. 2022. Córrego do Lucas (A) e Córrego dos Quatro Vinténs (B). Locais das primeiras descobertas de ouro na região.

Na imagem podemos observar os dois córregos que foram extremamente explorados durante a mineração e a disposição das casas em forma de “anfiteatro” ao redor das lavras. Inclusive num destes córregos, o Córrego dos Quatro Vinténs, foi onde Jacinta da Siqueira encontrou ouro e tornou-se uma das mulheres mais ricas da região.

Serro mantém vivas diversas tradições culturais que têm suas raízes no período colonial, como festas religiosas, celebrações folclóricas e culinária típica. Essas tradições são uma parte essencial da identidade local e refletem a mistura de influências africanas, indígenas e europeias que caracterizam a *formação socioespacial brasileira*.

Ao adentrarmos o cotidiano serrano, observam-se muitas resistências ao poder hegemônico, algumas mais veladas e outras menos, mas sobrevivendo diante da luta de forças.

Imagem 61 - Patrimônio rural-urbano do Serro



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2022. Na imagem A ocorre a feira da cidade na “antiga rodoviária” com produtos orgânicos de comunidades rurais e quilombolas. A imagem B apresenta o cotidiano, onde dois sujeitos anunciam a venda de bananas nas ruas. A imagem C é no bairro de Capivari onde é perceptível a simplicidade em sua essência num domingo nos preparativos de ida a missa do bairro. Na sequência há a produção de tapetes em teares no Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras e na última imagem (E), embora pouco legível, temos o anúncio de venda de leite in natura direto do sítio do dono do mercado.

Pelas imagens, podemos entender que os sujeitos e a própria dinâmica da cidade permanecem muito semelhantes. Essa lógica do viver em sua essência, simplicidade, é algo muito claro dentro do Serro, o que difere muito de outras cidades históricas como Ouro Preto, Tiradentes ou São João Del Rei, que vivenciam mais o turismo e uma certa adaptação do seu cotidiano aos seus visitantes (ainda, distintamente, cada uma dessas cidades - segundo os estudos de Everaldo Costa sobre as cidades da zona mineradora brasileira: ver Costa (2011, 2015), Costa e Castro (2008), Costa e Scarlato (2008), Costa e Steinke (2013) e outros.

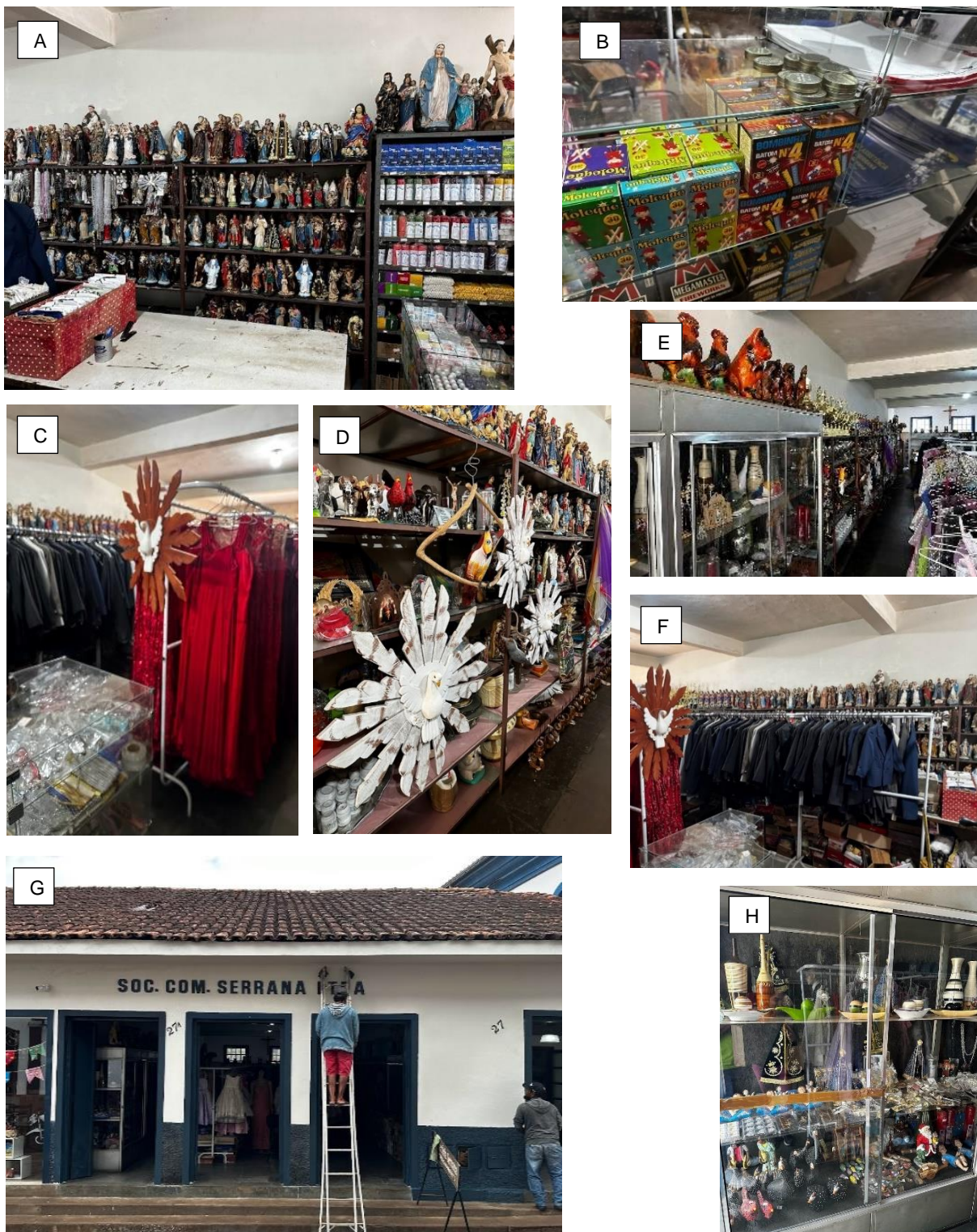
Conforme entrevista feita em 2019 com alguns habitantes da cidade, M. T. comenta sobre essa singularidade de Serro:

A cidade como um todo e os seus fazeres, Serro tem muitos fazeres que é patrimônio né. Pra mim tudo isso é patrimônio (M. R. R. S., 2019).

O patrimônio é o que nosso, é o que do povo, é o que é de todo mundo. É interessante isso, alguma grande parte dessas pessoas não entendem dessa forma, pensam que patrimônio é uma outra coisa e algumas coisas que só fiscaliza, que prejudica, que atrasa que não deixa desenvolver [...] as pessoas que dão importância, que valorizam, que tem sentimento de pertencimento. Que há algum tempo atrás foi feito um trabalho contrário a isso, como se o patrimônio fosse uma coisa e as pessoas fossem outra. A cidade tem identidade [...] Essa atmosfera que a gente vive aqui. Quando é época de sol a gente respira um ar diferente, sol. Chuva é isso aí, as fazendas produzem mais, é muita lama, é muita água nos rios, tudo faz parte, poesia do lugar (E. S. O., 2019).

Serro traz consigo imagens muito ímpares como, por exemplo, uma loja que vende desde santos católicos, instrumentos de rezo para cultos de religião de matriz africana, vestuários e calçados comuns e caixões, tudo dentro do mesmo recinto (imagem 62).

Imagem 62 - Sociedade Comercial Serrana



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2023. Trabalho de campo. Neste mosaico observamos a Sociedade Comercial Serrana, a loja que tem de tudo um pouco. Na seqüência (A, B, C, D, E, G e H) observamos vestuário masculino e feminino, artigos de papelaria, santos católicos, utilidades domésticas, velas e decoração e a imagem F vemos a fachada da loja que abriga ao seu lado uma funerária.

O que se observa é um cotidiano que exprime muito da *formação socioespacial brasileira*, imagens que trazem a essência do habitar, resguardar e viver do ser humano. A conexão destes sujeitos com o lugar, sob uma perspectiva de enraizamento e identidade, amadureceu a compreensão do que é o *patrimônio-territorial* e do que efetivamente resiste. Compreender estes sujeitos e sua memória e resistência é poder “dar sentido a um repertório de valores que identificam essa sociedade” (MENEZES, 2012, p. 27).

É preciso uma mudança de foco das abordagens tradicionais de preservação dos patrimônios para uma perspectiva popular, cujo objetivo seja o sujeito, principalmente o subalternizado, como advoga a matriz epistêmica do patrimônio-territorial de fundamento decolonial-existencial-geográfica. Essa perspectiva valoriza a maneira como as comunidades locais se relacionam com sua própria cultura, como acontece no Serro.

Desta forma, os utilizam o *patrimônio-territorial* os mantêm vivos em constante diálogo com as imposições e influências externas. Isso revela uma dinâmica de apropriação e resistência que é crucial para a compreensão plena do valor e significado do passado.

A relação entre a ideia de recordar como um processo ativo e o *patrimônio-territorial* de Serro reflete a importância de envolver-se profundamente com a história e cultura locais. Em Serro, o patrimônio não é apenas uma série de artefatos e edificações preservadas, mas um conjunto vivo de práticas, memórias e tradições que são continuamente revividas e reinterpretadas pelos sujeitos, ou seja, o *patrimônio-territorial*. Essa abordagem permite que o passado seja experienciado de maneira rica e contextualizada proporcionando uma compreensão mais profunda e significativa do patrimônio.

Quando observamos imagens como o cotidiano serrano, a festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, o queijo do Serro, a feira quilombola e a produção de forro de taquara, estamos não apenas conhecendo, mas também vendo *patrimônio-territorial* ativado. Essas manifestações culturais não apenas preservam tradições do passado, mas também definem a identidade e a história de Serro de maneira vívida e tangível.

Isso é a resistência, isso é o *patrimônio-territorial* presente em Serro e a própria expressão da *formação socioespacial*. Ter esta ótica sobre os sujeitos e patrimônio é crucial, afinal mesmo diante de uma construção histórica que inviabilizou e ocultou

parte da memória existem sujeitos e lugares que preservam a memória, emergindo como o que E. Costa trata de “sujeitos-patrimônio” detentores ou sabedores do *patrimônio-territorial*.

Nem tudo que apresentamos nesta tese é visto como patrimônio pelos órgãos oficiais, uma “patrimonialização global” que, nas palavras de Costa (2015, p. 38), é “[...] mecanismo socioeconômico e cultural moderno de transformações dos territórios de identidade, de ressignificação dos lugares de memória, dentro de distintas ideologias e, notoriamente, em nome do capital”. Assim, o patrimônio não pode ser visto apenas pela visão do Estado e da estética. O patrimônio serrano traz a essência do “Ser”, ou seja, trazem identidade e significado à culinária, às danças, aos dialetos, às festas e às resistências do município.

Trazer o existencialismo enfatiza a importância da liberdade individual e da criação de significado através das escolhas e ações de cada indivíduo (SARTRE, 2010). Essa filosofia pode ser aplicada para entender como os sujeitos e comunidades interagem com o patrimônio-territorial, moldando e reinterpretando sua identidade e história ao longo do tempo (COSTA, 2016a).

4.2 Cartografias do *patrimônio-territorial* em Serro: expressão da formação socioespacial brasileira.

A cartografia contrasta com a ideia tradicional de mapas como representações fixas e objetivas do espaço. Em vez disso, ele sugere que os mapas são construções sociais e culturais que podem ser constantemente reavaliadas e modificadas. Essa perspectiva é importante para entender a natureza subjetiva da cartografia e como ela pode ser usada para empoderar diferentes grupos sociais, especialmente aqueles que foram historicamente marginalizados.

[...] o mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. (DELEUZE, 1995, p.22).

A abordagem dinâmica e adaptável do mapa também pode ser aplicada ao conceito de *patrimônio-territorial*, onde há valorização e conservação das tradições e dos sujeitos e das comunidades.

A cartografia, ao representar graficamente o espaço, possibilita a visualização e interpretação das dinâmicas territoriais de uma região. Esse processo é crucial para compreender a relação entre os elementos físicos e culturais, evidenciando, sobretudo, o *patrimônio-territorial* e trazendo uma visão mais aprofundada sobre ele. No contexto do Serro, um município com uma história rica e diversa, a cartografia possibilita mapear não apenas os tombamentos oficiais, mas também as camadas de significados históricos e culturais que se sobrepõem ao território, mesmo que de forma ocultada.

Com a participação da comunidade local (entrevistas e campo), a cartografia contribui para a preservação da memória coletiva e para o fortalecimento das estratégias de resistência e adaptação dos sujeitos que habitam este território. Desta forma, a cartografia não apenas representa o espaço, mas também atua como um instrumento de empoderamento e transformação social, promovendo uma compreensão mais profunda e abrangente do *patrimônio-territorial* do Serro. Desta forma, a cartografia quanto à identificação não se preocupa com o turismo ou a economia, mas são instrumentos para o reconhecimento e valorização. Conforme Costa (2017, p. 71):

Ativação do patrimônio-territorial: partindo dos moradores e do lugar, será elaborada uma cartografia capaz de localizar e dar sentido (geral e específico) aos elementos constituintes da história, da cultura e da memória do grupo ou da comunidade. No contexto da ativação ou reconhecimento interno do patrimônio-territorial, ele pode ou não ser lançado ao mundo e passa a ser ou não coletivizado como atrativo alternativo; momento então de se criar mecanismos de proteção a qualquer tipo de descaracterização e controle por agentes externos ao lugar. Importante deixar claro, no âmbito tanto da universidade quanto da comunidade, que a ativação do patrimônio-territorial diz respeito, primeiramente, à busca de anulação de estigmas sociais relativos à história dos indígenas e afrodescendentes na América Latina, ou seja, a função primeira dessa ativação é o reconhecimento da importância, da influência, da resistência e a opressão pela qual passaram esses povos no bojo da dominação, da representação e da valorização do espaço continental.

Assim, entendemos que há a ativação do *patrimônio-territorial* do Serro e, desta forma, a promoção de uma cartografia e identificação para trazer foco e o reconhecimento destes sujeitos como expressão da *formação socioespacial brasileira*.

Nesta pesquisa a partir do Serro, os sujeitos identificados: como os benzedores, quitadeiras, doceiras, artesãos, quilombolas e até mesmo a festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, desempenham um papel crucial na

continuidade da memória e das identidades dos sujeitos subalternizados. Estes sujeitos e suas práticas são mais do que meros elementos históricos; eles são a expressão viva da identidade, da resiliência e resistência.

Suas atividades e tradições representam a resistência e a resiliência das comunidades empobrecidas ao longo do tempo, refletindo as complexidades e desafios enfrentados por esses grupos. A festa do Rosário dos Pretos, por exemplo, não é apenas uma celebração religiosa, mas um testemunho das profundas raízes culturais e da persistente herança dos afrodescendentes na região. Juntas, essas práticas e sujeitos formam um mosaico vibrante que contribui para a expressão de um *patrimônio-territorial* ativado do Serro e da *formação socioespacial brasileira*. Afinal, conforme Costa (2017, p. 71):

A ativação popular do patrimônio-territorial efetiva-se quando ocorre o reconhecimento interno dos valores do grupo. Entende-se que não é a finalidade turística o mote primeiro da ativação patrimonial anunciada, muito menos de sua preservação. A ativação só se realiza na ação concreta de sujeitos conscientes; a ativação permanecerá enquanto esse patrimônio for vivo dentro e fora desses sujeitos, daí o protagonismo da comunidade na ativação do patrimônio-territorial latino-americano.

Assim, a efetiva ativação do *patrimônio-territorial* depende da participação ativa e do engajamento contínuo da comunidade local, garantindo que o patrimônio permaneça dinâmico e significativo para aqueles que o sustentam e vivenciam. Desta forma, vamos seguir em subcapítulos para nos debruçar em cada dos patrimônios-territoriais identificados no Serro.

4.2.1 Benzedores e a prática do Rezo como expressões de Patrimônio-Territorial

A prática de benzimento e de rezo no Brasil é algo que data de muito tempo, embora haja poucos relatos a respeito. De acordo com Souza (1986, p. 184):

Nos tempos coloniais, a documentação fala muito pouco dos benzedores. Fica difícil dizer se realmente eram escassos ou se a Inquisição, as devassas episcopais e os demais poderes se importavam pouco com eles. Como o hábito de benzer perdura ainda hoje entre nós, a segunda hipótese parece ser a mais provável (SOUZA, 1986, p. 184).

Enquanto os benzedores e benzedoras “[...] é uma cientista popular e possui uma maneira muito peculiar de curar: combina os místicos da religião e os truques da magia aos conhecimentos da medicina popular” (OLIVEIRA, 1985, p. 25). Desta

forma, segundo o autor, “[...] não basta apenas que a própria benzedeira reconheça a existência de um dom na sua vida, é necessário que a comunidade onde ela mora partilhem com ela”.

No Serro a prática do benzimento é algo muito vivo, embora aconteça de forma velada⁸⁵. Afinal, de acordo com as entrevistas e com o próprio campo de pesquisa, identificar estes sujeitos foi complexo, pois os entrevistados pouco falam a respeito. Nas entrevistas com os próprios benzedores foi solicitado em sua maioria a ocultação do nome para não haver propagação. Embora, haja esta forma um pouco velada, é interessante observar como uma parte da população do Serro e região procuram estas pessoas para as mais diversas enfermidades antes mesmo de procurar um serviço médico. Há uma confiança principalmente por ser alguém mais velho e capaz de dar um direcionamento.

Desta forma, iniciamos essa seção com um mapa de identificação dos benzedores no município do Serro para documentar a presença e a localização dos benzedores na região. Este mapa é de grande importância, pois demonstra um *patrimônio-territorial* ativado, porém há um risco devido a diminuição destes praticantes e a falta da passagem deste saber para os mais jovens. Assim, é um patrimônio-territorial em risco. Conforme Costa (2018, p. 23):

Los riesgos para el patrimonio y la vida derivan de la vulnerabilidad global catalizada por varios equívocos: 1) énfasis en el contenido político-económico del territorio; 2) racionalidad ideológica del desarrollo en América Latina y el Caribe, que tiene en la colonialidad su fuerza motriz; 3) mal entendimiento de la categoría filosófica totalidad, operada en el sesgo de un empirismo restrictivo (en las ciudades y el campo); y 4) incorporación acrítica del concepto universalidad, mal entendido por gestores y académicos cuando se integra a los discursos patrimoniales hegemónicos favorables a una patrimonialización desconectada de la realidad territorial continental.

Conforme o autor, o patrimônio e a própria vida podem correr riscos. No caso dos benzedores, o principal problema está ligado a vulnerabilidade destes sujeitos e suas práticas para a sua perpetuação. Logo, é preciso, além da cartografia, promover práticas que possam auxiliar no continuum desta prática tão longeva que remete aos povos indígenas e africanos. De acordo com Costa (2017, p. 23):

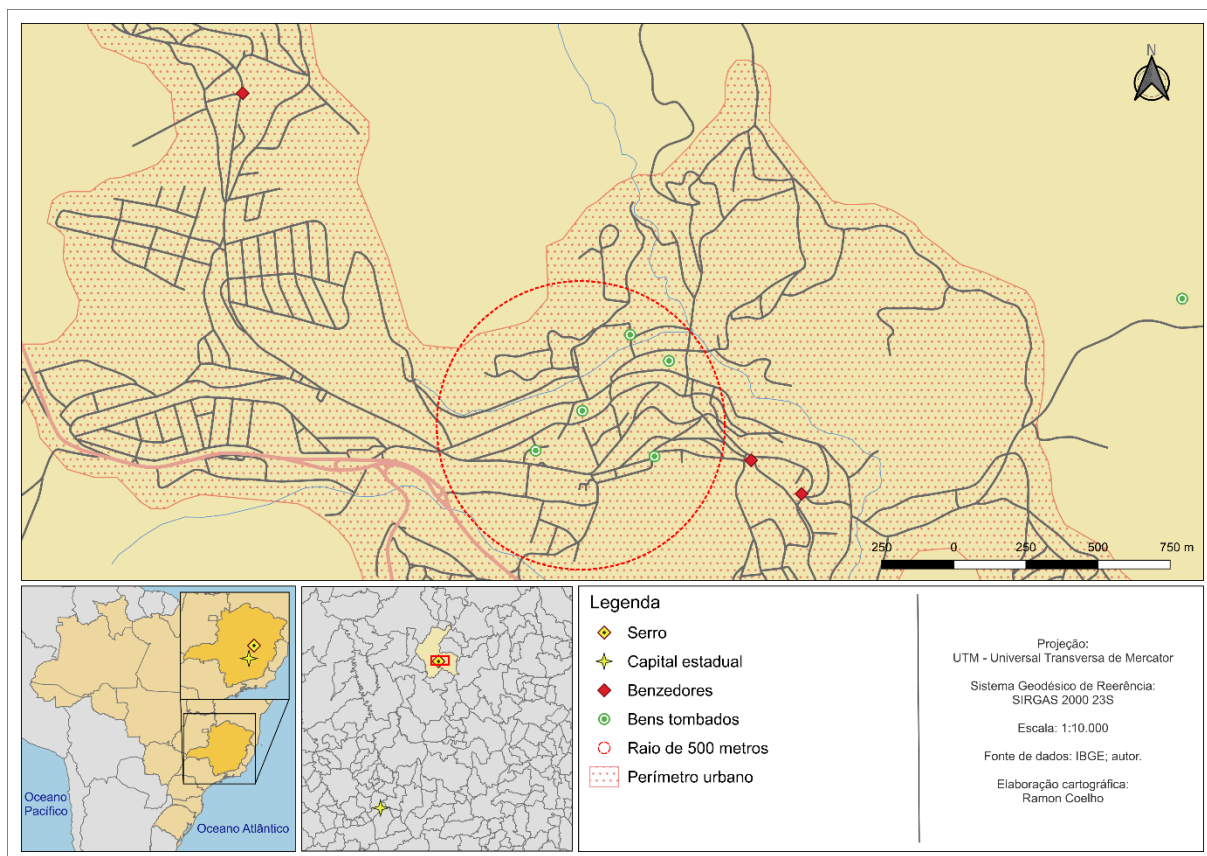
La praxis patrimonial situada o propiamente latina se opera en conexiones territoriales afectivas. En algún grado, eso puede mitigar daños a los bienes y a la vida si el direccionamiento de las acciones de gestión de riesgos

⁸⁵ Essa posição mais velada dos benzedores está ligada principalmente a posição cristã, de maioria católica, da população serrana. Desta forma, apesar da procura ao benzedor, a visita acontece muitas vezes “escondida”, conforme relatos das entrevistas.

alcanzara a los sujetos más vulnerables al converger la tríada patrimonio de la humanidad, patrimonio-territorial y territorios de excepción. El sentido de las políticas espaciales debe amenizar la dimensión capitalista de los bienes para trascender la solidaridad y la cultura latentes de territorios de los subalternizados detentores y activadores del potencial de preservación.

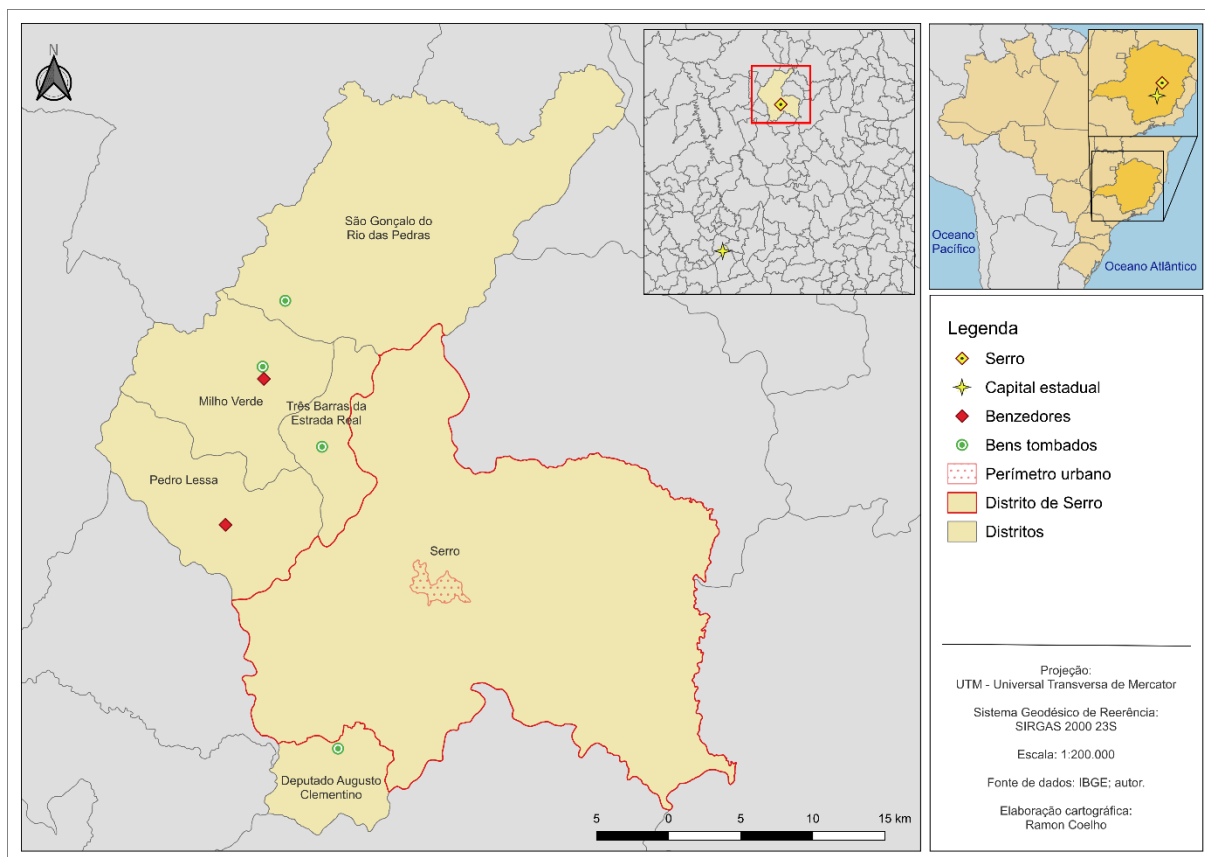
Os benzedores e o rezo são mais do que práticas culturais e espirituais, são expressões de resistência e de resiliência que continuam a moldar e a enriquecer a vida da comunidade serrana. Sua persistência é um testemunho do poder das tradições para conectar o passado ao presente e para oferecer uma âncora de significado e identidade em um mundo em constante mudança. A persistência dessas práticas revela um desejo profundo de manter conexões com o passado e com a identidade cultural, mesmo diante da influência crescente da globalização e da tecnologia

Mapa 11 - Benzedores na cidade do Serro - MG



Fonte: Carvalho, Ulysses (2022) adaptado por Ramon Coelho (2024).

Mapa 12 - Benzedores no município do Serro – MG



Fonte: Carvalho, Ulysses (2022) adaptado por Ramon Coelho (2024).

De acordo com um dos benzedores entrevistados, apesar de um certo receio em relação a busca pelos rezo, P. S (2019) afirma “[...] tinha dia de atender cem pessoas, cento e cinquenta pessoas. Hoje diminuiu muito, pela minha idade. Hoje fica difícil porque hoje eu não dou conta de atender uma quantidade de gente mais né. Hoje só umas doze pessoas por dia”.

A prática do benzimento, amplamente disseminada pelo município ainda em 2024, revela a força e a resiliência dessa tradição ao longo do tempo. Há inclusive um interesse dos jovens por essas práticas, demonstrando sua relevância contínua e resistência. O rezo, combinado com o uso de plantas medicinais e práticas de "limpeza espiritual" em uma sociedade cristã consolidada desde a colonização, destaca-se como um *patrimônio-territorial* ativado.

O *patrimônio-territorial* é, nesse contexto, uma expressão da continuidade e da resistência cultural que atravessa gerações, mesmo com tantas violências sofridas pelo cristianismo.

Desta forma, o *patrimônio-territorial*, vai além dos bens tombados, como o conjunto arquitetônico, ele é a expressão de práticas culturais vivas que dialetizam o passado e presente, sagrado e profano, e espiritual e físico. Práticas e tradições expressas pelo vínculo profundo entre os sujeitos e sua essência. Afinal, de acordo com Costa (2017, p. 59) o *patrimônio-territorial*:

[...] elemento de arte, cultura e vivências situadas na periferia, bem material-imaterial ainda em realização espacial no continente (sem qualquer ato de institucionalização por parte do Estado-mercado), ele se opera em singularidade (o fazer do e no lugar) diante de múltiplas particularidades (economias políticas regionais e nacionais), as quais conformam relações sociais de trabalho (COSTA, 2017, p. 59).

A prática do benzimento, como expressão do *patrimônio-territorial*, opera de maneira singular e exprime a *formação socioespacial*. As tradições dos benzedores refletem as economias políticas regionais e nacionais e estão profundamente entrelaçadas com as relações sociais e econômicas locais. No *patrimônio-territorial* está a persistência dos sujeitos e a catalização de lutas e resistências populares, como os benzedores.

Um dos objetivos da ativação popular do *patrimônio-territorial* é enfrentar estigmas sociais e promover conhecimentos locais.

No caso dos benzedores do Serro, isso significa valorizar e dar visibilidade a essas práticas tradicionais que foram historicamente ocultadas. Reconhecer a importância dos benzedores contribui para a dignificação das comunidades subalternizadas, preservando suas tradições e assegurando o devido reconhecimento dentro da *formação socioespacial* do Serro.

Costa (2017) enfatiza que a valorização da escala "local" é importante na ativação popular do *patrimônio-territorial* na América Latina. Esse processo dos sujeitos terem conhecimento do seu próprio patrimônio que é deveras construído de forma resiliente. Desta forma, o *patrimônio-territorial* ativado do Serro reflete a autonomia e a resistência das comunidades na preservação e luta e possível perpetuação de suas práticas.

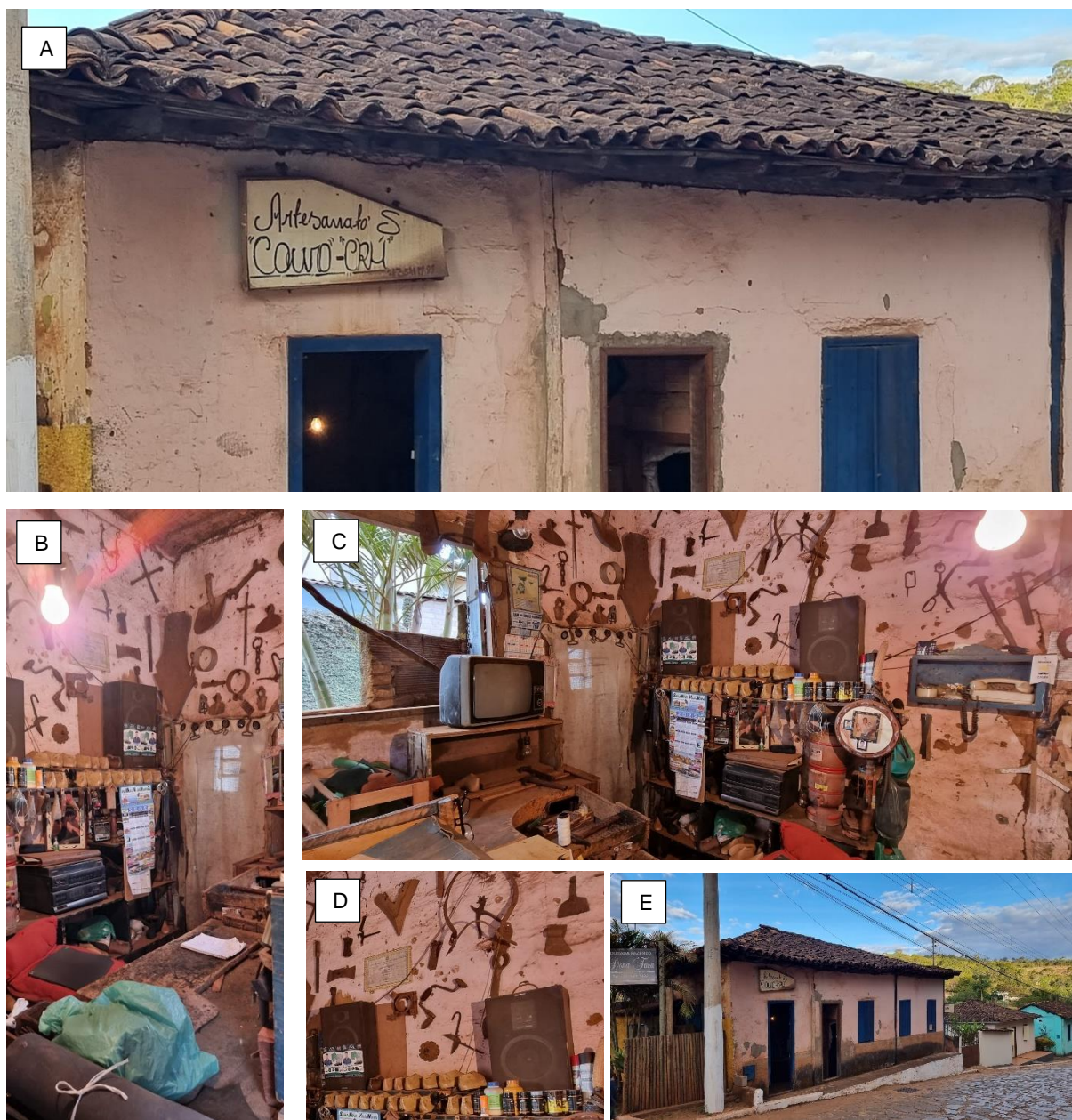
4.2.2 O Papel das Artesanias na Construção do Patrimônio-Territorial do Serro

Outra prática muito comum encontrada no Serro é são as artesanias, sejam elas produzidas a partir do capim dourado⁸⁶, ou produção de bordados, artigos de couro cru, cerâmicas de barro e forros de taquara.

Assim, quando nos deparamos com um artesão de forros de taquara para o teto (conforme imagem e texto no capítulo 3 ou com um produtor de artigos de couro, estamos nos deparando com formas de expressão do sujeito que resiste ao tempo. Ou seja, são produtos feitos para a própria população, não são em sua maioria produtos para souvenirs.

⁸⁶ O capim dourado é uma planta herbácea típica do Cerrado brasileiro. Seu nome se deve à coloração dourada dos caules secos, que lembram o brilho do ouro. Apesar de ser chamado de capim, ele pertence à família das *Eriocaulaceae* e sua espécie mais conhecida é a *Syngonanthus nitens*.

Imagem 63 - Artesania de Couro Cru (cidade do Serro)



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2022. Na sequência podemos observar a fachada da loja e produção de artigos de couro (A) e o local de produção de sandálias com os instrumentos de trabalho (B, C e D), ao final é possível ver a casa de estilo colonial presente na paisagem (E). Importante destacar que para o patrimônio “pedra e cal” seria muito mais palatável o reconhecimento e tombamento da casa que a feitura de sandálias de couro cru.

Compreender estas artesanias como parte do cotidiano do Serro, não sendo apenas *souvenirs* para turistas, mas objetos para os próprios cidadãos, dá mais

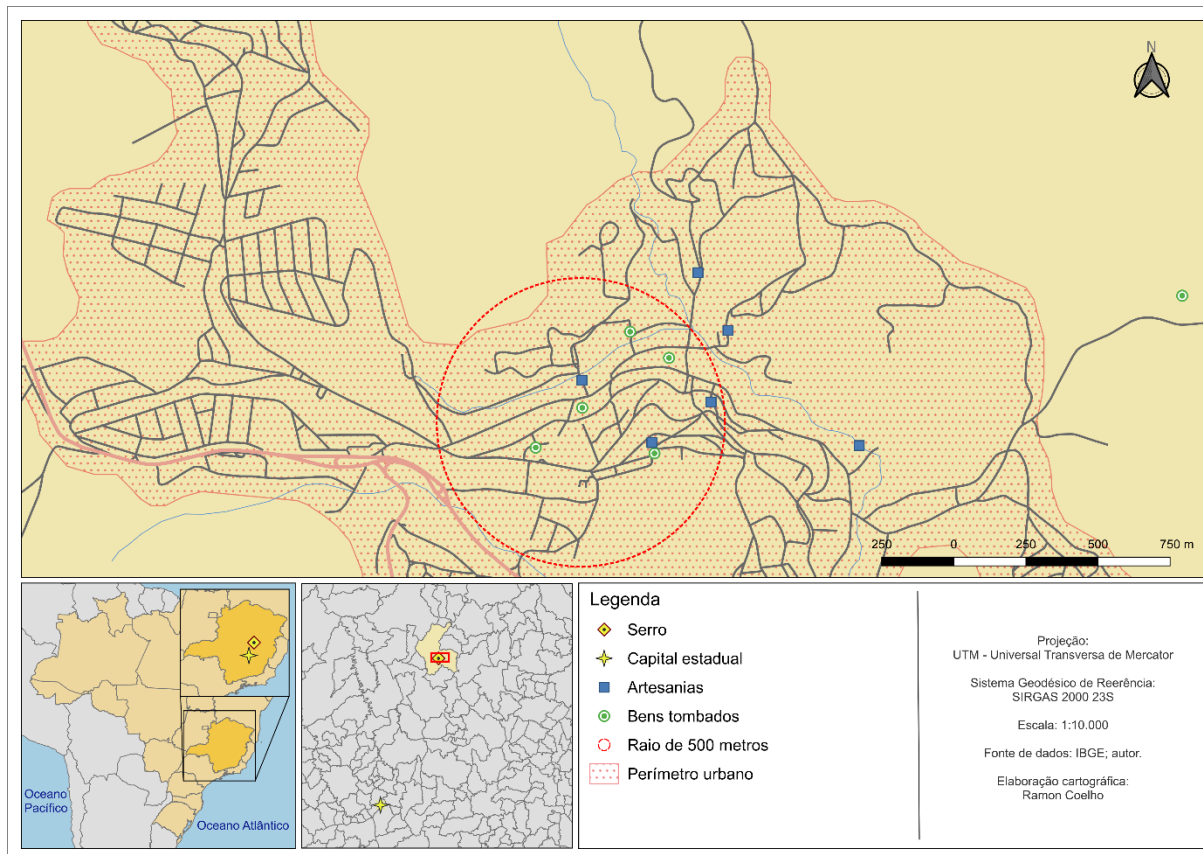
sentido a este “saber fazer” que traz consigo um legado de gerações que praticam a mesma feitura.

Assim, entender essa feitura de artesanaria, a busca pelo benzimento ou qualquer outro exemplo dado mencionado nesta pesquisa como parte integrante do todo - ou seja, Serro e o próprio Brasil – nos permite abranger a totalidade. Isso se alinha com o estudo da totalidade e particularidade, onde cada exemplo específico é analisado dentro do contexto mais amplo, revelando a complexa interação entre as partes e o todo. Como afirma Santos (2019, p. 12), “o mundo e lugar, intermediados pela formação socioeconômica e territorial, eis aí um princípio de método a adotar, se quisermos apreender o significado de cada caso particular”.

De acordo com os mapas a seguir, observamos a distribuição das artesanarias no Serro, seja na cidade quanto no município. Num primeiro vislumbre, é possível claramente entender que os bens patrimonializados e o centro histórico não convergem com a maioria das produções de artesanarias na cidade do Serro, isso corrobora com a discussão sobre os produtos serem feitos para a população e não souvenirs para turistas.

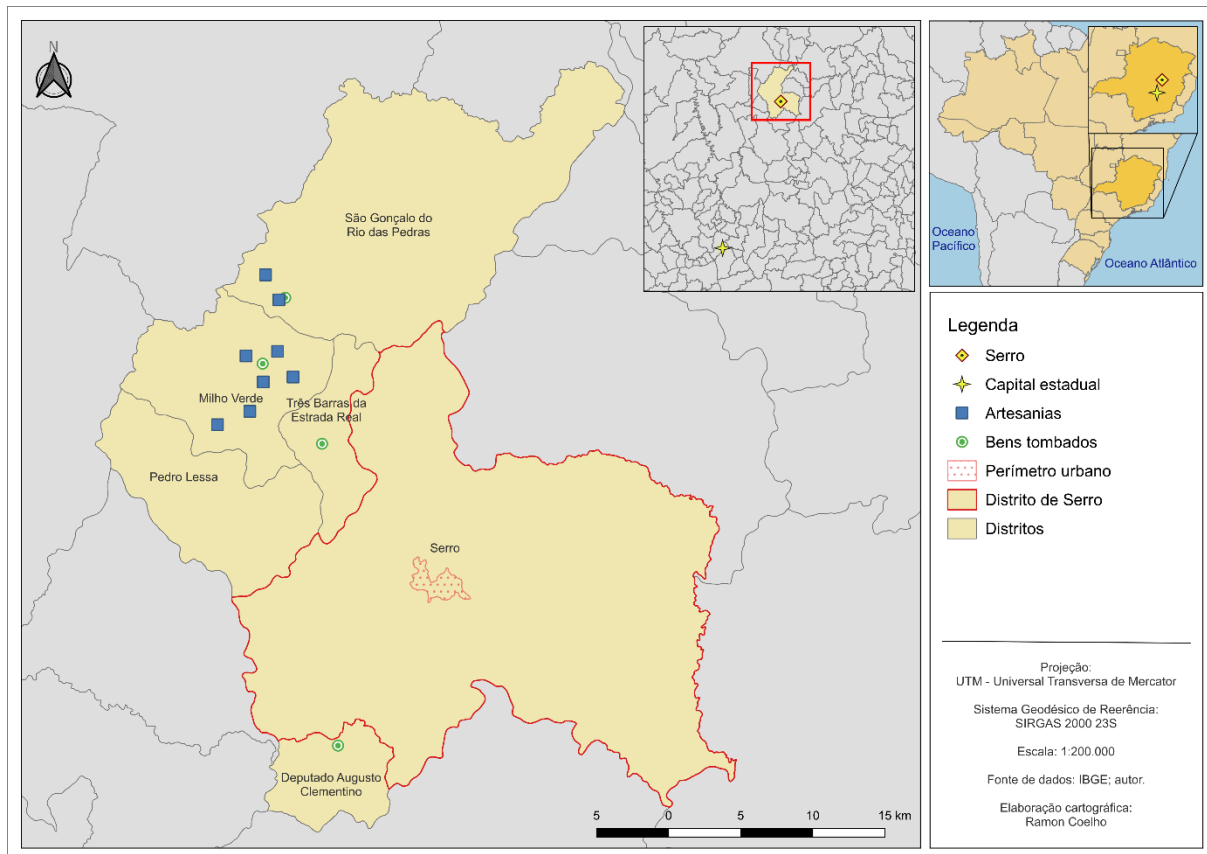
Ora, essa distribuição e continuação das produções para além do turismo é uma emancipação popular, característica da ativação do *patrimônio-territorial*. Essa ativação do *patrimônio-territorial*, conforme Costa (2017, p. 71), é através da “[...] emancipação popular e violação do estigma social depende da iniciativa dos sujeitos localizados e interessados em reforçar seu protagonismo de lutas passadas, numa nova história feita solidaria e comunitariamente”.

Mapa 13 - Artesanias na cidade do Serro - MG



Fonte: Carvalho, Ulysses (2022) adaptado por Ramon Coelho (2024).

Mapa 14 - Artesanias no município do Serro - MG

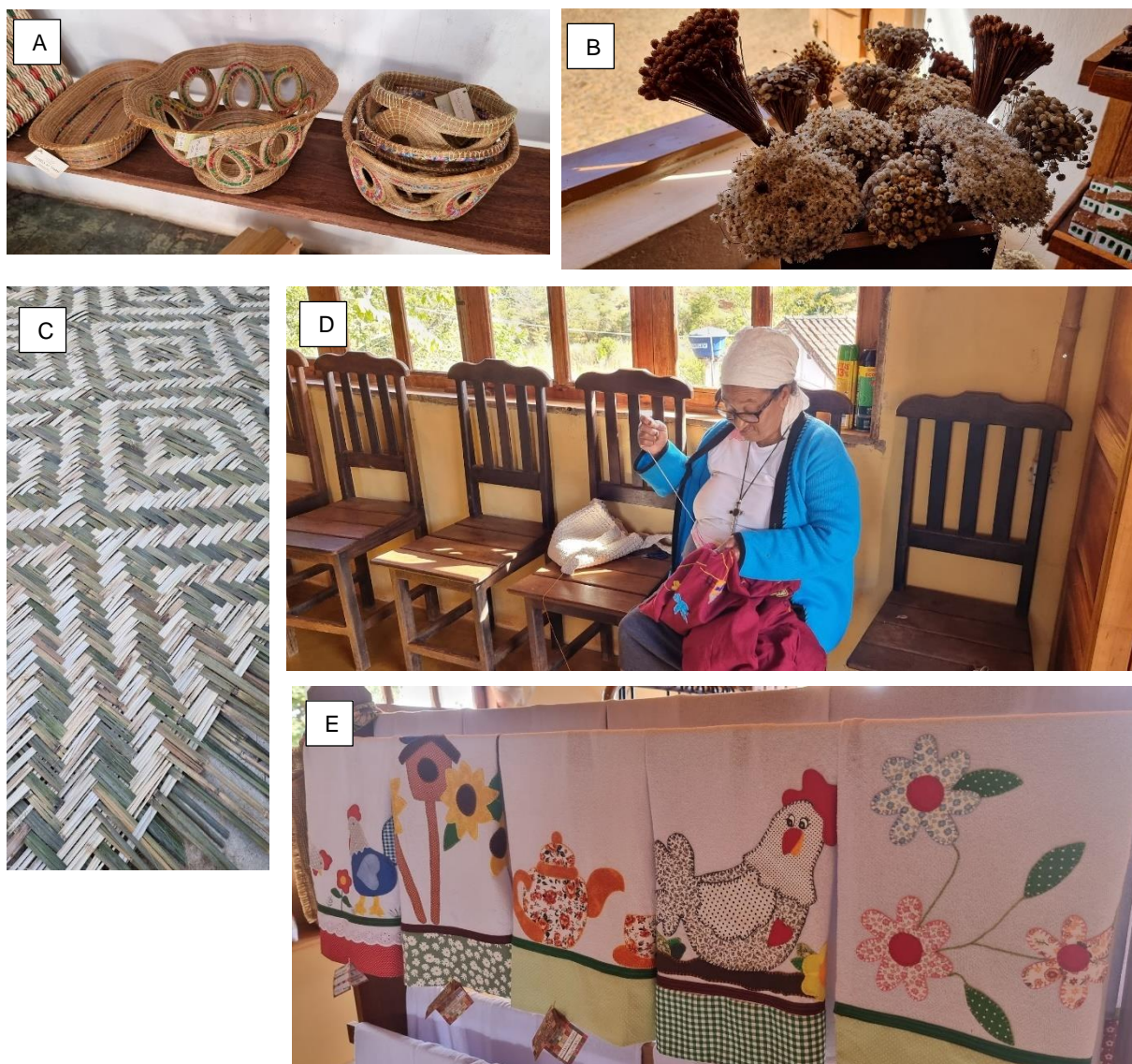


Fonte: Carvalho, Ulysses (2022) adaptado por Ramon Coelho (2024).

As artesanias nos mapas demonstram um espriamento nos distritos com uma concentração principalmente em Milho Verde⁸⁷, distrito mais visitado entre os demais do Serro.

⁸⁷ Destaca-se como o mais visitado da região, devido à combinação de patrimônio histórico, riqueza cultural e exuberância natural. O distrito mantém viva a tradição da música e das festas populares, como as celebrações religiosas que combinam elementos do catolicismo e da cultura local.

Imagem 64 - Artesanias na cidade do Serro – MG



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2020. Neste mosaico estão sendo mostrados alguns exemplos de artesanias, na sequência observa-se instrumentos de cozinha feitas com capim dourado (A), arranjos de flores de Sempre Viva (B), uma das senhoras que bordam no Bordados da Barra (Distrito de Milho Verde) (C) e bordados de uma bordadeira em São Gonçalo do Rio das Pedras (D).

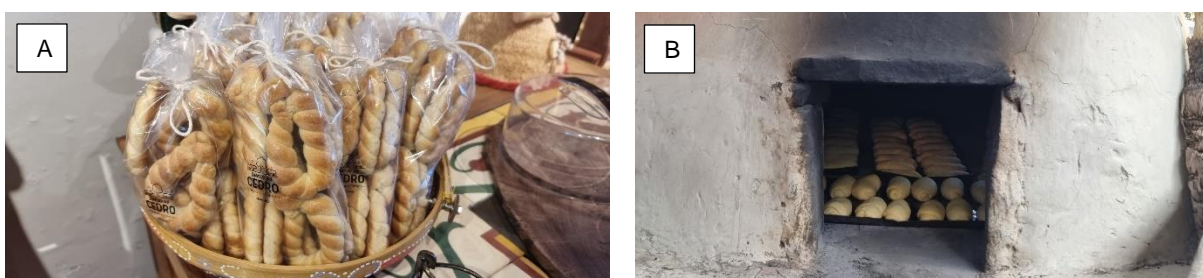
As artesanias do Serro desempenham um papel crucial na perpetuação dos saberes e práticas dos sujeitos subalternizados, constituindo uma expressão viva do *patrimônio-territorial* da região, inclusive como forma de renda para muitas comunidades e associações como o “Bordados da Barra”.

4.2.3 Culinária do Serro: Um Reflexo do Patrimônio-Territorial

Em relação a culinária, os sujeitos, de acordo com entrevistas, ainda hoje compram sob encomenda as quitandas caseiras, que até este momento tem um papel importante na economia doméstica das famílias que produzem. Sua distribuição, conforme o mapa 14, está em todo o município, principalmente nas áreas periféricas, seja na cidade ou nos distritos. Conforme Araújo Sobrinho e Silva (2018, p. 61), “Essas referências identitárias foram essenciais e constituíram-se em elos que vincularam as gerações futuras aos seus marcos históricos ligados ao lugar”.

A culinária do Serro reflete a *formação socioespacial*, ou seja, ela traz vestígios de povos que ajudaram na construção do território e povo brasileiro, como por exemplo, a produção de quitandas. Ou seja, em Minas Gerais são produtos de panificação e confeitaria como, por exemplo: broas, bolos de milho, pães de abóbora e rosquinhas. Eles refletem as práticas culinárias locais. Esses pratos muitas vezes têm receitas passadas de geração para geração e traduzem o *patrimônio-territorial* ativado em Serro como os benzedores e as artesanias.

Imagem 65 - Quitandas no município do Serro - MG



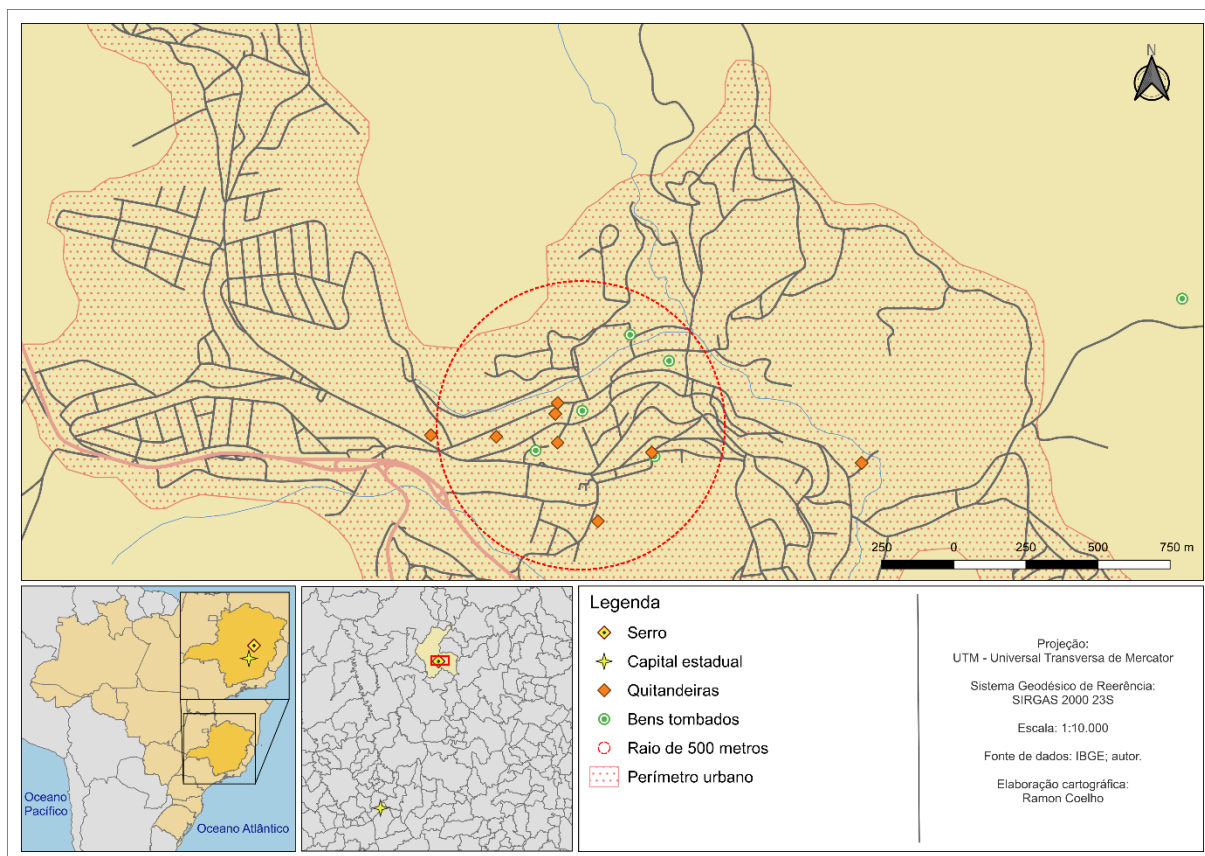
Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2020. Estas duas imagens exemplificam as quitandas: na imagem A são rosquinhas de polvilho doce e na imagem B são pães de abóbora no forno de barro.

Na identificação da culinária serrana foi preciso fazer um recorte devido a rica e diversa culinária do município. Assim, as quitandas foram selecionadas por serem um costume do estado de Minas Gerais e estarem presentes nas grandes e pequenas cidades, o que denota também a relação rural-urbana. Ou seja, o rural está presente no cotidiano das grandes cidades, seja no idílico como também na culinária, como as quitandas. Inclusive, conforme as quitandeiras entrevistadas falaram, há uma grande

quantidade de encomendas para Belo Horizonte (capital do estado de Minas Gerais) e até mesmo para outras regiões do Brasil.

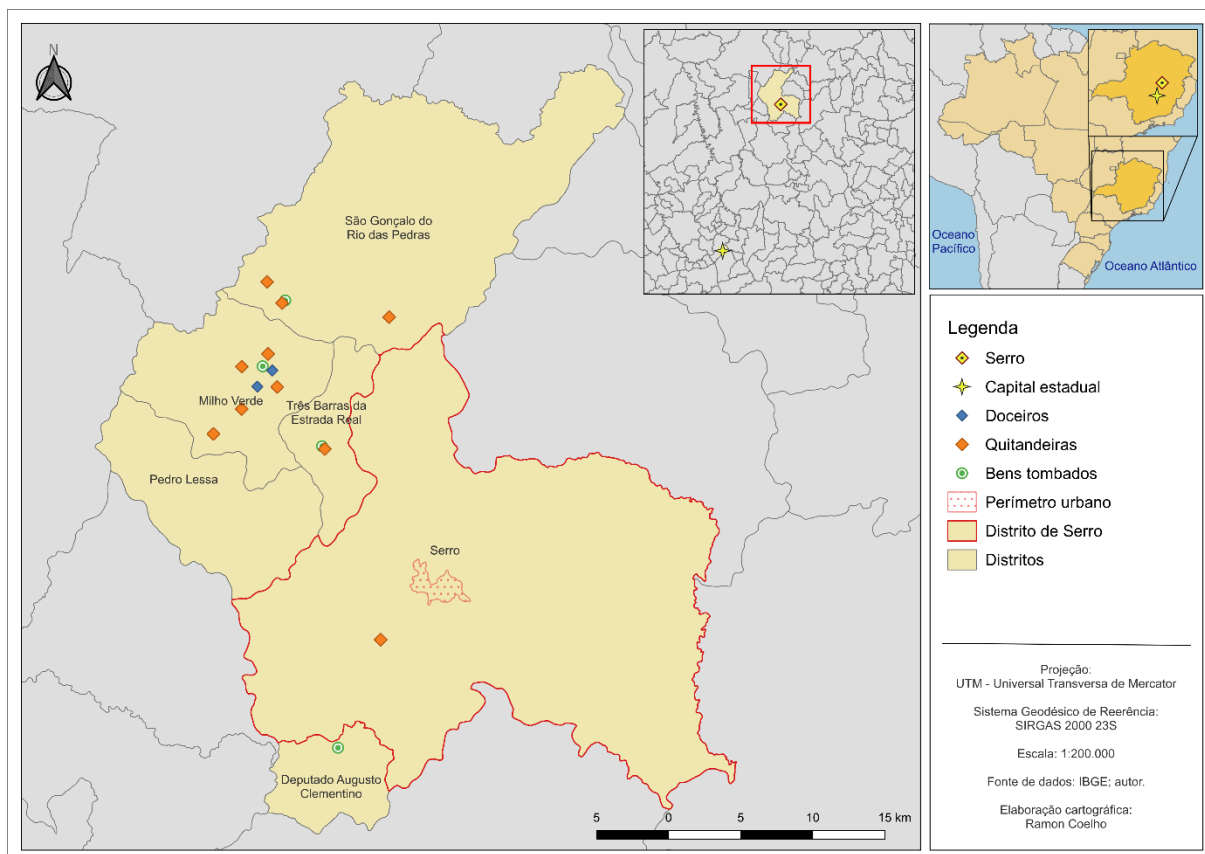
A culinária representada pelas quitandas tem um papel muito importante para as famílias que as produzem, pois são fonte de renda e até mesmo de emprego, visto que a produção torna-se grande o suficiente para contratar ajudantes para o auxílio. O consumo dos produtos está atrelado a própria população que compra a maioria deles e em segundo lugar está as pousadas do município.

Mapa 15 - Quitadeiras na cidade do Serro – MG



Fonte: Carvalho, Ulysses (2022) adaptado por Ramon Coelho (2024).

Mapa 16 - Quitandeiras no município do Serro - MG



Fonte: Carvalho, Ulysses (2022) adaptado por Ramon Coelho (2024).

Os dozeiros são uma exceção. Nas atividades de campo foram encontrados dois locais que produzem doces caseiros de forma artesanal, destaque para a guloseima feita de marmelo⁸⁸, casca de laranja e casca de limão. A produção é feita uma vez ao ano e os produtos são vendidos ao longo do período.

⁸⁸ O marmelo, fruto da árvore marmeleiro, é produzido a partir do cozimento e produz doces e geleias, sendo o mais famoso deles a marmelada.

Imagem 66 - O patrimônio-territorial no cotidiano do Serro



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2022. Trabalho de campo. Nesta sequência observamos a estocagem e a venda de marmelada e laranjada (A e B), o doce e marmelo © e os fornos para a produção (D).

As quitandas representam mais do que simples produtos alimentares; elas são a materialização de saberes, práticas e tradições culturais que têm sido preservadas e adaptadas ao longo do tempo. A continuidade dessas receitas, muitas vezes passadas oralmente dentro das famílias e comunidades, reflete uma profunda conexão com a identidade e a história local.

Os doceiros, enquanto mantenedores dessas práticas culinárias, desempenham um papel crucial. Afinal, sua dedicação em manter vivas as receitas tradicionais e em transmitir esses conhecimentos às novas gerações contribui para o fortalecimento da identidade cultural e a continuidade das tradições locais e assim a ativação do *patrimônio-territorial*. Assim, as quitandeiras e os doceiros não apenas

sustentam uma rica herança gastronômica, mas também se tornam símbolos de resistência.

Portanto, a valorização dessas práticas e de seus protagonistas é essencial como expressão do *patrimônio-territorial* ativado. Elas proporcionam um elo tangível com o passado, revelando como a culinária tradicional é um componente vital na formação e na expressão da cultura local.

4.2.4 O patrimônio-territorial do Quilombo do Ausente: resistência e continuidade

A essência e as identidades do povo subalternizado, enquanto *patrimônio-territorial*, revelam a resistência e a continuidade de suas lutas e tradições. O Quilombo do Ausente, localizado entre os distritos de Milho Verde e Pedro Lessa, por exemplo, realiza uma feira de produtos produzidos pela própria comunidade (imagem 67). Esta comunidade permanece resistindo às várias formas de violências seculares e mantém suas raízes culturais com a terra e, há poucos anos, também vende seus produtos na feira criada pela própria comunidade. Estes produtos vão desde geleia de mocotó⁸⁹, farinha de mandioca, rapadura⁹⁰, doces com coração de banana⁹¹ etc.

⁸⁹ Geleia preparada a partir de um caldo extraído do mocotó, que são as patas de bovinos, especialmente ricas em colágeno. Este caldo é processado, adoçado e aromatizado, resultando em um produto de consistência firme e gelatinosa, com sabor doce e suave.

⁹⁰ A rapadura é um produto típico do Brasil e de outros países da América Latina, obtido a partir do processo de concentração do caldo da cana-de-açúcar. Trata-se de um bloco sólido, compacto e adocicado, com coloração que varia entre dourado e marrom, dependendo do tipo de cana e do método de fabricação.

⁹¹ Também conhecido como umbigo de bananeira, é a inflorescência da bananeira, que fica na extremidade do cacho da fruta. Tem formato alongado, coloração arroxeada e é amplamente utilizado na culinária em diversas culturas, devido ao seu sabor e alto valor nutricional.

Imagem 67 - Feira do Quilombo do Ausente (Distrito de Milho Verde)



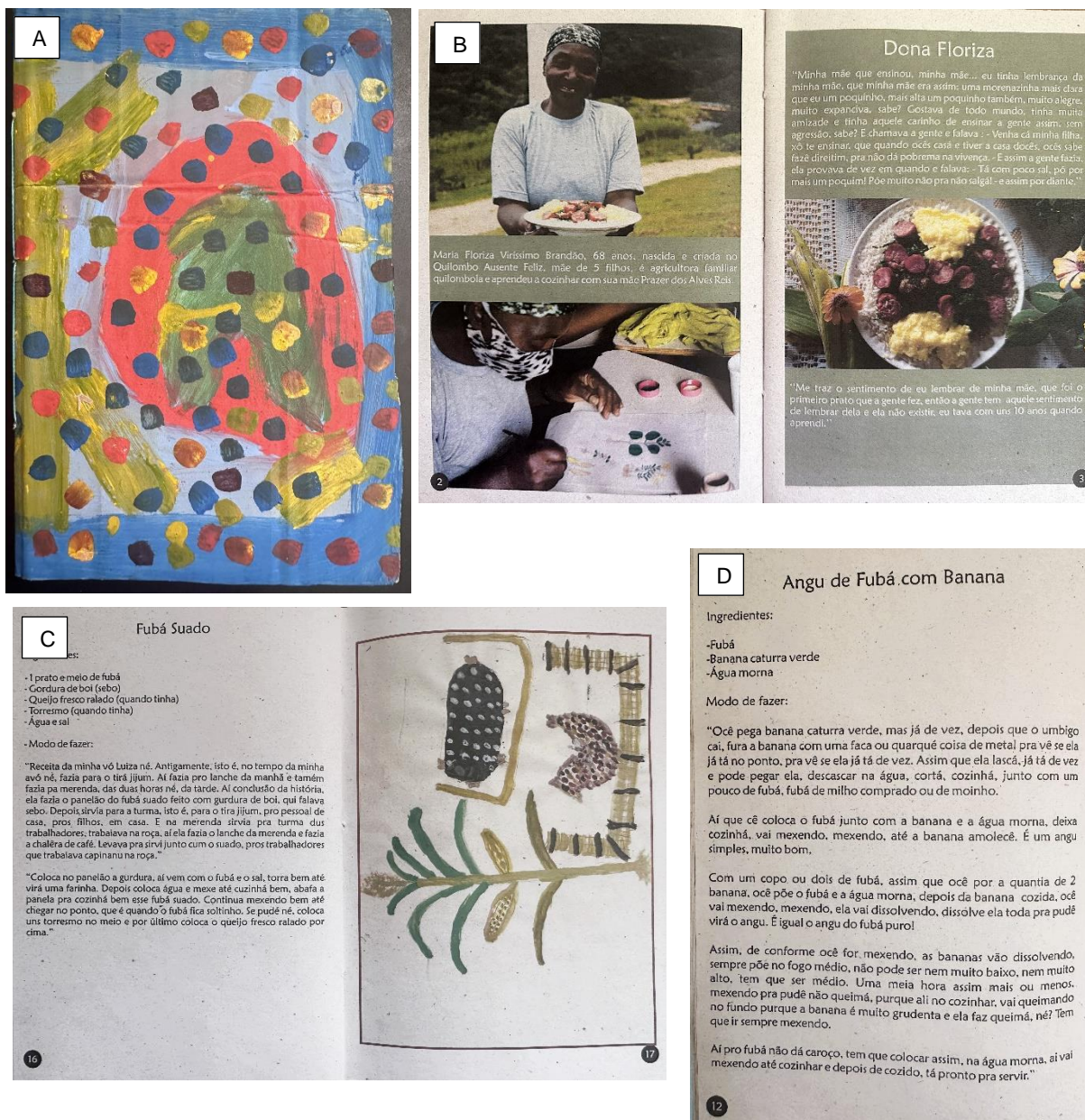
Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2022. Neste mosaico está presente o Centro Comunitário do Quilombo do Ausente Feliz (A), a feira com produtos típicos do quilombo que são produzidos artesanalmente e vendidos pelos próprios moradores (B, C, D e E).

Outra forma de resistência dessa comunidade foi reunir receitas culinárias e criar um livro⁹² nomeado de “Memórias Culinárias do Ausente Feliz” (imagem 68). Na obra feita de forma muito simples, houve a preocupação não apenas de trazer as receitas, mas a memória das mulheres que mantiveram guardadas as histórias e identidades deste povo.

A feira não apenas preserva tradições, mas, fortalece identidades e constrói laços comunitários, demonstrando a importância dos eventos comunitários no resguardo das tradições e principalmente na resistência das identidades locais.

⁹² Iniciativa da Lá do Espinhaço Editora Cartonera, da Associação Flor e Ser Educação no Cerrado e do Coletivo da Agricultura Familiar do Quilombo Ausente Feliz. Patrocinado pela Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural. As autorias são: Angela Maricia Brandão, Antônia Cordeiro Cândido dos Reis, Dolores Vanda Campos Ribeiro, Laurentina das Dores Silva Viríssimo, Maria Batista Silva Brandão, Maria Floriza Viríssimo Brandão e José da Conceição Brandão.

Imagem 68 - Fragmentos do livro “Memórias Culinárias do Ausente Feliz”



Fonte: Memórias Culinárias do Ausente Feliz, 2021. No mosaico temos na sequência a imagem da capa pintada artesanalmente (A), um pouco da história das autoras (B), uma das receitas típicas e uma pintura feita pela autora (C) e a receita da comida mais típica serrana, o fubá suado⁹³ (D).

⁹³ Trata-se de um prato simples e rústico, feito a partir de fubá (farinha de milho fina), que é cozido lentamente com água, manteiga ou banha, e sal, resultando em uma mistura macia e levemente cremosa.

O Quilombo do Ausente é um *patrimônio-territorial* ativado em sua plenitude, pois carrega a essência dos subalternizados, da memória, da relação rural-urbana e da *formação socioespacial*. De acordo com Costa (2017, p. 71) “A ativação só se realiza na ação concreta de sujeitos conscientes; a ativação permanecerá enquanto esse patrimônio for vivo dentro e fora desses sujeitos, daí o protagonismo da comunidade na ativação do *patrimônio-territorial* latino-americano”.

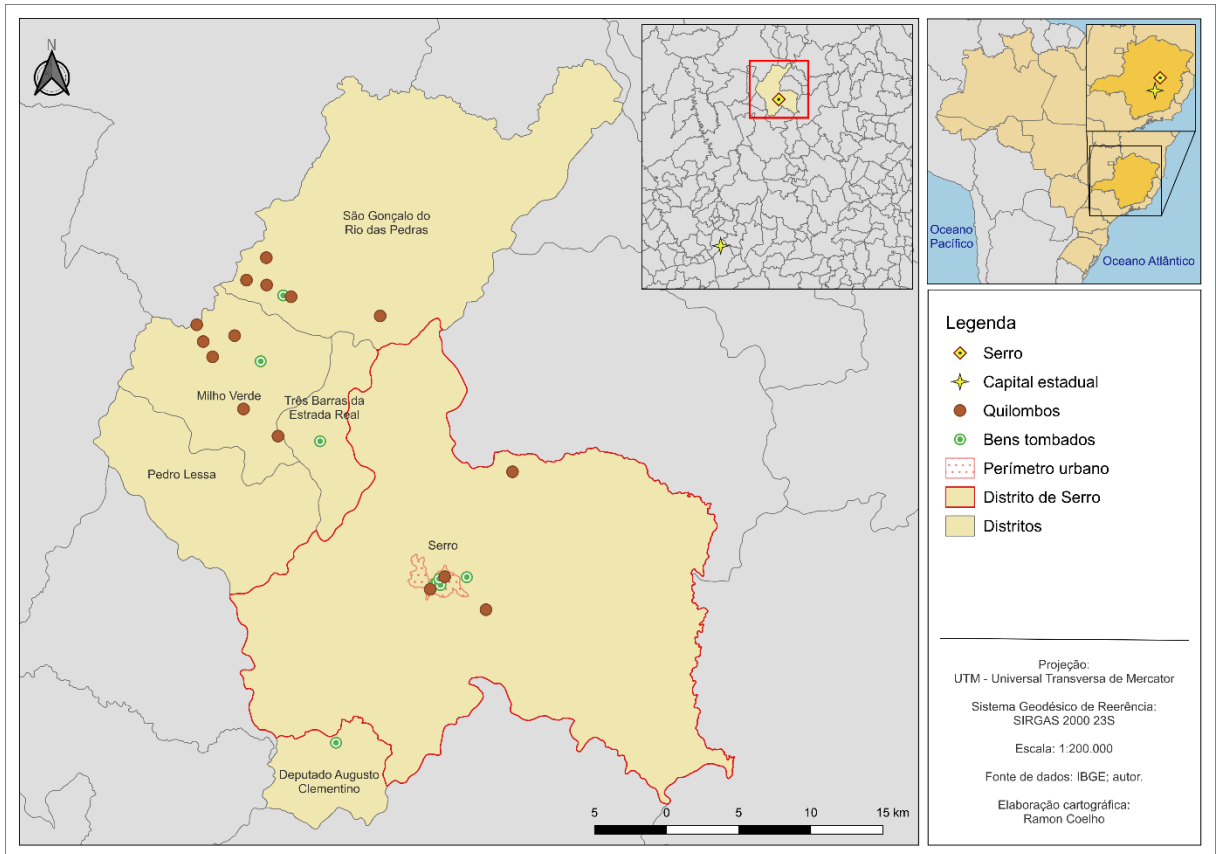
De acordo com o livro Memórias Culinárias do Ausente Feliz (2021, p. 01):

A comunidade Quilombola do Ausente está localizada nas margens do rio Jequitinhonha, no município do Serro em Minas Gerais. São descendentes da região centro sul da África, assim como a Comunidade Quilombola do Baú, de onde vieram os primeiros moradores que povoaram a região do Ausente, mantendo relações de parentesco. Possuem memórias e dialetos de cânticos em banto, originários da matriz africana. Os Vissungos são cantos que eram entoados nos trabalhos de garimpo e roçado, como também nos rituais ao velar os mortos. Mantém ainda a memória de outras tradições típicas da cultura afrodescendente, como os Catopês e a Marujada. Seus modos de vida foram marcados inicialmente, pelas atividades do garimpo de ouro e diamantes e, com o declínio da extração mineral, passaram a viver de suas lavouras pela agricultura de subsistência. Hoje a principal atividade econômica da comunidade é a agricultura orgânica familiar, ancorada na valorização do resgate ancestral e no empoderamento dos seus saberes e fazeres.

Observe que na própria descrição desta comunidade vemos pontos importantes da própria tese, ou seja, há um rural latente mesmo com a mineração, logo quando ela se esvai este campo já está estruturado. Parte da sua ancestralidade africana e escravista continua presente na comunidade e toda a riqueza sociocultural (cantos, rezos, dialetos etc.) presente é viva.

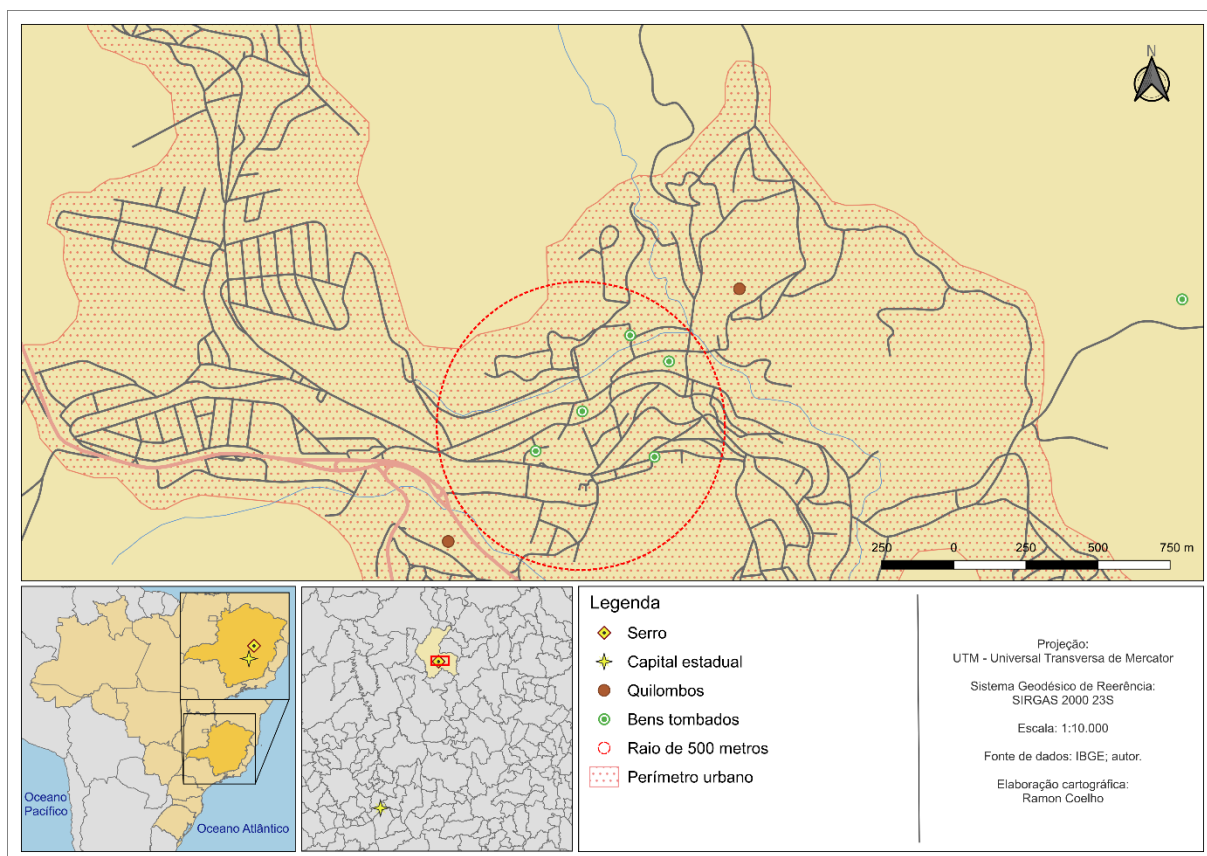
A comunidade Quilombola do Ausente, é um exemplo vivo de como a *formação socioespacial brasileira* se materializa. A história, a cultura, a economia e a relação com o território dessa comunidade ilustram as dinâmicas complexas e multifacetadas que caracterizam a *formação socioespacial*. Ao estudar casos como o do Ausente, é possível entender melhor como diferentes fatores históricos, culturais e econômicos interagem para moldar o território e a vida das pessoas no Serro e que conseqüentemente reverbera no Brasil.

Mapa 17 - Quilombos no município do Serro - MG



Fonte: Carvalho, Ulysses (2022) adaptado por Ramon Coelho (2024).

Mapa 18 - Quilombos na cidade do Serro - MG



Fonte: Carvalho, Ulysses (2022) adaptado por Ramon Coelho (2024).

São comunidades que detêm muitas práticas do passado e até uma certa unidade, em alguns locais. Porém, vivem sob a ameaça de invasões e da mineração que assombra partes de territórios quilombolas (imagem 69).

Imagem 69 - Protesto contra a mineração nas terras do Quilombo do Baú em Serro



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2019. Sequência de fotos da primeira manifestação contra a mineração dentro da cidade do Serro nas terras do Quilombo do Baú. A manifestação ocorreu no mercado, local tradicional de encontro dos grupos sociais.

Mas, mesmo sob a ameaça estes povos têm uma grande resiliência e continuam a resguardar, habitar e viver. No Quilombo do Ausente que promove a feira e até mesmo um livro de culinária há ainda práticas que remete há um outro momento do país, porém permanecem vivos (imagem 70).

Imagem 70 - Produção de rapadura no Quilombo do Ausente



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2022. Trabalho de campo. Nestas fotos observamos a feitura da rapadura a partir da fervura do caldo de cana produzido pela forma tradicional, onde desde o plantio, colheita da cana a venda do produto final é feita pelos próprios moradores.

Nesta comunidade, o *patrimônio-territorial* encontra-se ativado e isso se expressa pelas feiras que promovem semanalmente no Distrito de Milho Verde, nos encontros mensais no Centro Comunitário do Quilombo do Ausente e na produção do livro de receitas tradicionais. Essa ativação do *patrimônio-territorial* é essencial para garantir que essas heranças continuem a ser uma fonte de memória e prosperidade para a permanência no presente e no futuro.

4.2.5 O Patrimônio-Territorial ativado: Reflexões Finais sobre o Serro

As ações do *sujeito-patrimônio*, que garantem a duração e a (re)afirmação de sua presença e resistência no território por meio do habitar e construir originários (COSTA, 2017), encontram paralelo na prática de produção e venda da culinária tradicional, nas artesanias e nos benzedores. Essa prática ativa o *patrimônio-territorial* no território serrano, refletindo a complexa relação rural-urbana, ou seja, a fricção, tensão e simbiose do rural-urbano.

Dessa forma, evidenciando como o *patrimônio-territorial* se manifesta e se adapta às dinâmicas entre os espaços rurais e urbanos. Ora, partindo dessa premissa, compreender Serro e seu *patrimônio-territorial* com a relação rural-urbana, estamos compreendendo a totalidade, a expressão da *formação socioespacial brasileira*, afinal são símbolos territoriais que ajudam a interpretar a formação socioespacial, pois resistem a colonialidade e suas violências.

A *formação socioespacial* se compreende precisamente na totalidade, que é aberta e em movimento, também contraditório. Em constante movimento e transformação, marcada por contradições e tensões que refletem as dinâmicas históricas e sociais. Assim, a partir do patrimônio-territorial, singularidade, é possível compreender a totalidade pela *formação socioespacial brasileira* e até mesmo a formação latino-americana.

Quando analisamos o *patrimônio-territorial*, essa perspectiva é fundamental. O *patrimônio-territorial* não se limita a objetos ou monumentos físicos, mas inclui também as práticas culturais, memórias e identidades que são continuamente negociadas e reinterpretadas pelos sujeitos subalternizados. Esse entendimento mais amplo e dinâmico do patrimônio permite reconhecer a resistência e adaptação das comunidades ao longo do tempo, especialmente frente às pressões e mudanças impostas pelo desenvolvimento urbano e pela globalização.

No caso do município do Serro, a *formação socioespacial* é visível nas tradições e práticas culturais que persistem e que são não meramente residuais, mas parte ativa e vital da vida dos subalternizados, demonstrando como o passado e o presente se entrelaçam e se influenciam mutuamente.

Compreender a *formação socioespacial* de Serro, portanto, implica olhar para além das estruturas físicas e considerar as interações humanas, as resistências culturais e as adaptações que moldam o espaço ao longo do tempo.

De acordo com Costa (2015, p. 76):

Todos os povos, por meio de suas instituições, buscam guardar suas formas culturais, os produtos materiais e imateriais de sua origem, de alguma maneira. Nem indivíduos, nem a coletividade desligam-se de sua origem; buscam, de alguma maneira, a valorização e a preservação das heranças materiais e imateriais do passado, em um movimento paradoxal.

Assim, os povos subalternizados do Serro, diante das violências sofridas no passado e ainda no presente, conseguem trazer sua origem em práticas e feitura e, principalmente, manter vivo a identidade.

Por exemplo, os sujeitos subalternizados do Quilombo do Ausente que perpetuam suas tradições e ainda promovem feiras e livros que expõem a ativação do *patrimônio-territorial*.

Assim, a luta e a resiliência desses sujeitos são expressos através de suas artes, práticas e modos de vida, constituindo uma importante forma de resistência e afirmação cultural dentro do *patrimônio-territorial*.

Em Serro, o *patrimônio-territorial* engloba as histórias de luta e resistência das comunidades, a preservação das tradições e a valorização das heranças culturais transmitidas de geração em geração. Algo que vai muito além do patrimônio “pedra e cal” com uma totalidade fragmentária e arbitrária que difere e muito a *formação socioespacial* como categoria de análise, conforme Santos (1977, p. 42):

A formação sócio-econômica é realmente uma totalidade. Não obstante, quando sua evolução é governada diretamente de fora sem a participação do povo envolvido, a estrutura prevalescente – uma armação na qual as ações se localizam – não é a da nação mas sim a estrutura global do sistema capitalista. As formas introduzidas deste modo servem ao modo de produção dominante em vez de servir a formação sócio-econômica local e às suas necessidades específicas. Trata-se de uma totalidade doente, perversa e prejudicial.

Ao reconhecer e valorizar o *patrimônio-territorial*, oferecemos uma alternativa às práticas capitalistas globais que frequentemente ignoram as necessidades e a participação das populações locais. O *patrimônio-territorial* promove um desenvolvimento inclusivo e sustentável, fortalecendo a identidade cultural e a autonomia dos sujeitos. Ele representa uma forma de resistência contra a totalidade distorcida imposta pela globalização, chamada por Santos como a “totalidade do Diabo”, permitindo que as comunidades locais preservem suas tradições e pratiquem um desenvolvimento que respeita suas necessidades e principalmente sua própria existência.

Assim, quando trazemos Sartre (1990 e 2010) na nossa discussão, é possível entender como as ações e escolhas dos sujeitos no Serro definem continuamente a

essência de suas práticas culturais e sociais. Através das artesanias, culinária e outros saberes e tradições, os sujeitos subalternizados do Serro estão constantemente recriando e reafirmando sua identidade.

Heidegger (2006 e 2012) nos oferece uma perspectiva onde o ser nos sujeitos do Serro não podem ser dissociados do espaço que habitam. As práticas culturais são intrinsecamente ligadas ao território e à história do lugar, formando uma totalidade em movimento.

Dessa forma, o *patrimônio-territorial* no Serro não é apenas uma coleção de objetos e edificações, mas um campo de resistência e memória. Assim, a combinação das filosofias de Sartre e Heidegger com o conceito de *patrimônio-territorial* de Costa nos permite compreender como as práticas culturais no Serro são tanto uma expressão da existência e essência dos sujeitos e, conseqüentemente, resistência e assim, um *patrimônio-territorial* ativado que expressa *formação socioespacial brasileira*. Dessa forma, conforme Costa (2017, p. 68), estes territórios passam a ser:

O foco passa a ser nos desejos e nas necessidades dos sujeitos situados em territórios de exceção – detentores do patrimônio-territorial-. A comunidade é [...] a representante protagonista da formação territorial latino-americana nesse novo processo de valoração espacial da cultura nas periferias.

No Serro, o *patrimônio-territorial* rural-urbano ativado está expresso em seu cotidiano, na essência dos sujeitos, nas quitandeiras com suas receitas de gerações, nos benzedores e seus rezos, nos doceiros e nas artesanias que trazem uma tradição secular. Nas imagens a seguir esse cotidiano local representa essa essência que traduz a resistência e a ruralidade viva.

Imagem 71 - O patrimônio-territorial no cotidiano do Serro



Fonte: Ulysses Melo Carvalho, 2023. Trabalho de campo. Nesta sequência observamos a venda de fubá (milho moído e moinho de pedra) num comércio tradicional no Distrito de Milho Verde (A), artesanias de capim dourado que são vendidas nas ruas de Serro e seus distritos (B), quitandas, rapaduras e aguardentes vendidos nos comércios locais da cidade do Serro (C), cozinha de comidas quilombolas de D. Erlinda no Distrito de Milho Verde (D). Na imagem E temos a produção de santos católicos numa casa dentro da cidade do Serro, posteriormente a exposição de presépios no período natalino, um costume comum na cidade (F). Na imagem G a produção de panos de prato bordados a mãe em São Gonçalo do Rio das Pedras e finalmente a exposição e venda de estandartes de santos também na cidade do Serro (H).

Esse entendimento revela a importância de valorizar e preservar não apenas o patrimônio “pedra e cal”, mas também as práticas imateriais e a memória coletiva que constituem o patrimônio vivo de Serro, ou seja, o *patrimônio-territorial* que se revela no “ser-no-mundo”, onde a existência autêntica ou denota na relação íntima com o próprio entorno com seu passado e presente. Assim, há uma visão mais positiva garantindo que a existência dos subalternizados e as suas memórias continuem a ser uma parte vital da identidade e da vida cotidiana da comunidade, do rural-urbano e da própria *formação socioespacial brasileira*.

Reconhecer as existências, resistências e contribuições destes sujeitos é crucial para enfrentar as violências persistentes no território, adotando uma postura crítica e propositiva que valorize suas experiências e saberes.

A partir dessa perspectiva relacionada com a essência do habitar e viver descrita por Martin Heidegger (2012) podemos compreender o ato de habitar e viver dos sujeitos é mais do que simplesmente ocupar um espaço; é um modo de estar no mundo o que implica uma profunda relação com o ambiente, com a história e com os outros. Assim, é possível a compreensão do (Dasein) “ser”, e assim reconhecer e integrar as experiências e modos de existência e resistência dos sujeitos do Serro. Ou seja, o *patrimônio-territorial* em Serro, onde a ativação dessas experiências e relações podem contribuir para uma compreensão mais autêntica e significativa do lugar e de seus sujeitos.

O *patrimônio-territorial*, como conceito integrado aos sujeitos e suas comunidades, desempenha um papel fundamental na compreensão da *formação socioespacial brasileira*, especialmente no contexto do município de Serro, em Minas Gerais.

Através da análise do seu *patrimônio-territorial*, observamos como as práticas e tradições locais, como as artesanias e a culinária, não apenas preservam, mas também moldam a identidade socioespacial da região e são resistências aos poderes hegemônicos.

Serro, com sua história de mineração, escravidão, resistências e lutas é um exemplo de como o *patrimônio-territorial* é capaz de promover o protagonismo dos sujeitos e pode ser uma fonte de esperança a outros sujeitos subalternizados. Afinal, apesar do ocultamento de senzalas e revoltas de escravizados, por exemplo, o município traduz de forma clara a *formação socioespacial brasileira*, pois interagem e totalizam numa dialética entre o universal e o particular. Ou seja, o *patrimônio-*

territorial do Serro ativado e identificado nesta pesquisa: quitandeiras, doceiros, benzedores, artesãos e a Comunidade Quilombola do Ausente enquadram em sua essência a particularidade e a totalidade que dialogam entre si.

PARTE V



**"ENTENDER LA DECOLONIALIDAD ORIGINARIA, DESDE AMÉRICA LATINA, DEMANDA UN EJERCICIO ONTOLÓGICO SOBRE EL "SER" Y LA "DURACIÓN" INDÍGENA EN EL CONTINENTE, PUES ELLA IRRUMPE EN EL NATIVO COMO PRAXIS ESTÉTICA EN EL PROCESO COLONIZADOR; SIGNIFICA TODA PRÁCTICA, EXPRESIÓN, OBJETO Y CONOCIMIENTO REVOLUCIONARIOS, QUE DEMARCARON RESISTENCIA U OBJECCIÓN, DESDE DENTRO, A LAS VIOLENCIAS COLONIALES, AUNQUE PARA ESO SE VALGAN DE MECANISMOS DE LA CONQUISTA, COMO LA IGLESIA, EL BARROQUISMO Y LOS MITOS".
(COSTA E MONCADA, 2021, P. 07).**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

El patrimonio-territorial resulta de una amplia investigación, surge como idea desde las ciudades satélites de Brasilia, las calles de la Habana, los cementerios de Lima, los mercados de México, el espacio público de Cuzco, el canal de Panamá, la gastronomía de Nicaragua, las ferias de La Paz, los monumentos enrejados de Buenos Aires, las capillas periféricas de Oro Preto, las mujeres mayores y sus saberes en el mercado informal de las ciudades-campo latinoamericanas. **Emerge a su vez de la múltiple vivencia empírica que el termino patrimonio-territorial incorpora y demanda, universaliza y abstrae, generaliza e intenta alcanzar”** (*grifo nosso*, COSTA, 2021).

O desafio de compreender a “situação espacial” – parafraseando E. Costa – dos sujeitos subalternizados do Brasil e da América Latina é enorme. A complexidade de suas experiências, histórias e resistências e principalmente da ocultação, da qual foram submetidos requer uma abordagem dialético-existencial (constitutiva do conceito central desta tese) que considere as diversas formas de subalternização e violências que enfrentaram. Esses sujeitos invisibilizados pelas narrativas dominantes carregam consigo saberes e práticas que são fundamentais a preservação da sua essência e também para trazer o protagonismo que lhes foi roubado na formação socioespacial brasileira e de outros países do continente.

Na América Latina, os subalternizados incluem uma ampla gama de grupos, como povos indígenas, afrodescendentes, trabalhadores rurais e moradores de favelas. Cada um desses grupos tem suas próprias lutas e formas de resistência, que se manifestam em práticas culturais, sociais e econômicas únicas, e que são a essência da história deste território. A compreensão dessas dinâmicas exige um olhar atento às relações de poder e às estruturas sociais que perpetuam a desigualdade e que o chamado patrimônio “pedra e cal” com a patrimonialização global, detida em fragmentos de uma estrutura hierárquica que se mantêm no poder desde a colonização.

Além disso, é crucial reconhecer a agência desses sujeitos na construção de alternativas e na reivindicação do seu protagonismo. Afinal, eles desenvolvem, ao longo do tempo, formas criativas de resistência que desafiam as imposições e violências e promovem a preservação da sua identidade e memória.

Estes sujeitos fazem parte do *patrimônio-territorial*. Ente que envolve não apenas os bens materiais e imateriais, mas também os territórios e os espaços que são significativos para a identidade e a memória coletiva desses grupos. Ou seja, o

patrimônio-territorial é a chave para trazer estes sujeitos a uma “situação espacial duradoura”:

Proponer utopismos patrimoniales para América Latina (conectando sujeto, territorio y colonialidad). El guion (-) totaliza y enfatiza el territorio como guardián de la memoria de resistencias sociales a las múltiples violencias urbano-rural modernas, que conduce los sujetos a una situación espacial duradera en el continente (COSTA, 2021, p. 118)

O *patrimônio-territorial* ativado e reconhecido nesta tese lança luz sobre a importância dos espaços e práticas culturais que os sujeitos subalternizados mantêm vivos, em Serro, Minas Gerais. Esses espaços são, muitas vezes, cenários de resistência e criação de novas formas de vida que desafiam a hegemonia cultural e econômica.

O *patrimônio-territorial* resulta, de acordo com Mesquita (2020, p. 181), o qual também desenvolveu seu estudo baseado em E. Costa⁹⁵:

Enquanto um caminho de emancipação para comunidades historicamente subalternizadas na América Latina, bem como para o fortalecimento de novas estratégias de valorização patrimonial e da vida, em que os moradores, os verdadeiros guardiões do patrimônio, sejam os protagonistas das ações e enalteçam sua força política.

Assim, o *patrimônio-territorial* é um fato-conceito, signo da resistência e da expressão da *formação socioespacial brasileira*. Um patrimônio que vai além de centros históricos institucionalizados. De acordo com Hostensky (2020, p. 188):

Existem muitos bens espalhados Brasil afora e que não recebem a devida atenção do poder público, mas que são repletos de significados para os sujeitos que com eles se relacionam diretamente. É nessa esfera e nesse sentido que adotaremos o conceito de *patrimônio-territorial*. Muitas são as formas, expressões e manifestações patrimoniais –materiais e imateriais – existentes na América Latina. Múltiplas também são as estratégias acionadas pelos atores sociais com o intuito de preservar e difundir o seu patrimônio, mesmo que este não esteja institucionalizado.

Portanto, o estudo dos sujeitos subalternizados no Brasil e na América Latina, em conjunto com a ativação do *patrimônio-territorial* é uma possibilidade para entender e enfrentar as desigualdades e a história oficial e trazer uma nova realidade a partir da ativação da própria vida situada.

Assim, quando nos deparamos com a citação de Costa e Moncada, presente na imagem da última seção desta pesquisa, que traz a decolonialidade originária,

⁹⁵ Destaco alguns estudos baseados no conceito do *patrimônio-territorial* de Everaldo Costa, como os de Lima (2017), Rúbio-Schrage (2019), Alves (2020), Rodríguez (2020), Hostensky (2020), Mesquita (2020), Andrade (2021), Rodríguez & López (2023), Gonçalves (2023), Maluly (2024), Araújo (2024), Queiroz & Sousa (2024) etc.

buscamos entender a resistência interna, que utiliza e transforma os próprios instrumentos da conquista, e assim compreender a decolonialidade. Afinal, apesar das violências, os sujeitos subalternizados se mantiveram resistentes, resilientes, reinterpretando e ressignificando a colonialidade e assim preservar a sua essência e existência.

Dessa forma, o grupo de pesquisa GECIPA/CNPq/UnB tem um papel fundamental para pensar e propor uma práxis que enaltece a voz destes sujeitos. Em vários locais da América Latina, encontram-se pesquisadores que vão muito além da chamada história oficial e buscam compreender, assim como, ativar estes sujeitos que tem uma riqueza muito aquém do que foi roubado ao longo do período colonial. Além do próprio grupo, há as disciplinas concentradas que são ministradas em diferentes universidades do Brasil e da América Latina e vão levando a esperança e uma alternativa a essa "situação espacial duradoura" e a patrimonialização global através do *patrimônio-territorial*.

Quando nos deparamos com essa pesquisa sobre o Serro, que traz consigo a categoria construída por Milton Santos, a *formação socioespacial brasileira* que busca a totalidade na compreensão da construção do território nacional e o *patrimônio-territorial* como signo da resistência urbano-rural e dos próprios sujeitos, estamos buscando não apenas enaltecer, mas potencializar a voz e existência aos benzedores, quitandeiras, doceiros, artesãos etc. Mas também trazer uma alternativa de melhoria nas condições econômicas e sociais a partir de um *patrimônio-territorial* ativado. E assim, conforme Costa (2021, p. 124):

Los conceptos presentados incorporan la universalidad-singularidad explicativa y que denuncia la colonialidad, siendo capaz (con el protagonismo de los sujetos situados) de mitigar prejuicios y estigmas espaciales oriundos del colonialismo

Logo, Serro é uma localidade na qual as práticas e saberes subalternizados está ativado e onde a resistência contra a colonialidade se manifesta de maneira simbólica, epistêmica e material no cotidiano local, principalmente no que tange a relação rural-urbana. Afinal, neste território, é possível perceber claramente como a *fricção, tensão e simbiose do rural-urbano* acontece, no viés de Alvarado e Costa (2019). No Serro, há uma imagem que evoca a "natureza" e/ou o "rural", seja pelo seu caráter idílico ou por realmente representar essas qualidades. E assim, o rural-urbano

é o resultado deste diálogo onde a própria população a vê desta forma... “A alma da cidade tem uma ruralidade que você encontra com ela 24 horas por dia” (M. T., 2019).

Assim, Serro é uma cidade que possui uma grande singularidade, especialmente quando comparada às cidades históricas como Ouro Preto e Tiradentes, pois ela mantém sua essência rural-urbana, não há uma preocupação exacerbada com o turismo e principalmente com os turistas. A natureza cotidiana dos seus sujeitos habitantes é rural na cidade, e a sua resistência ainda é o *patrimônio-territorial*.

Essa tese, além da proposição de atingir os objetivos traçados ao longo de toda a sua trajetória, também propõe formas para continuar ativando o *patrimônio-territorial* do Serro através de oficinas, produção de material audiovisual, roteiros e oficinas de memória. Afinal, como afirma Costa (2016a, p. 09):

O utopismo patrimônio-territorial vigorará a partir da sistematização de um conhecimento popular situado, por meio de uma agenda de iniciativas sociais, organizativas, administrativas e universitárias, todas locais. Tais ações e pesquisas podem contribuir para identificar, catalogar e mapear o acervo simbólico da história territorial dos subalternizados latinos, para intervenções concretas na implantação de roteiros patrimoniais de assentamentos [com sinalização interpretativa], museus temáticos de bairros, restaurantes criativos com respeito à história de formação e alimentar do lugar, espaços ou centros culturais e de identidade local, espaços de lazer ou recreação, cafés com artes locais, bares temáticos e outros. Podem ser objeto de apropriação, com particular respeito à memória indígena, negra e da circulação continental: i) histórico sistematizado da origem dos assentamentos precários ou não [advindos do processo migratório rural-urbano no continente]; ii) modos de vida enraizados que revelem sociabilidades singulares, tipologias de moradias particulares, padrões alimentares locais ou regionais; iii) festas sagradas ou profanas representantes do grupo social e de seus ancestrais; iv) patrimônio edificado [e ruínas], nas periferias urbanas, não valorado pelos responsáveis da gestão territorial e órgãos de preservação nacionais, estaduais e municipais; v) imóveis rurais ou conjuntos [sedes de fazendas, capelas rurais, arraiais] representantes da história agropecuária do continente, do país, da região ou do lugar, dentre outros possíveis.

Ou seja, este é o papel da universidade e da pesquisa: apoiar o desenvolvimento de iniciativas que respeitem e integrem a história e a identidade local, fortalecendo a participação e a autonomia dos sujeitos. Essa práxis integrativa é a tônica do GECIPA/CNPQ/UnB.

Dessa forma, compreendemos que a problemática desta pesquisa foi alcançada, ou seja, a identificação e a compreensão do *patrimônio-territorial* do Serro que exemplifica de maneira clara a simbiose do rural-urbano, refletindo as raízes coloniais e a *formação socioespacial brasileira*.

Nesse contexto, o urbano do Serro não é um elemento isolado, mas como um prolongamento natural do rural, integrando tradições, modos de vida e identidades que remetem a *formação socioespacial* e a essência dos próprios sujeitos, ou seja, como afirma Alves (2019, p. 45) a “*formação socioespacial brasileira* um conceito-chave, pois revela como se processou o violento movimento de tomada e uso do território, juntamente com as resistências nele existentes”. Isso faz com que o Serro seja um local emblemático para a compreensão de como essas dinâmicas se manifestam e se preservam no *patrimônio-territorial* do município.

Esse patrimônio, agora preservado e compartilhado, reflete a continuidade e a integração dos diversos elementos explorados na pesquisa. No contexto do Serro, essa essência do rural e da ruralidade representa uma expressão significativa do *patrimônio-territorial*, evidenciando a *formação socioespacial brasileira* e demonstrando como as tradições rurais moldam e definem a identidade local ao longo do tempo.

Assim, a partir da identificação e compreensão dos sujeitos-patrimônio e dos patrimônios não institucionalizados, ou seja, expressões que carregam a decolonialidade e se manifestam através da própria resistência, é possível compreender que o *patrimônio-territorial* rural-urbano do Serro ativado está expresso nas práticas dos sujeitos que continuam a produzir uma culinária tradicional como a feitura de quitandas em fornos de barro ou comidas de origem quilombola. Está no benzimento e o rezo que ainda são muito procurados para a cura de enfermidades, também está na prática do bordado que expressa sua essência do habitar em sua produção e em algumas artesanias que ainda praticam uma produção artesanal que não está ligada ao turismo, mas no consumo local. Ou seja, apesar dos bens tombados, a essência está nos sujeitos que carregaram e continuam carregando toda essa memória e tradições.

Essas atividades servem como testemunhos vivos da continuidade e principalmente da resistência das violências do passado e são a expressão e a essência, ou seja, a identidade do lugar está profundamente entrelaçada com a presença e a história dos sujeitos e dos territórios que o compõem. Essa interconexão revela como o lugar se configura e se transforma em relação às suas origens, refletindo uma continuidade entre o passado e o presente que molda sua realidade atual, numa perspectiva decolonial. O lugar é um palimpsesto, onde as camadas

históricas se sobrepõem, revelando a complexidade de sua identidade em sua essência e a necessidade de sua compreensão a partir do *patrimônio-territorial*.

No contexto da *formação socioespacial brasileira*, essa essência é particularmente significativa, pois demonstra como as dinâmicas históricas, culturais e sociais influenciam a configuração do território e a formação dos sujeitos e das suas identidades. A maneira como os diversos sujeitos interagem com o espaço e preservam suas tradições, mesmo com lutas, contribui para a diversidade e complexidade do panorama socioespacial do Brasil, evidenciando a influência contínua das raízes históricas na configuração do rural-urbano contemporâneo.

Assim, o *patrimônio-territorial* se revela como um fato-conceito capaz de captar o movimento dos *sujeito-patrimônio* e trazer formas reais de supressão da realidade e violências impostas e principalmente oferecer a esperança. A partir dele é possível a continuidade destes sujeitos que lutam para existir e resistir.

A tese traz a perspectiva que um futuro mais solidário é possível e essa mudança está nas mãos dos próprios sujeitos subalternizados. No Serro é possível desvelar que tradições, identidades e a relação rural-urbana em sua essência existem e o *patrimônio-territorial* ativado é a alternativa para estes grupos.

Portanto, em Serro, a continuidade das resistências reveladas pelo *patrimônio-territorial* que desafia e transcende as pressões externas sublinha a possibilidade de um futuro em que a patrimonialização possa integrar e valorizar as práticas locais e as perspectivas dos sujeitos e oferecem uma resposta concreta às imposições globalizantes.

**Laroye!⁹⁶
Òsoosì Gbà Mí O⁹⁷**

⁹⁶ Saudação a Esu em Yorubá.

⁹⁷ Saudação a Oxosse (Odé) em Yorubá.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo Rio de Janeiro: IPEA**. Texto para discussão n.702, 2000.

ABREU, M. **A apropriação do território no Brasil colonial**. In: FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (org.). **Escritos sobre espaço e história**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

ABREU, M. **A cidade da geografia no Brasil**. In: OLIVEIRA, L. (Ed.). **Cidade: história e desafios**, Rio de Janeiro, FGV, 2002, p. 42-59.

ACHUGAR, H. **Historias paralelas/ejemplares: la historia y la voz del otro**. *Revista de Critica Literaria Latinoamericana*, Lima, ano XVIII, n. 36, 1992, p. 51-73. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4530622?read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents>.

ALVARADO-SIZZO, I.; COSTA, E. B. **Situación geográfica turística en la era urbana y devenir campo-ciudad en América Latina**. *Investigaciones Geográficas*, Coyoacán, México, n. 99, p. 01-26, ago. 2019. Disponível em: <<http://www.investigacionesgeograficas.unam.mx/index.php/rig/article/view/59792>>.

ALVARENGA, M. **Cidades e Economia no Brasil Colonial**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

ALVES, V. J. R. **As rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, patrimônio-territorial latino-americano, expressão de resistência espacial negra**. (Tese de doutorado em Geografia). Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2019.

ÁVILA, C. C. A. **O sermão: imagem falada**. Belo Horizonte: Revista Barroco 18. Fundação João Pinheiro – Centro de estudos históricos e culturais, 2004.

BALLESTRIN, L. **América Latina e o giro decolonial**. *Revista Brasileira de ciência política*, Brasília, n. 11, 2013, p. 89-117. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?lang=pt&format=pdf>>.

BAUTISTA, R. **Reflexiones descoloniales. Colección abrelosojos**: 6º número, diciembre, 2014.

BAUTISTA, R. **Tres reflexiones des-coloniales**. Bolivian Research Review/Revista Boliviana de Investigación, v11, n1, agosto 2014.

BELLOTTO, H. L. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1755 – 1775)**. São Paulo: Editora Alameda, 2007.

BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BENJAMIN, W. **Sobre o conceito da história**. In: Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 1. p. 222-232.

BERGARD, L. **Slavery and the economic and demographic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888**. New York: Cambridge University Press, 1999.

BITOUN, J.; MIRANDA, L. J. B.; ARAÚJO, T. B. **As ruralidades brasileiras e os desafios para o planejamento urbano e regional**. XVI ENANPUR, 2015, p. 01-22.

BOSI, A. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRANDÃO, A. M.; REIS, A. C. C.; RIBEIRO, D. V. C.; VIRÍSSIMO, L. D. S.; BRANDÃO, M. B. S.; BRANDÃO, M. F. V.; BRANDÃO, J. C. **Memórias Culinárias do Ausente Feliz**, Belo Horizonte: Lá do Espinhaço Editora Cartonera. 2021.

BRANDÃO, C. R. **Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil**. Ruris, Campinas, v. 1, n. 1, p. 37–63, mar. 2017. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/310076/mod_resource/content/0/Brand%C3%A3o_Carlos.pdf/>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1934**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm/>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm/>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1946.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm/>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1967.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm/>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm/>.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937a.** Diário Oficial República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro, 06 de dezembro, 1937a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm/>.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade e Legislação Correlata.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm/>.

BRISKIEVICZ, D. A. **A arte da crônica e suas anotações: história das Minas do Serro do Frio à atual cidade do Serro em notas cronológicas. (14/03/1702 a 14/03/2003).** Porto Alegre: Revolução E-book – Simplíssimo, 2017

BRISKIEVICZ, D. A. **Comparar versões, criar outras narrativas: “A questão de Jacinta de Siqueira” na história de Vila do Príncipe/MG, Séc. XVIII.** Rev. hist. comp., Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 267-299, 2021. 267

CALLE 13. **Latinoamérica.** Gravadora Sony BGM:2011. Suporte. Duração: 4:58min. Disponível em: <<https://youtu.be/DkFJE8ZdeG8?si=grtf-GDJHsvdMPW/>>.

CAMPOS, Y. D. S. **Proposições para o Patrimônio Cultural.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

CANCLINI, N. G. **A sociedade sem relato: antropologia e estética da iminência.** São Paulo: EDUSP, 2016.

CANCLINI, N. G. **Sociedade sem relato. Antropologia e estética da iminência.** São Paulo: Edusp, 2012.

CAPEL, H. **La definición de lo urbano.** Estudios Geográficos, Madrid, n. 138-139, p. 265-301, fev./mar. 1975. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sv-33.htm/>>.

CAPEL, H. **La historia, la ciudad y el futuro**. Scripta Nova: Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 13, n. 287, 2009. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-287.htm/>>.

CARNEIRO, M. J. **Rural como Categoria de Pensamento**. Ruris, Campinas, v. 02, n. 01, p. 09-37, 2008. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/661/528/>>.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidade: novas identidades em construção**. Estudos Sociedade e Agricultura, 11, outubro 1998: 53-75.

CARRARA, A. A. **A capitania de Minas Gerais (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária**. História Econômica & História de Empresas, v. 3, n. 2, 19 jul. 2012.

CARRARA, A. A. **A capitania de minas gerais (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária**. História econômica & história de empresas III. 2 (2000), 47-63.

CARVALHO, P. **Patrimônio e (re)descoberta dos territórios rurais**. Boletim Goiano de Geografia 23.2 (2003): 173-196.

CEPAL. **Falar com os territórios e as cidades é fundamental para repensar o modelo de desenvolvimento na América Latina e no Caribe**. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/falar-os-territorios-cidades-fundamental-repensar-o-modelo-desenvolvimento-america/>>.

CHAUÍ, M.; ROCHA, A. (org.). **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

CHAVES, E. R. **Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico: a região Norte**. Varia Historia, 29(51), 2012, 817–845. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0104-87752013000300009/>>.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora Unesp, 2017.

CHUVA, M. R. R. **Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado**. Revista Topoi, Rio de Janeiro, v. 04, n. 7, p. 313-333, 2003.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

CORRÊA, R. L. **Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil**. Revista Território: Rio de Janeiro, ano V, n. 8, p. 121-129, jan. jun. 2000.

CORRÊA, S. R. M. **O Programa de Cidades Históricas (PCH)**. In: REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

COSTA, E. B. **A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial: o caso de Diamantina (MG)**. Dissertação de mestrado, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05022009-150209/publico/Mestrado_Everaldo_Costa.pdf/>.

COSTA, E. B. **A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial**. São Paulo: Humanitas: FAPESP, 2010.

COSTA, E. B. **As cidades entre o “real” e o imaginário: estudos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

COSTA, E. B. **Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia**. Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, v. 26, n. 02, p. 53-75, 2017. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/rcg/article/view/59225/>>.

COSTA, E. B. **Cidades da Patrimonialização Global: simultaneidade totalidade-urbana — totalidade-mundo**. São Paulo, SP: Humanitas, FAPESP. 2015

COSTA, E. B. **Del patrimonio territorial eurocentrado al patrimonio-territorial decolonial**. Giro epistêmico desde el Sur. Eutopía. Revista De Desarrollo Económico Territorial, n.º 25 (junio):11-32. 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.17141/eutopia.25.2024.6175/>>.

COSTA, E. B. **Fundamentos de uma emergente patrimonialização global**. Geografia, Rio Claro, v. 39, n. 2, p. 241-256, mai./ago. 2014. Disponível em: <<https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:US:52ab50aa-b482-40ab-9525-5fb572f2bb5a/>>.

COSTA, E. B. **Paisagem-Memória e função social da fotografia**. In: STEINKE, V.; JUNIOR, D. F. R.; COSTA, E. B. Geografia & Fotografia apontamentos teóricos e metodológicos. Brasília: Laboratório de Geoiconografia e Multimídias – LAGIM, UnB, 2014.

COSTA, E. B. **Patrimonio-territorial y territorio de excepción em América Latina (conceptos y praxis decolonial em el continuum de crisis)**. Revista Geográfica Venezolana, v. 62, n. 01, 2021. Disponível em: <<http://www.saber.ula.ve/bitstream/handle/123456789/47535/RevGeografica62-12021DOI.pdf?sequence=3&isAllowed=y/>>.

COSTA, E. B. **Riesgos y potenciales de preservación patrimonial em América Latina y el Caribe**. Investigaciones Geográficas, v. 96, n. 02, p. 02-26, 2018. Disponível em: <<http://www.investigacionesgeograficas.unam.mx/index.php/rig/article/view/59593/>>.

COSTA, E. B. **Utopismos patrimoniais pela América Latina, resistências à colonialidade do poder**. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA LAS UTOPIAS Y LA CONSTRUCCIÓN DE LA SOCIEDAD DEL FUTURO, 14., Barcelona, 2016a. **Anais** [...]. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2016. P. 01-32. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldocosta.pdf/>.

COSTA, E. B.; ANDRADE, A. B.; MALULY, V. S. **Lo urbano y la economía espacial de Brasil en el siglo XVIII**. Am. Lat. Hist. Econ, México, v. 28, n. 3, e1204, dic. 2021. Epub 04-Oct-2021: <<https://doi.org/10.18232/alhe.1204/>>. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532021000300005&lng=es&nrm=iso/>.

COSTA, E. B.; CASTRO, B. **O processo de “banalização pela cenarização” em núcleos urbanos tombados: o caso de Tiradentes – MG**. *Revista Geografias*, 4(1), 23–40. 2008. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-549X.13238>. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13238/>>.

COSTA, E. B.; MONCADA, J. O. 2021. **“Decolonialidad originaria latinoamericana y condicionamiento barroco del territorio novohispano: conventos, presidios y pueblos de indios”**. Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía 30 (1): 3-24. DOI: <https://doi.org/10.15446/rcdg.v30n1.80924>. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/rcq/article/view/80924/>>.

COSTA, E. B.; PELUSO, M. L. **Imaginários urbanos e situação territorial vulnerável na Capital do Brasil**. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 21, n. 1.151, 2016b. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1151.pdf/>>.

COSTA, E. B.; SCARLATO, F. C. **Geografia, método e singularidades revisadas no empírico**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), São Paulo, Brasil, v. 23, n. 3, p. 640–661, 2019. DOI: [10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.161552](https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.161552). Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/161552/>>.

COSTA, E. B.; SCARLATO, F. C. **Notas sobre a formação de uma rede urbana de um “tempo lento” no período da mineração no Brasil Colônia**. Revista Acta Geográfica, Boa Vista, v. 3, n. 5, p. 07-21, jan./jun., 2009. Disponível em: <<http://ufrr.br/revista/index.php/actageo/article/viewFile/213/375/>>. DOI: 10.5654/actageo2009.0305.0001.

COSTA, E. B.; SCARLATO, F. C. **Uma teoria geográfica para a análise da produção socioespacial nas cidades históricas turísticas**. Biblioteca Digital de Periódicos da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/13576/>>.

COSTA, E. B.; STEINKE, V. A. **Cidades históricas do estado de Goiás, Brasil: uma agenda de pesquisa** - DOI 10.5216/ag.v7i2.18518. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 164–195, 2013. DOI: 10.5216/ag.v7i2.18518. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/18518/>>.

COSTA, E. B.; SUZUKI, J. C. **Materialismo histórico e existência – discurso geográfico e utopias**. Espaço & Geografia, Vol.15, No 1 (2012), 115:147, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/39916/31008/>>.

COSTA, E. B.; TIRAPELI, P.; MONCADA, J. **Decolonialidad originaria, barroco mestizo y territorio en América Latina (del Rosario de Puebla a Tonantzintla de Cholula, México)**. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, (30), 1-44, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02672022v30e26/>>.

COSTA, J. **Jacinta de Siqueira**. Serro, MG: s. n., 2020. 01 poema não publicado.

CRESWELL, J. W.; PLANO CLARK, V. L. **Pesquisa e métodos mistos**. Porto Alegre: Editora Penso. 2013.

DAMIANI, A. L.; SEABRA, O. C. L. **Henri Lefebvre e o movimento do que está em formação**. São Paulo: Geousp, n. 07, v. 04, 2000.

DELEUZE, G. **Mil Platôs – Capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DUSSEL, E. **1492: O Encobrimento do Outro - A Origem do Mito da Modernidade**. Conferências de Frankfurt. 1993. Vozes Editora, Petrópolis.

ERAZO SOLARTE, N. I. **La relación urbano-rural desde la “praxis decolonial” de los pueblos pastos**, Colombia. *PatryTer*, 6(11), 01–16. (2023). Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/42824/>>.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

FERNANDES, L. E. O. **A comemoração do centenário da independência no México: o Paseo de la Reforma como palco para a pacificação do passado em 1910**. História Unisinos, São Leopoldo, vol. 15 nº 1, pp. 50-59, janeiro/abril 2011.

FERREIRA, A. C. A. **O descuido de se tomar: a importância da paisagem cultural dos engenhos de cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia**. 2010. 202 f. Dissertação de Mestrado – Curso de programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU, Centro de Tecnologia – CT. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2010.

FONSECA, M. C. L. **Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio**. Políticas Sociais : Acompanhamento e Análise. IPEA, Brasília, n. 2, 2001. p. 111-120. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4175/>>.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. **Arqueologia, patrimônio e educação: diálogos para uma decolonização epistemológica**. Revista de Arqueologia, 23(2), 70-85, 2010.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, J. F. **O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas**. In: RESENDE, Maria Efigenia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. v.1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 303-321.

GALEANO, E. H. **As veias abertas na América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2019.

GODOY, P. R. T. **A cidade no Brasil – período colonial**. *Caminhos da Geografia*, Uberlândia, v. 12, n. 38, p. 8-15, 2011.

HARTOG, F. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2003.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Tradução Paulo Meneses. 5. ed. Petrópolis: Vozes. 2008.

HEIDEGGER, M. **Construir, Habitar, Pensar**. In: *Ensaio e Conferências*. Petrópolis: Vozes. 2ª ed. 2006.

HEIDEGGER, M. **Ensaio e Conferências**. Petrópolis: Vozes, 2012.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

HIERNAUX, D. **Los centros históricos: ¿Espacios Posmodernos?**. In: COULOMB, R. (Org.) *México: centralidades históricas y proyectos de ciudad*. Equador: Olacchi, 2010. pp. 23-46

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOSTENSKY, I. L. (2020). **Patrimônio-territorial de quilombos no Brasil: caso da Nação Xambá do Portão do Gelo** PE. *PatryTer*, 3(6), 185–201. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v3i6.26992>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/26992/>.

IBGE. **Áreas urbanizadas do Brasil: 2019 – Notas Técnicas**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101973/>>.

IBGE. **Proposta metodológica para classificação dos espaços do rural, do urbano e da natureza no Brasil / IBGE**, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro : IBGE, 2023.

ISTO É. **BRASIL 500 anos**. Atlas Histórico. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/brasil-500-anos/>>.

KAGEYAMA, Â. **Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos**. Revista de Economia Aplicada, Ribeirão Preto, v. 2, n. 3, p. 515-551, 1998. Disponível em: <<http://www.resr.periodikos.com.br/article/5d962c120e8825e1092bac33/>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

KONDER, L. **Limites e possibilidades de Marx e sua dialética para a leitura da história neste início de século**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (org.). Teoria e Educação no labirinto do Capital. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LATIF, M. B. **As Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1960.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

LIMA JÚNIOR, A. **A capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

LIMA, A. R. **Patrimônio Cultural Afro-brasileiro e o Registro de Bens Imateriais: alcances e limitações**. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 39-58, jul-dez 2020.

LIMA, L. N. M. **Uma leitura do patrimônio goiano: perspectivas escalares e metodológicas**. PatryTer, (1), 1, pp. 34-43. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/7085/5887/>>. Acesso: 08 ago. 2021.

LIMA, L. N. M. **Uma leitura do patrimônio goiano: perspectivas escalares e metodológicas.** (Tese de doutorado em Geografia). Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2018.

LOWENTHAL, D. **Como conhecemos o passado.** Projeto História: Revista do Programa de Pós-graduados em História da PUC/SP, São Paulo, EDUC, n. 17, p. 63-201, nov. 1998. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110/>>.

LUCAS, J. **Globalización e identidades.** Barcelona: Cataluña Hoy, 2003.

MACHADO, T. A. **Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil?.** *GEOgraphia*, 18(38), 2017, 71-98. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2016.v18i38.a13774/>>.

MAIA, T. **Serro do Rio, Vila do Príncipe.** MAIA, T.; LINS, M.; MAIA, T. R. C. (Orgs.) São Paulo: Editora Nacional; Rio de Janeiro: EMBRATUR, 1979.

MAMIGONIAN, A. **A Geografia e a formação social como teoria e como método.** In: SOUZA, M. A. A. de. (org.). *O mundo do cidadão, um cidadão do mundo.* São Paulo: Hucitec, 1996.

MARAFON, G. J. **Territorialidades, ruralidades e as relações campo-cidade.** *Campo-território: Revista de geografia agrária*, v. 09, n. 18, p. 01–13, 2014. Edição Especial do XXI ENGA – 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/issue/view/1138/>>.

MARTINS, J. S. **O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural.** *Estudos Sociedade e Agricultura.* Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n.15, 2000.

MARTINS, M. L. **Os negócios do diamante e os homens de fortuna na praça de diamantina, MG: 1870-1930.** 2004. Tese (Doutorado), FFLCH/USP. São Paulo.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Expressão Popular. 2008.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Edipro, 2017.

MARX, K. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Livro 2, vol. II, 2017.

MARX, M. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel, 1991.

MATTOS, H. **A Administração Pombalina no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

MELLO, Z. C. **Metamorfoses da riqueza –1845-1895**. São Paulo: Hucitec, 1990.

MENESES, U. T. B. **O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas**. In: Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 1., 2009. Anais... Brasília: IPHAN, 2012. v. 2, t. 1, p. 25-39. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf/>>.

MENEZES, J. N. C. **A patrimonialização da vida: vivências, memória social e interpretação do patrimônio cultural**. In: COSTA, E. B.; BRUSADIN, L. B.; PIRES, M. C. (Orgs.). Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MESQUITA, E. **Território usado e lógicas patrimoniais no Paraguai**. PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades, 3(6), 167-184. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/32283/26825/>>.

MÉSZÁROS, I. **Produção destrutiva e estado capitalista**. São Paulo: Editora Ensaio, 1996.

MIGNOLO, W. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Editorial Gedisa Blackwell Publishing, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Anais da Biblioteca Nacional**, 1937, v. 57, p. 159. Disponível em: <https://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1935_00057.pdf/>.

MINTO, F. **Política cultural e patrimônio: um estudo sobre o IPHAN**. Revista CPC, 18, 131-152, 2014

MIRANDA, A R. **Sêrro: três séculos de história**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

MÓL, C. C. **Vendendo desordens e comprando liberdade: a inserção das mulheres forras em Vila Rica, 1750-1800**. In: XI SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Anais... Diamantina, MG: Cedeplar, 2004. Disponível em: <[http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/ D04A002.PDF](http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A002.PDF)>.

MONTE-MÓR. R. L. **Gênese e estrutura da cidade mineradora**. Texto para discussão n. 164, Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2001. Disponível em: <<https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20164.pdf>>.

MORAES, A. C. R. **Bases da Formação Territorial do Brasil**. GEOGRAFARES, Vitória, n. 2, p. 105-113, jun. 2001.

MORAES, A. C. R. **Bases da Formação Territorial do Brasil. O território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, A. C. R. **Bases da Formação territorial do Brasil**. São Paulo: AnnaBlume, 2011.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005

MORAES, A. C. R. **Notas sobre a identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 04, n. 08, p. 166-176, 1991. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2322/1461>>.

MORAES, A. C. R. **Território na Geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume. 2013.

MORAES, F. B. **De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas Gerais**. In: RESENDE, M. E. L. de; VILLALTA, Luiz Carlos. (orgs.). História de Minas Gerais:

as Minas setecentistas. v.1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 69.

MORAES, A. C. R. **Geografia, História e História da Geografia**. Terra Brasilis. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica 2 | 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.319/>>.

MOREIRA, J. R. **Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação**. In: MOREIRA, J. R. Identidades sociais Ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da Geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

MOREIRA, R. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

MOREIRA, R. J. **Ruralidades e globalização: ensaiando uma interpretação**. In: MOREIRA, R. J. (Org.). Identidades sociais Ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MOTA, I. M. **A galinha estava morta e pronta e só faltava assar-se: a revolta escrava do serro (Minas Gerais, 1864)**. História Social, Campinas, SP, n. 12, p. 35-51, 2006. Disponível: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/195/187/>>.

MOTTA, L. **O Patrimônio das cidades**. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Ceça (Orgs.). Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. v. 1, p. 123-152.

OLIVEIRA VIANNA, F. J. **Minas do lume e do pão**. In: RAMALHO, Walderez Simões Costa. Pequenos estudos de psicologia social. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942. P. 30-53.

OLIVEIRA, E. R. **O que é benzeção**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAC – Cidades Históricas/IPHAN. **Planos de Ação para Cidades Históricas – Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social: Construindo o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural**. Brasília: Edições Iphan, 2009.

PAES, M. T. D. **Refuncionalização turística de sítios urbanos históricos no Brasil: das heranças simbólicas à reprodução de signos culturais.** Geografia, Rio Claro, v. 37, n. 2, p. 319-334, mai./ago. 2012.

PINTO, V. N. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português.** São Paulo: Nacional, 1979.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense: 2004.

PROGRAMA MONUMENTA 2010. Disponível em: <<http://www.monumenta.gov.br/>>.

PROGRAMA MONUMENTA. **Sítios Históricos e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais.** Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2005.

QUEIROZ, M. G. S. **Serro - MG.** – Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010. Revista Palmares: Cultura Afro-brasileira, ano 10, n. 8, pp. 4-9, nov. 2014.

QUEIROZ, M. I. P. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e científicos, LTC Edusp, 1978

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Buenos Aires, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf/>.

REIS FILHO, N. G. **Catálogo de iconografia das vilas e cidades do Brasil colonial: 1500-1720.** São Paulo: Museum; FAU-USP, 1964.

REIS, N. G. **As minas de ouro e a formação das Capitanias do Sul.** São Paulo: Via das Artes, 2013.

REIS, N. G. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana no Brasil (1500-1720).** São Paulo: Pini, 2001.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Global, 2015.

ROCHA, J. J. **Geografia histórica da capitania de Minas Gerais (1776)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

RODRIGUES, M. **A gestão do patrimônio cultura** In: Temas de Administração Pública, Araraquara, v. 3, n. 4, 2009.

RUA, J. **Resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica**. Revista da ANPEGE, Fortaleza, ano 2, n. 2, p. 45-66. 2005.

RÚBIO-SCHRAGE, R. **Espacialidade Mineratória na América Latina: ser minerador no Brasil (Mariana) e na Bolívia (Potosí)**. Tese de doutorado. Universidade de Brasília. 2019. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/37997/1/2019_R%c3%babiadePaulaR%c3%babio.pdf/>.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SANTOS, M. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

SANTOS, M. **Metrópole corporativa e fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2019.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec. 1982.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, M. **Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método.** Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 54, p. 81-99, 1977. Disponível em: <<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1092/949>>.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo.** São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2010.

SAQUET, M. **Territorialidades, relações campo-cidade e ruralidades em processos de transformação territorial e autonomia.** Campo-Território, n.18, p. 1-30, 2014.

SARACENO, E. **O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia.** Programa de seminários Inea sobre desenvolvimento nas áreas rurais — métodos de análise e políticas de intervenção. Roma, out. 1996

SARLO, B. **Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2007.

SARTRE, J. P. **O existencialismo é um humanismo.** Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

SARTRE, J. P. **Os condenados da Terra.** In: FANON, F. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SARTRE, J. P. **Verdade e Existência.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SARTRE, J. P. **O existencialismo é um humanismo.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.

SCARLATO, F. **Ouro Preto: cidade histórica da mineração no Sertão Brasileiro.** Anales de geografía de la Universidad Complutense, Nº 16, pags. 123-141. 16. 1996.

SCARLATO, F. C. COSTA, E. B. **A natureza do urbano**. Confins - revista franco-brasileira de geografia, n. 30, p. [21], 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/confins.11676/>>.

SERENI, E. **De Marx a Lênin: a categoria de formação econômico-social**. Maridiano. 2013.

SILVA, E. A.; ARAÚJO SOBRINHO, F. L. **Patrimonialização e afirmação cultural no distrito de Olhos d'Água, Goiás, Brasil**. PatryTer, 1(1), 57–67, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.26512/patryter.v1i1.7121/>>.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Belo Horizonte: Nova Economia, V, 07, n. 01, maio, 1997.

SILVA, M. A. **A categoria de formação sócio-espacial e a questão regional: uma aproximação com Gramsci**. In: ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA, 12., Montevideo, 2009. Anais. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/11.pdf/>>.

SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI – a história de um livro**. Acta Geográfica. Boa Vista/RO. Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. Disponível em: <https://www.dpi.inpe.br/Miguel/AnaPaulaDAlasta/Acta_Geografica_CidadesAmazonicas_EdicaoEspecial_2011/MariaLauraSilveira_HistoriaLivro_Acta_Geografica_2011.pdf/>.

SILVEIRA, M. L. **Geografía y formación socioespacial: por un debate sustantivo**. Estudios Socioterritoriales - Revista de Geografía, v. 16, n. 2, p. 141-168, 2014. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/yjtjn2/>>.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SOUSA, L. A. (2020). **Ativação popular do espaço público na América Latina - parcialidade, monumento e patrimônio-territorial**. PatryTer –Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades, 3(6), 219-233. Disponível em: <<https://doi.org/10.26512/patryter.v3i6.32310/>>.

SOUZA, L. M. **O diabo e a terra de Santa Cruz – feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, M. A. A. **Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: refletindo sobre o espaço banal.** Um ensaio geográfico. *PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 2 (4), 1-17. 2019. DOI. Disponível em: <<https://doi.org/10.26512/patryter.v2i4.26485/>>.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, M. M. **Catolicismo negro no Brasil: Santos e Minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural Afro-Ásia**, 28 (2002), p. 125-146.

SPOSITO, M. E. B. **A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade.** In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. *Cidade e campo relações e contradições entre urbano e rural.* São Paulo: Outras expressões, 2013.

STRAFORINI, R. **Tramas que brilham, Sistema de circulação e a produção do território brasileiro no século XVIII.** (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

VASCONCELOS, P. A. **Questões metodológicas na geografia urbana histórica.** p.147-157. *Geotextos*, v.5, n.2, 2009.

VEIGA, J. E. **'Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula.** Editora Autores Associados, Campinas, São Paulo, 2002.

WALSH, C. (Org.). **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial.** Ediciones Abya Ayala: Quito, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. **A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural.** In: GIARRACCA, N. (Org.). *¿Una nueva ruralidad en América Latina?.* CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

WANDERLEY, M. N. B.; FAVARETO, A. **A singularidade do rural brasileiro: implicações para tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas.** In: MIRANDA, C.; HEITHEL, S. (org.). *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras.* Brasília: IICA, 2013. 478 p. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/S%C3%A9rie-DRS-vol-21-p.-413-471.pdf/>>.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

YÁZIGI, E. **Ensaio teórico pela patrimonialização do espaço banal: um enlace de geografia-urbanismo-sociologia-planejamento e turismo.** *PatryTer*, v. 02, n. 03, p. 01-07, abr. 2019. Disponível em:
<<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/download/14281/21186/44093/>>.

ZANCHETTI, S.; MARINHO, G.; MILLET, V. (Orgs.). **Estratégias de intervenção em sítios históricos.** Recife: UFPE, 1995.

ZUSMAN, P. **Postcolonial Geographies, 1998.** *Doc. Anál. Geogr.* 34, 1999 237-240.

ZUSMAN, Perla. **La geografía histórica, la imaginación y los imaginarios geográficos.** *Revista de Geografía Norte Grande*, Santiago, n. 54, p. 51-66, maio, 2013 . Disponível em
<http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-34022013000100004&lng=es&nrm=iso>. accedido
em 14 agosto 2024. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-34022013000100004>.

APÊNDICES

ANEXO 01: ORAÇÃO

Transcrição de entrevista realizada com Pedro Simões

Em nome de Deus Pai todo poderoso e as três pessoas da Santíssima Trindade, Nosso Mestre Jesus, protetor dos passos, Filho de Deus, meu mentor espiritual, enviai todos os vossos mensageiros de luz trazendo o bom guia espiritual para realizar todos nossos trabalhos de caridade, Se Deus quiser!

Meu pai proteção! Quinta-feira santa, Sexta-Feira da Paixão, Sábado de Aleluia, Domingo da Ressurreição, encontrei Nossa Senhora, com seu amigo põe tua mão, preciso desta proteção, tirai toda maldade, toda perseguição, tirai de cima de todos os irmãos, vai ser acorrentado com a corrente de Santa Catarina, cortada com a espada de São Jorge Guerreiro, desprezado com as cores do Manto Sagrado, se Deus quiser!

Deus, nosso Pai, que sois todo Poder e Bondade, daí a força àquele que passam pela provação, daí a luz àquele que procura a verdade; ponde no coração do homem a compaixão e a caridade!

Deus, Daí ao viajor a estrela guia, ao aflito a consolação, ao doente o repouso.

Pai, Daí ao culpado o arrependimento, ao espírito a verdade, à criança o guia, e ao órfão o pai!

Senhor, que a Vossa Bondade com seu amigo põe tua mão permita aos espíritos consoladores derramarem por toda a parte, a paz, a esperança, a fé.

Deus! Um raio, uma faísca do Vosso Amor podem abrasar a Terra; deixai-nos beber nas fontes dessa bondade fecunda e infinita, e todas as lágrimas secarão, todas as dores se acalmarão.

E um só coração, um só pensamento subirá até Vós, como um grito de reconhecimento e de amor.

Como Moisés sobre a montanha, nós Vos esperamos com os braços abertos, oh Bondade! oh Beleza! oh Perfeição! e queremos de alguma sorte merecer a Vossa Divina Misericórdia.

Deus, dai-nos a força para ajudar o progresso, a fim de subirmos até Vós; dai-nos a caridade pura, dai-nos a fé e a razão; dai-nos a simplicidade que fará de nossas almas o espelho onde se refletirá a Vossa Divina e Santa Imagem.

Assim Seja.

Quinta-feira santa, Sexta-Feira da Paixão, Sábado de Aleluia, Domingo da Ressurreição, encontrei Nossa Senhora, com seu amigo põe tua mão, preciso desta proteção, tirai toda maldade, toda perseguição, tirai de cima de todos os irmãos, vai ser acorrentado com a corrente de Santa Catarina, cortada com a espada de São Jorge Guerreiro, desprezado com as cores do Manto Sagrado, se Deus quiser!

Ó iluminados amigos do espaço, falange médica, nos vos suplicamos a vossa providência através dos vossos fluidos salutareis.

Estendendo amigos queridos, que mensageiros de luzes como sois, podereis nos trazer o conforto de vossas preces o alívio de vossos passes, o lenitivo de vossos balsamos.

Suplicamos ao grande médico Jesus que seus mensageiros tendo à frente Bezerra de Menezes, André Luiz, Fritz, Januário, tantos outros que possam ajudar na nossa luta diária e que possamos ter força para enfrentar as nossas provas.

Que os males de nosso corpo e espírito, possam desaparecer e que as luzes da falange médica do espaço, acompanhe a nossa caminhada, permitindo tenhamos menos percalços para procurar ir para frente e para o alto.

Que Deus ilumine cada vez mais a falange médica do espaço.

Que a falange médica do espaço ilumine cada vez mais nossos espíritos graças a Deus.

Assim seja!

Oh pai!

Quinta-feira santa, Sexta-Feira da Paixão, Sábado de Aleluia, Domingo da Ressurreição, encontrei Nossa Senhora, com seu amigo põe tua mão, preciso desta proteção, tirai toda maldade, toda perseguição, tirai de cima de todos os irmãos, vai ser acorrentado com a corrente de Santa Catarina, cortada com a espada de São Jorge Guerreiro, desprezado com as cores do Manto Sagrado, se Deus quiser!

Meu Deus, desde que vos dignais servir-vos de mim, mesmo sendo eu indigno possa me curar deste sofrimento, se tal for a vossa vontade, porque tenho fé em vos, mais sem a vossa permissão nada poderei.

Permita que os bons espíritos com seus fluidos salutareis, a fim de que transmita os enfermos e desvie de mim todo pensamento de orgulho e egoísmo que possam alterar a sua pureza.

Pai Nosso, que estais em toda a parte

Santificado seja o vosso nome

*Seja feita a vossa vontade
Assim na terra como no espaço
E em todos os mundos habitados
Dai-nos hoje e sempre, o pão do corpo e da alma
Perdoai as nossas faltas
Dai-nos o sublime sentimento de perdão
A todos que nos ofenderam
Não nos deixeis sucumbir às tentações da matéria
Nem dos maus espíritos
E enviai-nos Pai
Um raio, da vossa santa e divina luz
Que Assim Seja!*

Ave Maria, cheia de graça, o Senhor é convosco, bendita sois vós entre as mulheres e bendito é o fruto do vosso ventre, Jesus. Santa Maria, Mãe de Deus, rogai por nós pecadores, agora e na hora da nossa passagem. Que assim seja.

*Deus é que te fez
Jesus é que te gerou
Maria Santíssima tira todo mal do seu corpo inteiro
Se Deus quiser!*

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCL)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Por uma outra patrimonialização, uma discussão a partir de Serro - MG”, de responsabilidade de Ulysses Melo Carvalho, estudante de doutorado em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O objetivo desta pesquisa é compreender a lógica campo/ rural na cidade de Serro e o patrimônio territorial. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa. Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas que serão gravadas e, posteriormente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, gravações ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa. O uso dos relatos transcritos será feito no manuscrito sem nenhum tipo de identificação, exceto se for de seu interesse e permissão. Caso você deseje que seu nome (ou de sua instituição) conste do trabalho final, isso será respeitado, sendo necessário marcar no local indicado no verso. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco. Espera-se, com esta pesquisa, que o patrimônio cultural de sua cidade seja apreendido e debatido não apenas segundo os critérios de órgãos institucionais de preservação, mas na perspectiva dos próprios moradores locais, que são detentores de memórias e tradições importantes para a identidade coletiva. Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. O responsável pela pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de cópia digital da Tese de Doutorado defendida e aprovada pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e cópia

impresa e digital às prefeituras dos municípios, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica. A previsão para a devolução dos resultados é o primeiro semestre de 2023. Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode contatar a responsável através do telefone (11) 96067-1909, ou pelo e-mail ulyssesgeo@gmail.com. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.

Eu _____, portador (a) do RG _____ declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar, da seguinte forma:

- Com a permissão de que minha identificação conste no trabalho final e nas publicações resultantes da pesquisa;
- Com a garantia de não ser identificado no trabalho final e em nenhuma publicação resultante da pesquisa.

Assinatura do participante

Ulysses Melo Carvalho
Telefone: (11)96067-1909
ulyssesgeo@gmail.com

_____, ____ de _____ de _____

APÊNDICE 02



**Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Geociências**



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ PARA FINS DE PESQUISA

Eu, _____,

portador(a) do RG _____ autorizo a utilização da minha imagem e/ou som de voz, na qualidade de participante/entrevistado(a) no projeto de pesquisa intitulado “Por uma outra patrimonialização, uma discussão à partir de Serro - MG”, sob responsabilidade de Ulysses Melo Carvalho, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Minha imagem e/ou som de voz podem ser utilizados apenas para análise na referida pesquisa, apresentações em conferências profissionais e/ou acadêmicas, atividades educacionais, publicações científicas etc. Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem e/ou som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitada acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e/ou som de voz são de responsabilidade do(a) pesquisador(a) responsável. Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e/ou som de voz. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

Assinatura do participante

Ulysses Melo Carvalho
Telefone: (11) 96067-1909
ulyssesgeo@gmail.com

_____, ____ de _____ de _____